Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Maria Matilde Villegas Jaramillo

ENTRE OS MORROS E A LAGOA:
LAGUNA CIDADE DOCUMENTO



Rio de Janeiro

2016

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Maria Matilde Villegas Jaramillo

ENTRE OS MORROS E A LAGOA:
LAGUNA CIDADE DOCUMENTO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré- requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof. Ms.C Lia Motta

Co-orientador: Dr. Vladimir Fernando Stello

Supervisora: Arq. Ms.C Ana Paula Cittadin

Rio de Janeiro

2016

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional do Escritório Técnico do IPHAN em Laguna - Santa Catarina.

B732e Villegas J., Maria Matilde. Entre os Morros e a Lagoa: Laguna Cidade – Documento / Maria Matilde Villegas J. – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2016.

-303 f.: il.

Orientadora: Lia Motta

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2016.

1. Patrimônio Cultural. - Preservação 2. Laguna (SC). I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. Título.

CDD 363.69

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Maria Matilde Villegas Jaramillo

ENTRE OS MORROS E A LAGOA:
LAGUNA CIDADE DOCUMENTO

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré- requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2016.

Banca Examinadora

_____

Professora MsC Lia Motta (Orientadora)

_____

Professor Dr. Vladimir Fernando Stello (Co-orientador)

_____

Professora Drª. Márcia Regina R. Chuva - UFRJ

_____

Professor Dr. José Pessoa - UFRJ

A memória de meus pais, Rodolfo que me deu raízes e Martha que me deu asas para poder voar.
A meu esposo, amigo e companheiro de todos os caminhos.
E a Pedro meu filho amado que faz com que eu continue sendo jovem.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos aqueles que confiaram em mim, desde sempre.

(...) E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas
E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar. (...)
(Caminhos do Coração – Gonzaguinha)

Em primeira instancia devo um reconhecimento especial à professora, orientadora e amiga Lia Motta, que apoiou o desenvolvimento deste trabalho e me motivou com suas palavras carinhosas neste longo processo acadêmico, com suas perguntas e seus atinados comentários que fizeram com que nos piores momentos eu conseguisse continuar, dando-me seu apoio incondicional.

Ao meu co-orientador Vladimir Stello, que com sua paciência e dedicação soube me conduzir e orientar por este longo caminho, por todo seu apoio ao longo deste processo e de muitos outros. Obrigada por acreditar em mim, mesmo quando eu não acreditava. Você é minha fortaleza.

A minha amiga e supervisora Ana Paula Cittadin, por seu carinho e estimulo constante.

Às minhas famílias Villegas e Stello, pelo amor e incentivo dado hoje e sempre.

Aos colegas, do IPHAN Santa Catarina e em especial aos companheiros, estagiários e amigos do Escritório Técnico de Laguna que participaram diretamente desta pesquisa e me ajudaram em todos os momentos, sem seu colaboração seria impossível realizar esta dissertação. E em especial a minha companheira de longas horas Mitz...

Ao IPHAN, pela proposta do Programa de Especialização em Patrimônio – Mestrado Profissional, aos professores, funcionários e colegas do Curso, pelo convívio e aprendizado, pela solicitude e solidariedade em todo momento.

Seria impossível agradecer a todos os meus amigos que de uma maneira ou outra estiveram envolvidos neste trabalho, seria necessariamente injusto nomear alguns, por isso a todos que sabem que estão em meu coração, meus “queridos” Muchas Gracias.

Pero con el tiempo, la ciudad crece sobre sí misma; adquiere conciencia y memoria de sí misma. En su construcción permanecen sus motivos originales, pero con el tiempo concreta y modifica los motivos de su mismo desarrollo (ROSSI, 1882, p. 61).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma reflexão sobre o Centro Histórico de Laguna/SC, a partir do conceito cidade-documento, considerando suas características históricas, arquitetônicas e urbanas, assim como as transformações ocorridas a partir de 1985, ano do seu Tombamento pelo IPHAN. De comprovada importância histórica e cultural, Laguna é uma das primeiras cidades fundadas no atual Estado de Santa Catarina e palco de acontecimentos que marcaram a história do sul do país. Seu Centro Histórico possui um conjunto urbano e arquitetônico com características próprias implantado em uma área protegida por um sistema natural formado pelo complexo de morros e a Lagoa de Santo Antônio. Essas características somadas a sua história de conquista do território sul brasileiro, fizeram com que fosse tombada como Patrimônio Nacional, quando lhe foi atribuído o valor de cidade–documento, valorizando as diferentes características tipológicas e morfológicas, manifestações que marcaram a sua trajetória de ocupação e sua paisagem natural. Partindo da formação e desenvolvimento de Laguna, onde são evidenciadas as diferentes formas de apropriação de seus espaços que refletiram na configuração urbana atual e da análise dos valores atribuídos a este Centro Histórico, faz-se uma reflexão sobre o conceito de cidade–documento, assim como também uma análise do processo oficial de proteção do patrimônio cultural na cidade, partindo do primeiro tombamento, no ano de 1954 (IPHAN) da antiga Casa de Câmara e Cadeia até o tombamento do Centro Histórico. Suas causas e efeitos, seus atores e responsáveis. A partir destes elementos se fez uma análise das transformações e permanências, utilizando os estudos de morfologia e tipologia urbana para identificar os processos que definem o lugar. Foram analisadas as intervenções ocorridas entre 1985 e 2015 a fim de entender se a Instituição aplicou o conceito de cidade-documento, valor atribuído no tombamento, na preservação do Centro Histórico de Laguna. Comprovou-se que, apesar de estar ocorrendo uma grande discussão a respeito deste conceito, o mesmo não vem sendo utilizado em sua totalidade. Entendendo que este patrimônio deve ser tratado como um todo, formado por um conjunto heterogêneo e dinâmico, é importante pensar em uma base teórico-conceitual que possibilite solucionar a questão da implantação de novas construções em áreas consolidadas, tentando resolver o conflito entre modernidade e continuidade, recuperando e melhorando os centros históricos e sua relação com a sociedade, tendo uma postura crítica diante das transformações geradas pelo mundo moderno. Isto envolveria não apenas aspectos formais, mas os usos dos sítios e seus imóveis, além do estabelecimento de procedimentos de interação e de decisão mais participativas com a comunidade.

Palavras chave: Laguna, Cidade-Documento, Tipologia, Morfologia, Preservação

ABSTRACT

The present study aims to develop a discussion on the Historic Center of Laguna/SC, from the concept of document-city, considering its historical, architectural and urban features, as well as the transformations that took place from 1985, the year of his Tombamento (enlistment) by IPHAN. With a historical and cultural importance, Laguna is one of the first cities founded in the current state of Santa Catarina and has staged events that marked the history of the South. Its historic center has an urban and architectural ensemble with own characteristics implanted in an area protected by a natural system formed by the complex of hills and the Lagoon of Santo Antônio. These features added to the history of southern Brazilian conquest, has lead to its recognition as National Heritage with a city-document value. The enlistment highlighted its different typological and morphological characteristics, manifestations that marked the history of occupation and its natural landscape. The study starts from the formation and development of Laguna, exploring the different forms of land ownership that form the current urban configuration, and examining the values assigned to the historic center. Thenth estudy discusses the concept of document-city and analyses the official process of cultural heritage protection, starting from the old town Hall and Jail, first building listed in 1954, to the recognition as a Historical Center. Its causes and effects, its actors and responsibles. From these elements, the study investigates changes and permanences using morphological studies and urban typology to identify processes that define the place. Interventions occurred between 1985 and 2015 were studied in order to understand whether the institution has applied the concept of document-city, value given when protecting Laguna Historical Center. The investigation shows that, despite the great and current discussion on the concept, it has not being entirely applied. We understand that this heritage should be treated as a whole, formed by a heterogeneous and dynamic ensemble. It is important to think about a theoretical and conceptual basis that helps in the decision making on new buildings in old areas, while trying to resolve the conflict between modernity and continuity recovering and improving the historic centers and its relationship with society, with a critical view of the transformations generated by modern world. This would involve not only formal aspects, but also the use of the sites and their properties, in addition to establishing interaction procedures and more participatory decision with the community.

Keywords: Laguna, Document-City, Typology, Morphology, Preservation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Vista da Rua Gustavo Richard a partir da Lagoa de Santo Antônio, Laguna, 2009 22

Figura 2: Localização do Município de Laguna/SC..... 23

Figura 03: Laguna retratada pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, c. 1824-1828..... 30

Figura 4: Mapa com a localização e a marcação dos pontos geradores do traçado inicial do Centro Histórico de Laguna..... 31

Figura 05: Mapa da fundação até 1740, mostrando o Centro Histórico em relação à cidade atual 33

Figura 06: mapa com evolução urbana da Fundação até início século XVIII..... 33

Figura 07: Porto e casario da rua da Praia, s/d 34

Figura 08: Casario luso-brasileiro no entorno da Casa de Câmara e Cadeia, s/d..... 35

Figura 09: mapa com evolução urbana de 1740 a 1820..... 36

Figura 10: mapa com evolução urbana de início do século XVIII até início do século XIX.. 36

Figura 11: O porto define a ocupação mais densa das vilas secundárias ao longo da costa. Pormenor da "Planta da Villa de Laguna e suas imediações", século XIX..... 37

Figura 12 – Aspecto da orla da lagoa de Santo Antônio com o movimento portuário, s/d 38

Figura 13: mapa com evolução urbana de 1820 a 1880..... 38

Figura 14: mapa com evolução urbana do inicio do século XIX até 1880..... 39

Figura 15: Aspecto da Rua da Praia, atual Gustavo Richard, com a presença da arquitetura eclética, s/d..... 39

Figura 16: Arrabalde Magalhães, 1907..... 40

Figura 17: Ponte de Ferro da Cabeçuda, s/d..... 41

Figura 18: Aspecto da orla da lagoa de Santo Antônio, cerca de 1900..... 41

Figura 19: Movimento de cargas de carvão no porto de Laguna, 1935..... 42

Figura20: A ferrovia chega ao centro da cidade de Laguna, em frente ao porto, década de 1920..... 42

Figura 21: Grande movimentação junto a Praça da Matriz, percebe-se a rica arquitetura deste período, 1922..... 43

Figura 22: Mercado Público Municipal construído em 1880, s/d..... 43

Figura 23: Vista da Rua da Praia com sua variada arquitetura, s/d..... 44

Figura 24: Exemplos da arquitetura eclética que se implantou em Laguna no início do século XX, s/d..... 45

Figura 25: mapa com evolução urbana de 1880 a 1950..... 45

Figura 26: mapa com evolução urbana de 1880 até 1950..... 46

Figura 27: Mapa com a localização do novo porto carvoeiro, 1940..... 46

Figura 28: Prolongamento da linha férrea para o novo Porto no bairro Magalhães, cerca de 1940..... 47

Figura 29: Vista Panorâmica do Centro de Laguna em 1940..... 47

Figura 30: A cidade, mais rica, desenvolveu-se e passou a abrigar edifícios de diferentes tipologias arquitetônicas, s/d..... 48
Figura 31: mapa com evolução urbana de 1950 a 1983..... 48
Figura 32: mapa com evolução urbana de 1950 até 2000..... 49
Figura 33: Exemplares da arquitetura Art Déco Posto de Combustível, Estação Rodoviária, Cine Teatro Mussi e Banco INCO, s/d..... 49
Figura 34: Vista aérea da área central 1952..... 50
Figura 35: Localização da BR 101 em relação ao Centro Histórico de Laguna..... 51
Figura 36: Evolução Urbana da área central já consolidada, 1983..... 52
Figura 37: Imagem com localização dos Bairros..... 53
Figura 38: Antiga edificação demolida e substituída pela sede do Banco do Brasil, antes do tombamento em 1985..... 53
Figura 39: Conjunto de edificações demolidas e substituídas pela sede da Caixa Econômica Federal, antes do tombamento em 1985..... 54
Figura 40: Delimitação da poligonal de Tombamento do Centro Histórico..... 54
Figura 41: Vista Aérea dos bairros Magalhães e Mar Grosso..... 56
Figura 42: Vista aérea de parte do Centro Histórico e imediações da área da Estação Rodoviária..... 57
Figura 43: Vista Aérea do Centro Histórico, 2010..... 58
Figura 44: Localização da Casa de Câmara e Cadeia..... 68
Figura 45: Casa de Câmara e Cadeia, década de 1920..... 69
Figura 46: Casa de Câmara e Cadeia, por volta de 1950, anterior à restauração..... 69
Figura 47: Localização da poligonal de tombamento..... 72
Figura 48: Localização da 1ª definição da poligonal de tombamento..... 73
Figura 49: Primeira definição da poligonal de tombamento..... 74
Figura 50: Definição da poligonal de tombamento elaborado por Franco..... 74
Figura 51: Estado de Conservação em 1983..... 93
Figura 52: Estado de Conservação em 2006..... 93
Figura 53: Mapa de Estado de Conservação 2013..... 94
Figura 54: Mapa de Usos das Edificações 1880..... 95
Figura 55: Mapa de Usos das Edificações 1983..... 95
Figura 56: Mapa de Usos das Edificações em 2006..... 96
Figura 57: Mapa com a localização das quadras analisadas..... 101
Figura 58: Mapa com o levantamento por quadra e localização das edificações..... 101
Figura 59: Desenho de trechos da rua Raulino Horn em 1983..... 101
Figura 60: Desenho de trechos da rua Gustavo Richard em 1983..... 101
Figura 61: Ficha de uma das edificações..... 102
Figura 62: Mapa de Análise Tipológica..... 103

Figura 63: Mapa Interpretação – Situação Geral..... 104
Figura 64: Interpretação – Unidades a preservar e a substituir..... 105
Figura 65: Identificação e caracterização dos setores morfológicos resultantes da leitura do sitio urbano histórico..... 108
Figura 66: Parâmetros Urbanísticos da Ocupação do Solo..... 109
Figura 67: Imagem do Centro Histórico com os elementos delimitadores do tecido urbano. 132
Figura 68: Panorâmica do centro histórico de Laguna, com a Lagoa de Santo Antônio e os morros ao fundo..... 133
Figura 69: Imagem do Centro Histórico com a localização dos eixos em forma de "T" e dos Pontos Balizadores iniciais..... 134
Figura 70: Detalhe Mapa antigo de Laguna século XIX, "Planta da Villa de Laguna e suas imediações"..... 135
Figura 71: Detalhe da gravura de Laguna retratada pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, c. 1824-1828..... 136
Figura 72: Panorâmica da cidade em1900..... 136
Figura 73: Mapa com Localização dos espaços públicos verdes..... 137
Figura 74: Laguna retratada pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, c. 1824-1828. Detalhe da Praça da Matriz..... 137
Figura 75: Evolução da Praça da Matriz, 1880..... 138
Figura 76: Igreja Matriz em 1890, antes da construção das torres, e em 1900..... 138
Figura 77: Panorâmica do Centro Histórico 1897, Campo de Manejo ao centro..... 138
Figura 78: Evolução da Praça da Matriz, 1940..... 139
Figura 79: Praça Vidal Ramos, s/d..... 139
Figura 80: Evolução da Praça da Matriz, 1997..... 140
Figura 81: Praça Vidal Ramos, vista aérea atual..... 140
Figura 82: Praça Vidal Ramos, atual..... 140
Figura 83: Praça da República Juliana, aproximadamente final 1800, princípios de 1900..... 141
Figura 84: Evolução Praça da República Juliana, 1880..... 141
Figura 85: Praça República Juliana. Evento cívico Inauguração Centenário da República Juliana, 1939..... 142
Figura 86: Evolução Praça da República Juliana, 1997..... 142
Figura 87: Praça Republica Juliana, vista aérea atual..... 143
Figura 88: Praça Republica Juliana, atual..... 143
Figura 89: Largo do Rosário, atual Praça Jerônimo Coelho 1890..... 144
Figura 90: Largo do Rosário, atual Praça Jerônimo Coelho, vista aérea..... 144
Figura 91: Largo do Rosário, atual Praça Jerônimo Coelho..... 144
Figura 92: Evolução do Largo da Carioca, 1880 e 1997..... 145
Figura 93: Largo da Carioca, 1900..... 145
Figura 94: Largo da Carioca, vista aérea atual..... 146

Figura 95: Praça Lauro Miller..... 146
Figura 96: Morro do Rosário, vista aérea atual..... 147
Figura 97: Vista do Porto com o Morro e a Capela de Nossa Senhora do Rosário ao fundo, década de 1920..... 147
Figura 98: Morro do Rosário com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ao fundo, 1920..... 147
Figura 99: Orla da Lagoa de Santo Antônio, movimento portuário, s/d..... 148
Figura 100: Porto de Laguna, com movimento portuário, s/d..... 149
Figura 101: A Orla da Lagoa – 1920..... 149
Figura 102: Vista parcial do aterro sul – década de 1920..... 150
Figura 103: Vista do Antigo Mercado Público e a banca do peixe, década de 1930..... 150
Figura 104: Vista da nova estação ferroviária na atual Rua Gustavo Richard, próximo ao Porto, década de 1930..... 151
Figura 105: Vista aérea do centro de Laguna, década de 1950..... 151
Figura 106: Mapa da Orla da Lagoa em 1950..... 152
Figura 107: Vista atual da Orla da Lagoa..... 152
Figura 108: Mapa Orla da lagoa 1997..... 153
Figura 109: Vista aérea do Centro Histórico de Laguna..... 153
Figura 110: Configuração do espaço Urbano no Centro Histórico de Laguna. Áreas verdes e vegetação..... 154
Figura 111: Configurações do Espaço Urbano no Centro Histórico de Laguna Formato das Quadras..... 155
Figura 112: Vista da orla da lagoa com os primeiros aterros, 1920 “Laguna Trecho da Cidade”..... 156
Figura 113: Área central, anterior aos aterros, cerca de 1900..... 156
Figura 114: Configurações do Espaço Urbano no Centro Histórico de Laguna Tamanho das Quadras..... 157
Figura 115: Vista aérea do Centro Histórico, já com todos os aterros, 1952..... 157
Figura 116: Configuração do Espaço Urbano no Centro Histórico de Laguna. Tamanho dos Lotes..... 158
Figura 117: Ocupação das quadras com as plantas das edificações..... 159
Figura 118: Terrenos localizados em torno da Praça República Juliana e Praça da Matriz, típicos do traçado inicial..... 160
Figura 119: Parcelamento produzido após os aterros..... 161
Figura 120: Configuração do Espaço Urbano no Centro Histórico de Laguna. Taxas de Ocupação..... 161
Figura 121: Gabarito das edificações..... 162
Figura 122: Altura das edificações..... 163
Figura 123: Largura das edificações..... 164
Figura 124: Grau de Contiguidade e relação com as Áreas Livres Públicas..... 165
Figura 125: Mapa Corpo dos Edifícios Forma..... 167

Figura 126: Tipo de Cobertura das edificações..... 168
Figura 127: Tipo de Coroamento das edificações..... 169
Figura 128: Panorâmica do centro Histórico. Rua Gustavo Richard..... 170
Figura 129: Mapa das Expressões linguísticas..... 171
Figura 130: Pode-se observar a homogeneidade volumétrica do conjunto de edificações, 1897..... 172
Figura 131: Procissão na Rua Santo Antônio, no início do século XX. Casarões Luso-brasileiros..... 173
Figura 132: Conjunto de edificações luso-brasileiras na Praça Jerônimo Coelho..... 174
Figura 133: Antiga Casa de Câmara e Cadeia..... 175
Figura 134: Antigo Hotel Rio Branco..... 175
Figura 135: Edificação Rua Gustavo Richard, nº 258..... 175
Figura 136: Casa Pinto de Ulyséa..... 175
Figura 137: Museu Casa de Anita..... 175
Figura 138: Conjunto da Rua Raulino Horn..... 175
Figura 139: Mapa com as edificações Luso-brasileiras mais representativas..... 176
Figura 140: Edificação com modernização da fachada, Rua Jerônimo Coelho, nº 87..... 178
Figura 141: Casa de Porão Alto, na Rua Jerônimo Coelho, nº 48..... 178
Figura 142: Sede do IPHAN. Antiga sede do Clube Blondin..... 179
Figura 143: Sede do Clube Congresso Lagunense..... 179
Figura 144: Edificação Rua Raulino Horn, nº 266..... 180
Figura 145: Edificação Rua Osvaldo Cabral, nº 114..... 180
Figura 146: Edificação Rua Gustavo Richard, nº 248..... 180
Figura 147: Edificação Rua Gustavo Richard nº 180..... 180
Figura 148: Edificação Rua Gustavo Richard nº 410..... 180
Figura 149: Edificação Rua Raulino Horn, nº 145..... 180
Figura 150: Mapa 1 com as edificações Ecléticas mais representativas..... 181
Figura 151: Mapa 2 com as edificações Ecléticas mais representativas..... 181
Figura 152: Edificação Rua Gustavo Richard nº 451..... 183
Figura 153: Edificação Rua Gustavo Richard nº 405..... 183
Figura 154: Edificação Rua Gustavo Richard nº 411..... 184
Figura 155: Edificação Rua Gustavo Richard nº 415..... 184
Figura 156: Mercado Público Municipal..... 184
Figura 157: Cine Teatro Mussi..... 184
Figura 158: Agência dos Correios e Telégrafos..... 184
Figura 159: Edificação Rua Osvaldo Cabral, nº 78..... 184

Figura 160: Sede da Capitania dos Portos..... 185
Figura 161: Conjunto de edificações da Rua Raulino Horn..... 185
Figura 162: Mapa com as edificações Art Déco mais representativas..... 185
Figura 163: Posto de Saúde do Campo de Fora..... 186
Figura 164: Sede do Clube Blondin..... 186
Figura 165: Edificação na Rua Barão de Rio Branco, nº 31..... 187
Figura 166: Edificação Travessa Manoel Pinho, nº 56..... 187
Figura 167: Exemplar de revista Sugestões Arquitetura Decoração, Ano 4 -1953..... 187
Figura 168: Mapa com as edificações Neocoloniais e Pré-modernistas mais representativas 188
Figura 169: Edificação Rua Ângelo Novi, nº 79..... 189
Figura 170: Edificação Rua Duque de Caxias nº 37..... 189
Figura 171: Edificação Rua Gustavo Richard, nº 370..... 190
Figura 172: Edificação Rua Gustavo Richard, nº 334..... 190
Figura 173: Mapa com as edificações Modernistas mais representativas..... 190
Figura 174: Rua Gustavo Richard – quebra da homogeneidade volumétrica do conjunto edificado..... 191
Figura 175: Edificação Rua Fernando Machado, nº 98..... 192
Figura 176: Edificação Rua Osvaldo Cabral, nº 140..... 192
Figura 177: Mapa com as edificações Contemporâneas mais representativas..... 192
Figura 178: Imagem do Centro Histórico com a localização das sequências Urbanas..... 195
Figura 179: Localização da sequência 1 na Quadra nº 15..... 196
Figura 180: Implantação da sequência 1..... 196
Figura 181: Vista da sequência 1. Rua Gustavo Richard a partir das Docas..... 196
Figura 182: localização da sequencia 2 na Quadra nº 18..... 197
Figura 183: Implantação da sequência 2..... 197
Figura 184: Vista da sequência 2. Rua Raulino Horn..... 197
Figura 185: Localização da sequência 3 na Quadra nº 18..... 198
Figura 186: Implantação da sequência 3..... 198
Figura 187: Vista da sequência 3. Rua Gustavo Richard..... 198
Figura 188: Localização da sequência 4 na Quadra nº 23..... 199
Figura 189: Implantação da sequência 4..... 199
Figura 190: Vista da sequência 4..... 199
Figura 191: Localização da sequencia 5 na Quadra nº 18..... 200
Figura 192: Implantação da sequência 5..... 200
Figura 193: Vista da sequência 5, Rua Duque de Caxias..... 200

Figura 194: Centro Histórico de Laguna - cidade-documento..... 201
Figura 195: Mapa com a localização dos imóveis com processos de intervenção analisados 208
Figura 196: projeto aprovado com quatro andares..... 211
Figura 197: Terreno Edificação da Rua Gustavo Richard, nº 550..... 211
Figura 198: Edificação da Rua Gustavo Richard, nº 550..... 212
Figura 199: Registro fotográfico do terreno, Rua XV de Novembro, nº 50..... 212
Figura 200: Fachada proposta e edificação do lado, Rua XV de Novembro, nº 50..... 213
Figura 201: Edificação da Rua XV de Novembro, nº 50..... 213
Figura 202: Fachada Rua Tenente Bessa, proposta e obra executada..... 213
Figura 203: Fachada Rua Raulino Horn, proposta e obra executada..... 214
Figura 204: Fachada proposta, Rua Tenente Bessa..... 214
Figura 205: Fachada proposta, Travessa Clito Araújo..... 215
Figura 206: Obra executada..... 215
Figura 207: Foto atual. Rua Tenente Bessa s/n..... 215
Figura 208: Fachada do projeto apresentado inicialmente..... 216
Figura 209: Fachada reelaborada a partir do parecer do IPHAN..... 216
Figura 210: Fachada do projeto aprovado pelo IPHAN..... 216
Figura 211: Anotações feitas a lápis, possivelmente por algum técnico da Instituição, em prancha do projeto aprovado..... 217
Figura 212: Edificação da Rua Jacinto Tasso, nº 21..... 218
Figura 213: Rua XV de Novembro, nº 36 – BESC Projeto (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1990) e obra executada..... 219
Figura 214: *Skyline* da Rua XV de Novembro, marcando o lote do Besc, e outro da Rua Tenente Bessa, elaborado pelo IPHAN..... 219
Figura 215: Edificação da Rua Santo Antônio, nº 55 e 41, anterior e posterior à intervenção 220
Figura 216: Edificação da Rua XV de Novembro, nº 15 anterior à ampliação e posterior à intervenção..... 220
Figura 217: Fachada proposta inicialmente..... 221
Figura 218: Fachada elaborada a partir das sugestões do IPHAN..... 221
Figura 219: Edificação da Rua Gustavo Richard, nº 324, antes da intervenção..... 222
Figura 220: Proposta da fachada da Rua Gustavo Richard, nº 324, depois da intervenção.... 222
Figura 221: Fachada existente da Rua Raulino Horn, nº 117 e proposta não executada..... 222
Figura 222: Edificação da Rua Raulino Horn, nº 117, antes da intervenção..... 223
Figura 223: Edificação da Rua Osvaldo Cabral, s/n..... 223
Figura 224: Edificação da Rua XV de Novembro, nº 57 -67-71, antes e após a intervenção. 225
Figura 225: Fachada proposta para a Rua Raulino Horn..... 225
Figura 226: Fachada proposta para a Rua XV de Novembro, com as observações realizadas por técnico do IPHAN manuscritas..... 226

Figura 227: Fachadas proposta com as modificações realizadas a partir das observações do IPHAN..... 226
Figura 228: Edificação da Praça Republica Juliana, nº 50, antes da intervenção..... 227
Figura 229: Fachada proposta e edificação após a intervenção..... 227
Figura 230: Edificação da Praça Republica Juliana, nº 50, atual..... 228
Figura 231: Edificação da Rua Gustavo Richard, 454..... 228
Figura 232: Edificação da Rua Gustavo Richard, 454, atual..... 229
Figura 233: Rua Gustavo Richard, nº 248, no início do século XX e atual..... 229
Figura 234: Levantamento da fachada existente e primeira proposta, Rua Gustavo Richard. 230
Figura 235: Levantamento da fachada existente e primeira proposta, Rua Raulino Horn, nº 33..... 230
Figura 236: Proposta apresentada pelo IPHAN para a intervenção na fachada da Rua Raulino Horn, nº 33..... 231
Figura 237: Proposta apresentada pelo IPHAN para a intervenção na fachada da Rua Raulino Horn, nº 33 e detalhe do guarda corpo da fachada..... 231
Figura 238: Fachada Rua Gustavo Richard, nº 248, anterior e posterior à restauração..... 232
Figura 239: Fachada Rua Raulino Horn, nº 33, anterior e posterior à restauração..... 232
Figura 240: Terreno localização do projeto na Travessa Clito Araújo, s/ n..... 233
Figura 241: Fachadas proposta, e fachada aprovada..... 233
Figura 242: Vista atual da edificação..... 234
Figura 243: Rua Fernando Machado, esquina Travessa Comendador Rocha, s/n..... 235
Figura 244: Rua Voluntário Benevides, 439, esquina Rua Fernando Machado..... 235
Figura 245: Edificação Rua Voluntário Benevides, 439 em 1920..... 236
Figura 246: Edificação Rua Voluntário Benevides, 439, antes da intervenção e detalhe da execução do beiral em 2008..... 236
Figura 247: Desenho da fachada apresentada pelo proprietário (A), Desenho da fachada apresentada pelo IPHAN (B)..... 237
Figura 248: Rua XV de Novembro s/n..... 237
Figura 249: Fachada existente em 2006 e fachada atual..... 238
Figura 250: Rua Conselheiro Jeronimo Coelho, 32. Fachada existente, fachada em estudo e fachada proposta..... 238
Figura 251: Estudo da fachada com fotografia antiga..... 239
Figura 252: Largo do Rosário, 65..... 240
Figura 253: Largo do Rosário, 65 e atual..... 240
Figura 254: Rua Conselheiro Jerônimo Coelho, 41..... 241
Figura 255: Rua Santo Antônio, 13..... 242
Figura 256: Desenho da fachada existente e desenho da fachada proposta acrescido do volume posterior..... 242
Figura 257: Rua Tenente Bessa, 55..... 243
Figura 258: Edificação Rua Tenente Bessa, 55, estado atual..... 243

Figura 259: Edificação da Rua Tenente Bessa, 200. Projeto proposto e edificação existente na época..... 244
Figura 260: Edificação da Rua Tenente Bessa, 200. Estado..... 244
Figura 261: Prédio da Polícia Militar Ambiental, vista norte..... 244
Figura 262: Prédio da Polícia Militar Ambiental, vista sul..... 245
Figura 263: Localização do prédio da Policia Militar..... 246
Figura 264: Edificação da Rua Duque de Caxias, nº 179..... 247
Figura 265: Edificação da Rua Duque de Caxias, 179, em obras..... 248
Figura 266: Edificação existente na Rua Jacinto Tasso, 45..... 249
Figura 267: Edificação da Rua Jacinto Tasso, 45, atual..... 249
Figura 268: Imagem da edificação com características do *Art Déco* e edificação no estado atual..... 249
Figura 269: Edificação da Praça Republica Juliana, 147..... 250
Figura 270: Foto com a antiga edificação na esquina da Praça Vidal Ramos, primeiras décadas do século XX..... 251
Figura 271: Lote e edificação existente..... 251
Figura 272: Volume apresentada pelo proprietário, proposta 1..... 252
Figura 273: Volume proposto pelo IPHAN..... 252
Figura 274: Volume apresentado pelo proprietário, proposta 2 não aprovada..... 252
Figura 275: Volume apresentada pelo proprietário, proposta 3..... 253
Figura 276: Novo volume proposto pelo IPHAN/SC..... 254

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

10ª DR – 10ª Diretoria Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

CELESC - Centrais Elétricas de Santa Catarina

DEPAM – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DET – Divisão de Estudos e Tombamento

DPHAN – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DTC - Diretoria de Tombamento e Conservação

ETec Laguna – Escritório Técnico de Laguna

FNPM - Fundação Nacional Pró-Memória

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INBI-SU - Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados

INCEU - Inventário de Configurações e Espaços Urbanos

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAN/SC - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MES - Ministério da Educação e Saúde

PEP-MP – Programa de Especialização em Patrimônio – Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PNPSHUL - Proposta de Normas de Preservação para o Sitio Histórico Urbano de Laguna,

PTCCC – Processo de Tombamento da Casa de Câmara e Cadeia

PTCHL – Processo de Tombamento do Centro Histórico de Laguna

SEC - Secretaria da Cultura

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN/pró-memória – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Fundação Nacional Pró-Memória

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	22
CAPITULO 1: FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE LAGUNA.....	28
1.1 História e Evolução Urbana.....	28
1.2 Expansão Urbana mais recente da cidade de Laguna.....	55
CAPITULO 2: LAGUNA PATRIMÔNIO CULTURAL: VALORES ATRIBUÍDOS.....	59
2.1 O processo de tombamento de Laguna.....	66
2.1.1 Processo de tombamento da Casa de Câmara e Cadeia.....	68
2.1.2 Processo de Tombamento do Centro Histórico de Laguna.....	72
2.1.3 Os Tombamentos Municipais.....	86
CAPITULO 3: A PRESERVAÇÃO DE LAGUNA.....	91
3.1 Problemas principais e suas tendências.....	91
3.1.1 Estado de Conservação.....	91
3.1.2 Uso das edificações e dos espaços públicos.....	94
3.2 Panorama sobre os estudos para a preservação de Laguna.....	97
3.2.1 Elementos considerados nos primeiros estudos para a preservação de Laguna.....	100
3.2.2 Novos estudos para a preservação de Laguna: 1997 e 2007.....	105
CAPITULO 4: TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS: TIPOLOGIA E MORFOLOGIA DO CENTRO HISTÓRICO DE LAGUNA.....	117
4.1 Marco conceitual.....	119
4.2 Os elementos morfológicos e tipológicos do espaço urbano de Laguna.....	129
4.2.1 Elementos Tipológicos Urbanos.....	132
4.2.2 Elementos Tipológicos Arquitetônicos.....	162
4.3 Sequências Urbanas.....	192
CAPITULO 5: ANÁLISE DOS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO: 1985 a 2015.....	202
5.1 Do Tombamento até 1997: Os primeiros processos.....	210
5.2 Entre 1997 e 2007: As primeiras Normas.....	224
5.3 Entre 2007 e 2015: Plano de Preservação.....	239

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	256
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	263
APÊNDICE 1.....	270
ANEXO 1.....	283

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma reflexão sobre o Centro Histórico de Laguna – SC (figura 01), a partir do conceito de cidade-documento, considerando suas características históricas, arquitetônicas, urbanas e paisagísticas, assim como as transformações ocorridas a partir de 1985, ano do seu Tombamento.



Figura 01: Vista da Rua Gustavo Richard a partir da Lagoa de Santo Antônio, Laguna, 2009 (Marco Bocão, ETec Laguna – IPHAN/SC).

É fruto da vaga do Mestrado Profissional do IPHAN oferecida pelo Escritório Técnico da instituição em Laguna, tendo como principal prática profissional supervisionada no decorrer do curso a realização de estudos sobre a morfologia urbana e as tipologias arquitetônicas das edificações existentes dentro da poligonal de tombamento do Centro Histórico, que em 2015 completou 30 anos de tombamento federal. O estudo proposto tinha como objetivo subsidiar o IPHAN na definição de parâmetros para aprovação de intervenções de restauração ou reutilização dos imóveis tombados.

A importância histórica e cultural de Laguna tem relação com o fato de situar-se no limite extremo ao sul do território lusitano, foi o local pelo qual passava a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas de1494. Foi a partir de Laguna que partiram os conquistadores para o território de São Pedro, atual Rio Grande do Sul, tendo sido o porto na Lagoa Santo Antônio

dos Anjos de fundamental importância na ampliação dos limites das terras da coroa portuguesa no sul do Brasil (figura 2).



Figura 02: Localização do Município de Laguna/SC (ETec Laguna – IPHAN/SC).

Segundo pesquisadores como Marcia Sant'Anna e Lia Motta o conceito de cidade-documento - utilizado para o tombamento de Laguna - foi adotado no IPHAN na década de 1980. Sant'Anna (1995, p. 215) assinala que neste período sugiram novas possibilidades reformulando conceitos e as práticas da instituição, até aquele momento orientados pelo conceito de cidade-monumento:

> Os critérios que a informam deixam definitivamente de lado a questão estética e passam a fundamentar-se no valor histórico do objeto. Ocorre, na realidade, uma mudança de conceitos. De *cidade-monumento*, relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira foi capaz de construir, a área-urbana patrimônio passa a *cidade-documento*, objeto rico em informações sobre a vida e a organização social do povo brasileiro nas várias fases de sua história, como, de resto, já definia Rodrigo Mello Franco de Andrade no final de sua vida. Em suma, a área urbana-patrimônio passa a ser percebida como documento histórico, um "objeto cultural vinculado também à história, à etnografia, à arqueologia, ao urbanismo e a outras disciplinas", além da história da arte e da arquitetura, como era o usual.

No mesmo sentido Motta (2011, p. 250) afirma que nesse período "(...) foram desenvolvidos trabalhos a partir dos quais se formulou o conceito de cidade documento, considerando valor de patrimônio aquilo que as cidades podiam propiciar de conhecimento sobre a história, a

partir da leitura da morfologia urbana". Diante disso os sítios históricos deveriam ser valorizados a partir de suas transformações tendo em conta aspectos morfológicos e tipológicos próprios do lugar possibilitando "(...) uma leitura conjunta das várias dimensões do objeto urbano". Não se trata mais de valorizar apenas os sítios homogêneos representantes do período colonial brasileiro.

Nesse sentido pode-se afirmar que o marco inicial da adoção do conceito de cidade-documento no Brasil foi o Tombamento de Laguna em 1985, que se apresenta como uma nova perspectiva de entendimento dos sítios urbanos históricos. Está forma de ver a cidade não está vinculada somente a sua forma urbana, mas também se encontra na sua história bem como em sua natureza paisagística, na sua "estrutura natural" (FRANCO, 1984, p. 12) conformada pelos morros e a Lagoa de Santo Antônio. Para Franco (1984, p. 12) é esta "integridade que deve ser preservada".

> (...) tratar-se de documento precioso da história urbana do país, menos como sede de acontecimentos notáveis — embora estes tenham sido ali assinalados — do que pela escolha criteriosa do sítio; pelo papel que o povoado pode desempenhar, em virtude de sua localização, no processo de expansão das fronteiras meridionais; e, **sobretudo pela forma urbana assumida** afinal como precipitação espacial dos dois processos precedentes (FRANCO, 1984, p. 01. Grifo meu).

No mesmo parecer apresentado por Luís Fernando Franco (1984) fica evidente a importância das varias dimensões do sitio urbano como resultado das diversas contribuições socioculturais ao longo do tempo. Para ele os critérios de preservação da área tombada deveriam ser pautados pelo "equilíbrio delicado entre tipologia e morfologia", conforme apresenta no seu parecer:

> É esse o documento de natureza tanto histórica quanto etnográfica e paisagística cuja integridade deve ser preservada. A proteção natural dos morros já não a garante. Para que seja reapropriado por seus habitantes e se torne objeto de experiência sensível - entendida também como qualidade de vida -, é preciso partir do documento em seu estado atual, não permitindo, mediante o tombamento, senão as intervenções capazes de enriquecer suas leituras. Os critérios para definir quais são essas intervenções não poderão surgir senão de uma análise que leve em conta o **equilíbrio delicado entre tipologia e morfologia**. (FRANCO, 1984, p. 12. Grifo meu)

A partir desse entendimento do Centro Histórico de Laguna, valorizado em seu tombamento na década de 1980, como cidade-documento, que se deu o processo de construção do objeto de pesquisa, sendo motivado pelas seguintes questões:

1) Em que medida o conceito de cidade-documento vem orientado as ações de gestão do IPHAN?

2)Este conceito é aplicado para promover a preservação efetiva dos valores atribuídos pelos processos de patrimonialização?

3) O que é a cidade documento na pratica da gestão?

4) Quais os aspectos morfológicos e tipológicos significativos e legíveis do Centro Histórico (cidade-documento) que podem orientar os procedimentos de preservação?

Embora não se pretenda responder cada uma destas indagações, de forma especifica, a reflexão sobre elas nos levou a pensar na falta de mecanismos claros para a definição de critérios de intervenção no Centro Histórico de Laguna.

Dessa forma o objeto de estudo deste trabalho é a preservação de Laguna como cidade-documento, tendo em conta sua trajetória após o tombamento. O recorte espacial adotado é o Centro Histórico tombado na sua totalidade, na medida em que o valor foi atribuído a um documento urbanístico que deve ser compreendido a partir da leitura de seu conjunto. Para o recorte temporal se utilizou o período compreendido entre o ano de 1985, ano de seu tombamento, até os dias de hoje, analisando sua arquitetura, morfologia urbana, as transformações ocorridas através do tempo e os procedimentos de preservação do IPHAN.

Com o intuito de atingir o objetivo apontado por Franco em 1984, anteriormente citado, de se estabelecer critérios de intervenções que levem em conta o equilíbrio entre tipologia e morfologia, foi necessário desenvolver estudos para compreender a formação histórica de Laguna de forma a atribuir valor a sua materialidade como cidade-documento, assim como analisar o modo pelo qual esse conceito foi apropriado nos procedimentos de preservação urbanísticos e arquitetônicos de Laguna, identificando aspectos morfológicos e tipológicos significativos e legíveis do Centro Histórico (cidade-documento) e propondo uma leitura de sua relação com as diferentes narrativas de valoração.

Assim o trabalho foi estruturado em introdução, cinco capítulos e as considerações finais. Nesta introdução se apresenta a contextualização do objeto de estudo, justificativa, seus objetivos, metodologia e estrutura da pesquisa.

No primeiro capítulo– **Formação e desenvolvimento de Laguna** – foi apresentado um olhar sobre o histórico da evolução urbana e arquitetônica de Laguna evidenciando diferentes formas de apropriação de seus espaços que refletem na configuração urbana atual, percebendo as distintas maneiras de apreensão do espaço nos diferentes períodos de seu desenvolvimento. Assim, entender essas transformações representa uma busca por elementos que transmitem as

singularidades do sítio e que demonstram o processo de conquista e de adaptação ao território das diferentes comunidades que aqui se instalaram.

O segundo capítulo - **Laguna Patrimônio Cultural: Valores Atribuídos** – contextualiza a preservação de Laguna no cenário Nacional. Foi realizada uma reflexão sobre a evolução do conceito de cidade-monumento para cidade-documento. Concluindo este capítulo com uma análise do Processo oficial de proteção do patrimônio cultual na cidade, partindo do primeiro tombamento no ano de 1954 quando o então DPHAN (hoje IPHAN) tombou, como monumento isolado, a antiga Casa de Câmara e Cadeia, até o tombamento em 1985, quando foi instituída a poligonal de delimitação do Centro Histórico. Suas causas e efeitos, seus atores e responsáveis. Essa reflexão apresenta as razões que levaram o IPHAN a tombar o Centro Histórico de Laguna como cidade-documento e não como cidade–monumento, compreendendo o novo discurso que se iniciava dentro da instituição na época. Foram considerados alguns atores que apresentaram as tensões relacionadas com o processo de tombamento do Centro Histórico, demonstrando como a maior parte da comunidade não compreendia e não concordava com este tombamento.

No terceiro capítulo - **A Preservação de Laguna** – foi apresentada uma visão geral da preservação do Centro Histórico, considerando os problemas principais e suas tendências. Para tanto foram analisados o estado de conservação e os usos das edificações e dos espaços públicos. Em seguida foi apresentado um panorama das políticas de preservação, como planos, projetos, e normas de preservação. A partir disso pode-se perceber que foi produzido uma variedade de estudos e documentos de grande valor que poderiam subsidiar os trabalhos do Escritório Técnico.

O capítulo quarto - **Transformações e Permanências: Tipologia e Morfologia do Centro Histórico de Laguna** – faz uma análise morfológica e tipológica, como ferramentas do modelo crítico a estudar a cidade, procurando identificar os processos que definem o lugar como um espaço caracterizado culturalmente. A identificação dos elementos morfológicos e tipológicos pressupõe reconhecer quais são as partes da forma e a maneira como se estruturam os diferentes elementos que compõem o conjunto urbano, elucidando os componentes morfológicos e tipológicos que permitem a leitura do espaço urbano.

Os estudos da tipologia e da morfologia permitem contar a história da cidade situando-a em seu contexto técnico-científico e sociocultural. Proporcionam, ainda, uma leitura atual do desenvolvimento das estruturas edilícias produzidas, propiciando reconhecer e preservar o patrimônio de forma adequada em toda a sua abrangência, abarcando as suas especificidades.

A partir destes estudos foram analisadas as características formais do Centro Histórico, como o traçado, o parcelamento do solo, a ocupação e as tipologias arquitetônicas, fazendo ênfase em suas transformações e permanências através do tempo, que justificaram o seu tombamento. Como embasamento conceitual foram estudadas as teorias de vários autores como Quincy, Durand, Moneo, Rossi, Argan e Waissman entre outros.

Finalizando este capítulo foram estudados exemplos de sequências urbanas, como metodologia de análise que permite nortear de maneira mais clara e objetiva os critérios de avaliação dos novos projetos e reformas, sendo condizente com o conceito de cidade-documento pelo qual foi tombado o Centro Histórico de Laguna.

No quinto e último capítulo – **Análise dos Processos de Intervenção: 1985 a 2015** – foram escolhidos 38 processos de intervenção a fim de proporcionar um panorama dos critérios de análise e de avaliação dos projetos protocolados no Escritório Técnico. Destes processos foram selecionados os 30 exemplos mais representativos em termos de intervenção no conjunto tombado Os processos selecionados são referentes às novas construções ou intervenções relevantes que modificaram edificações existentes ou que transformaram a paisagem urbana. A partir desses estudos, foram analisados os critérios de intervenção utilizados e em que medida estão de acordo com o valor cidade-documento apontado no tombamento. Pode-se constatar que existe uma falta de compreensão deste conceito por parte dos técnicos levando a uma dificuldade para aprovar inserções de arquitetura contemporânea, algumas vezes preferindo a arquitetura mimética, que não representa a evolução urbana e arquitetônica preconizada no seu tombamento.

Também foi constatado o caráter subjetivo de avaliação das intervenções pela falta de uma normativa condizente com o conceito de cidade-documento.

Finalizando estão apresentadas as **Considerações Finais** feitas a partir da interpretação e discussão dos dados levantados, visando uma reflexão sobre a forma de preservação do patrimônio cultural de Laguna, após 30 anos de tombamento, para que o mesmo possa ser repensado a partir de uma discussão profunda, sobre o significado deste Centro Histórico e de seu tombamento.

Comprovou-se que, apesar de estar ocorrendo uma grande discussão a respeito do conceito de cidade-documento, o mesmo não vem sendo utilizado em sua totalidade, tanto internamente na instituição, como com relação aos proprietários e profissionais que atuam na elaboração dos projetos, fragilizando a ação institucional do IPHAN.

1. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE LAGUNA

> Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 1998, p.21).

1.1 História e Evolução Urbana

A história da ocupação da região de Laguna teve início na pré-história com os povos sambaquieiros, que deixaram grandes vestígios arqueológicos conhecidos como oficinas líticas e Sambaquis[1]. São 22 Sambaquis localizados em seu território, sendo um deles, o do Peralta, situado dentro da poligonal de tombamento. No interior, os locais mais altos abrigaram os grupos caçadores-coletores, onde se encontram vestígios líticos vinculados a tradição Umbu. Posteriormente se encontram vestígios culturais dos índios pertencentes à raça Tupí-Guarani, que habitaram as regiões próximas às lagoas e mar (HUK, 2009).

No início da colonização do Brasil, o território onde seria instalada Laguna constituía a parte mais meridional do Brasil, na Capitania de Santana. Neste local passa a linha imaginária criada no tratado de Tordesilhas em 1494, separando as terras de Portugal à leste e Espanha à oeste. Por este motivo, Laguna tornou-se um importante referencial geográfico e de demarcação territorial para Portugal (CABRAL, 1970).

Apesar de ser área conhecida por viagens de exploração em busca de minas de ouro e prata e caça de indígenas, bem como pelos jesuítas a procura de locais para estabelecer suas missões (SANTOS, 1991), de acordo com Cabral (1939) é a partir de 1658 que teve início às expedições de bandeirantes a fim de efetivar a ocupação do litoral da Capitania de Santana, buscando assegurar o domínio português do território. Três bandeiras promoveram a implantação dos primeiros povoados: Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco, atual São Francisco do Sul, em 1658, de Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, entre

[1] Os sítios são caracterizados basicamente por serem uma elevação de forma arredondada que, em algumas regiões do Brasil, chega a ter mais de 30m de altura. São construídos basicamente com restos faunísticos como conchas, ossos de peixe e mamíferos. Ocorrem também frutos e sementes, sendo que determinadas áreas dos sítios foram espaços dedicados ao ritual funerário e lá foram sepultados homens, mulheres e crianças de diferentes idades. Conta igualmente com inúmeros artefatos de pedra e de osso, marcas de estacas e manchas de fogueiras, que compõem uma intrincada estratigrafia (GASPAR, 2004, p. 9-10).

1673 e 1675, e o de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, localidade por onde passava a linha de Tordesilhas, em 1684[2].

A região onde Laguna se encontra tem uma situação geográfica excepcional por se constituir em um atracadouro natural, por ser ponto de inflexão de correntes marinhas e ventos, o que, segundo Lucena (1998), atraiu as empresas europeias de navegação. O povoado foi fixado dentro da Barra da Lagoa de Santo Antônio, de acordo com a tradição portuguesa, protegido por uma elevação que enlaça a pequena planície onde hoje se situa a cidade, o fácil e abundante abastecimento de água de boa qualidade. Esta implantação favorável, ao longo da história, haveria de preservá-la de qualquer inimigo que viesse por mar, como na invasão espanhola de 1777, quando Laguna foi salva pelos ventos contrários, impedindo que as naus de Castela transpusessem a barra (HUK, 2009).

Laguna serviu como posto avançado da coroa portuguesa, como base de operações militares e pousada de bandeirantes, utilizada como ponto estratégico de apoio para o desbravamento da região sul e com o objetivo de defesa do território lusitano. Na época foi definida como último porto meridional seguro, que apresentava garantia de abrigo à navegação costeira. Também foi fundamental como local de resistência nos conflitos existentes, entre Portugal e Espanha, pela posse do território não explorado.

Laguna, pela sua importância como base militar e polo de colonização, ainda manteria contatos mais frequentes com a metrópole em relação as demais vilas - Desterro e São Francisco. Além do mais, partiram desta Vila diversas bandeiras que efetuaram o reconhecimento do território e a povoação da nova colônia de Rio Grande. Por isso, o comércio se desenvolvia mais rapidamente, aproveitando a produção pesqueira para comercialização e antes de 1709 já abastecia estas cidades de carne salgada (GALVÃO[3], 1884).

---

[2] Sobre a data da fundação, há controvérsias. Segundo Cabral (1939), a maioria dos autores concorda com a data de 1684; baseada na Carta Régia de 1682 (que convidava Francisco de Brito Peixoto a realizar a Bandeira colonizadora), citada por Azevedo Marques. Sabe-se que houve uma primeira tentativa de Brito Peixoto, para alcançar Laguna em 1676, que apesar de não ter sido promissora, é aceita por alguns autores. Assim sendo, a data de 29 de julho de 1676 tornou-se a oficial, mediante decreto municipal de n.º 15/75 de 02/05/1975 (LUCENA, 1998, p. 9).

[3] Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão (Estância, 25 de dezembro de 1837 — Recife, 23 de fevereiro de 1916) foi um advogado e político brasileiro. Também conhecido como Manuel do Nascimento da Fonseca Galvão. Foi vice-presidente da província de Santa Catarina, nomeado por carta imperial de 20 de outubro de 1869. Foi também presidente da província do Sergipe, nomeado em 28 de dezembro de 1872, de 8 de março a 11 de novembro de 1873. Foi deputado da Assembleia Geral do Império pela província de Santa Catarina na 14ª legislatura, de 1869 a 1872, na 15ª legislatura, de 1873 a 1875. Foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 18ª legislatura (1870 — 1871). Escreveu "Notas Geográficas e Históricas sobre Laguna", 1871. (Piazza, Walter, 1985)

No final do século XVII edificou-se a Capela[4] dedicada a Santo Antônio dos Anjos, que funcionou como marco da conquista de Domingos de Brito Peixoto[5]. Em 1714 a localidade foi elevada à categoria de Vila e foi quando se iniciou, realmente, sua primeira etapa de urbanização. Em 1720, com a visita de correição de Rafael Pires Pardinho[6], foi implantado o primeiro código de posturas, que previa, entre outras questões, o regulamento do traçado viário e normas para as novas construções (ARNS, 1975).

> Compunha-se a vila a este tempo (1720), conforme seu relatório à corte de 42 casas de pau-a-pique, cobertas de palha e sem arruamento regular, contendo trezentas pessoas de confissão, que comerciavam em farinha, peixe seco, carnes salgadas e cordoaria de cipó imbé. (GALVÃO, 1884, p 25)

Neste período há uma distinção entre a área urbana e a área rural, de acordo com Galvão (1884, p 26) (figura 03):

> Proveu então o ouvidor sobre o arruamento e modo de construção; determinou a área do rocio da Vila, que começava no último córrego do caminho que ia para o Campo, seguindo suas sinuosidades pela quebrada acima do outeiro, que lhe dava origem, donde entrava a leste até o mar e daí para o sul, todo o terreno compreendido entre o mesmo mar e a lagoa até a junção destas duas águas; (...)



Figura 03: Laguna retratada pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, c. 1824-1828 (Debret e o Brasil: obra completa – 1816 – 1831, Capivara, 2008).

Sobre a especificação das normas de construção instituídas na época, Dall'Alba[7] (1979, p.96):

> Não havendo na povoação uma só casa de pedra, nem ao menos coberta de telhas, apesar de grandes comodidades que havia, gastando os moradores o tempo em fazerem casas de pau-a-pique cobertas de palha. Necessitam de contínuos reparos, no que gastam muito tempo sem utilidade alguma. Nem podiam deixar a seus filhos

[4]Foi levantada inicialmente uma capela de "pau-a-pique", coberta de palha, quando em 1696, seria substituída por uma nova edificação, que constitui hoje a parte da capela mor da atual. A capela tinha à sua frente um grande campo, que seria também reservado para construção de uma praça (CABRAL, 1939).

[5] O Bandeirante Vicentista Domingos de Brito Peixoto comandou a expedição para explorara o extremo sul da Capitania de São Vicente e que fundou, juntamente com seu filho Francisco de Brito Peixoto, o povoado de Santo Antônio dos Anjos da Laguna.

[6] A visita de Correição tinha por finalidade organizar por leis o crescimento espacial e econômico da Vila

[7]Sua obra é um documentário, baseado em escritos encontrados de Francisco Isidoro Rodrigues da Costa, Capitão Mor da Vila de Laguna; que fez a descrição do município antes de 1880 e que contém uma síntese dos provimentos do Ouvidor Rafael Pires Pardinho.

> propriedade. Proveu: que ninguém faça casa sem obtenção de licença da Câmara. Esta medirá o terreno, indicará o local, sendo que as casas que daí em diante se fizessem fossem arruadas, de modo que uma rua se visse doutra banda. Devem todas ser na mesma carreira. A primeira que se fizesse fosse perto da Igreja, de cuja porta principal fique direita ao mar. Depois desta, iam-se formando as demais, em quadra. Que nenhuma tivesse menos de quarenta palmos de largura. Que na beira do mar ficasse uma rua, cujas portas e janelas olhassem para o mar. Em caso algum dar-se-ia licença para que ficasse alguma com quintal para o mar. Porque além de ficar desforma a povoação, destrói a fortificação da Vila. Poderá haver ocasião em que seja preciso defender-se do inimigo que venha pelo mar. Nesta rua ficarão os Paços do Conselho, cadeia, uma praça larga, no meio da qual estará o pelourinho. Deverão ser demolidas as casas de palha e pau a pique que existam com costas para o mar.

A Capela de Santo Antônio dos Anjos com o Campo de Manejo, juntamente com a Fonte da Carioca e o movimento portuário ao longo da praia (atual Rua Gustavo Richard) foram os pontos geradores do traçado urbano inicial. Posteriormente com a construção do Paço do Conselho (antiga Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu Anita Garibaldi), em 1740, situado em uma praça distinta passou a formar parte desses pontos geradores formando um polo cívico cultural (figura 04).



Figura 04: Mapa com a localização e a marcação dos pontos geradores do traçado inicial do Centro Histórico de Laguna (adaptado de Google Earth, 2015).

Laguna desenvolveu-se primeiramente em função do comércio do gado. A partir dos "Campos do Viamão"[8], na Província de São Pedro (atual Rio Grande do Sul), em 1725, era trazido o gado à Laguna, onde era retalhado, salgado e embarcado para São Vicente, por via marítima, movimentando o Porto (ULYSSÉA[9], 1943). Com a criação do "Caminho das Tropas"[10], nova rota para transporte do gado do sul para o planalto da colônia, evitando o litoral, Laguna foi gradativamente perdendo a importância como porto exportador de carne (DALL'ALBA, 1979).

> Assim, o antigo caminho que existia desde o final do século XVII ao longo da costa, entre a Colônia do Sacramento e Laguna, o caminho da Praia, foi, em 1728, desviado para o Oeste, na altura da atual cidade catarinense de Araranguá, alcançando os Campos de Cima da Serra e rumando daí para a vila de Curitiba (SANTOS, 2015, p. 34).

A Vila passou a contar apenas com o gado que era criado nas suas proximidades ocorrendo um forte declínio econômico. Seus habitantes passaram a se dedicar a outras atividades alternativas, como a produção de farinha de mandioca, o peixe seco, a cordoaria de cipó-imbé e algumas culturas de cereais. Neste período a Vila sofreu diversos decréscimos populacionais. Desde 1728, parte de sua população havia sido requisitada para construção do caminho para as tropas que ligaria o sul até São Paulo e em 1735 para os combates em Sacramento (GALVÃO, 1884) (figuras 05 e 06).

[8]Os chamados Campos de Viamão abrangiam uma imensa área no nordeste do atual Rio Grande do Sul. Os tais campos correspondiam às terras situadas ao sul do rio Mampituba, tendo ao leste o oceano Atlântico e a oeste e a sul a baliza fluvial do Guaíba e da lagoa dos Patos. Para os paulistas e lagunistas que exploraram o Rio Grande a partir do "Caminho da Praia", os campos eram todas as planícies despovoadas à margem esquerda do Rio de São Pedro.

[9] Saul Ulysséa (Laguna 11 de outubro de 1868 - 16 de fevereiro de 1948), Morou no Rio de Janeiro onde estudou humanidades, desenho, piano, violino (que já estudara em Laguna) e canto. Voltou para a terra natal em 1898, estabelecendo-se com uma casa de importação, exportação e consignação, montando as primeiras máquinas de descascar arroz e de moer café, no sul do Estado. Ele também fundou o serviço marítimo Saul Ulysséa, adquirindo o Tamoio, primeiro navio a vapor pertencente à praça de Laguna. Foi procurador da República de 1905 a 1930. Por alguns anos foi provedor do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos. Sua participação na sociedade e na imprensa da cidade foi marcante. Ele escreveu os livros Laguna de 1880 e Coisas Velhas. (www.jornaldelaguna.com.br/saul-ulyssea/ - acessado em 02/03/2016)

[10]Caminho das Tropas (1700-1730) de Viamão, no Rio Grande do Sul, a Sorocaba, em São Paulo, por onde era levado o gado.

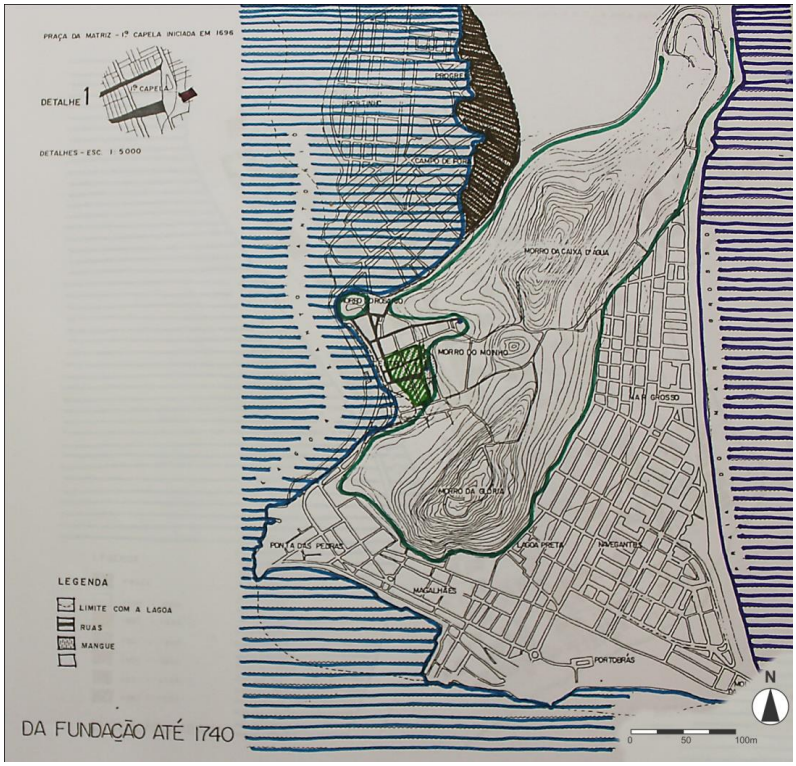


Figura 05: Mapa da fundação até 1740, mostrando o Centro Histórico em relação à cidade atual (adaptado de UFSC, 1983).

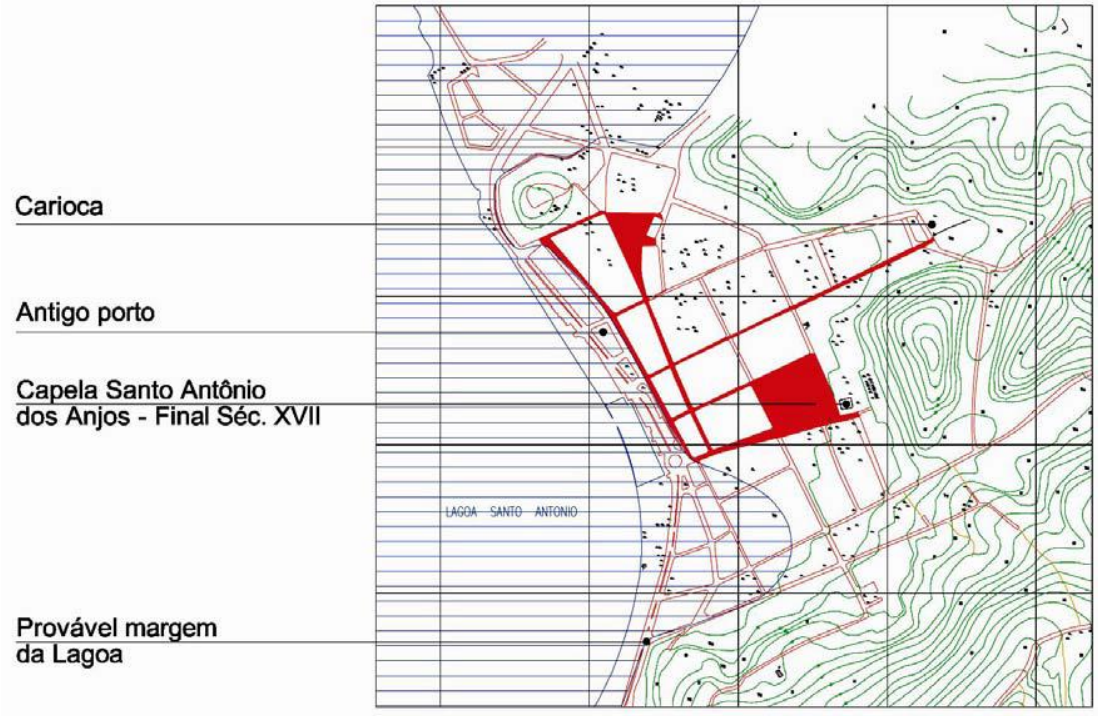


Figura 06: mapa com evolução urbana da Fundação até início século XVIII (SIMON, 2000).

Com a construção do "Paço do Conselho" (Casa de Câmara e Cadeia), em 1747 (ULYSSÉA, 1943), por suas funções é provável que tenha repercutido na importância do local para o crescimento urbano da Vila, provocando a concentração de moradias e comércio no seu

entorno. Dessa forma pode-se dizer que ficaram constituídos dois polos - o Largo da Matriz e o Largo da Casa de Câmara e Cadeia. De acordo com Lucena (1998, p 23) a Praça da Igreja que deveria ser o principal núcleo de expansão urbana:

> (...) passou a exercer menor influência que a Praça da Câmara e Cadeia a partir de então. O seu crescimento urbano se caracterizou então pela ligação entre estes dois pólos, sempre o mais próximo possível da lagoa; ou seja, concentrando o maior número de construções pela Rua da Praia, já parcialmente ocupada (atual Gustavo Richard), onde estava situado o Porto; e pela Rua Direita (atual Raulino Horn), que ligava a Praça da Cadeia (atual República Juliana) ao Largo da Matriz ou (Campo do Manejo).

Com o crescimento da atividade agrícola no Brasil, a Coroa Portuguesa, em função das solicitações do mercado externo, advindas principalmente da Revolução Industrial, promoveu mudanças na economia da Colônia incentivando a atividade portuária. A Vila de Laguna assumiu, então, o papel de porto escoador da produção agrícola e pecuarista do sul da Província, que também recebia incentivos governamentais para se desenvolver (PRADO JÚNIOR, 1992).

O desenvolvimento da Vila passou a ser impulsionado pelo comércio em função do movimento do Porto, dando origem a uma classe social de maior poder aquisitivo, ficando evidente nas casas mais sólidas que começaram a ser construídas. As casas térreas passaram a dividir o espaço urbano com os sobrados, que geralmente abrigavam o comércio no térreo e a residência no pavimento superior. Surgiram também, nesta época, armazéns e depósitos ao longo do porto, destinados à estocagem de produtos que chegavam e partiam (ULYSSÉA, 1943) (figura 07).



Figura 07: Porto e casario da rua da Praia, s/d (Postal Ayres de Ulysséa e Cia, Acervo de Fabiano T. dos Santos).

Em busca de um maior adensamento populacional, a Coroa Portuguesa incentivou, a partir de 1748, a vinda de casais açorianos para dar novo impulso às vilas litorâneas do sul do Brasil. A vinda destas famílias oriundas das Ilhas dos Açores e da Madeira, então superpovoadas, prolongou-se até 1756 ocasionando um grande impulso ao povoamento da Vila de Laguna. Esta colonização teve uma influência marcante na formação histórica e cultural do litoral catarinense, trouxeram seus costumes, sua arquitetura peculiar, suas tecnologias, o linguajar, além de um rico elenco de manifestações culturais. Nesta época, século XVII até meados do século XIX, a linguagem arquitetônica predominante era a luso-brasileira[11], característica das vilas portuguesas no Brasil (figura 08).



Figura 08: Casario luso-brasileiro no entorno da Casa de Câmara e Cadeia, s/d (Postal Ayres de Ulysséa e Cia, Acervo de Fabiano T. dos Santos).

Em 1820, Saint-Hilaire, viajante que visitou a Vila de Santo Antônio dos Anjos da Laguna (figuras 09 e 10), afirmou que suas ruas eram estreitas, porém, pavimentadas com uma mistura de areia, terra preta e cascalho, batida de tal forma que nos dias chuvosos se formava pouca lama em seu leito. As casas tinham boa aparência e, em geral, eram construídas de alvenaria (SAINT'HILAIRE, 1978).

[11] Denominação dada à arquitetura produzida pelos colonizadores portugueses e seus descendentes no período compreendido entre o final do século XVII e o início do século XX. Sobre esta denominação consultar WEIMER, Günter. **Síntese Rio-grandense: A Arquitetura** (1999) e **Arquitetura Popular Brasileira** (2005) e SILVA Fº. Olavo Pereira da. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão** (1998).

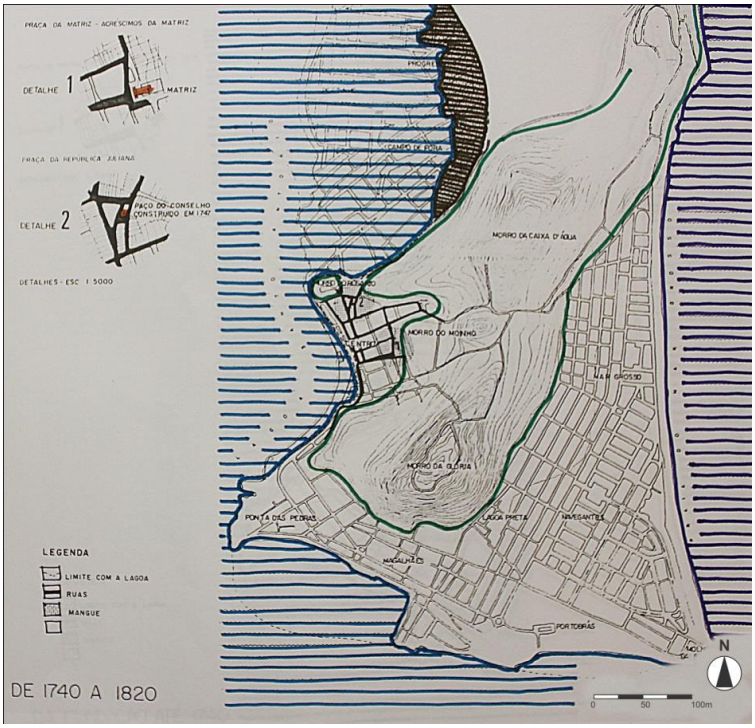


Figura 09: mapa com evolução urbana de 1740 a 1820 (adaptado de UFSC, 1983).

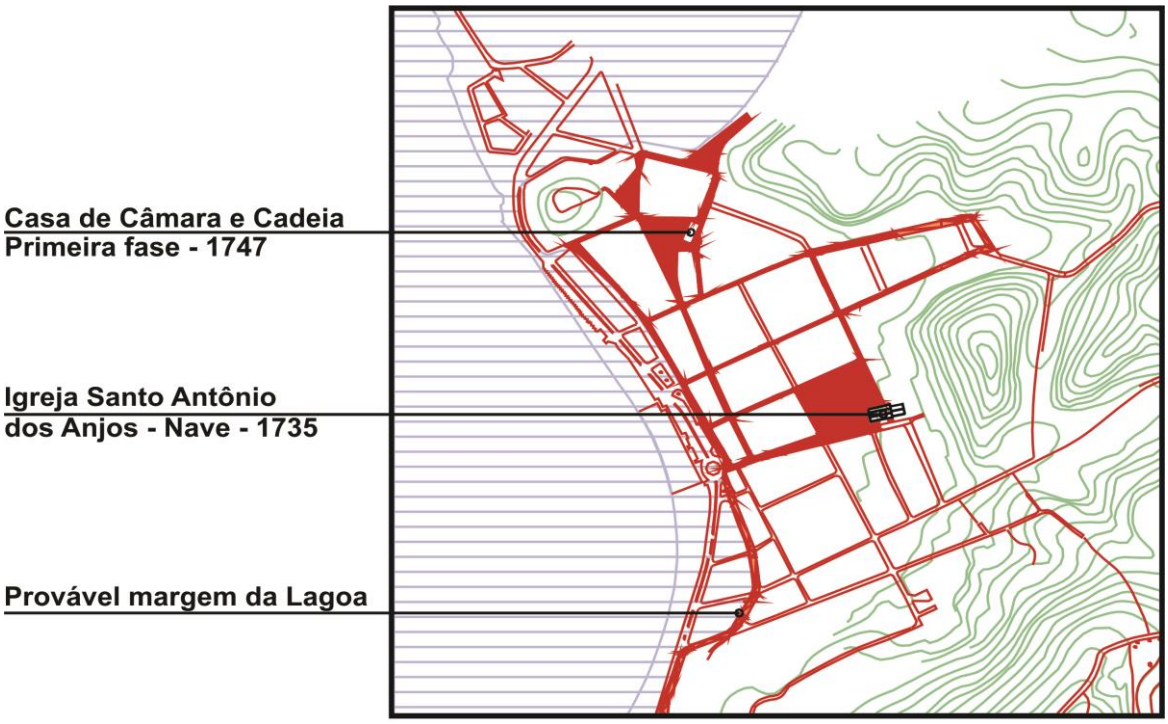


Figura 10: mapa com evolução urbana de início do século XVIII até início do século XIX (SIMON, 2000).

Em 1847, por decreto imperial, Laguna foi elevada a categoria de cidade (figura 11). O desenvolvimento comercial dessa época possibilitou uma melhor condição de vida de famílias ligadas ao setor:

> Estas elites locais que se formavam, queriam "civilizar" a população, absorvendo os costumes europeus, com novas formas de "sociabilidade" que denotassem mudanças de hábitos culturais, agora considerados rústicos e ultrapassados. Considerando que a Cidade neste período, pela sua importância comercial e portuária destacava-se como a cidade portuária mais importante do sul do estado e como uma das cidades mais importantes de Santa Catarina, provavelmente que a elite lagunense devesse manter relações diretas coma elite da Capital, Desterro. (NODARI, SERPA, MERGENER E NETTO in Laguna e Lages: Reformulação das condutas e sociabilidades na Primeira República, REVISTA CATARINENSE DE HISTÓRIA, 1995, p. 10, apud Lucena 1998, p. 28-29)

As pesquisas realizadas por Lucena (1998) no jornal "O Pyrilampo"[12] demonstram que "(...) as condições físicas das ruas e praças da Cidade, percebendo com evidência o contraste entre uma sociedade nova que se organizava, frente a um espaço urbano ainda "ruralizado".

> Há dias sugerindo-me o desejo de dar o passeio pela Cidade, vesti meu domingueiro e sahi de casa.
> Em meu trajeto comecei a incomodar-me por vêr o Senhor Fiscal consentir pelas ruas um grande número de cavalos, cabritos e cães, que além da moralidade que causão a todo o momento, servem de incômodo ao passeante... Haverá ou não posturas que proíbão essas cousas! Se não há, pode-se crear e a Assembléia Provincial, que attenda, admire e veja a decadência, que marcha isso por aqui por falta de quem falle e velle sobre este lugar, que seu rendimento é transmitido à província sem a menor compensação (Jornal: O PYRILAMPO, 1/09/1864, apud LUCENA, 1998, p. 29).

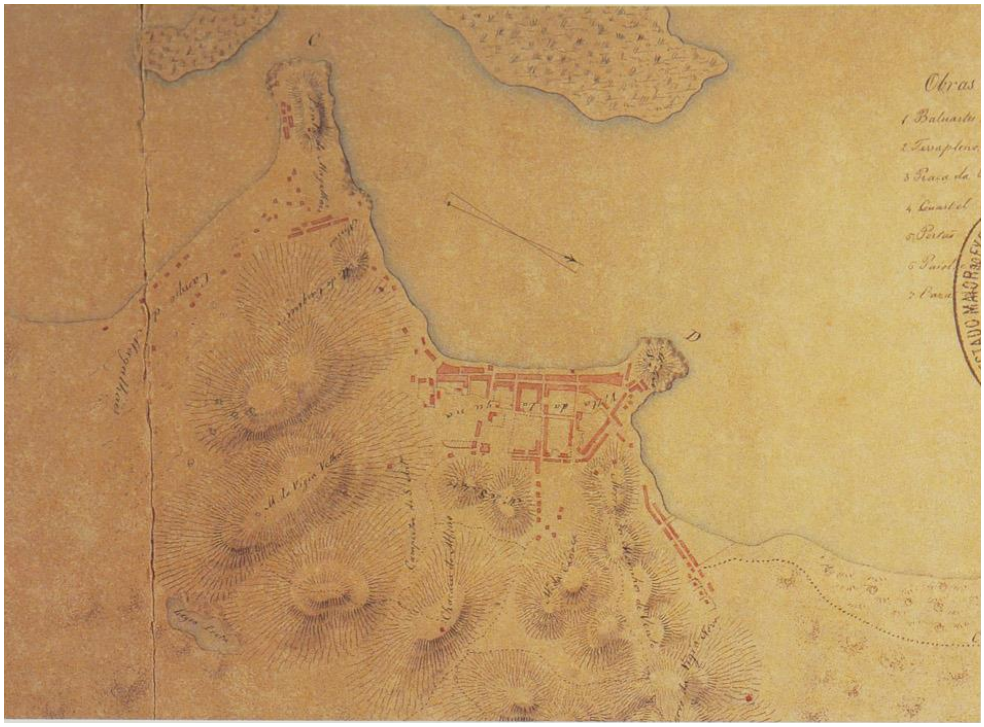


Figura 11: O porto define a ocupação mais densa das vilas secundárias ao longo da costa. Pormenor da "Planta da Villa de Laguna e suas imediações", século XIX (Arquivo histórico do Exército/RJ, In: PESSOA, J. Revista Oceano 41, 2000, p. 75).

[12] O Pyrilampo foi o primeiro jornal de Laguna, iniciado em 1864.

Neste período também se registrou a vinda dos imigrantes italianos e alemães que chegavam pelo Porto na espera de embarcações que seguiam para o interior pelas lagoas e rios (figura 12).



Figura 12 – Aspecto da orla da lagoa de Santo Antônio com o movimento portuário, s/d (ETec Laguna – IPHAN/SC).

O aumento da produção do carvão no final de século XIX proporcionou à Laguna um novo ciclo econômico, com uma intensa movimentação portuária, reconhecido por meio da rica arquitetura eclética da cidade (figuras 13 a 15).

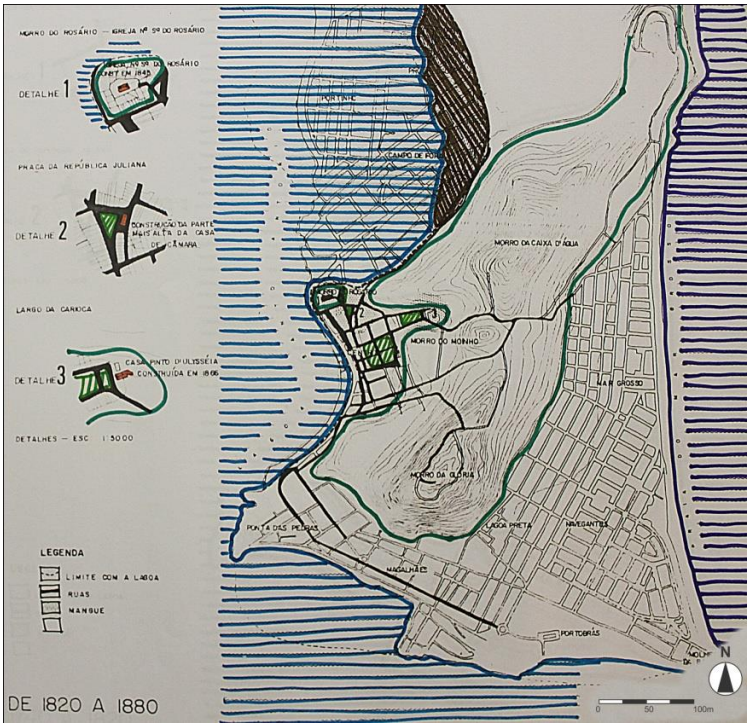


Figura 13: mapa com evolução urbana de 1820 a 1880 (adaptado de UFSC, 1983).

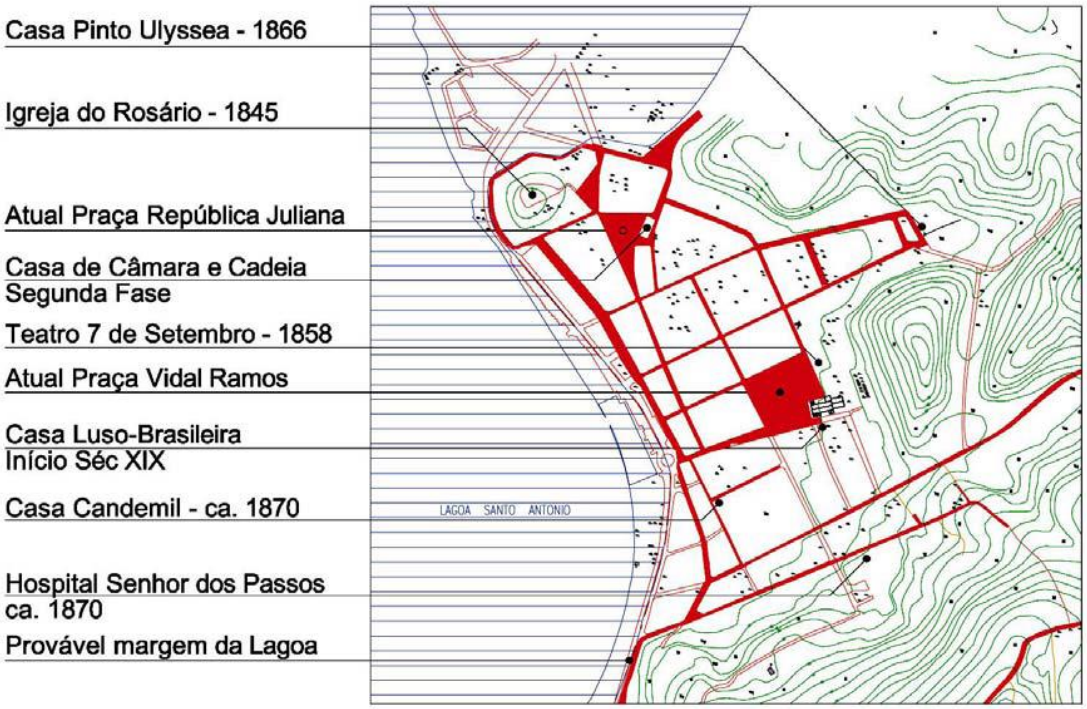


Figura 14: mapa com evolução urbana do inicio do século XIX até 1880 (SIMON, 2000)



Figura 15: Aspecto da Rua da Praia, atual Gustavo Richard, com a presença da arquitetura eclética, s/d (ETec Laguna – IPHAN/SC).

Por volta de 1880 duas frentes de expansão se iniciaram formando novos bairros, como o Campo de Fora[13] e o Magalhães[14] (figura 16).

[13] O Campo de Fora era um arrabalde, constituído por uma rua principal, a rua Almirante Lamego e pequenas travessas que partiam dessa mesma rua (LUCENA, 1998, p. 33).
[14] O bairro Magalhães era inicialmente ocupado por pequenos ranchos e casas de pau-a-pique, pertencentes a pescadores e marinheiros, edificados junto a paria (LUCENA, 1998, p. 32).

> [...] o porto é vasto e abrigado. É um espetáculo magnífico quando no porto se acham vinte navios da praça e os iates em número superior a quarenta. [...] Os iates que param ali navegam da capital e mesmo da cidade de Laguna, são de 14, 16 e 18 toneladas. O maior deles demanda sete palmos de água (COSTA, 1881, p. 31, apud ELÍBIO, 2005, p. 56).

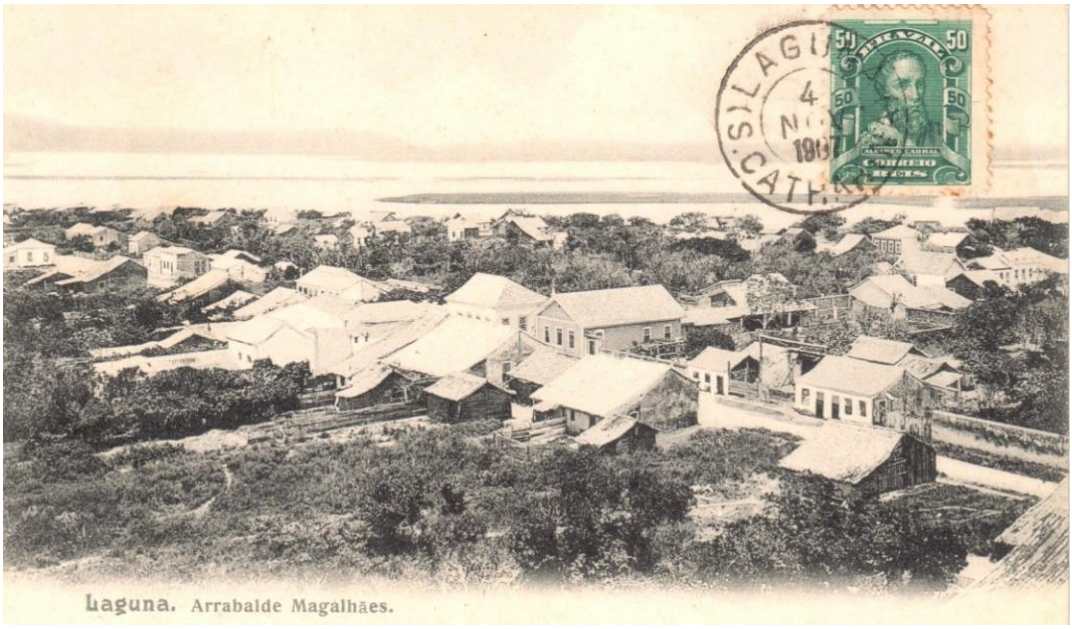


Figura 16: Arrabalde Magalhães, 1907 (Postal acervo de Fabiano T. dos Santos).

Com a estrada de ferro D. Tereza Cristina, instalada entre 1881 e 1884, a construção da ponte de ferro da Cabeçuda[15] (figura 17) e a criação do ramal ferroviário até Laguna, a cidade teve um importante desenvolvimento urbano a partir da execução de aterros no Campo de Fora para instalação dos trilhos e construção da primeira estação de trem. Posteriormente os trilhos seriam prolongados até o centro da cidade, junto ao Porto, onde chegavam grandes navios a vapor de transporte de carvão e de passageiros ocasionando grande movimentação na área (figura 18). A estação de trem do Campo de Fora foi transferida para o centro da cidade, junto ao Porto e ao Mercado Público.

[15] Foi construída entre 1881 e 1884, atualmente está desativada e em avançado processo de deterioração. È declarada Patrimônio Cultural do município de Laguna.



Figura 17: Ponte de Ferro da Cabeçuda, s/d (ETec Laguna – IPHAN/SC).



Figura 18: Aspecto da orla da lagoa de Santo Antônio, cerca de 1900 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

Com o desenvolvimento das colônias dos imigrantes, a produção era trazida de trem e escoada através do Porto. No final do século XIX deu-se um novo ciclo econômico, talvez o mais próspero que a cidade experimentou, o carvão, usado como combustível, abundante na região, passou a ser embarcado no porto de Laguna, vindo diretamente das minas por transporte ferroviário (figura 19 e 20).



Figura 19: Movimento de cargas de carvão no porto de Laguna, 1935 (ETec Laguna – IPHAN/SC).



Figura20: A ferrovia chega ao centro da cidade de Laguna, em frente ao porto, década de 1920 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

Segundo Lago (1988, p. 145, apud ELÍBIO, 2005, p. 60-61) "A partir da década de 20, Laguna vislumbrou a possibilidade de se tornar, conforme já se preconizava há muito, "porto-carvoeiro", terminal, portanto, da bacia carbonífera, a qual passou a se ligar pela Ferrovia Dona Tereza Cristina".

Na virada do século XIX, pelo enriquecimento natural da população, Laguna testemunhou o desenvolvimento urbano e intelectual mais significativo desde a sua fundação. Segundo Dall'Alba (1979) a cidade, no final do século XIX contava com mais de 600 casas térreas e 30 sobrados (figura 21). Surgiram nesta época, a sede do primeiro jornal "A Verdade" (1879), a Biblioteca Popular (1876), o primeiro hotel na Rua da Praia, o hospital (década de 1870), duas corporações musicais, algumas sociedades recreativas, o Teatro Sete de Setembro (1858) e o

antigo Mercado Público (1880) (figura 22). Este último, incendiado na primeira metade do século XX. Em 1891 foi inaugurada a iluminação pública a petróleo na cidade (HUK, 2009). Também nessa época já eram reconhecidos os festejos religiosos como a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes e a festa de Santo Antônio dos Anjos, padroeiro da cidade.



Figura 21: Grande movimentação junto a Praça da Matriz, percebe-se a rica arquitetura deste período, 1922 (ETec Laguna – IPHAN/SC).



Figura 22: Mercado Público Municipal construído em 1880, s/d (Postal Ayres de Ulysséa e Cia, Acervo de Fabiano T. dos Santos).

A abertura dos portos, pela Coroa portuguesa em 1808, provocou em várias cidades brasileiras o aparecimento de novas influências vindas da Europa, principalmente nos detalhes da arquitetura que enriqueceram com materiais importados, representados na arquitetura eclética.

Laguna recebeu esta influência tardiamente, por volta do final do século XIX, porém com grande repercussão na tipologia arquitetônica urbana. A cidade, então mais rica, recebeu novas construções ecléticas e as renovações "fachadistas" que, embora mantivessem o interior das casas na forma original, alteravam seu exterior, em busca do "status" social. Esta nova tendência foi tão marcante que muitas casas luso-brasileiras tiveram suas fachadas modificadas, acrescentando platibandas, calhas, janelas e vidros (figura 23).



Figura 23: Vista da Rua da Praia com sua variada arquitetura, s/d (ETec Laguna – IPHAN/SC).

O ecletismo tardio da cidade, veio carregado de influências neogóticas, neoclássicas e mesmo *art-nouveau* trazidas principalmente pelos imigrantes alemães e italianos que as reinterpretavam e as adaptavam aos novos costumes e à região. A cidade ganhou edificações carregadas de decorações, vidros trabalhados e ferros importados, que marcaram fortemente a nova arquitetura e mudaram a paisagem urbana. A implantação das edificações nos lotes urbanos foi aos poucos se modificando. As casas térreas e os sobrados passaram a conviver com novas edificações. A princípio eram os porões altos ainda no alinhamento dos lotes. Mais tarde foram os recuos laterais, possibilitando os acessos por meio de escadas junto aos jardins, cada vez maiores e mais imponentes (figura 24).



Figura 24: Exemplos da arquitetura eclética que se implantou em Laguna no início do século XX, s/d (ETec Laguna – IPHAN/SC).

O espaço urbano, consequentemente, alterou-se significativamente e passou a incorporar vazios entre as edificações, que antes formavam uma superfície contínua com as fachadas das casas (SIMON, 2000) (figuras 25 e 26).

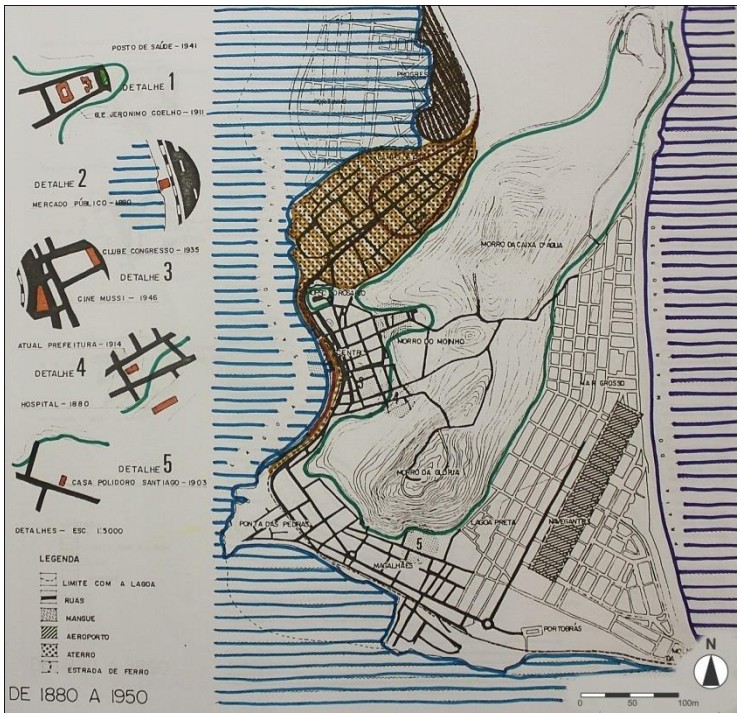


Figura 25: mapa com evolução urbana de 1880 a 1950 (adaptado de UFSC, 1983).

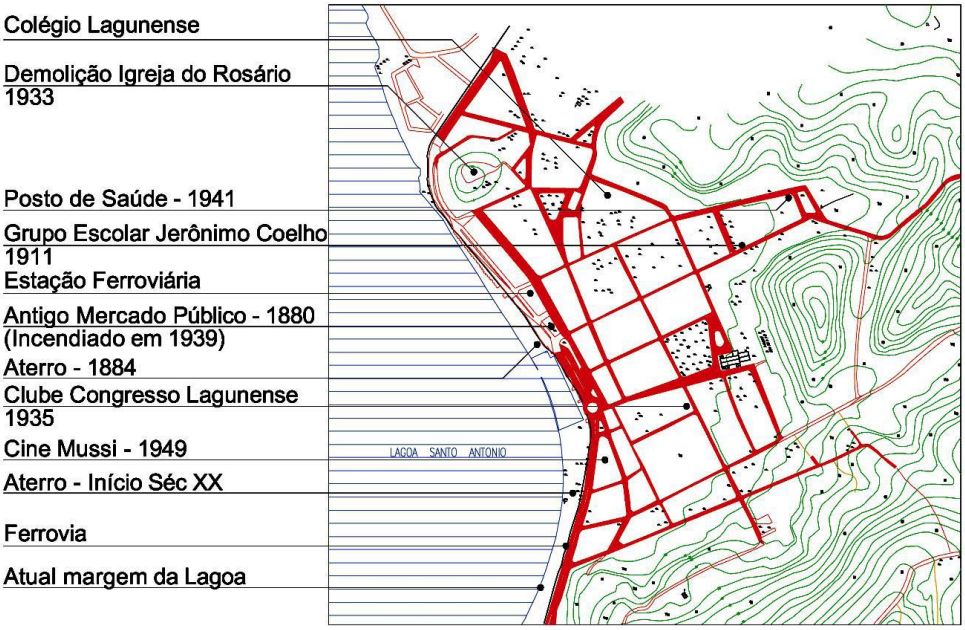


Figura 26: mapa com evolução urbana de 1880 até 1950 (SIMON, 2000).

Na década de 1940 o Porto foi transferido da área central da cidade para o bairro Magalhães (figuras 27 e 28). Segundo Lucena (1998, p. 37) este foi o melhor recurso para evitar o "(...) problema dos assoreamentos da lagoa, pois assim os navios maiores ficariam mais próximos do canal de saída para o mar". Este fato propiciou um grande desenvolvimento do bairro Magalhães, pois foi acompanhado pelo prolongamento da linha férrea que terminava no novo Porto.

> No Magalhães, mais perto da barra, os navios não teriam que passar pela lagoa, apenas adentrar ao canal. O novo porto bem mais próximo do mar, também oferecia maiores condições de armazenagem que o antigo, por possuir uma área bem maior (BITTENCOURT, 2002, p. 157).

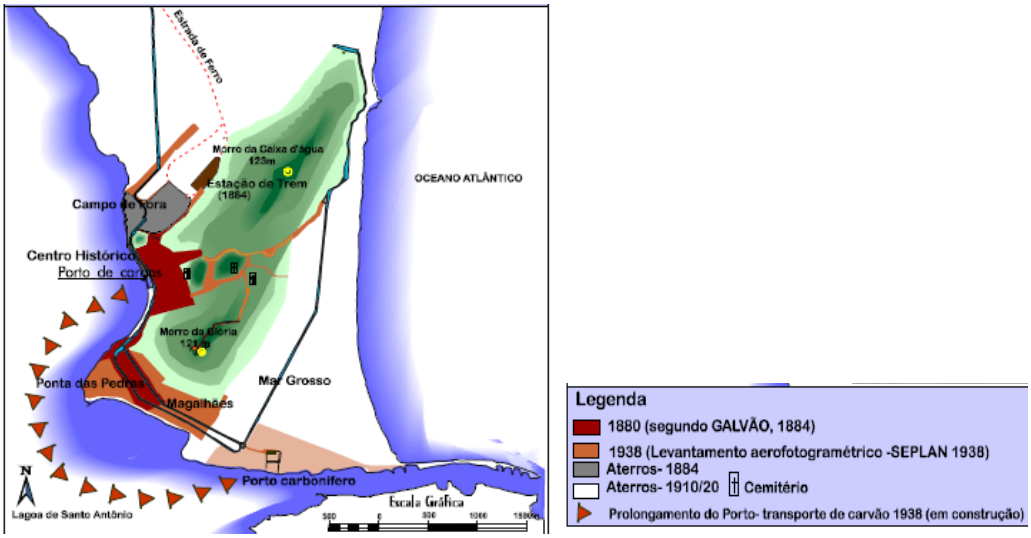


Figura 27: Mapa com a localização do novo porto carvoeiro, 1940 (LUCENA, 1998).



Figura 28: Prolongamento da linha férrea para o novo Porto no bairro Magalhães, cerca de 1940 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

A partir desse momento a cidade passou a contar com dois portos: o carbonífero, no Magalhães, e o de cargas gerais e passageiros no Centro. Este fato, aliado à transferência da estação férrea para o Campo de Fora, fez com que a Rua da Praia (atual Gustavo Richard) perdesse o movimento de embarque e desembarque. Segundo Elíbio (2005) a mudança de localização do Porto acompanhou a dinâmica da "economia carvoeira" (figura 29).



Figura 29: Vista Panorâmica do Centro de Laguna em 1940 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

Após a Segunda Guerra Mundial o Porto de Laguna, que na segunda metade do século XIX assumiu a 4ª posição no estado quanto à movimentação portuária, perdeu espaço para o porto de Imbituba [16] que era mais bem localizado para receber navios maiores e de maior cabotagem. Apesar disso, Laguna seguiu sendo um pólo para a região, uma vez que dispunha de uma boa infra-estrutura comercial, de serviços financeiros e públicos, que as outras cidades do seu entorno não possuíam (DALL'ALBA, 1979). Na arquitetura, a partir da década de 1940, o estilo *Art Déco* passou a marcar fortemente, em especial, os conjuntos urbanos de uso comercial (SIMON, 2000) (figura 30).

[16] Imbituba era uma pequena aglomeração urbana, na época pertencente ao município de Laguna. Cresceu com a expansão do porto, mas só se emancipou de Laguna em 1957.



Figura 30: A cidade, mais rica, desenvolveu-se e passou a abrigar edifícios de diferentes tipologias arquitetônicas, s/d. (ETec Laguna – IPHAN/SC).

Em pesquisas realizadas por Lucena (1998) e Simon (2000) foi observado que no período compreendido entre os anos 1938 e 1956 houve pouca expansão da cidade, ocorrendo um adensamento das áreas já ocupadas (figuras 31 e 32). De acordo com Lucena (1998, p. 39-40):

> A orla do Centro, importante área representativa da cidade, por ser anteriormente utilizada pelo porto, foi parcialmente ocupada por poderes públicos e por particulares. Os trilhos da estrada de ferro foram substituídos pela abertura de uma avenida, atual Av. Engenheiro Colombo Salles. Sobre uma parte do aterro, novas quadras comerciais foram formadas (...).



Figura 31: mapa com evolução urbana de 1950 a 1983 (adaptado de UFSC, 1983).

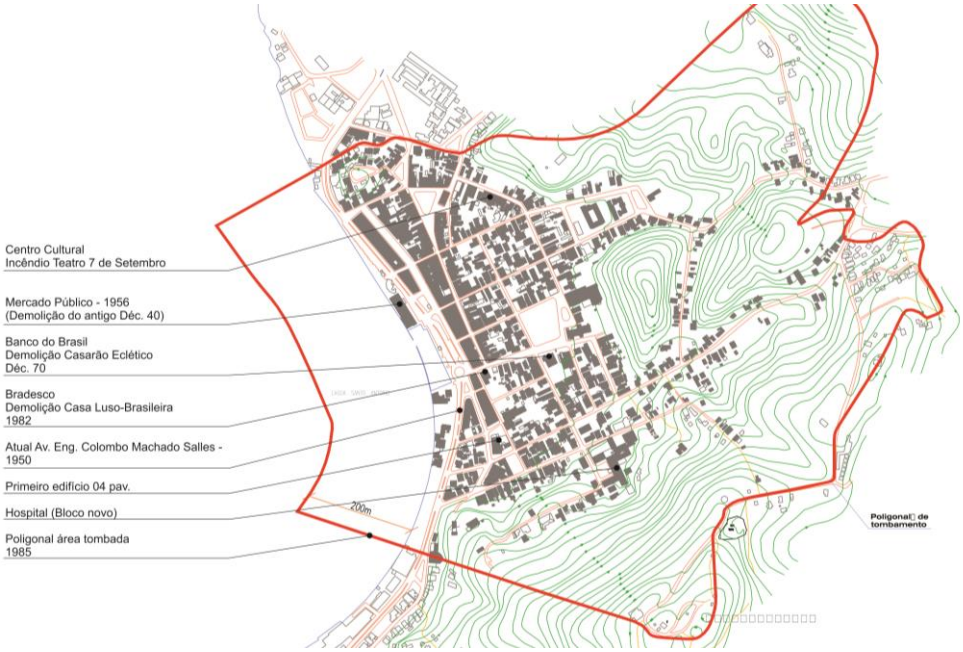


Figura 32: mapa com evolução urbana de 1950 até 2000 (adaptado de ETec Laguna – IPHAN/SC).

Na década de 1950 foi construído o novo Mercado Público no estilo *Art Déco* ocupando parte do novo aterro (de 1910), próximo ao antigo mercado. Ressalta-se o edifício do Cine-Teatro Mussi, inaugurado em 1950, como um dos mais importantes exemplares desta tipologia arquitetônica no Estado de Santa Catarina. Cabe mencionar outros edifícios como a Capitania dos Portos, a Sede dos Correios e Telégrafos e a sede do Banco INCO, além de casas comerciais e residenciais. Esta tipologia arquitetônica foi a primeira manifestação do movimento moderno (figura 33).

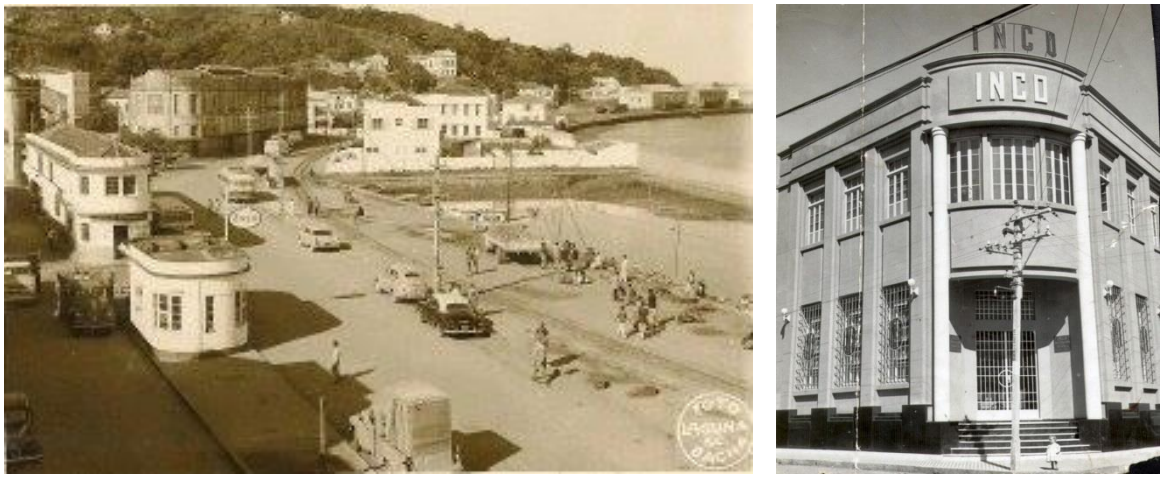


Figura 33: Exemplares da arquitetura *Art Déco* Posto de Combustível, Estação Rodoviária, Cine Teatro Mussi e Banco INCO, s/d (ETec Laguna – IPHAN/SC)

Entre as décadas de 1950 e 1960 ocorre uma decadência das atividades portuárias forçando uma mudança na sua dinâmica. O Porto passou a atuar na área pesqueira oferecendo novas possibilidades (ELÍBIO, 2005).

O espaço urbano da área central praticamente não sofreu mais nenhuma alteração após a década de 1960. A malha urbana manteve-se intacta desde então. As mudanças que houveram restringiram-se ao nível arquitetônico e dos seus respectivos usos. Encerra-se, assim, o ciclo das transformações físicas no espaço urbano do Centro - com a quase total "privatização" do espaço urbano da cidade (figura 34).

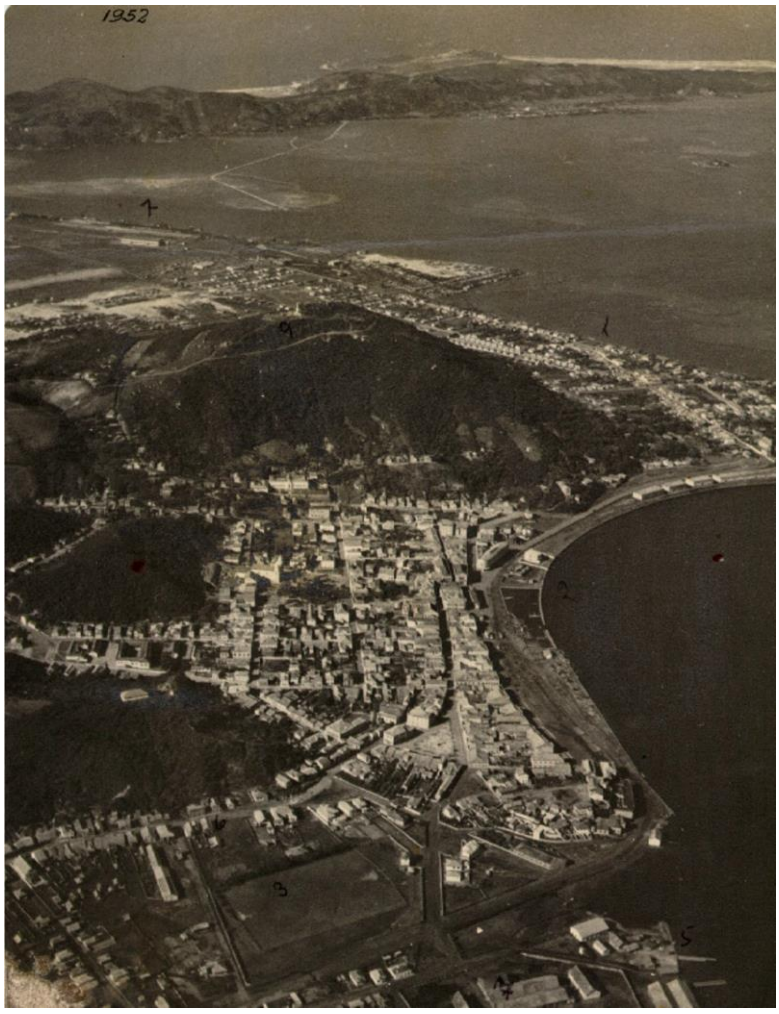


Figura 34: Vista aérea da área central 1952 (Arquivo particular: Dalmo Faísca)

Na década de 1960, a cidade decaiu economicamente pela diminuição da atividade portuária, pelo enfraquecimento do polo comercial, devido a construção da BR 101 (figura 35) e da ponte rodoviária da Cabeçuda, que deslocou o polo econômico para outros municípios, permanecendo só os produtos pesqueiros e pequenas indústrias e provocando a estagnação da construção civil em geral. Mas também trouxe a possibilidade de uma nova atividade

econômica, o turismo, principalmente no Balneário do Mar Grosso, cuja implantação urbana imposta foi totalmente diferente dos outros bairros da cidade que se expandiram espontaneamente, estimulando a especulação imobiliária nesse local. Nessa época ocorreram várias expansões urbanas, sobretudo ao longo da estrada que liga o Centro à BR-101, adensando os bairros de Campo de Fora e Progresso e constituindo novos bairros como o Portinho e Cabeçudas. Conforme Lucena (1998, p. 44 -45):

> Em meio a todo este processo de expansão da área urbana e de incentivos a novas atividades econômicas, o Centro continuava a subsistir como principal bairro da cidade; o principal espaço econômico, político, religioso, cultural e lúdico. Se fortaleceu pela concentração destas atividades. No entanto, por ser o principal espaço econômico, tornara-se o alvo principal das transformações, enfrentando um processo de "renovação urbana" para incorporação das novas atividades que vinham se instalando na cidade.



Figura 35: Localização da BR 101 em relação ao Centro Histórico de Laguna (adaptado de Google Earth, 2015).

O crescimento do número de turistas de veraneio estimulou a especulação imobiliária na praia e, como consequência, o centro histórico da cidade também sofreu pressões desta natureza. Foi o chamado "progresso", o período de intensa urbanização dos anos 1970, que "matava" as cidades antigas para ver em seu lugar surgir uma nova, cujo parâmetro era a exploração, que não levava em consideração o contexto na qual estavam inseridas.

Seguindo esta tendência, em 1978, elaborou-se o primeiro plano diretor municipal de Laguna que propôs o adensamento ocupacional em todos os bairros da cidade. O Centro Histórico foi definido pelo plano diretor como zona central (ZC) e permitia a construção de edificações

com até quatro pavimentos, incentivando a substituição de vários casarios históricos por novos edifícios. Este fato deu início ao rompimento da volumetria e da morfologia do centro histórico (figura 36). Junto ao plano diretor, foi proposto o tombamento municipal de imóveis isolados. Por meio de decretos municipais, edificações dos bairros Magalhães e Centro passaram a compor o Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Laguna. O bairro Mar Grosso passou a ser a segunda residência de pessoas que vivem em Laguna e nas cidades próximas, em função de se localizar junto a orla marítima, fator que estimulou o mercado imobiliário consolidando a sua ocupação (figura 37). Neste período foram executadas várias obras de melhorias em toda a cidade como pavimentação de ruas, ampliação das redes de água, esgoto e energia elétrica, conclusão da adaptação do antigo porto carbonífero para porto pesqueiro e construção de hotéis e restaurantes no bairro Mar Grosso.



Figura 36: Evolução Urbana da área central já consolidada, 1983 (adaptado UFSC, 1983).



Figura 37: Imagem com localização dos Bairros (adaptado pela autora de Google Earth, 2015).

Em função desta política urbana, surgiram alguns movimentos que contestavam a demolição do patrimônio edificado do Centro de Laguna (figuras 38 e 39). A partir disso e 1985, o SPHAN, atual IPHAN, propôs o tombamento do núcleo inicial da cidade, considerando-o fundamental para a manutenção da identidade dos brasileiros e da paisagem urbana de Laguna.



Figura 38: Antiga edificação demolida e substituída pela sede do Banco do Brasil, antes do tombamento em 1985 (ETec Laguna – IPHAN/SC)



Figura 39: Conjunto de edificações demolidas e substituídas pela sede da Caixa Econômica Federal, antes do tombamento em 1985 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

O Centro Histórico da Cidade de Laguna foi o primeiro conjunto urbano tombado em nível federal no estado de Santa Catarina. Apresenta aproximadamente 600 edificações e abrange uma área de 1,2 Km², com uma população estimada em 3.000 habitantes. A área tombada é definida por meio de uma poligonal, que inclui as encostas dos morros que circundam o sítio histórico e parte da lagoa de Santo Antônio (figura 40). O espaço urbano reflete a diversidade arquitetônica advinda dos diferentes tempos históricos, culturais e econômicos.

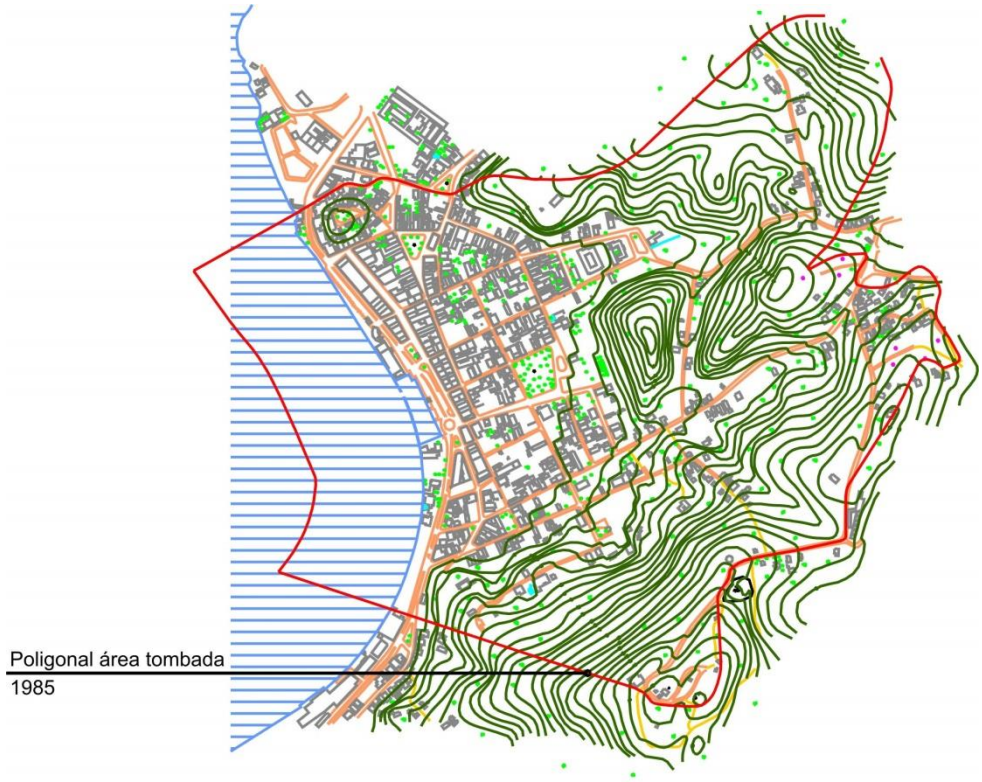


Figura 40: Delimitação da poligonal de Tombamento do Centro Histórico (ETec Laguna – IPHAN/SC).

No texto da Informação nº 107/84 apresentada à Diretoria de Tombamento e Conservação (DTC) da então SPHAN/próMemória, do Processo de Tombamento nº 1.222-T-84 que apresenta a justificativa para a proteção legal do Centro Histórico de Laguna, Franco (1984, p. 13) conclui:

> Recomenda-se, assim, o tombamento do centro histórico de Laguna em seu acervo paisagístico constituído pelo sistema natural que o envolve, pelo conjunto de logradouros em seu traçado e dimensão, pelo cais junto à Lagoa de Santo Antônio e pelo conjunto de edificações em sua volumetria, em sua ocupação do solo e em suas características arquitetônicas, que expressam a continuidade da evolução histórica do núcleo urbano original, acervo delimitado pelo seguinte perímetro (...).

Segundo Motta (2011), este parecer técnico foi o marco de uma nova perspectiva que insere o conceito de "cidade documento" dentro de uma ótica da história da evolução urbana e suas consequências espaciais.

De acordo com Lucena (1998, p. 46) na época, o tombamento teve grande repercussão na comunidade:

> O impedimento do processo de "Renovação Urbana" causou frustração aos empresários, especuladores imobiliários e proprietários. A "desvalorização econômica" que acompanhou o processo de "Tombamento" da área repercutiu na sua "desvalorização social" – muitas residências foram abandonadas e postas a venda.

Para parte da comunidade este ato foi um atraso para o desenvolvimento do Centro da cidade, pois o que poderia ser feito era muito restrito em comparação com os empreendimentos realizados no Mar Grosso com 4, 6 e 8 pavimentos. Este congelamento na área central levou a uma desvalorização econômica dos imóveis localizados no Centro Histórico. De acordo com Lucena[17] (1998, p. 46) somente na década de 1990 se apresentou uma revalorização da área central:

> O que se verifica hoje, no centro, após 13 anos do tombamento, é uma reanimação das atividades, principalmente comerciais. Vários imóveis até então fechados ou sendo utilizados em situações físicas precárias, estão sendo vendido, reformados e pintados, para abrigarem novas instalações comerciais.

1.2 Expansão Urbana mais recente da cidade de Laguna

Já no parecer de Franco (1984, p. 7-8) se referia á expansão urbana da cidade, como uma ruptura em relação ao núcleo urbano inicial:

[17]A arquiteta Liliane Monfardini Fernandes de Lucena, na ocasião era funcionária da Prefeitura Municipal de Laguna.

> Nos termos da analogia genética a que acenamos, ninguém haverá de negar que a expansão recente da Laguna, aquela, por exemplo, voltada para o oceano e para o turismo sazonal (Mar Grosso, ...), seja a forma final do processo evolutivo de um organismo cujo material genético é o mesmo do centro histórico. Mas as pressões seletivas se fizeram, não no sentido de um aperfeiçoamento ou especialização paulatina, mas sim com a força de uma ruptura do código genético, dando origem a uma espécie diversa.

Aqui Franco faz uma relação com as cidades europeias do século XIX que Benévolo da o nome de "cidades neo-conservadoras", onde o surgimento de uma nova estrutura não determina o desaparecimento do núcleo original. Continua ainda explicando o desenvolvimento da cidade (FRANCO 1984, p. 08):

> Em Laguna, é ainda à peculiaridade do sitio que se deve, em grande parte, a contenção da hostilidade com que a nova cidade se contrapõe ao centro histórico. O mesmo sistema formado pelos morros do Rosário, da Caixa d'Água, do Moinho e da Gloria, que os povoadores viram como abrigo acolhedor e derradeiro de uma costa inóspita, deixou documentada em modo excepcional a separação entre o centro histórico e os dois organismos novos que se lhe contrapõem morfologicamente: ao norte, os bairros de pequena indústria, serviços e habitação degradada – Campo de Fora, Portinho e Progresso – e, em sequência cronológica, a partir do começo do século com a expansão do embarque do carvão, os bairros em torno do morro da Glória – Ponta das Pedras, Magalhães, Navegantes até o desenvolvimento turístico recente de Mar Grosso.

A partir da época do tombamento o desenvolvimento da cidade vem se dando, fundamentalmente, nas áreas do bairro Mar Grosso, com o incremento na construção de prédios multifamiliares, muitos deles de uso turístico. Também tem aumentado o número de estabelecimentos comerciais e de lazer na sua avenida principal, que neste momento é o lugar onde são realizados a maior parte dos eventos turísticos da cidade (figura 41).



Figura 41: Vista Aérea dos bairros Magalhães e Mar Grosso (adaptado de ETec Laguna – IPHAN/SC).

Em áreas próximas ao Centro, como nas imediações da Estação Rodoviária, desde os anos 1990, se verifica a implantação de novas edificações de até 4 pavimentos, principalmente para atividades comerciais (figura 42), no entanto a região do bairro Mar Grosso segue sendo a área mais valorizada. Embora o Centro siga sendo o polo comercial, administrativo e financeiro da cidade, ele vem perdendo o uso residencial e é pouco valorizado como potencial turístico.



Figura 42: Vista aérea de parte do Centro Histórico e imediações da área da Estação Rodoviária (adaptado de ETec Laguna – IPHAN/SC).

Esta tendência prioritária de uso comercial vem causando um novo problema para a manutenção do Centro Histórico. Neste momento muitas edificações estão sendo desocupadas por seus antigos moradores, formada por pessoas de idade avançada, e não estão sendo reocupadas por novas famílias. As atividades lúdicas também vêm perdendo espaço já que os clubes existentes estão fechando por falta de público e a má manutenção das suas sedes. Todos estes fatos estão provocando o esvaziamento do Centro em períodos não comerciais.

Neste momento Laguna busca consolidar-se como uma cidade universitária. Uma unidade da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) foi recentemente instalada, próximo ao Centro, contando com o curso de Arquitetura e Urbanismo que tem utilizado este espaço como objeto de estudo para suas disciplinas. Também é importante assinalar que alguns projetos que estão sendo implantados pela Prefeitura Municipal e pelo IPHAN como a restauração do Cine Teatro Mussi, concluída em 2014, está trazendo uma nova movimentação cultural, assim como a restauração do Memorial Tordesilhas e do Mercado Púbico Municipal poderão trazer novo impulso para a área central.

Esta evolução urbana que apresenta o Centro Histórico de Laguna e sua conformação, vinculada aos fatores econômicos e socioculturais é fundamental para a compreensão de como a cidade foi se transformando, incorporando novos elementos e adquirindo novos significados e formando novas paisagens urbanas (figura 43).



Figura 43: Vista Aérea do Centro Histórico, 2010 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

Isto faz com que se possa entender que as cidades são ambientes dinâmicos de experiência coletiva, onde as modificações tanto urbanas como arquitetônicas são inerentes. Identificar e reconhecer os elementos morfológicos e as diferentes tipologias arquitetônicas se faz necessário para a compreensão das transformações e permanências, na tentativa de entender e identificar as referências e os valores específicos que se foram agregando ao longo do tempo e que constituem o patrimônio cultural de Laguna, e que levaram o IPHAN a preservar este local como parte da memória do país, como uma cidade-documento. Dessa forma no próximo capítulo será apresentada uma análise sobre o conceito de cidade-documento e o processo de Tombamento de Laguna, desde o tombamento da Casa de Câmara e Cadeia, como monumento isolado até 1985, quando o Centro Histórico da cidade foi declarado patrimônio nacional.

2. LAGUNA PATRIMÔNIO CULTURAL: VALORES ATRIBUÍDOS

Em uma breve análise sobre este processo pode-se depreender que o conceito de patrimônio cultural ultrapassou, há bastante tempo, a concepção artística e a sua representação material. No entanto a visão dominante ainda está associada à materialidade que um determinado local apresenta onde, a imaterialidade pode estar representada, e isto está refletido na forma de preservação dos centros históricos, normalmente vistos como "cidade-monumento". Segundo CHOAY (2001), a partir desse conceito, os centros históricos foram valorizados, enquanto patrimônio cultural, como objetos raros e preciosos para a história da arte. Ou seja, são obras de arte que, assim como os objetos de museus, deveriam ser conservadas, encapsuladas, sendo colocadas fora do circuito da vida.

Contudo a discussão desta temática entre especialistas, tanto na academia como nos órgãos de preservação, a partir dos anos 1980 e intensificado na atualidade, vem contestando este entendimento, dando lugar a uma concepção mais ampla e dinâmica, uma concepção de "cidade-documento", onde o espaço urbano reflete a diversidade arquitetônica advinda dos diferentes tempos históricos, culturais e econômicos. Segundo Motta (2011, p. 260) não se trata mais "(...) da preservação de um conjunto arquitetônico observando-se apenas as qualidades estéticas e de uniformidade estilística dos imóveis. Mas da preservação do sítio histórico, considerando-se, também, o processo de ocupação do território, do qual as edificações participam." Este documento que é a cidade é a expressão da vida do homem em um determinado sítio (FRANCO, in: Iphan, 2007, p. 146, apud MOTTA, 2011, p. 261):

> Implícita na noção de documento está a valorização de uma linguagem própria do sítio urbano – a linguagem da forma, na qual encontramos expressão e significados. Os homens socialmente organizados moldam os materiais, dando a eles uma forma que se constitui numa linguagem que pode ser lida e interpretada. É importante lembrar que a noção de forma aqui referida não se limita àquela que representa um estilo ou uma estética, mas àquela que expressa toda a série de operações que caracteriza a vida do homem no seu modo de estar no mundo. Isso inclui o traçado urbano, as parcelas de subdivisão dos lotes, a organização dos espaços de moradia, os volumes edificados, detalhes de ornamentação, etc.
> A forma é o resultado dos materiais e do território natural moldados diante das possibilidades e limites dos homens ao se apropriarem de um espaço e de estruturas preexistentes ao longo do tempo.

Para esta análise se poderia definir, indicativamente, cada termo de "cidade–documento", utilizando as acepções dadas pelo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 1999), o verbete cidade é definido como (p. 469):

> [Do lat. civitate] Complexo demográfico formado, social e economicamente, por uma importante concentração populacional não agrícola, i. e., dedicada a atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural; urbe: "Cidade é a expressão palpável da necessidade humana de contato, comunicação, organização e troca, - numa determinada circunstância físico-social e num contexto histórico." (Lucio Costa, Lucio Costa: registro de uma vivencia, p 277.)

Como se pode perceber o caráter da definição tem muito mais a ver com as atividades humanas em um contexto histórico, onde a materialidade é uma consequência desta interação. Para Gutierrez (2002b, p.32) o patrimônio cultural está muito além do monumental, chegando ao cotidiano das comunidades de forma "viva e dinâmica":

> Muitas vezes não estaremos falando de um patrimônio monumental mas de sítios ou dos pontos de referência aos quais nós devemos atender preferentemente. Outras vezes entenderemos que o patrimônio é a festa, o patrimônio são os instrumentos, o patrimônio é a música, o patrimônio é a relação com a paisagem. Em alguns lugares a festa se engalana com os pavimentos de flores, com o percurso processional, a congregação da gente. São estes os pontos de identificação em um calendário que é vivo e dinâmico por que justamente nos está assinalando que a perda de algum destes elementos é uma perda essencial no patrimônio.

Confirmando este conceito o INBI-SU[1] (IPHAN, 2002, p. 13) entende a cidade como "(...) lugar socialmente produzido, onde se acumulam vestígios culturais sucessivos resultantes da permanente apropriação das coisas do passado, documentando a trajetória de uma sociedade".

Dessa maneira pode-se ver a cidade como um espaço de ações culturais, técnicas, políticas, sociais onde a comunidade experimenta diferentes sensações. Para Rossi (1982, p.60)

> A cidade, objeto deste livro, é nele entendida como uma arquitetura. Ao falar de arquitetura não pretendo referir-me apenas à imagem visível da cidade e ao conjunto de suas arquiteturas, mas antes à arquitetura como construção. Refiro-me à construção da cidade no tempo. Considero que esse ponto de vista (...) remete ao dado último e definitivo da vida da coletividade: a criação do ambiente em que esta vive.

[1] Inventário Nacional de Bens Imóveis em Sítios Urbanos Tombados – INBI-SU

Outra abordagem muito interessante se pode encontrar no texto “História, Literatura e Cidades” de Sandra Pesavento (2011, p. 397), onde a autora apresenta a cidade, assinalando suas características:

> Dos traços que marcam a cidade, a multiplicidade se revela, abrigando diversas cidades, como um caleidoscópio ou palimpsesto: a cidade que foi um dia, por meio de ruínas, monumentos, bens patrimoniais, narrativas; a cidade que será um dia, feita de projetos e ficções científicas, a cidade do presente, em *décalage* entre a cidade real e a cidade representada.
>
> (...)
>
> Por definição, a cidade é o lugar que produz a diferença, estimula a diversidade, expõe o contraste, o pertencimento, a exclusão, a identidade e a alteridade. A cidade expõe ainda a produção do novo, fabrica o que se chama de a novidade, seja no domínio das mercadorias e objetos, seja no dos valores, ideias, éthos, mas também no elenco de personagens, tipos de conflitos, práticas sociais, relações entre os grupos.
>
> (...)
>
> A cidade ainda reconfigura o pensamento do espaço sobre o espaço e o tempo, elaborando as noções de arcaico, moderno, progresso, tradições, rural e urbana, presente, passado e futuro.

Já o verbete documento, de acordo com o Dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999, p. 700), é:

> [Do lat. Documentu< lat. Docere, ‘ensinar’, ‘mostrar’.] 1. Qualquer base de conhecimento fixada materialmente e disposta de maneira que se possa utilizar como consulta, estudo, prova etc. 2. Escritura destinada a comprovar um fato; declaração escrita revestida de forma padronizada, sobre fato(s) ou acontecimento(s) de natureza jurídica. 3. Restr. Qualquer registro gráfico.

Aqui se enfatiza o caráter do documento como “base do conhecimento fixada materialmente”, onde neste caso se pode entender esta base material como a cidade, que pode ser consultada, estudada e que comprova os fatos, acontecimentos e realizações humanas.

Também Le Goff (1990, p. 283) trabalha o conceito, referindo-se à sua leitura:

> (...) A leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com idéias preconcebidas... A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos.

Pesavento (2011, p. 406) também se refere à cidade como um documento a ser lido e interpretado:

> Por meio da análise do visível, dos bens materiais, cumpre realizar um discurso de decifração da arquitetura, e traçado das ruas, fazendo da cidade

> aquilo que Walter Benjamim chamou de um livro de pedra, uma espécie de biblioteca que se abre à leitura e à interpretação.

Neste ponto, Ramón Gutierrez (2002b, p. 23), acrescenta a importância de todo o processo histórico pelo qual passa o núcleo urbano e das leituras que as modificações arquitetônicas e urbanas proporcionam sobre as transformações socioculturais das comunidades:

> A arquitetura, sobre a qual giramos o eixo desta visão da identidade, constitui um documento histórico, mas é um documento histórico absolutamente excepcional, não é a carta ou o papel escrito que sempre dirá, além das interpretações que queiramos dar-lhe, estritamente o que ali está escrito. A arquitetura nos fala, não só de como foi concebida na sua origem senão como foi modificada através do tempo pela sociedade, como mudaram os usos, as funções, como mudaram os valores simbólicos e de relação. De tal forma, que se nós somos capazes de uma leitura inteligente podemos entender na arquitetura as câmbios dos modos de vida, as transformações da sociedade, as formas de relação entre as culturas e as comunidades.
> Por isso a arquitetura constitui de forma acumulada e sedimentada um testemunho fundamental dessa identidade, um testemunho que, definitivamente, nos está expressando através do tempo essa possibilidade de uma leitura esclarecida.

Portanto é esta a "cidade–documento" que tem que ser reconhecida a partir de "(...) novas concepções sobre a cidade, que passam a ser reconhecidas como organismos dinâmicos, consequentes da vida que abrigam (...)" (IPHAN, 2002, p. 13) a fim de que se possa preservá-la (IPHAN, 2002, p.31):

> A cidade, como objeto privilegiado de patrimônio, é aqui observada como lugar socialmente produzido, onde se acumulam vestígios culturais, documentando a trajetória de uma sociedade. A forma urbana, como um objeto cultural, resulta pois das práticas sociais. Pretende-se a sua percepção no contexto cultural e sócio-econômico do presente, que, sistematizada em textos analíticos, visa a definição de critérios de intervenção que preservem as características formais do sítio que lhe conferem o caráter de documento urbano, sem limitá-lo a um papel nostálgico e estático de retrato do passado.

Marcia Sant'Anna em sua Dissertação "Da cidade–monumento à cidade–documento" sintetiza claramente a mudança de conceito (1995, p. 215):

> Os critérios que a informam deixam definitivamente de lado a questão estética e passam a fundamentar-se no valor histórico do objeto. Ocorre, na realidade, uma mudança de conceitos. De cidade–monumento, relíquia e paradigma da civilização material que a nação brasileira foi capaz de construir, a área urbana – patrimônio passa a cidade–documento, objeto rico em informações sobre a vida e a organização social do povo brasileiro nas várias fases de sua história, como, de resto, já a definia Rodrigo Melo Franco de Andrade no final de sua vida. Em suma, a área urbana – patrimônio passa a ser percebida como documento histórico, "um objeto cultural vinculado também à história, à etnografia, à arqueologia, ao urbanismo e outras disciplinas", além da história da arte e da arquitetura, como era usual.

Pesavento (2004, p. 26) acrescenta á definição de “cidade-documento”, comparando a cidade a um palimpsesto:

> (...) A cidade se apresenta como um palimpsesto, como um enigma a ser decifrado.
>
> (...) Há uma escrita que se oculta sobre outra, mas que deixa traços; há um tempo que se escoou mas que deixou vestígios que podem ser recuperados. Há uma superposição de camadas de experiência de vida que incitam ao trabalho de um desfolhamento, de uma espécie de arqueologia do olhar, para a obtenção daquilo que se encontra oculto, mas que deixou pegadas, talvez imperceptíveis, que é preciso descobrir.

Segundo Motta (1987, p. 122), Luiz Fernando Franco anota como elemento fundamental:

> (...) as marcas que não estão registradas nos projetos ou na simples cartografia e propõe uma leitura do “conjunto de vestígios” de todo o processo de ocupação dos espaços.
>
> Abandona-se com esta visão, qualquer forma de controle estético, estilístico e principalmente fachadista. Tal controle é substituído pela documentação e pelo registro não só dos vários elementos integrantes do conjunto histórico, mas do seu todo, garantindo-se a leitura de seu processo de formação e de sua trajetória, assim como o conhecimento dos elementos que no futuro vão inevitavelmente a se perder.

Analisando-se estes conceitos e também os enunciados nas Cartas Patrimoniais, pode-se assinalar sua influência no tombamento do Centro Histórico de Laguna, a partir do parecer elaborado por Luiz Fernando Franco em 1984, é evidente a ressonância, não apenas das consideradas “cartas clássicas” como a de Atenas (1933) e de Veneza (1964), mas também da Recomendação de Paris (1962) - Recomendação relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios-, onde pela primeira vez em um documento internacional os Centros Históricos foram considerados como parte do meio ambiente, devendo ser alvo de planejamento territorial. Pode-se citar também a Carta do Restauro (1972) que coloca a importância de que os centros históricos sejam considerados como documentos não só de valor artístico e arquitetônico, como de valor urbanístico. A Carta de Nairóbi (1976) - Recomendação Relativa à Salvaguarda dos Conjuntos Históricos e sua Função na Vida Contemporânea -, coloca que:

> Cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência deveria ser considerado em sua globalidade, como um todo coerente cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes. Dessa maneira, todos os elementos válidos, incluídas as atividades humanas, desde as mais modestas, têm, em relação ao conjunto, uma significação que é preciso respeitar (CURY, 1995, p. 256).

A Carta de Nairóbi considera ainda que (CURY, 1995, p. 253):

> (...) os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do ambiente quotidiano dos seres humanos em todos os países, constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e, por isso, adquirem um valor e uma dimensão humana suplementares. Considerando que os conjuntos históricos ou tradicionais constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial.

Este documento também apresenta algumas definições como conjunto histórico ou tradicional, salvaguarda e ambiência dos conjuntos históricos e especifica esta como '(...) o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais' (CURY, 1995, p. 255).

Pode-se perceber que essas recomendações estão inseridas dentro do parecer de Franco para o tombamento do Centro Histórico de Laguna (1984, p. 13) incluindo não apenas as suas edificações e a malha urbana, mas todo o "(...) seu acervo paisagístico constituído pelo sistema natural que o envolve (...)".

A Declaração de Tlaxcala (1982) - 3° Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Patrimônio Monumental "Revitalização das Pequenas Aglomerações"-, trata principalmente sobre o perigo e ameaças ao Patrimônio Arquitetônico na América Latina; "Reafirma que as pequenas aglomerações se constituem em reservas de modos de vida que dão testemunho de nossas culturas, conservam uma escala própria e personalizam as relações comunitárias, conferindo, assim, uma identidade a seus habitantes" (CURY, 1995, p. 305).

Fundamentalmente vale salientar que Franco (1984, p. 1) já preconizava os princípios que apareceram posteriormente na Carta de Washington (1986) - Carta internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas. Franco apresenta no seu parecer de tombamento:

> Em sua dimensão estritamente arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não apresenta as características de excepcionalidade normalmente adotadas como critério para decidir sobre a oportunidade de tombamento. (...) Cremos, não obstante, trata-se de documento precioso da história urbana do país (...)

A citada carta assinala que "Os valores a preservar são o caráter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que expressam sua imagem, em particular" (CURY, 1995, p. 324), assim como foi expresso no documento de Laguna. Além disso, a Carta de Washington incorpora a noção de cidade histórica, insere também a questão da diversidade cultural quando enuncia que "(...) todas as cidades do mundo são as expressões materiais da diversidade das sociedades através da história e são todas, por essa razão, históricas" (CURY, 1995, p. 323). Adota ainda outro conceito, o de documento histórico, afirmando que as cidades históricas dizem respeito às cidades grandes ou pequenas, aos centros ou bairros históricos, com o seu ambiente natural ou edificado "(...) que, além da sua condição de documento histórico, exprimem valores próprios das civilizações urbanas tradicionais" (CURY, 1995, p. 323)

Tendo em vista este conceito de "cidade-documento" deve-se encarar a questão da preservação a partir das permanências e das transformações e seu impacto na configuração do Centro Histórico. Para Carsalade (2007, p. 250):

> A questão da preservação se centra agora, portanto, no conceito de *transformação*, ou seja, como manejar essa transformação de forma que não se rompa a delicada tessitura entre a tradição e o ser, entre o *impróprio* e o *próprio*, para que o ser não se sinta ameaçado, mas ao contrário, estimulado no seu *projetar-se*. Por tudo isso, então, reforça-se que preservar é também garantir a relação da *presença* (*cura*/*temporalidade*) com o caráter específico em que esta se dá no *tempo*, ou seja, *preservar não é para mera reminiscência, mas* cura*, no sentido heideggeriano*.

Concordando com Motta (2000) e Sant'Anna (1995) o parecer de tombamento do Centro Histórico de Laguna/SC, elaborado pelo arquiteto do IPHAN, Luiz Fernando Franco, em 1984, pode ser considerado um divisor de águas na conceituação dos centros históricos, que passam de "cidade-monumento" - "relíquia e paradigma da civilização material" (SANT'ANNA 1995, p. 215) -, para a "cidade-documento" onde os processos sociais e econômicos estão presentes no seu espaço construído, e seu estudo e conhecimento não são exclusividade da arquitetura e do urbanismo, mas de toda uma gama de disciplinas. Também é importante a visão de Franco para a cidade como um conjunto, não como o somatório de edificações de valor patrimonial.

Na realidade o conceito de "cidade-documento" que é tratado no tombamento de Laguna é um conceito que permeia as narrativas de valoração e orienta os procedimentos de preservação, no entanto a prática da preservação não se tem apoiado nesse conceito. As intervenções ocorridas no Centro Histórico de Laguna, promovidas

ou aprovadas pelo IPHAN, desde o seu tombamento, seguiram manejando os conceitos tradicionais, aplicados à cidade-monumento, onde a preocupação maior é com as características estilísticas. O documento elaborado por Franco (1984) pretendia incorporar um conceito mais amplo de entender a cidade. Essa nova visão pode ser corroborada por Motta (2000, p. 259) quando faz uma crítica à prática da preservação que vem ocorrendo no Brasil a partir do final da década de 1980 e intensificado nas décadas seguintes:

> (...) criar as bases para o reconhecimento da história de cada localidade, independentemente do julgamento de suas características arquitetônicas, visuais, estéticas ou estilísticas. (...) embora revestido do discurso da atualidade, o modelo globalizado representa a volta ao modo de tratar os sítios históricos característico do trabalho inicial de preservação no Brasil, que explorava suas referências visuais mais imediatas e superficiais, orientando para uma construção simbólica do patrimônio urbano, independentemente de seus outros significados.

A forma como Franco (1984) propõe entender os centros históricos, possibilita a proteção do patrimônio, material ou imaterial, mesmo não sendo excepcional, mas importante por formar parte da tradição das comunidades. O que importa são os significados contidos na materialidade da cidade, estabelecidos pelas comunidades que nela vivem, onde o tangível e o intangível formam a "cidade-documento"[2].

2.1 O processo de Tombamento de Laguna.

> A proteção do patrimônio não é, pois, um ato de salvaguarda de objetos-testemunhos: esses últimos perderam seu passado, não significam mais do que a imagem que o presente projeta do passado. A proteção é um ato eminentemente moderno, pois se trata de fabricar a história no dia-a-dia, de compor permanentemente a memória, de produzir incessantemente a lembrança. O problema que se apresenta é saber quem controla esses processos em uma cidade. Cada um, sozinho, fabrica sua própria história, seleciona em sua memória, dá tal ou qual sentido a suas lembranças, sejam materiais ou ideais, fabricadas ou herdadas, e ordena, assim, suas relações com seu ambiente. Na escala de uma sociedade, trata-se de identificar as alianças de interesse que geram, nas palavras e nos atos, o 'discurso dominante', que serve de matriz para as representações sociais, para a cultura comum e fornece as justificativas para a ação ou para a inatividade. (MONNET, 1996, p. 222-223)

Neste item se realizou uma análise do processo oficial de proteção do patrimônio cultual na cidade de Laguna, partindo do primeiro tombamento no ano de 1954 quando o então

[2] Não se pode afirmar que o arquiteto Franco utilizava o conceito de patrimônio imaterial ou levava em consideração a comunidade que usufruía desse patrimônio, entretanto a sua forma de abordar a preservação do Centro Histórico de Laguna como Cidade – Documento possibilita entender o patrimônio como um todo sem a divisão entre material e imaterial.

DPHAN (hoje IPHAN) tombou, como monumento isolado, a antiga Casa de Câmara e Cadeia denominada de "Casa à Praça da Bandeira (Antigo Paço Municipal)" até o tombamento de 1985, quando foi instituída a poligonal de delimitação do Centro Histórico. Suas causas e efeitos, seus atores e responsáveis.

O tombamento[3] é uma das formas de proteção previstas no artigo 216, parágrafo 1º da Constituição Brasileira de 1988:

> O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Atualmente, além da figura do tombamento, que foi estabelecida pelo Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e é o mais conhecido e utilizado, existem outros meios de preservação cultural, como inventários, incentivos fiscais, participação comunitária nos processos de preservação, entre outros, além da utilização de leis municipais de uso do solo, que possuem efeitos práticos de preservação diferenciados (CASTRO, 1991).

Além do mais, no Brasil, de acordo com a Constituição Federal de 1988, as três instâncias governamentais – federal, estadual e municipal – são responsáveis pela preservação do patrimônio cultural. Os três poderes podem utilizar o tombamento como medida de preservação e um bem pode ser tombado pelos três níveis ao mesmo tempo.

Em nível federal, o responsável pela aplicação da política de preservação do patrimônio cultural é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, que se encarrega de preservar os bens culturais nacionais tombados, representativos de diversos segmentos da cultura brasileira. Seu trabalho é norteado pela legislação específica (Decreto-lei nº 25), por outras legislações (Lei de Arqueologia 3924/61; Constituição Federal – Art. 215 e 216), e também por Cartas, Declarações e Tratados Nacionais e Internacionais.

Os processos de tombamento do patrimônio cultural de Laguna marcam dois momentos importantes da história da preservação do patrimônio cultural brasileiro. O primeiro, da Casa da Câmara e Cadeia da década de1950, se deu dentro da fase denominada heroica do IPHAN (entre 1938 e 1956) caracterizada por processos mais sucintos. As

[3]O vocábulo tombamento é de origem antiga e provém do verbo tombar, que no direito português tem o sentido de inventariar, registrar ou inscrever bens. O inventário dos bens era feito no Livro do Tombo, o qual assim se denominava porque guardado na Torre do Tombo. Neste local ficam depositados os arquivos de Portugal. Por extensão semântica, o termo passou a representar todo registro indicativo de bens sob a proteção especial do Poder Público (Carvalho, 1997, p.435).

informações que constam nestes processos dizem respeito especificamente aos trâmites entre o pedido, um curto parecer, a expedição da notificação que tomba provisoriamente o bem e a decisão do tombamento, que em geral foi por concordância. O segundo, do Centro Histórico, em 1985, reflete a mudança de foco da preservação cultural, dentro de novos conceitos, que levam em consideração não apenas o monumento isolado, mas seu contexto sociocultural e ambiental, pois a importância não está somente situada em monumentos destacados da paisagem da cidade, incidindo o tombamento sobre a paisagem urbana como um todo. Além disso, houve alguns tombamentos municipais, em 1978, 1981 e em 1982, por meio de decretos municipais, não sendo montados processos para tanto, o que dificulta uma análise mais apurada.

2.1.1. Processo de Tombamento Casa de Câmara e Cadeia (PTCCC)

Designação: Casa à Praça da Bandeira – Paço Municipal Laguna - Santa Catarina
Processo Nº 0492 - T – 53

Esta edificação se encontra localizada junto à praça República Juliana, um dos polos geradores do desenvolvimento urbano do Centro Histórico. Construída em, duas etapas, a primeira em 1747 e a segunda, provavelmente, entre 1746 e 1747[4]. Atualmente abriga o Museu Histórico Anita Garibaldi (figuras 44 a 46).



Figura 44: Localização da Casa de Câmara e Cadeia (adaptado de Google Earth, 2015).

[4] "Não foi possível encontrar-se nos arquivos municipais a época exata da construção da parte maior e mais recente da Casa de Câmara de Laguna. Auguste de Saint-Hilaire, na sua 'Viagem à Província de Santa Catarina' (1820) à página 230, refere-se à 'casa da câmara, prédio de um andar, de pequenas dimensões e cujo pavimento térreo serve de prisão, segundo costume'. (...) de fato, no ano financeiro de 1846-1847, (...), encontram-se despesas lançadas (...) que tudo indica se referirem às últimas obras do novo prédio (...) para 'compra de ferragens, taboado e cal para a obra da Casa da Câmara e Cadeia'" (PTCCC, 1954, fl. 9)



Figura 45: Casa de Câmara e Cadeia, década de 1920 (ETec Laguna – IPHAN/SC).



Figura 46: Casa de Câmara e Cadeia, por volta de 1950, anterior à restauração (ETec Laguna – IPHAN/SC)

Na informação nº 300 de 10-11-53, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o Chefe da S.P. Sr. José Souza Reis, assinala o interesse arquitetônico do prédio da "Cadeia Velha" assim como seu interesse histórico-artístico. Afirma a importância de sua restauração e solicita maiores informações a respeito da história da construção, pois é conformada por duas etapas diferentes e recomenda (PTCCC, 1953, fl. 2):

> 1) - Restauração dos vãos do andar térreo de acôrdo com algum elemento existente, possivelmente uma reprodução antiga, desenho, ou gravura, que possa orientá-la com relativa segurança. (Será correta a forma indicada no desenho? Em que se terá baseado o mesmo?)
>
> 2) - retirada do poste de iluminação colocado junto à entrada do prédio.

Este documento tem algumas anotações manuscritas:

- A primeira encaminhando esta informação "Ao Sr. Diretor Geral (?). em 11.XI.53" assinada por Renato Soeiro.

- A segunda, de 16-11-53, que solicita "parecer a D.E.T. sobre a conveniência do tombamento do imóvel e relativamente a sua oportuna restauração" (PTCCC, 1953, fl. 2), com assinatura possivelmente do Diretor Geral Rodrigo Mello Franco de Andrade.

- Outras duas anotações feitas por Lucio Costa que posteriormente farão parte de seu parecer constante na folha 05 do processo.

Em resposta a este documento o Chefe da Seção de História do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Carlos Drummond Andrade, argumentou que historicamente a edificação é importante, assinalando o fato de nela ter sido proclamada a "Republica Juliana", episódio da Guerra dos Farrapos, que, se alguns historiadores não acham relevante, ela é importante para os pesquisadores locais. Ainda anexa uma bibliografia referente à história da República Juliana e termina seu parecer assinalando (PTCCC, 1953, fl. 3):

> Como quer que seja, o fato se destaca na crônica provincial e merece ser lembrado. Em tais condições, o prédio que lhe serviu de cenário, onde se proclamou a "Republica", e se elegeram seu presidente e seu vice-presidente, constituindo-se um ministério e tomando-se muitas outras medidas tendentes a consolidar a inovação política, que sucumbiu ao peso das armas, apresenta inegável interesse histórico, justificando-se, a meu ver, sua inscrição no Livro do Tombo respectivo.

Neste processo se percebe a participação de grandes personalidades da área, servidores da Instituição, como Rodrigo Mello Franco de Andrade, Carlos Drummond Andrade, Renato Soeiro, os arquitetos Lucio Costa e Paulo Thedim Barreto. Muitos deles vão coincidir na importância do prédio como monumento representativo da história e sugerem alguns elementos a restaurar. No entanto, o arquiteto Lucio Costa, então diretor da Divisão de Estudos de Tombamento do DPHAN – DET, não considera o prédio significativo e no seu parecer explicita (PTCCC, 1953, fl. 5):

> À vista da escassez, de acordo.
> Quanto a restauração, não há pressa.
> Uma das coisas a restaurar seriam as sacadas (provavelmente de madeira, no género Paratí); mas por infelicidade foi justamente de uma delas, a da esquerda, que se proclamou a "Republica" de 1839 e é possível que então já fossem assim.
> 19.XI.1953
> (a.) Lucio Costa

Neste mesmo parecer está uma anotação, manuscrita, de Rodrigo Mello Franco de Andrade solicitando parecer do arquiteto Paulo Thedim Barreto.

O Arquiteto Barreto, além de concordar com o tombamento, justifica "(...) máxime tratando-se de um exemplar cuja comodulação está perfeitamente disciplinada às regras tradicionais, patenteando-se inclusive o princípio de diagonalidade na composição da escada externa" (PTCCC, 1953, fls. 16).

Quanto a restauração, entre os itens é importante assinalar alguns que demonstram os critérios de intervenção da época (PTCCC, 1953, fls. 16):

> a) Idealmente, seria demolir o acréscimo, isolando de novo o prédio primitivo; mas a tanto não seria prudente se chegar sem um exame direto, local;
>
> b) No estado atual os trabalhos devem ficar limitados a:
>
> 1) reposição dos balcões, com painéis de almofadas e treliças;
>
> 2) reposição de outra porta de entrada, a do patamar alto, de chagada, da escada externa, na forma das existentes, ainda do século XVIII;
>
> 3) restabelecer as duas janelas das primitivas enxovias; o cômodo atual ficaria então com acesso interno, simplesmente;
>
> 4) demolir a parede interna que subdividiu a "casa de câmara, restabelecendo-a em sua plenitude, inclusive soalhos e forros que, provavelmente, devem ter sido alterados;
>
> 5) transladar a pequena escada que ficaria na "casa de Câmara" para dentro do corredor na parte do acréscimo, ainda que se tenha que rebaixar o piso na parte correspondente, como é preciso;
>
> 6) renovar as pinturas, caiação nas paredes, internas e externas, na côr branca, e pintura a óleo dos forros e esquadria nas cores branca e verde, respectivamente; e de branco devem ser também pintados os caixilhos fixos, de vidro, sobrepostos nos quadros dos postigos; as ferragens antigas deverão ser pintadas de preto;
>
> 7) o telhado requerendo reparos, é aconselhável restabelecer a suavidade do galbo e o alinhamento dos espigões e cumieira, deixando o mais na forma existente.

Este período se destacou pelo fato de que, no país, aconteceram muitas reconstruções e demolições do chamado "original", as edificações tinham que ser restauradas recuperando sua primeira fase, suas características originais. Mas originais de que período? sem ter em conta que suas alterações eram, muitas vezes, parte importante de sua história. Também se deve levar em conta que, nesta época, os únicos períodos importantes a serem lembrados por meio da preservação eram o Barroco e o Colonial.

No dia 11 de janeiro de 1954 Renato Soeiro, Diretor substituto do DPHAN, por meio da Notificação nº 742, comunicou ao Prefeito de Laguna/SC, a inscrição, no Livro do

Tombo Histórico, da obra de arquitetura civil, de propriedade da Municipalidade: Prédio do Paço Municipal, na Praça da Bandeira.

Após anuência pela Prefeitura, o então Diretor do DPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade, solicitou subscrição no Livro do Tombo Histórico, e em 5 de março de 1954, foi inscrito sob nº 301, a folhas 50.

2.1.2 Processo de Tombamento do Centro Histórico de Laguna (PTCHL)

Designação: Laguna, SC: centro histórico– Santa Catarina
Processo Nº 1.122-T-84

O Centro Histórico da Cidade de Laguna é composto por aproximadamente 600 edificações e abrange uma área de 1,2 Km², com uma população estimada em 3.000 habitantes. A área tombada é definida por meio de uma poligonal, que inclui as encostas dos morros que circundam o sítio histórico e parte da lagoa de Santo Antônio (figura 47).



Figura 47: Localização da poligonal de tombamento (adaptado de Google Earth, 2015).

Segundo Vieira[5] (2015), a decisão de tombar o Centro Histórico de Laguna, já havia sido tomada pelo Prof. Curtis, diretor da 10ª Diretoria Regional, que enviou o arquiteto

[5] Entrevista do arquiteto Dalmo Vieira Filho concedida à Maria Matilde Villegas Jaramillo em 11/09/2015, constante do Apêndice I.

Luiz Antônio Custódio para reunir-se com o arquiteto Dalmo Vieira [6] (chefe do escritório Técnico de Santa Catarina) para acompanhar o arquiteto Luiz Fernando Franco, da Divisão de Tombamento e Conservação, que veio a Laguna a fim de conhecer e elaborar um parecer propondo ou não o tombamento. Nesse momento a DTC estava com uma visão diferente, mais ampla no sentido de uma diversidade maior do patrimônio a ser protegido. De acordo com Vieira:

> (...) mas na realidade assim, o trabalho, a decisão de tombar, ela estava estruturada, o Luiz Fernando entrou com a ideia do tombamento do sítio, eu já não recordo se entrou com essa ideia ou se a gente tinha desenvolvido isso, o lugar, aquele espaço cercado por elevações, que se adaptava tanto a São Francisco com a Laguna (VIEIRA, 2015, p. 272).

Inicialmente a delimitação do tombamento era feita por uma poligonal que abarcava exclusivamente a parte edificada (figuras 48 e 49), posteriormente, a partir do parecer de tombamento elaborado por Luiz Fernando Franco (Anexo I), foi ampliada, abarcando a área dos morros e a Lagoa de Santo Antônio (figura 50).

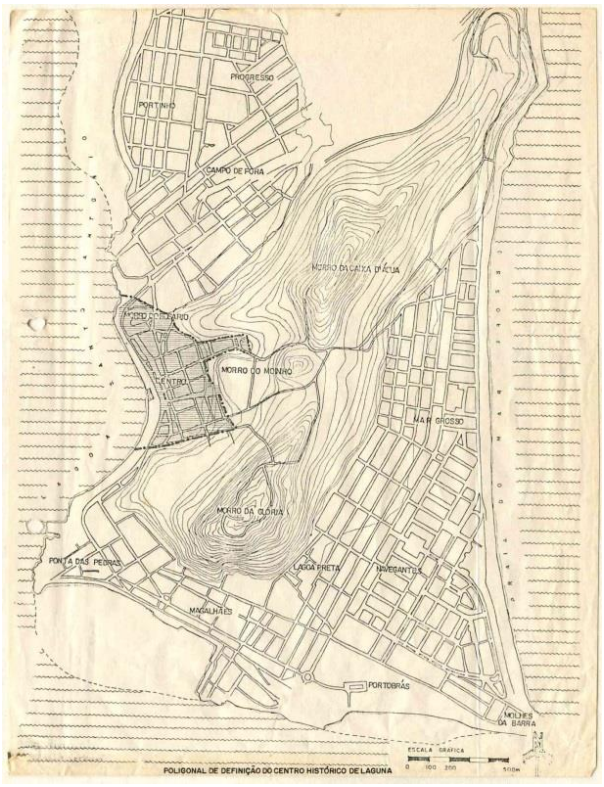


Figura 48: Localização da 1ª definição da poligonal de tombamento (PTCHL, 1984, fl. 05).

[6]Dalmo Vieira Filho, arquiteto urbanista foi responsável pelo Escritório Técnico de Santa Catarina (1982–1989), Diretor Regional até 1990 quando a Diretoria Regional de Santa Catarina foi extinta pelo governo Collor. Entre 1990 até 1994 foi Diretor de Patrimônio da Fundação Catarinense de Cultura. Voltou a ser Superintendente do IPHAN em Santa Catarina de 1995 até 2006. Diretor do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN – DEPAM de 2006 até 2011. De final de 2011 até 2013, Superintendente Estadual em Santa Catarina.

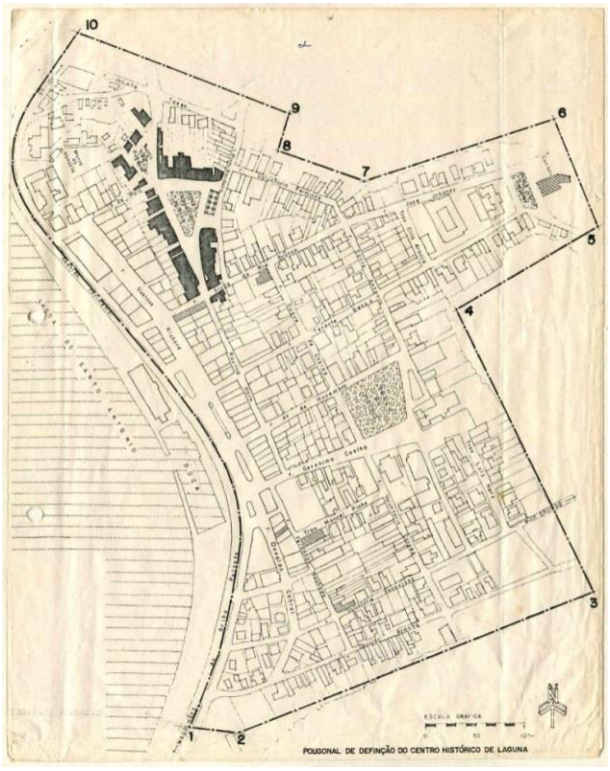


Figura 49: Primeira definição da poligonal de tombamento (PTCHL, 1984, fl. 06).

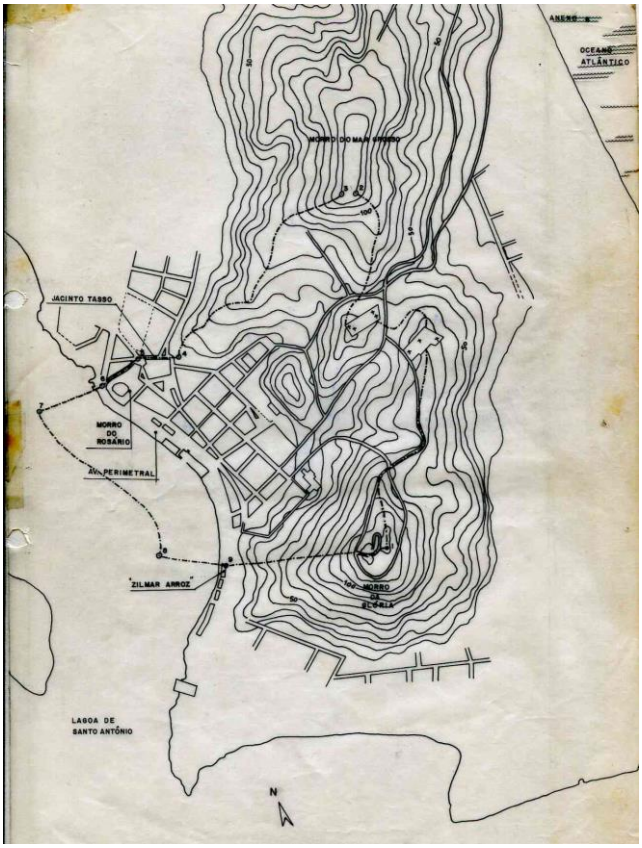


Figura 50: Definição da poligonal de tombamento elaborado por Franco (1984, anexo 8).

De acordo com Vieira (2015, p. 04) a ideia, em princípio, era trabalhar com conjuntos homogêneos, num determinado momento foi realizado um levantamento "(...) fotografando paisagens homogenias construídas dentro de Laguna (...), porque havia uma resistência sabe, essa discussão mesmo lá dentro da DTC e no geral não era consensual, e não sei, assim, em regras gerais esse foi o que aconteceu." Essa resistência se dava a partir dos estudos realizados que demonstravam a heterogeneidade do Centro Histórico.

> (...) Nós fizemos esses primeiros tombamentos, particularmente o caso de Laguna foi muito difícil, porque na hora em que estourou a ideia, a coisa enorme, todo mundo pressionou o prefeito, ele se sentiu pressionado, não se sentiu amparado e tentou roer a corda, tendo que depois ele foi ao Presidente da República (VIEIRA, 2015, p. 273).

De acordo com Vieira (2015), este processo era parte de uma decisão política de um novo pensamento que se iniciava dentro do IPHAN (VIEIRA, 2015, p. 279):

> Eu estou interpretando um pouco assim, por isso eu queria ver bem o documento, eu acho que, tinha uma decisão política estratégica até de ter tombamentos no Sul, de saber. Eu acho que o Silva Teles tinha na cabeça dele que a heterogeneidade não deveria ser uma barreira para o tombamento

O processo oficial teve início a partir do oficio nº 0223/84-GP, de 30 de abril de 1984 (PTCHL, 1984, fl. 07), encaminhado pelo Prefeito Municipal de Laguna, Sr. João Gualberto Pereira e pelo Secretário de Cultura, Turismo e Esporte o Sr. Munir Soares de Souza, ao arquiteto Júlio Nicolau Barros de Curtis, então Diretor da 10ª D.R. do SPHAN- FNPM, em Porto Alegre/RS.

O documento destaca a importância da preservação do patrimônio de Laguna e assinala seu valor para o município, também deixa explicita sua preocupação com a falta de recursos e a deterioração deste patrimônio (OF/Nº 0223/84 – 84-GP, PTCHL, 1984, fl. 07):

> Carentes de recursos, sobrecarregadas de encargos, os municípios se ressentem de maior amparo estadual e federal. Como resultado e apesar dos esforços, assistimos a deteriorização e desaparecimento do patrimônio edificado de Laguna.

Também apresenta de forma clara o pedido para tornar o Centro Histórico de Laguna, Patrimônio Nacional (OF/Nº 0223/84 – 84-GP, PTCHL, 1984, fl. 07):

> Dentro deste contexto, acreditamos que a medida eficaz para a efetiva proteção deste patrimônio seria o ato de tornar o Centro Histórico de Laguna, monumento Nacional.

Acrescenta também a sua importância para a história do sul do país (OF/Nº 0223/84 – 84-GP, PTCHL, 1984, fl. 07):

> (...) Acreditamos mesmo que o conjunto urbano da cidade, várias de suas construções e o significado de seu passado no conjunto da história do sul do Brasil, justifiquem tal ato. Vimos solicitar, portanto, seu empenho neste sentido, certos de que tal medida significará a continuação da existência do legado de nossos antecessores.

Nesta época a prefeitura em caráter de emergência, pelo decreto nº 09/84 do Prefeito Municipal, congelou por noventa dias as permissões para novas construções e alvarás de demolições dentro do Centro Histórico.

Neste mesmo documento a prefeitura fez um apelo para a Instituição disponibilizar técnicos a fim de definir "(...) regras que compatibilizem o crescimento de Laguna com a preservação do patrimônio edificado do município (...)" (PTCHL, 1984, fl. 07). Vários outros documentos foram encaminhados pela prefeitura, salientando a urgência no processo de tombamento.

A resposta a este pedido foi encaminhada pelo então diretor da 10ª D.R. arquiteto Júlio N.B. de Curtis para o diretor da DTC/SPHAN, no Rio de Janeiro, arquiteto Augusto Silva Telles, em 08-06-1984 (PTCHL, 1984, fls. 01 e 02), onde salienta a importância deste patrimônio:

> 1. Que a circunstância de Laguna ter sido vigoroso pólo irradiador de povoamento para o extremo sul, aliada ao fato de ter coincidido seu assentamento urbano com a baliza sul do Meridiano de Tordesilhas creditam-lhe seu reconhecimento como "Cidade Histórica";
> 2. Que a timidez de sua economia durante os dois primeiros terços deste século permitiu-lhe a manutenção de um tecido urbano bastante homogêneo, pontilhado de exemplares de arquitetura de excelente nível regional;
> 3. Que a partir daquela época, a descoberta da cidade pelo turismo tornou-a extremadamente vulnerável a um falso conceito de progresso, quando perdas irreparáveis à integridade do seu conjunto começaram a ocorrer;
> 4. Que, testemunha de forma eloqüente esta constatação, a frustrante experiência por nós vivida em 1982 quando, em malsinada reunião de quatro horas, perdemos para o Banco Brasileiro de Descontos, com apoio das lideranças locais, um dos mais significativos exemplares da arquitetura lagunense;
> 5. Que as pressões demolidoras sofridas pelo Prefeito, em função de sua proximidade com a população local, têm dificultado, sobremaneira, a sustentação daquele, ainda, precioso acervo;
> 6. Que, recentemente, o trabalho desenvolvido no local pela Universidade Federal de Santa Catarina, Fundação Catarinense de Cultura e Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional transformou-

> se em excelente catalisador para formação de consciência preservacionista, liderada na comunidade pelo seu atual Prefeito;
>
> 7. Que a fixação do entorno de proteção da antiga Casa de Câmara e Cadeia, ora em elaboração nesta DR, aliada à avaliação da qualidade arquitetônica contida nos limites do Centro Histórico, conduzida por nosso Escritório Técnico de Florianópolis, com apoio da Fundação Catarinense de Cultura, constituir-se-ão em documentos importantes a serem brevemente remetidos, para instruir o respectivo processo de tombamento;
> 8. Que, entretanto, dada a discernida iniciativa municipal e a urgência de nossa intervenção institucional, opinamos, enquanto se organiza a documentação, pelo imediato tombamento provisório da área do centro histórico de Laguna, contido em planta anexa.

Este documento também lembra a urgência da decisão em vista do término do prazo estipulado pelo decreto do prefeito. Muitos documentos foram encaminhados por parte da prefeitura com o intuito de agilizar o processo.

Na informação nº 160/84 - referente ao C.I. nº 54/84 de 18.07.1984 - (PTCHL, 1984, folha 14), a respeito do pedido de tombamento do Centro Histórico de Laguna, o Arquiteto Cyro I. C. O. Lyra comunica ao Subsecretario Irapoan C. Lyra, em 26-09-1984, que já se encontram no local o Arquiteto do SPHAN, Luiz Fernando Franco, em companhia do representante da FNPM em Santa Catarina, Arquiteto Dalmo Vieira Filho, para estudar o assunto.

Por meio de telegrama o Diretor da DTC/SPHAN, arquiteto Augusto Silva Telles, comunica ao Prefeito de Laguna, Sr. João Gualberto Pereira, que o pedido de tombamento se encontra em fase final de estudo na Diretoria e solicita à Prefeitura para "não autorizar qualquer demolição ou nova edificação até a conclusão referidos estudos afim não inviabilizar proteção pretendida" (INFO F2204390, PTCHL, 1984, fl. 16).

Posteriormente, em 06-08-1984, foi encaminhado o ofício nº 117/84, reiterando esta informação e acrescentando a solicitação da prorrogação dos efeitos do Decreto nº 09/84 por um prazo de 60 dias além da data de vigência, para poder concluir os estudos sem nenhum contratempo, assinado também pelo diretor da DTC/SPHAN, Augusto C. da Silva Telles.

O parecer de tombamento realizado pelo Arquiteto Luiz Fernando Franco foi entregue no dia 19 de setembro de 1984 (Informação nº 107/84, PTCHL, 1984, fls. 19 a 40) encaminhado a Coordenadora do Setor de Tombamento/DTC, Dora M. S. de Alcântara.

Este parecer apresenta uma análise detalhada da importância do Centro Histórico de Laguna de forma clara e contundente, além de assinalar que a sua importância está no

conjunto, semelhanças e diferenças que foram se formando durante os diferentes períodos pelos quais passou a cidade. Também mostra que seu valor não é só pela arquitetura, mas pelo conjunto formado pelas edificações, logradouros públicos e a natureza envolvente (FRANCO, 1984, p. 1):

> Em sua dimensão estritamente arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não representa as características de excepcionalidade normalmente adotadas como critério para decidir sobre a oportunidade do tombamento. Sob este ponto-de-vista, não saberíamos eleger outra edificação que atenda individualmente àquele critério, além da Casa de Câmara e Cadeia, tombada em 1953 pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cremos, não obstante, tratar-se de documento precioso da história urbana do país (...)

Terminando seu parecer, recomenda o tombamento do Centro Histórico de Laguna, acompanhado de 8 anexos com mapas da região, da cidade, do Centro Histórico e a proposta de poligonal de tombamento (FRANCO, 1984, p. 13):

> (...) em seu acervo paisagístico constituído pelo sistema natural que o envolve, pelo conjunto de logradouros em seu traçado e dimensão, pelo caís junto à lagoa de Santo Antônio e pelo conjunto de edificações em sua volumetria, em sua ocupação do solo e em suas características arquitetônicas que expressam a continuidade da evolução histórica do núcleo urbano original (...)

Para auxiliar este parecer foram elaborados e encaminhados uma série de trabalhos complementares como o realizado pelos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, Valorização do Sitio Histórico de Laguna, a descrição do polígono de definição do Centro Histórico de Laguna, realizado pela equipe coordenada pelo arquiteto Dalmo Vieira Filho, representante do SPHAN em Santa Catarina e a Avaliação Histórica, realizada pela então Estagiaria de História – Setor Tombamento DTC/SPHAN, Márcia Regina R. Chuva (PTCHL, 1984, fls. 43 a 52). Neste texto é interessante ressaltar alguns parágrafos da introdução que contextualiza Laguna e mostram sua importância e no contexto histórico nacional (PTCHL, 1984, fls. 43 a 44):

> Ao tentar conhecer o processo histórico da região de Laguna, deparamos com dois aspectos que nos pareceram importantes e que serviram de eixo para o estudo. De um lado, o isolamento da região por parte da Coroa portuguesa e posteriormente pelo Império Brasileiro, com relação à economia colonial tradicional, monocultora, escravista e exportadora, da qual aquela região não participava de forma direta. Por outro lado, a intrínseca relação de Santa Catarina, especialmente Laguna enquanto cidade portuária, com o Rio Grande do Sul.
>
> Estes dois aspectos permitiram a criação de uma sociedade muito peculiar, a qual se vai estruturando organicamente, de forma mais homogênea se comparada ao restante da Colônia, pois se definira de maneira semelhante ao sistema tradicional adotado por esta. Porém, ao ser obrigada a desenvolver-se

> como que à deriva dos interesses coloniais básicos de um poder centralizador, apresenta-se a este como um setor unido (já no século XIX) e disposto a combater uma política opressora que relegava a região a um plano secundário com relação à lógica central da economia.
>
> Seu alijamento, no entanto foi a razão mesma de sua força, ou seja, a postura do poder central abre espaço, para que a região se organize e assim, se coloque contra ele próprio. Sabemos que as classes dominantes que se afirmaram no sul reconheciam sua dependência econômica como a de uma economia subsidiaria daquela dominante dentro da lógica colonial. É com este pensamento que tentará barganhar com o Poder Central.
>
> Pretendemos, portanto, abordar aqui, o processo histórico da constituição da região sul, apresentando dois momentos distintos: um anterior às charqueadas, no qual a região, bastante heterogênea, apresenta-se, basicamente, como possuidora de função militar-defensiva; e o momento seguinte, com a criação das charqueadas, quando passa a caracterizar-se por uma nova organização econômica, definindo-se pouco a pouco dentro dos mesmos moldes da economia colonial.
>
> (...)
>
> Nestes dois momentos Laguna apresenta-se como elemento importante, com características diferentes, sendo sempre nela privilegiada a função portuária.

Este parecer foi encaminhado pela Coordenadora do Setor de Tombamento/DTC, Dora M. S. De Alcântara, para o então Diretor da DTC, Augusto C. da Silva Telles, junto com todo o processo em andamento, na Informação nº 108/84 (PTCHL, 1984, fls. 41 e 42). Dora Alcântara ressalta que este processo abrange outras áreas além das consagradas dentro da Instituição e conclui que (Informação Nº 108/84, PTCHL, 1984, fl. 41):

> (...) não só esse conjunto edificado como também a paisagem natural que lhe está profundamente vinculada são de fato testemunhos históricos. Não apenas de uma história factual, mas também a de um "processo de produção, uso e transformação" de centro urbano em uma de nossas "áreas não contempladas pelos grandes ciclos econômicos", parcelas no entanto indispensáveis, no estudo de nossa história como um todo.

Faz questão de mencionar que "Laguna é um documento suficientemente expressivo, 'de natureza tanto histórica, quanto paisagística, cuja integridade deve ser preservada', 'para que seja reapropriado por seus habitantes e se torne objeto de experiência sensível', inclusive para garantia da 'qualidade de vida'" (Informação Nº 108/84, PTCHL, 1984, fl. 42). Acrescenta sua concordância com todo o parecer de Franco e salienta a importância de que só sejam feitas as intervenções conforme o anotado neste documento, "sejam tão somente aquelas capazes de enriquecer suas leituras; os critérios para tais intervenções devendo 'surgir de uma análise que leve em conta o equilíbrio delicado entre tipologia e morfologia'" (Informação Nº 108/84, PTCHL, 1984, fl. 42).

Conclui encaminhando o pedido para o tombamento de acordo com o parecer e a poligonal descrita nestes documentos.

Dando continuidade ao processo o Diretor da DTC/SPHAN encaminhou, em 01-10-1984, a Informação nº 116/84 (PTCHL, 1984, fls. 53 e 54) para o Subsecretário concordando com os termos das informações anteriores, nº107 e nº 108, referentes "(...) à inscrição nos livros do Tombo, do Centro Histórico da Cidade de Laguna" (PTCHL, 1984, fl. 53) de acordo com o perímetro descrito neste documento.

No dia 06-11-84 (PTCHL, 1984, fls. 56 e 59), foi encaminhado pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, Secretaria da Cultura – SEC, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Edital de Notificação aos proprietários sobre o Tombamento provisório de Conjunto Centro Histórico de Laguna - Município de Laguna, Santa Catarina. Este documento descreve o perímetro demarcado de acordo com o parecer do arquiteto Luiz Fernando Franco e assinala que os bens inseridos neste perímetro "passam, por conseguinte, a ser tutelados pela proteção especial do Poder Público Federal, o qual, através do SPHAN, velará para que os efeitos previstos em suas normas disciplinadoras, e adiante especificadas, sejam devidamente respeitados, no interesse geral da coletividade" (PTCHL, 1984, fl. 57). Este edital conclui apresentando um prazo, de 15 dias a contar a partir da data de publicação, para os proprietários poderem se manifestar, impugnando o tombamento. Acrescenta que o amparo legal é a Constituição da República Federativa do Brasil – Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969 – artigo 180, parágrafo único; Decreto- lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e Lei nº 6.292 de 15 de dezembro de 1975.

No dia 12-11-1984 a Prefeitura Municipal de Laguna foi notificada do Tombamento provisório, conforme o perímetro encaminhado em anexo. Assinala a necessidade de que, para qualquer obra, construção ou demolição é necessária a aprovação prévia por parte do Escritório Técnico do então SPHAN, em Florianópolis, não só do Centro Histórico, como da vizinhança do mesmo.

No dia 13-11-1984 foi publicado no "Diário Oficial", no jornal "O Estado" e no "Jornal de Santa Catarina", o Edital de Notificação aos proprietários: Tombamento provisório de conjunto Centro Histórico de Laguna – Município de Laguna Santa Catarina.

Só se tem conhecimento de um pedido encaminhado a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para impugnar o tombamento com data de 19-11-1984,

de um imóvel, localizado na Travessa Manoel Pinho nº 2 (hoje conhecido como Casa Candemil), os motivos colocados eram a ameaça pública devido ao estado crítico em que se encontrava o imóvel (PTCHL, 1984, fls. 63 a 66). Este pedido foi analisado e encaminhado pelo arquiteto responsável pelo Escritório Técnico em Santa Catarina, em oficio s/d (PTCHL, 1984, fls. 67 e 68), onde esclarece que esta edificação já é tombada pelo Município, por meio do decreto nº 17/78 de 4-10-78 e afirma que a restauração da edificação é relativamente fácil pelo tamanho, acrescentando que, quando esta foi tombada pelo município, se encontrava em bom estado de preservação e era habitada. Também ressalta a importância desta casa como "um dos bons exemplares arquitetônicos de Laguna".

A Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em oficio nº 142-85, do dia 25-09-85, comunica ao proprietário do imóvel da Travessa Manoel Pinho nº 2, o não acolhimento pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da impugnação contra o Tombamento Federal do imóvel.

Em nota oficial da Prefeitura Municipal de Laguna, em referência ao Tombamento, assinala que o Governo Municipal, representado pelo Prefeito e Câmara de Vereadores em reunião realizada em 21-11-84 (PTCHL, 1984, fls. 88 e 89), manifesta a solidariedade ao Ministério da Educação e Cultura – MEC- em seu item 3 "(...) adere a proposta apresentada pelo SPHAN para a formação de uma comissão constituída por representantes da comunidade Lagunense, a fim de estudar, especificamente, os bens ou conjunto de bens que constituem o acervo histórico e arquitetônico de Laguna (...)", também no item 4 a Câmara de Vereadores sugere que se gestione junto ao Governador "(...) o aproveitamento das casa ou prédios tombados pela União, para implantação de órgãos públicos estaduais (...)"

Na 111ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional realizada em Curitiba no dia 27-11-84 (PTCHL, 1984, fls. 69 a 85), conforme parecer do conselheiro Alcídio Mafra de Souza, relator do processo referente ao tombamento do Centro Histórico de Laguna, recomendou o seu tombamento.

O Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em ofício Nº 80-84 de 04-12-84, congratulou a iniciativa e os pareceres a respeito deste tombamento. Também este fato foi anotado pelo então Governador do Estado, Sr. Esperidião Amin, conforme carta encaminhada ao Secretário de Cultura do Ministério de Educação e Cultura, Sr. Marcos Vinicius Vilaça, onde ressalta a importância deste patrimônio e assinala que respalda as

aspirações de personalidades desse Município. Apresenta a necessidade de trabalhar em conjunto, União e Estado, para apoiar os proprietários em uma adequada conservação do patrimônio cultural. Assinala que já foi realizada uma reunião do Conselho Estadual de Cultura com representantes da Prefeitura Municipal de Laguna, da Fundação Catarinense de Cultura e da Delegacia do SPHAN, traçando estratégias para à articulação de todos os organismos oficiais interessados.

No dia 21-11-84 a Associação Comercial e Industrial de Laguna encaminhou uma carta ao Sr. Ademar Guisi, Deputado Federal, para que tomasse "providências necessárias" a respeito do edital de Tombamento da cidade pelo SPHAN.

Anteriormente, a mesma Associação havia encaminhado uma carta ao Prefeito Municipal, onde apresentava a discordância dos termos do Edital relativos ao tombamento provisório do conjunto do centro histórico e expressa seu protesto, pois esta ação deixaria todo o centro "sob controle do SPHAN". Discordam da abrangência deste edital, pois acham que não deveria ser todo o centro da cidade.

> Não somos e nunca fomos contra a preservação de nosso patrimônio histórico, pois todos temos orgulho do nosso passado, mas há que considerar o que, de fato, deva ser tombado e não generalizar a sua abrangência, pois não agradaria jamais situarmo-nos numa posição de Olinda ou de Alcântara, cidades museus, além de outras, estacionarias (PTCHL, 1984, fl. 94).

Continuam afirmando que esperam que a administração acate a opinião da "grande maioria dos seus munícipes" sendo tombadas somente aquelas edificações "que, pela sua natureza, não deixem duvida quanto a sua preservação e restauração, obviamente, liberando os demais que escapem aos verdadeiros objetivos de um tombamento criterioso" (PTCHL, 1984, fl. 94). Finalizam o documento solicitando que o prefeito e o poder legislativo concordem com estas considerações e não sejam "acusados de omissos, frente às gerações futuras e ao desenvolvimento nos dias presentes, que tanto aspira a gente lagunense" (PTCHL, 1984, fl. 94). Esta carta está acompanhada de várias folhas de assinaturas.

Estes documentos foram encaminhados pelo Deputado Federal Ademir Ghisi ao Sr. Irapoan Cavalcante de Lyra, Secretario do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio do Oficio nº 039/85 do dia 11-01-85, apresentando sua preocupação e solicitando providências urgentes e necessárias. Este foi remetido em 23-01-85 para 10ª DR, rogando informações em caráter de urgência.

A informação solicitada foi remetida em 30-01-85 por meio do oficio nº 018/85 -10ª DR, onde o Diretor J. N. B. de Curtis, justifica a aprovação do tombamento feita pelo Conselho Consultivo da SPHAN (PTCHL, 1984, fls. 99 e 100).

Num primeiro ponto explica a impossibilidade do Prefeito Municipal evitar a descaracterização do Centro Histórico. Logo no segundo item, explica que a proposta foi avaliada por profissionais "que constituem parcela ponderável da massa crítica já aglutinada pela Fundação Nacional Pró-Memória" (PTCHL, 1984, fl. 99). No terceiro ponto esclarece que a sugestão do oficio da Associação Comercial e Industrial de Laguna de só tombar alguns exemplares é impossível e explica "Porém, a inexistência, em Laguna, de monumentos excepcionais conduziu nossa visão crítica para a preservação dos bens culturais daquela cidade como um conjunto capaz de caracterizar a imagem de sua identidade urbana" (PTCHL, 1984, fls. 99 e 100). Continuando com sua justificativa pode-se observar que a importância do tombamento está no conjunto e não em monumentos isolados (PTCHL, 1984, fl. 100):

> Firmamos consenso de que o centro original da cidade, pontilhado, ainda, por elevado número de imóveis com interesse para preservação consubstanciou uma superposição de entorno de proteção cuja "mancha" conduziu à definição de limites do centro histórico, ora tombado;
>
> 4. que, a partir dessa análise e condicionados pelo artigo 18 do Decreto-Lei nº 25, os imóveis que constituem a arquitetura de acompanhamento, embora tombados, seriam passíveis de reforma ou substituições desde que tivessem seus projetos previamente aprovados pela SPHAN.
>
> Vale dizer, seria impossível a preservação – dentro de um conceito do que modernamente se entende como tal – das edificações mais qualificadas se a arquitetura residual restasse ao sabor de interesses particulares.

Esta justificativa foi encaminhada pelo Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Sr. Irapoan Cavalcanti de Lyra ao Deputado Federal Adhemar Guisi, além de uma cópia do parecer do Conselheiro Alcídio Mafra de Souza, relator do processo, cópia da Nota Oficial do Governo Municipal de Laguna e da carta do Governador do Estado de Santa Catarina.

Já em 27-02-85, o Secretário de Cultura encaminhou por meio do oficio nº 105/85-SEC-RJ (PTCHL, 1984, fl. 103) à Ministra da Educação e Cultura, Profª. Esther de Figueiredo Ferraz, o pedido da homologação do tombamento do Centro Histórico da Cidade de Laguna, sendo homologado pela mesma no dia 08-03-85.

A inscrição de tombamento foi realizada em duas etapas, em um primeiro momento foi a inscrição pelo seu valor paisagístico, no livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e

Paisagístico, no dia 26 de abril de 1985, sob o número 89, a folhas 39 a 41. Posteriormente na Informação AJ-054-85, em 17-09-1985 (PTCHL, 1984, fl. 111), foi feita a sugestão de incluí-lo também no Livro do Tombo Histórico, por possuir elementos que o justificam, bem como pela importância do seu processo de ocupação, indicado pelo próprio conselheiro-relator. Diante disso foi inscrito no Livro do Tombo Histórico, sob o nº 500, a folhas 89 a 91, em 23 de dezembro de 1985.

No dia 16-01-86 a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional comunicou por meio do oficio nº 003-86, ao Prefeito Municipal, do Tombamento definitivo do Centro Histórico de Laguna. Acrescenta a importância da colaboração da Prefeitura na proteção e preservação do patrimônio cultural do País (PTCHL, 1984, fl. 115).

O comunicado aos proprietários, do Tombamento definitivo, foi publicado em 08-01-86 no jornal "O Estado", no dia 17-02-86 no "Diário Oficial da União" e no dia 18 no "Jornal de Santa Catarina" e no Jornal "O Renovador".

No Apenso II do processo, se encontrou um requerimento da Câmara Municipal de Vereadores, com data 04-11-85 para a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, contendo a Moção nº 190/85, referente ao tombamento da cidade de Laguna/SC. Esta Moção de 01-11-1985 assinala a "definitiva e irreversível discordância e inaceitação quanto ao projeto de tombamento que está sendo processado na cidade, materializado ou esboçado no Edital de Notificação", que após sua aprovação fosse encaminhada as autoridades competentes (PTCHL, 1984, apenso II, s/p). Relata que o edital de tombamento foi concebido de forma arbitraria e sem consultar a comunidade (Moção Nº 190/85, PTCHL, 1984, apenso II, s/p):

> É que tal tombamento da maneira como foi feito e como vem sendo administrado pelos arquitetos ou funcionários do SPHAN, em companhia de uma minoria local ávida por tirar proveito pessoal da calamitosa situação que se pretende criar na Laguna, revelou-se desastroso para o progresso da cidade.

Além dessa argumentação acrescenta que (Moção Nº 190/85, PTCHL, 1984, apenso II, s/p):

> As construções do centro ou são proibidas, permanecendo os terrenos baldios indefinidamente a espera de licença para construção, ou quando permitidas erigem-se ridículos monstrengos do ponto de vista arquitetônico, verdadeiros monumentos à burrice, o que tem feito surgir sérias dúvidas quanto à competência dos arquitetos responsáveis ou de quem suas honrosas vezes tem feito.

É importante observar o grau de insatisfação que apresenta este documento, chegando a rechaçar a presença do SPHAN na cidade (Moção Nº 190/85, PTCHL, 1984, apenso II, s/p):

> Saberemos preservar o nosso patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico. Mas nós mesmos o faremos, o que aliás já tinha sido iniciado pela municipalidade. Dispensamos a presença do SPHAN na Laguna, bem como dos alienígenas que para cá nos foram remetidos, que tanto prejuízo trouxeram ao progresso e tanta intranquilidade geraram em tão pouco tempo. Que tais aves de arribação e seus apaniguados se afastem definitivamente da vida da Laguna. É o desejo, pode-se dizer unânime, da população lagunense no atual momento, ante a celeuma que o Edital referido provocou em nossa comunidade. Afastem-se. Deixem a Laguna trabalhar em paz.

Finalizando salienta que esta Câmara a exemplo da Prefeitura local, considera inexistente o Edital do SPHAN. No entanto não foi encontrada nenhuma manifestação por parte do Poder Executivo nesse sentido.

Em agosto do mesmo ano, "A Sociedade Lagunense, através de seus vários segmentos" entrou com pedido ao Presidente da República, Sr. José Sarney, e ao Ministro da Cultura, Sr. Aloísio Pimenta, para que tornasse sem efeito o edital de tombamento (PTCHL, 1984, apenso II, s/p).

É interessante anotar as argumentações descritas para justificar este pedido, entre elas está o fato de que "Os abaixo assinados não concordam, entretanto com o tombamento do centro da cidade, área descrita pelo edital, por não mais estar ligada ao passado de glorias da cidade" (PTCHL, 1984, apenso II, s/p). Acrescenta que só duas edificações que "resistiram ao tempo" são representativas do movimento Farroupilha, e são: "O prédio onde foi proclamada a República Catarinense, hoje Museu, e a Igreja Matriz, ambos em perfeito estado de conservação" (PTCHL, 1984, apenso II, s/p).

Assinala que são poucas as edificações que restam do século XIX, "sendo que oitenta por cento das casas que integram a área do Edital surgiu após a década de 1.930, quando a cidade, em razão de uma série de fatores, em especial o movimento portuário, passou por um período de franco progresso" (PTCHL, 1984, apenso II, s/p). Ainda comenta que (Carta ao Presidente da República, 1985, PTCHL, 1984, apenso II, s/p):

> O decreto lei 25 de 30 de novembro de 1.937 é um tanto violento, elaborado no auge de uma ditadura, cerceando o direito de propriedade, inclusive sem dar oportunidade a referendum popular, impondo a desvalorização dos imóveis situados nas cidades tombadas e conduzindo-as à estagnação e empobrecimento total.

Continua expondo inúmeros motivos para justificar seu desacordo. Este pedido foi assinado por vários representantes da Câmara de Vereadores e de outros segmentos da sociedade, colocando no penúltimo parágrafo que (Carta ao Presidente da República, 1985, PTCHL, 1984, apenso II, s/p):

> Os abaixo assinados, todos cidadãos que desejam ver a prosperidade deste município, sem os malefícios de um tombamento sob todos os aspectos inconveniente, requerem a Vossa Excelência especial atenção no sentido de que o edital de notificação do jornal "O Estado" seja tornado sem efeito, devolvendo ao município a autonomia de poder escolher com liberdade, seu próprio destino, (...).

As cartas remetidas ao Presidente da República e ao Ministro da Cultura foram encaminhadas, em 02-12-1985, para a Dr. Sônia Rabello, então procuradora do SPHAN, para exame e manifestação (PTCHL, 1984, apenso II, p. 11 – SEAP 45610).

Em resposta aos expedientes, em 10-03-1986, por meio da informação AJ/056 do Serviço Público Federal, Ref: "Processo nº 1.122-T-84 – Tombamento – discordância manifestada após a homologação. descabimento", o então SPHAN por meio do advogado Sergio Esteves Pfaltzgraff e com o acordo da Dra. Sonia Rabello, apresentou um parecer relatando que após a homologação do tombamento do Centro Histórico de Laguna foram recebidos dois expedientes de discordância com o tombamento, mas esclarece que foram apresentados fora dos prazos estabelecidos pelo Decreto-lei nº 25, o que os invalida como impugnações ao tombamento. Finalizando afirma que este pedido de cancelamento está fora dos parâmetros estabelecidos pelo Decreto-lei nº 3.866, de 29-11-1941, que trata da matéria. Dessa forma o processo foi concluído.

2.1.3 Os Tombamentos Municipais

Embora haja uma lei municipal de tombamento - Lei nº 34 de 1977 - os bens culturais, em nível municipal, foram protegidos por meio de Decretos. Aparentemente estes tombamentos foram efetuados sem um estudo técnico, ocorrendo pela vontade do prefeito municipal da época. Esta forma de proteção se mostra bastante frágil como instrumento, pois possibilita que outro prefeito municipal revogue o decreto, deixando o bem desprotegido.

São poucos os bens protegidos pela municipalidade. Com exceção de três deles, os demais se encontram inserido dentro da Poligonal tombada pelo IPHAN. Este fato reforça a falta de atuação do poder público municipal nas responsabilidades de proteção

advindas do tombamento. Isto se reforça quando no Plano Diretor, conforme o artigo 32 da Lei nº 1.658 de 12 de dezembro de 2013, a única menção que se faz a respeito da área do Centro Histórico é que os parâmetros e normas de uso e ocupação do solo estão a cargo do órgão federal. Os bens declarados patrimônio municipal são:

- Decreto nº 17/78: Casa Pinto D´Ulysséa; Palacete Polidoro Santiago (que se encontra fora da área da Poligonal Federal); Casa nº 10 da rua Rio Branco; Casa de Anita da rua Fernando Machado; as fachadas das edificações localizadas na Praça República Juliana e Largo do Rosário; Casa nº 2 da travessa Manoel Pinho (Casa Candemil); Hotel Rio Branco; Ruínas do Camacho; Casa nº 420 da Rua Voluntario Benevides.

- Decreto nº 26/81: Casa nº 11, 13 e 185 da rua Raulino Horn e o Prédio da Sociedade Recreativa União Operária na Rua Santo Antônio.

- Decreto nº 28/82: Casa nº 208 da rua Raulino Horn e Ruínas Forte Garibaldi na Ponta da Barra.

- Decreto nº 34/88: A Ponte de Ferro da Cabeçuda.

Na análise dos documentos se pode observar os diferentes discursos que orientaram a ação do IPHAN num espaço de 3 décadas ocorrido entre o Tombamento da Casa de Câmara e Cadeia, em 1954, e do Centro Histórico, em 1985. De certa forma estes processos acompanham a trajetória das transformações no conceito de patrimônio cultural, bem como sua relação com as cidades e o quadro sócio-político atuante. Mas também demonstram que, embora tenha ocorrido uma aproximação com a sociedade, a partir dos movimentos sociais que ocorreram nos anos de 1970 e 1980, o tombamento ainda é centrado na percepção técnica do IPHAN.

> Na realidade, a prática da preservação não legitima simplesmente sentidos socialmente atribuídos pela cultura comum e cotidiana a determinados aspectos da cultura, mas põe em prática os critérios, as concepções e os valores que são defendidos por técnicos e especialistas (arquitetos, urbanistas, historiadores, arqueólogos, antropólogos e geógrafos, entre outros). Consequentemente as decisões das instituições de preservação podem estar em desacordo – e não raramente estão – com os valores vigentes locais (ARANTES, 2006, p. 427).

No caso da Casa de Câmara e Cadeia, tombada como monumento isolado, tem sua justificativa a partir do conceito de monumento histórico, quando alguns bens são consagrados como testemunhas de um passado glorioso e passam a incorporar a função de suscitar a sua rememoração. Com isso, o conjunto dos bens tombados constrói uma

narrativa de uma determinada história do Brasil, que de acordo com Vieira (2003), tem sua matriz discursiva produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

Nesse período o conceito de patrimônio cultural era muito mais restrito. Os bens tombados eram, sobretudo, monumentos isolados considerados "documentos de identidade da nação brasileira", (conforme Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1961 apud Rubino, 1992, p. 11), demonstrando a estreita relação existente entre a atuação do órgão de preservação do patrimônio e a construção e afirmação de uma pretensa unidade cultural tipicamente nacional, ideal do Governo Vargas (STELLO, 2013).

Já o tombamento do Centro Histórico reflete outro discurso, típico da década de 1980, quando se inicia a redemocratização brasileira. Os conceitos de nacionalidade única são questionados, bem como a separação entre recursos culturais e recursos naturais, ganhando relevância as questões relativas à garantia da qualidade de vida. Neste momento o conceito de cidade histórica é revisto "(...) pondo em xeque a noção anterior de cidade como um monumento artístico" (SANT'ANNA, 2000, p. 3).

Embora esse conceito não fosse unanime dentro da Instituição, para muitos dos técnicos o que vai interessar agora é a cidade como documento, numa concepção mais ampla e dinâmica de patrimônio, onde o espaço urbano reflete a diversidade arquitetônica advinda dos diferentes tempos históricos, culturais e econômicos. Passa-se a pensar, segundo Motta (2011), na preservação do sítio histórico, levando-se em consideração o seu processo de ocupação do território. Sendo a cidade-documento a expressão da vida do homem em um determinado ambiente e seu estudo e conhecimento não são exclusividade da arquitetura e do urbanismo, mas de toda uma gama de disciplinas.

Estes dois processos também demonstram as diferentes formas de entender as questões da relação dos bens tombados com seu contexto físico e histórico. Enquanto no tombamento da Casa de Câmara e Cadeia há a preocupação da pureza estilística e com o "original", não importando as suas modificações no tempo, propondo-se até mesmo a demolição de parte da edificação por ser um acréscimo, do início do século XIX. No dizer do arquiteto Paulo Thedin Barreto "Idealmente, seria demolir o acréscimo, isolando de novo o prédio primitivo; mas a tanto não seria prudente se chegar sem um exame direto, local" (PTCHL, 1984, fls. 16).

Já no processo do Centro Histórico quer-se valorizar todas as contribuições, inclusive as "(...) que representam uma ruptura" dentro de uma ótica da história da evolução urbana e suas consequências espaciais, como observa Franco (1984, p. 12) em seu parecer:

> Não cremos, contudo, seja um preconceito quanto à altura afirmar, desde já, o desinteresse pelos imóveis recentes de quatro, cinco ou seis andares. Representam uma ruptura e comprometem irremediavelmente a continuidade de leitura acima esboçada. São manifestações da hostilidade do novo organismo pela espécie que lhe deu origem. Por outro lado, enquanto as formas precedentes são documentos em si, objetos de curiosidade e de investigação cientifica, os da nova espécie são produtos imediatos da ciência aplicada e subordinada a uma organização produtiva. Essa organização pressupõe que seus produtos sejam fungíveis. A parte de expressão por ventura neles contida é prevista para atender a essa exigência. Que sejam as técnicas de projeto aplicadas aos interesses imobiliários ou à merceologia, a ciência que as informa deve tornar a expressão imediata, objeto de consumo que exclui a troca permanente entre conhecimento e experiência estética. Justamente aquilo que, no resto, justifica a preservação.

Outra questão importante a se observar, a partir da leitura desses dois processos, é a repercussão dos tombamentos na sociedade. Eles são representativos e simbólicos, por meio de sua análise pode-se reconhecer os diferentes agentes que participaram e, de certa forma, ver a maneira como estes lidaram com as questões que problematizam a cidade, lutando por seus interesses, seja pela permanência ou pela transformação dos espaços. Enquanto no tombamento da Casa de Câmara e Cadeia, as poucas manifestações são favoráveis, no processo do Centro Histórico as diversas manifestações exprimem a complexidade da questão e da construção de argumentos favoráveis e desfavoráveis ao tombamento.

Sendo o IPHAN uma instituição que tem sua atuação de abrangência nacional, podem ocorrer algumas divergências quando se discutem valores locais. No entanto, a recíproca é verdadeira, pois muitas vezes, as comunidades detentoras de um patrimônio, não reconhecem a sua importância como elemento de identidade nacional. E se, de acordo com Hall (2006), identidade é memória, cabe questionar qual é a memória que está sendo preservada pelo IPHAN e como isso vem repercutindo nas diferentes comunidades. Nesse sentido é que pode estar ocorrendo um descompasso entre os proprietários dos imóveis tombados e a instituição de preservação. Muitos dos prédios do Centro Histórico encontram-se em visível processo de degradação e, segundo informações do Escritório Técnico do IPHAN em Laguna, os proprietários alegam não possuir os recursos necessários para mantê-los. Muitas vezes deixam que as edificações fiquem arruinadas, na ideia de que, se elas caírem, poderão construir o que bem

entenderem. Outros acreditam que, pelo fato de estar tombado como patrimônio, as instituições públicas têm a obrigação de conservá-los. Por outro lado, o IPHAN não dispõe de recursos financeiros suficientes para manter sua obrigação de restaurar as edificações cujos proprietários não possuem condições financeiras para fazê-lo, como está disposto no enunciado do artigo 19 e no seu parágrafo 1º, do Decreto-lei 25/37:

> Art. 19. O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.
>
> § 1º Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.

De outra forma, não adianta garantir a integridade física dos imóveis tombados se a sociedade não se sente representada pelos mesmos.

Diante disso, pode-se concordar com Prata (2009), quando questiona quais os rumos que o IPHAN deve tomar a fim de cumprir seu papel como guardião do patrimônio cultural brasileiro:

> São várias as novas questões que o órgão tem que enfrentar para dar conta dessas novas posturas patrimoniais. O próprio órgão, entretanto, ainda convive com estruturas conceituais e administrativas tradicionais. Como preservar aquela determinada condição urbana? O que faz aquela singularidade? São os cheios e vazios? É o traçado urbano? As árvores e a vegetação? É a qualidade arquitetônica de suas casas? É o modo como as pessoas vivem e usam aquele espaço? É o "sistema de objetos socialmente apropriados"? Como se protege tudo isso? É possível controlar suas alterações? Ou, até, conciliar as transformações e suas dinâmicas próprias com o espírito daquilo que se quis preservar? (PRATA, 2009, p. 67 a 68)

A partir do conhecimento do processo oficial de preservação, se faz necessário examinar quais foram as consequências, para tanto se fará no próximo capítulo uma análise da preservação do Centro Histórico de Laguna, considerando os problemas principais e suas tendências, a partir do estado de conservação tanto de suas edificações como dos seus espaços públicos, além de apresentar um panorama das políticas de preservação, como planos, projetos, e normas de preservação que estão sendo aplicados.

3. A PRESERVAÇÃO EM LAGUNA

> Do jeito que vem sendo praticada, a preservação é um estatuto que consegue desagradar a todos: o governo fica responsável por bens que não pode ou não quer conservar; os proprietários se irritam contra as proibições, nos seus termos injustos, de uso pleno de um direito; o público porque, com enorme bom senso, não consegue entender a manutenção de alguns pardieiros, enquanto assiste à demolição inexorável e pouco inteligente de ambientes significativos (SANTOS, 1986, p. 61).

O objetivo desse capítulo é apresentar uma visão geral da preservação do Centro Histórico de Laguna, analisando os problemas principais e suas tendências. Para isso, foram apresentadas as políticas, planos, projetos e normas de preservação.

3.1 Problemas principais e suas tendências

Para este estudo foi realizada um estudo comparativo de levantamentos realizados em diferentes períodos a partir dos trabalhos "Valorização do Sitio Histórico de Laguna" [1], da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 1983, "Proposta de Normas de Preservação para o Sitio Histórico de Laguna"[2] (PNPSHUL), executado entre 2006 e 2007, e do "1º Produto de Práticas Supervisionadas", elaborado pela autora para o PEP-MP, no ano de 2013/2014.

3.1.1 Estado de Conservação

Para situar o leitor com relação aos problemas e tendências da cidade, inicialmente é importante apresentar o estado de conservação atual de Laguna.

Para isto, seguem informações resultantes do levantamento de dados para a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU realizado como o 1º Produto de Práticas Supervisionadas, do PEP-MP, no ano de 2013/2014. A isenção do IPTU é um incentivo fiscal que regulamenta percentuais variáveis de isenção do imposto predial em função da excepcionalidade, da importância e do estado de conservação da edificação, inclusive com punição para o imóvel que tenha sido notificado pelo IPHAN, que tem sido um sistema eficaz de manutenção anual das edificações. Foi baseado na Lei complementar n° 033-11/12/97– Câmara Municipal de Laguna. Utiliza fichas de avaliação que funcionam como registros de

[1]Elaborado por um grupo de estudantes formado por: Jeanini Mara Tavares, Jorge Luiz Vieira, Jussara Maria Silva, Maria Eliana Stailem e Valdemor Spricigo, coordenados pelos professores Nelson Teixeira Netto e Vera Bins Elly.

[2] Trabalho realizado pela empresa Grillo e Werneck Projetos e Consultoria Ltda, contratada pelo IPHAN/Monumenta.

acompanhamento do estado de conservação destas edificações. Durante o período de levantamento das informações foi constatado grande número de edificações que apresentavam problemas de conservação.

Foi realizado o mapeamento do estado de conservação das edificações, só tendo em consideração aquelas que apresentam maiores problemas, estado de arruinamento ou os lotes desocupados que apresentavam estado de abandono. O estado de conservação entendido como o grau de integridade física da edificação como um todo, possibilitando a posterior análise dos problemas mais frequentes de deterioração dos imóveis no sítio urbano tombado.

Foram consideradas 4 categorias sendo:

1. Terrenos abandonados: são aqueles terrenos que se encontram desocupados e apresentam mal estado de conservação, como fechamentos deteriorados, vegetação invasiva, presença de lixo, entre outros.
2. Ruinas: são aquelas edificações que não possuem cobertura, que se encontram parcialmente desabadas e apresentam graves problemas de estabilidade.
3. Edificações em arruinamento: são as edificações que se encontram em péssimo estado de conservação, com problemas estruturais e/ou de estabilidade, mas são passíveis de serem restauradas.
4. Edificações em mau estado de conservação: são as edificações que se encontram com alguns problemas estruturais ou de falta de elementos arquitetônicos, mas que podem ser restauradas com relativa facilidade.

Esse tipo de mapeamento tem servido para dar subsídios o Escritório Técnico de Laguna – IPHAN/SC a fim de notificar cada um dos proprietários de imóveis que apresentam problemas.

No ano de 2013/2014, foi constatado um grande aumento de imóveis com alto grau de deterioração no Centro Histórico, comparando com os mapeamentos realizados em 1983, anterior ao Tombamento (UFSC, 1983) (figura 51), e em 2006/2007 quando foi elaborada a Proposta de Normas de Preservação para o Sitio Histórico de Laguna (PNPSHUL, 2007) (figura 52). Percebe-se que no ano de 1983, o estado de conservação do Centro Histórico era relativamente muito bom, eram poucas as edificações que se encontravam com graves problemas. Na leitura de 2006, constatou-se que a área tombada ainda apresentava poucas edificações em mau estado de conservação, este documento assinala que o mau estado era ocasionado basicamente por falta de recurso financeiro e descaso do proprietário (PNPSHUL,

2007). Estes dois fatores seguem sendo os principais motivos de deterioração deste patrimônio.

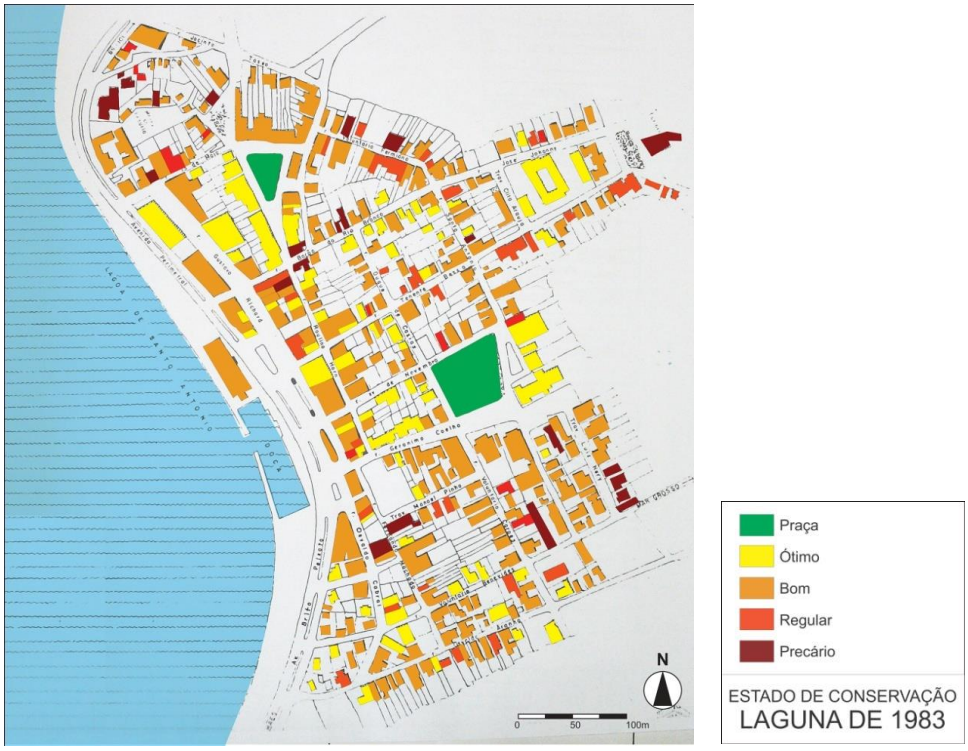


Figura 51: Estado de Conservação em 1983 (adaptado de UFSC, 1983).

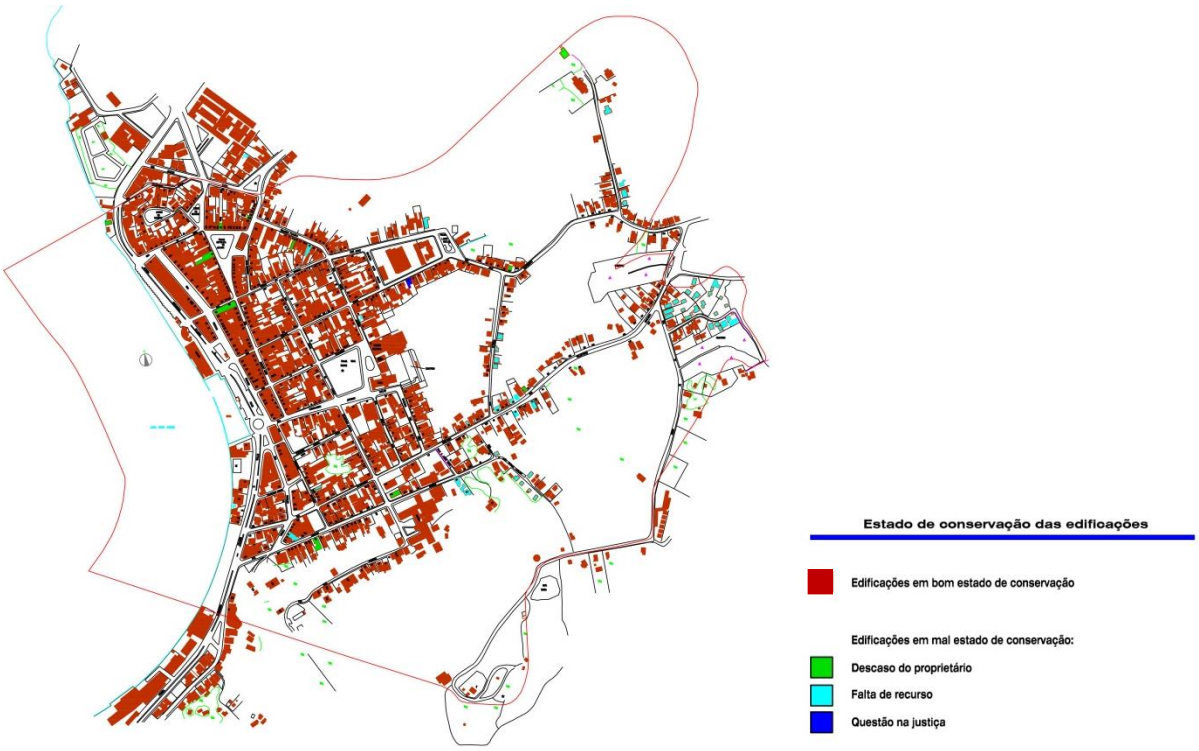


Figura 52: Estado de Conservação em 2006 (PNPSHUL, 2007).

O mapeamento de 2013/2014 apresenta cada uma das edificações com seu grau de deterioração (figura 53). Para a sistematização dos dados foi elaborado um quadro de análise que mostra a localização, proprietário, linguagem arquitetônica, estado de conservação, observações e fotografias[3].

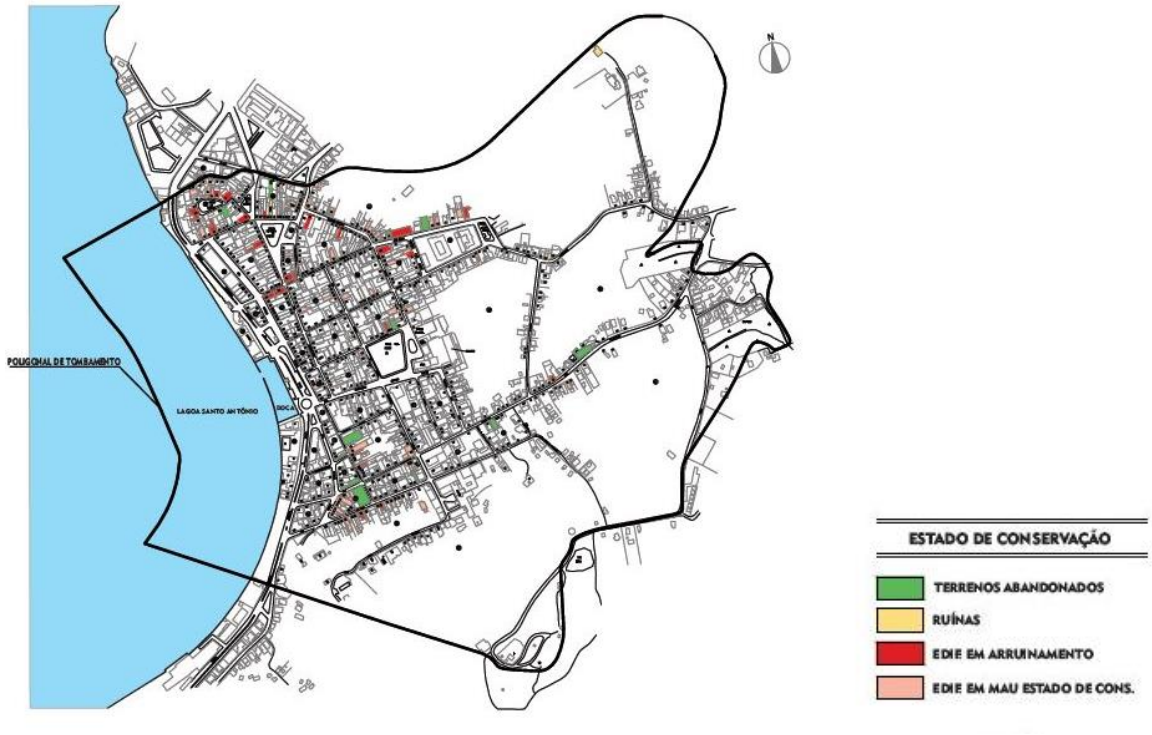


Figura 53: Mapa de Estado de Conservação 2013 (Mª Matilde Villegas J., 2013).

O Centro Histórico de Laguna de uma maneira geral se encontra em relativo bom estado de conservação, mas se tem notado um avanço de edificações abandonadas nos últimos anos e em estado de arruinamento, também se percebe o descaso com os terrenos desocupados que não apresentam manutenção adequada nem fechamento.

Nos dois últimos anos se tem intensificando a deterioração dos imóveis, principalmente porque a Prefeitura Municipal não está dando a isenção do imposto predial.

3.1.2 Uso das edificações e dos espaços públicos

Outro fator a ser considerado a fim de conhecer a dinâmica do Centro Histórico de Laguna é o uso das edificações e dos espaços públicos.

[3]Trabalho realizado pela autora como 1º produto das Práticas Supervisionadas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, no Escritório Técnico de Laguna/IPHAN – SC, sob o título de Mapeamento dos imóveis com problemas de Conservação na Poligonal de Tombamento de Laguna/SC, em 2014.

Enquanto aos usos das edificações pode-se comparar os mapas realizados no estudo "Valorização do Sitio Histórico de Laguna" (UFSC, 1983) - o primeiro retratando o ano de 1880 (de acordo com ULYSSEA, 1943) (figura 54) e o segundo do ano do levantamento (figura 55) - e o realizado para Plano de Preservação para Laguna (PNPSHUL, 2007) (figura 56), com a realidade de hoje.

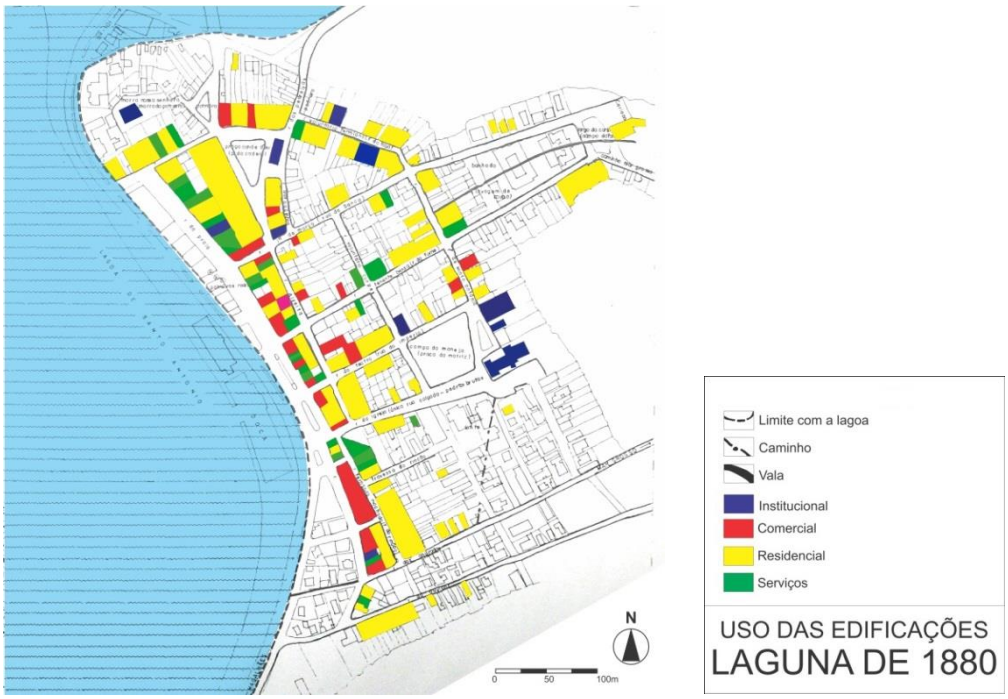


Figura 54: Mapa de Usos das Edificações 1880 (adaptado de UFSC, 1983).

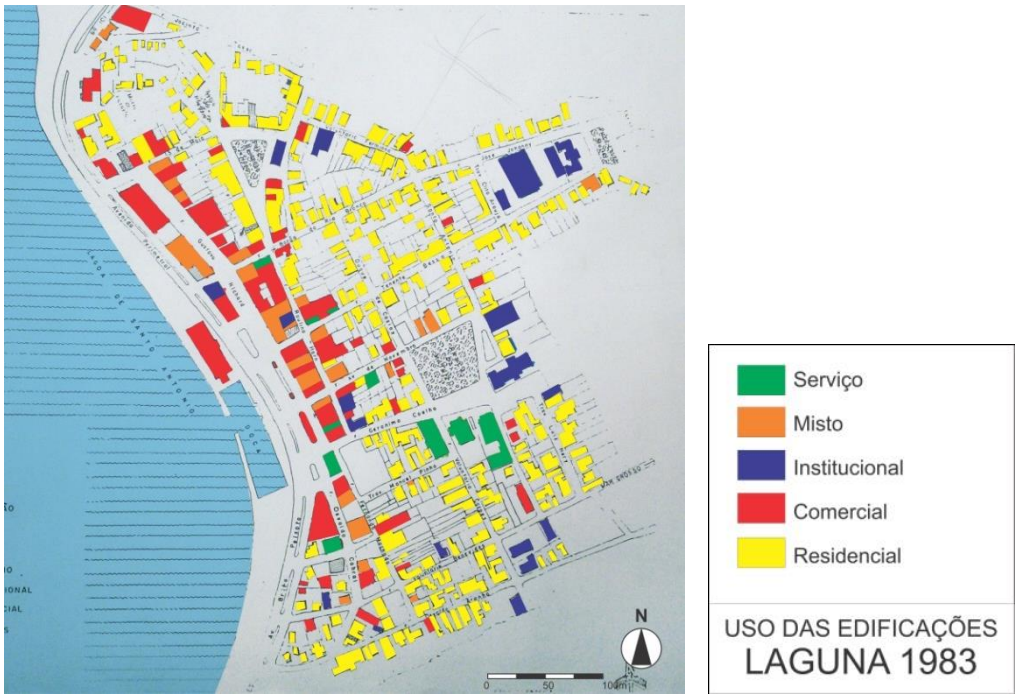


Figura 55: Mapa de Usos das Edificações 1983 (adaptado de UFSC, 1983).

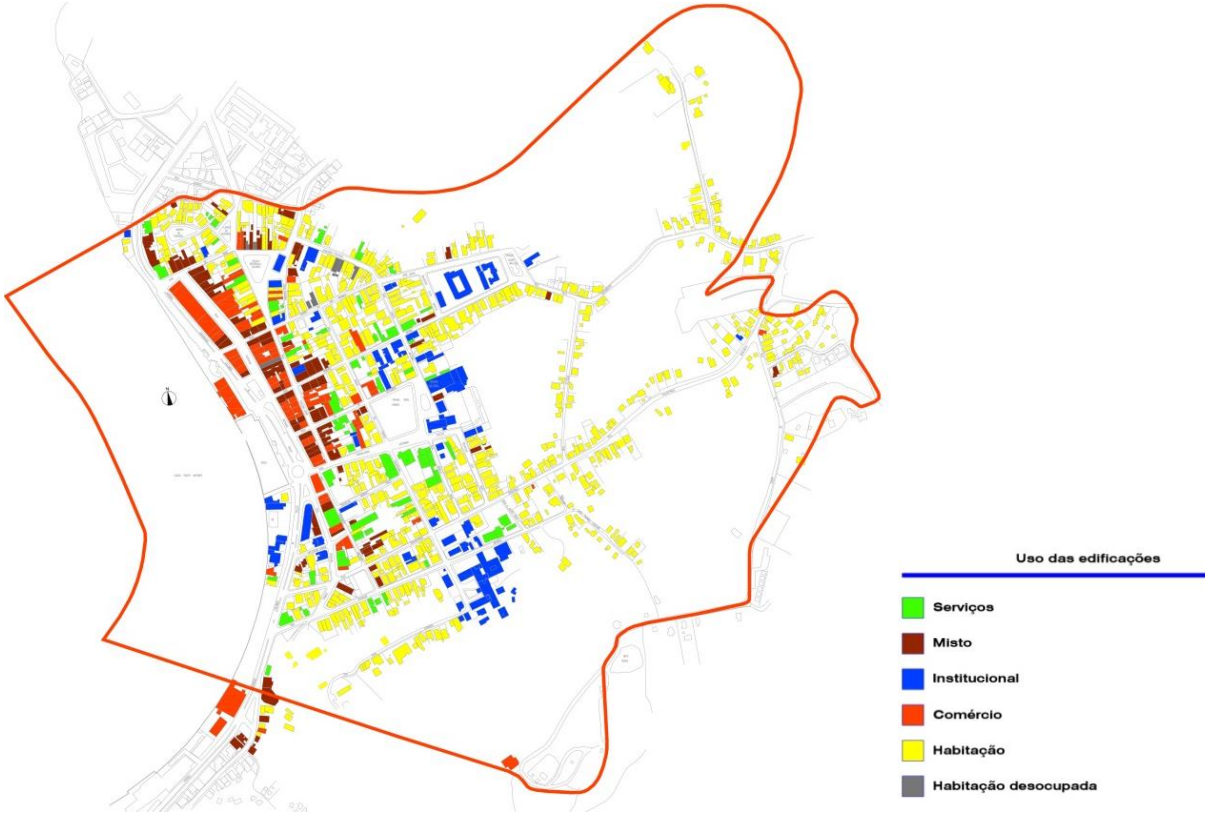


Figura 56: Mapa de Usos das Edificações em 2006 (PNPSHUL, 2007).

No ano de 1983 a quantidade de moradias no Centro Histórico era superior aos estabelecimentos comerciais, continuando com a tendência historicamente mostrada no mapa de 1880. Nota-se que a área mais próxima do porto sempre foi de caráter predominantemente comercial.

Já no mapa de 2007 é possível perceber a consolidação do uso comercial localizado nas quadras próximas do porto e nota-se uma tendência de ampliação deste uso em direção ao interior do núcleo urbano, mesclando-se com o uso de prestação de serviços em substituição gradual do residencial, que ainda predominava. Atualmente pode-se perceber como esta tendência é cada vez maior.

O uso comercial, que numa certa época parecia ser a saída para a dinamização do Centro Histórico, vem causando um novo problema para sua manutenção. Neste momento muitas edificações estão sendo desocupadas por seus antigos moradores, formada por pessoas de idade avançada, e não estão sendo reocupadas por novas famílias. As atividades lúdicas também vêm perdendo espaço já que os clubes existentes estão fechando por falta de público e pela má manutenção das suas sedes. Os espaços públicos existentes não possuem nenhum

equipamento para o lazer de crianças e jovens. Todos estes fatores estão provocando o esvaziamento do Centro em períodos não comerciais.

3.2 Panorama sobre os estudos para a preservação de Laguna

> (...) dentro de uma "chave" renovada de leitura da cidade histórica, pode-se começar a decifrar as regras da avaliação dos conceitos que podemos fazer desses espaços, desses âmbitos e, assim, decifrar também as regras para aplicar à conservação e à transformação da mesma cidade histórica (LOMBARDI, 1992, p. 82-83).

A preservação no Estado de Santa Catarina, por parte do IPHAN, até meados da década de 1970 era vinculada a sede Regional em São Paulo. A partir de 1978, com a criação da 10ª Diretoria Regional, no Rio Grande do Sul, passou a vincular-se à ela e se consolidou no momento em que foi criado um Escritório Técnico em 1982. Neste momento segundo entrevista realizada com o arquiteto Dalmo Vieira Filho (2015) "(...) não tinha mapeamentos, não se sabia o que realmente tinha valor, tudo praticamente do ponto de vista geral estava por fazer. (...)" (VIEIRA, 2015, p.271). Afirma também que a Fundação Catarinense de Cultura tinha sido criada recentemente (1979), mas não se tinha uma visão Estadual: "(...) não tinha conseguido dar um olhar para este estado muito multifacetado que é Santa Catarina" (VIEIRA, 2015, p.271).

Segundo Vieira (2015, p.271) nesse momento é que foi realizado um inventario, "(...) que era uma ideia de reconhecer o patrimônio existente no estado e a partir dele tomar algumas medidas". A ideia inicial após um reconhecimento geral foi de inventariar três lugares, que poderiam dar a dimensão e diversidade do patrimônio existente em Santa Catarina:

> (...) No litoral, que basicamente entra Laguna e São Francisco do Sul, na região de migração alemã pegando Vale, São Bento e Joinville. (...) Porque naquele momento não tinha pernas, a gente, assim, tentou ter um olhar sobre o estado através dessas áreas que, por várias razões, a gente foi selecionando. (...) mas ficou evidente que os dois núcleos assim, bem mais, estavam em um rápido processo de descaracterização, principalmente ruim, eram os dois centros de São Francisco e de Laguna.
>
> Mas apresentamos os resultados preliminares do trabalho. E no litoral nós tínhamos uma indicação, nós achávamos que Laguna e São Francisco tinham que ser tombadas, e um pouco pra nossa surpresa ele [Curtis] respondeu afirmativamente. Ele conhecia tudo, conhecia muito o patrimônio das duas cidades, e disse assim taxativamente, se vocês, se o pedido for feito pelos prefeitos eu toco pra frente, a gente vai tocar.
>
> E em Laguna, eu atribuo a muito mais achar que não aconteceria do que por outra coisa, o prefeito (...) João Gualberto, (...) Ele viu aquilo e se prontificou a assinar, nós redigimos o estudo, e fez o pedido formal ao prefeito.

Este trabalho foi desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina que começou a realizar o inventário, Vieira comenta (2015 p.272):

> Ele foi um trabalho por formandos que se entusiasmaram assim ao máximo, fizeram aquilo tudo, ele tem alguns defeitos que a gente percebeu no momento do tombamento. Por exemplo ele destaca muitas coisas que eram ruins também, ele destaca digamos muita coisa da heterogeneidade, por que hoje parece que pra gente que em sítios que não seja Jaguarão, Laguna, São Francisco e outros que a gente tombou nestas últimas décadas, Santa Teresa, parece razoáveis, parece óbvio, que a gente deveria ter tombado. Mas aos olhos lá de 80, quando vigoravam a ideia da cidade barroca, da homogeneidade e tal, isso era uma, quase uma aventura. Foi assim uma ousadia do Curtis topado e o Silva Teles desde o começo ser receptivo, uma influência, sempre a nossa ponte lá.

A partir deste trabalho é que foi fundamentado o pedido de tombamento de Laguna.

> Bem, então usando aquele trabalho, complementando com a visão que nós tínhamos, a gente estudou, aprofundou a ideia e ai entrou, o Curtis fez, então pediu, ai isso foi aprovado pela DTC, desde o primeiro momento contou assim com o olhar do Silva Telles, ai entra o Franco, o Luiz Fernando. (VIEIRA, 2015, p.272).

Após os tombamentos de Laguna e de São Francisco do Sul, no ano de 1986/1987, foi realizado um encontro em São Francisco, onde, segundo Vieira (2015), participaram Dora Alcântara, Jurema Arnout, Luís Fernando Franco e Augusto Silva Teles entre outros. Foram tratados assuntos relacionados com o tombamento e sua implicação na preservação dos núcleos tombados em Santa Catarina:

> (...) e eu estou lembrando isso Matilde porque ali teve uma explicitação do, digamos assim, dos passos a seguir em relação ao tombamento, no fundo eram duas visões diferentes.
>
> Nós tínhamos uma visão e na verdade, foi esta visão eu acho que fez com que a gente conseguisse apaziguar as coisas com a população sabe, uma visão muito flexível do tombamento, e essas diferentes visões elas refletiam numa pergunta, que fez parte de nossas discussões e que eu acabei fazendo para Dora Alcântara no meio do encontro, (...). Foi assim (...) se amanhã o Bradesco [em São Francisco] pedir a demolição a Sra. acha que nós devemos autorizar ou não, na nossa cabeça estava claríssimo que sim, as razões.
>
> (...) A pergunta era conceitual, porque no fundo estava assim, nós vamos engessar tudo, o que está tombado está, ou não, como nós vamos tratar isso, a Dora pensou um pouco e sabe o que ela respondeu, eu não autorizarei.
>
> Mas nós sim autorizamos, essa natureza, pois essa visão de que nós não tínhamos realmente engessado aquele momento histórico, sabe, que nós estávamos tombando uma área maior, por isso que eu acho que tivemos aqui muito da reflexão com relação a, digamos entranhas, porque na verdade isso foi a coisa mais explorada contra nós (VIEIRA, 2015, p. 274 - 275).

A estratégia utilizada, segundo Vieira (2015), para sustentar o tombamento perante a população foi a de não engessar o núcleo tombado, tentando trabalhar com "noção de qualidade, mas uma noção de flexibilidade de desenvolvimento". Em relação aos parâmetros para aprovação de projetos, Vieira relata que eles existiam, mas não de maneira formalizada ou escrita. Eles são extremamente necessários, pois se não houver regras definidas corre-se um grande risco (VIEIRA, 2015, p. 278 - 279):

> (...) bem o risco e o problema é a gente cair naquele fato de cada caso, e ai não tem lei, o que é realmente muito ruim, mas a nossa experiência é que nós temos que normatizar, um ou dois anos depois nós já estávamos arrependidos. Aquela [norma] que tínhamos feito, respondia a uma demanda (...) a nossa regra, (...) ou por uma liberalidade excessiva ou pelo contrário, no processo em específico [de Laguna] a gente não conseguiu seguir essas regras por muito.

De acordo com Vieira (2015, p. 276) foi utilizada uma classificação conforme os mapas anexados ao processo de tombamento, havia as "edificações mais importantes, relevantes" que deveriam ser integralmente preservadas, "as conflitantes" que poderiam ser substituídas e "até queremos que saia apesar do tombamento", e as "compatíveis" que poderiam ser substituídas por outras "unidades igualmente compatíveis". Também haviam pensado nos gabaritos e funções.

Vieira (2015, p. 276) falando sobre esse assunto anota que "(...) sabe porque que é interessante isso, porque logo depois nós vimos que a nossa visão, também era muito limitada". Como exemplo cita o caso da demolição dos prédios da antiga Rodoviária e do posto de combustíveis, que ocorreu pouco antes do tombamento e teve a concordância do IPHAN (VIEIRA, 2015, p.277):

> (...) eu acho que a prefeitura recebeu o recurso, (...) e esses dois prédios, (...), tinha uma condenação do corpo de bombeiros.
>
> (...), a rodoviária não era mais rodoviária eu acho que o posto também não funcionava, estavam em um estado sofrido de conservação e veio uma pressão local (...) eu me lembro que a gente consultou o Curtis nesse momento, por que estava ligado a superintendência do Rio Grande do Sul.
>
> (...) hoje já seria muito interessante, (...) na minha cabeça aquele elemento modernista, pré-modernista, naquela época a gente, realmente não valorizava.

Com relação a este caso e a outros processos de intervenção, Vieira (2015, p. 278) acredita que "(...) a gente tomava as decisões nem sempre acertadas, tinha dúvidas (...)". As decisões, normalmente eram tomadas em conjunto com os técnicos da Diretoria Regional em Porto Alegre, principalmente os mais complicados "(...), eu acho que a gente levava os processos e realmente não havia essa prática de justificar com parecer específico, só em casos mais complexos".

Dalmo Vieira traz para a reflexão neste trabalho, principalmente, dois aspectos relevantes – o debate sobre critérios flexíveis diante do valor atribuído à cidade e o estudo que antecedeu a atribuição de valor que mapeia aspectos morfológicos e tipológicos que caracterizavam o sítio. Esta base orientou as discussões sobre o tombamento como cidade-documento, desenvolvidas pela área central de tombamento do IPHAN. Tratava-se, naquele momento, na década de 1980, da adoção de novos conceitos para ampliar as ações de preservação.

3.2.1 Elementos considerados nos primeiros estudos para a preservação de Laguna

O primeiro documento a ser analisado é o trabalho realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1983, com o título "Valorização do Sítio Histórico de Laguna, 1983". O objetivo principal deste trabalho foi "(...) a salvaguarda do acervo arquitetônico do centro histórico da Laguna, através da preservação e valorização dos aspectos característicos da paisagem urbana e natural" (UFSC, 1983, s/p). Dentre seus objetivos específicos, vale ressaltar (UFSC, 1983, s/p):

> Proposição de um plano urbano que considere a preservação do patrimônio cultural do centro histórico através da implantação de infra-estrutura adequada que atenda a população local e aquela sazonal de verão.
>
> Compreensão das necessidades da cidade, a fim de se estabelecer critérios de intervenção e áreas prioritárias de ação.
>
> Realização de inventário dos bens considerados de valor histórico, artístico, arquitetônico e ambiental existente no município e cuja preservação seja de interesse público.
>
> Proceder estudos para a elaboração e aperfeiçoamento de recursos institucionais e legais, genéricos ou específicos, para a defensa do patrimônio cultural através da revisão do Plano Diretor e do Código de Obras e Edificações.

Este documento consta de levantamentos como aspectos físicos, análise histórica, evolução urbana, levantamento cadastral e leitura da realidade urbana. Também faz uma análise regional onde apresenta as características do desenvolvimento, diretrizes gerais, propostas básicas e áreas de intervenção. O trabalho termina com um glossário de elementos construtivos.

Neste estudo vale destacar o "Levantamento Expedito", que está composto de entrevistas com os moradores, levantamentos de cada uma das quadras do centro (figura 57) e cada um dos imóveis (figuras 58 a 61).

É bem provável que este trabalho tenha servido como base para os levantamentos e análises realizados para o processo de tombamento, até mesmo para o conceito de Cidade-Documento, utilizado por Luís Fernando Franco em seu parecer de 1984, como transparece no texto que faz referência a diversidade do patrimônio arquitetônico de Laguna (UFSC, 1983, s/p):

> O patrimônio arquitetônico de Laguna se caracteriza como um conjunto heterogêneo. Seu núcleo histórico revela através de componentes arquitetônicos, as várias fases de sua história. Poucos são os exemplares que restam da fase colonial. O prédio mais característico desta fase é o atual Museu Anita Garibaldi.
>
> A antiga Rua da Praia, atual Gustavo Richard, foi sempre palco das maiores transformações arquitetônicas, devido justamente a seu caráter comercial. Nas décadas de 1930 e 40, o ecletismo e o "Deco" vão deixar ai os seus melhores exemplares da cidade. Hoje sua descaracterização já é marcante.

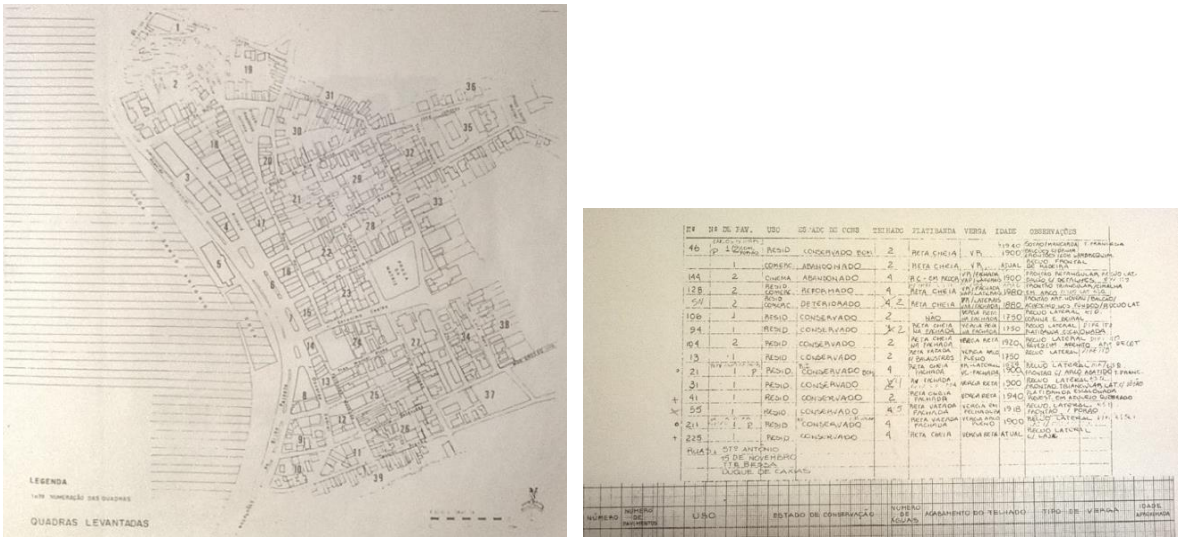


Figura 57: Mapa com a localização das quadras analisadas (UFSC, 1983).

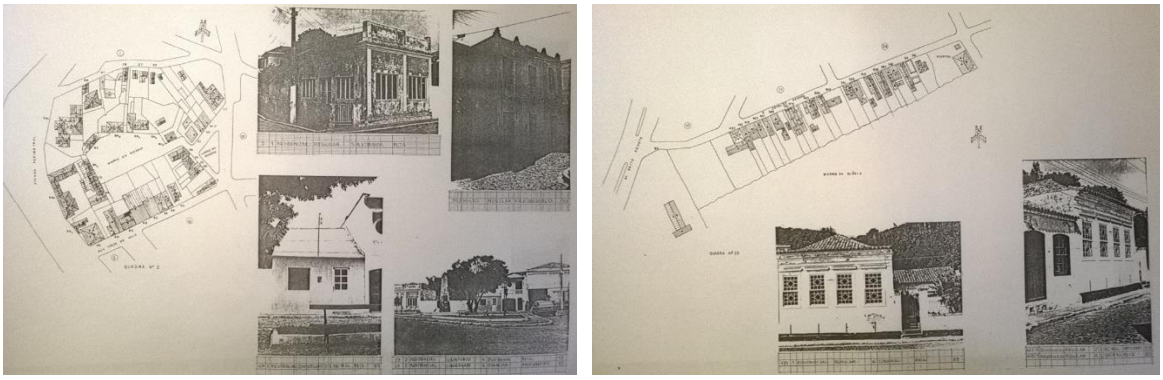


Figura 58: Mapa com o levantamento por quadra e localização das edificações (UFSC, 1983).

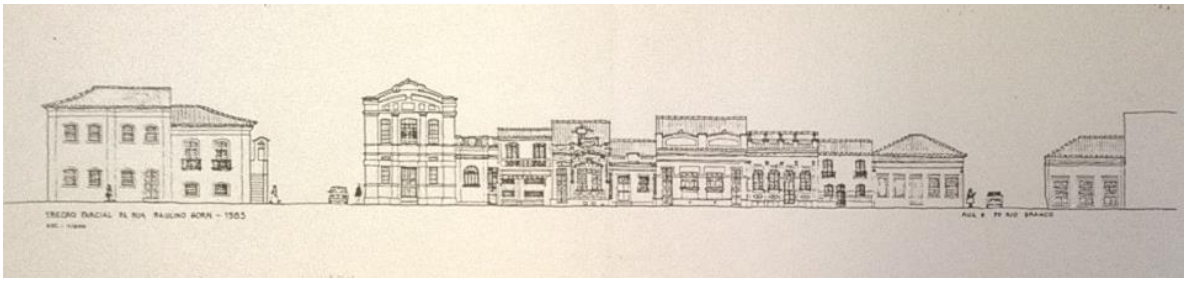


Figura 59: Desenho de trechos da rua Raulino Horn em 1983 (UFSC, 1983).

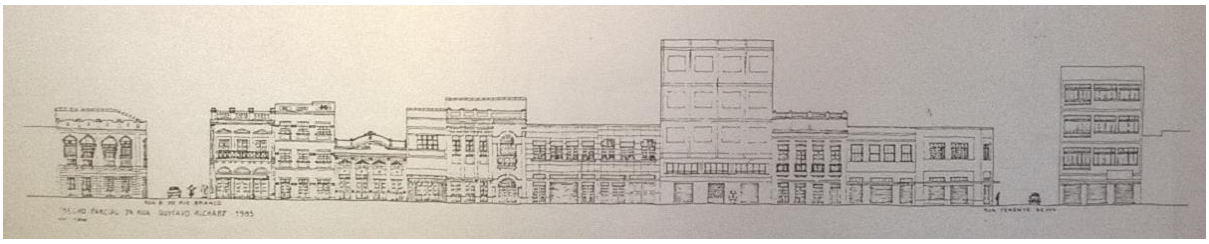


Figura 60: Desenho de trechos da rua Gustavo Richard em 1983 (UFSC, 1983).

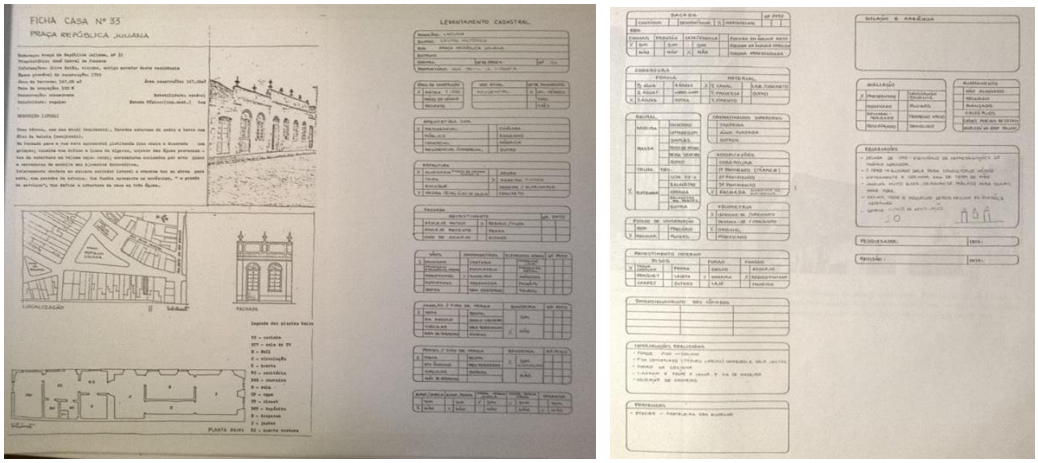


Figura 61: Ficha de uma das edificações (UFSC, 1983).

Outro documento que é importante analisar é o trabalho que foi realizado possivelmente entre 1983 e 1984[4], que acompanha o processo de tombamento do Centro Histórico, é o primeiro documento que apresenta uma classificação das edificações e uma definição de categorias. De acordo com a entrevista com Vieira (2015, p.277), referindo-se a este trabalho assinala que este documento foi muito utilizado como "(...) documento básico nosso no contato com a administração e com as pessoas".

Este documento consta de 15 mapas, sendo o primeiro de localização do Centro Histórico, foram levantados elementos como gabarito das edificações, recuos, Análise Tipológica, Unidades excepcionais no contexto da Região, Unidades excepcionais no contexto arquitetônico de Laguna, Unidades topologicamente ligadas ao contexto local, Unidades compatíveis com as características urbanas de Laguna, Unidades incompatíveis com as características urbanas de laguna, Unidades conflitantes com as características urbanas de Laguna, Terrenos baldios, Interpretação – Situação Geral, Unidades relacionadas ou compatíveis com as características do Centro Histórico de Laguna, Unidades conflitantes e incompatíveis com as características do Centro histórico de Laguna e Interpretação – Unidades a preservar e a substituir. Não foi localizado nenhum documento escrito que acompanhasse os mapas. Destes mapas pode-se assinalar a importância de três deles que se poderiam definir como síntese dos outros.

Em primeiro lugar o mapa de análise tipológica (figura 62), onde estão marcadas as diferentes arquiteturas, foi definido em quatro categorias: "Arquitetura tradicional luso-brasileira (até fins sec. XIX), com beiral, requadros, sem porão", "Arquitetura luso-brasileira (fins sec. XIX)

[4]Este trabalho provavelmente utilizou como base o estudo "Valorização do Sitio Histórico de Laguna, 1983" realizado pela equipe da Universidade Federal de Santa Catarina.

Influência ecletismo, com platibanda, porão alto e acesso lateral", "Arquitetura urbana pós ecletismo (até década de 40)" e "Arquitetura contemporânea".

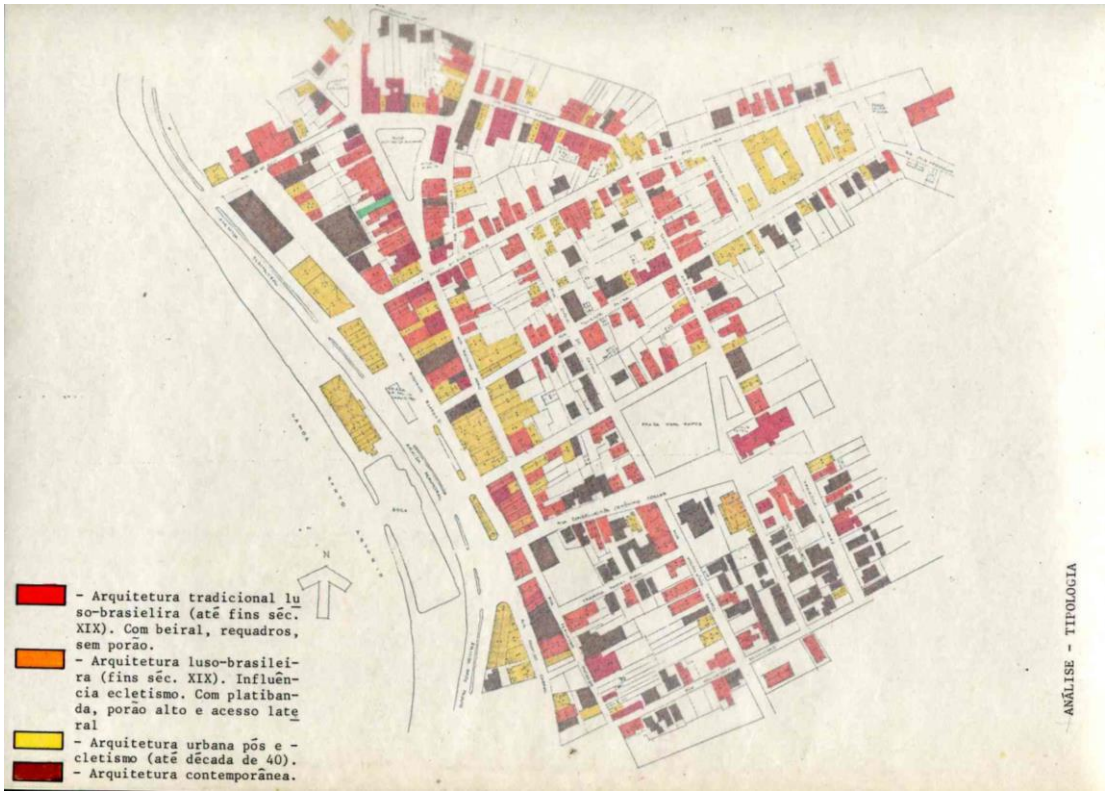


Figura 62: Mapa de Análise Tipológica (PTCHL - Anexo I, 1984, fl. 005).

Nesta classificação é importante assinalar que o ecletismo, está incluído junto com o luso-brasileiro, muitas edificações podem ser incluídas nesta categoria, pois são luso-brasileiras que foram modificadas, mas se tem um grupo representativo em que suas características de implantação no lote e características arquitetônicas, são eminentemente ecléticas.

Também se percebe que não se tem uma categoria definida para a arquitetura *Art Déco*, nem para as pré-modernistas como as neocoloniais, definidas como "Arquitetura urbana pós ecletismo". A arquitetura modernista é incluída na categoria de contemporânea. Isto foi reflexo da ideia que se tinha de que nada destes períodos seria importante preservar. Isto se faz mais notório no momento em que as edificações são classificadas de acordo com sua importância (figura 63).

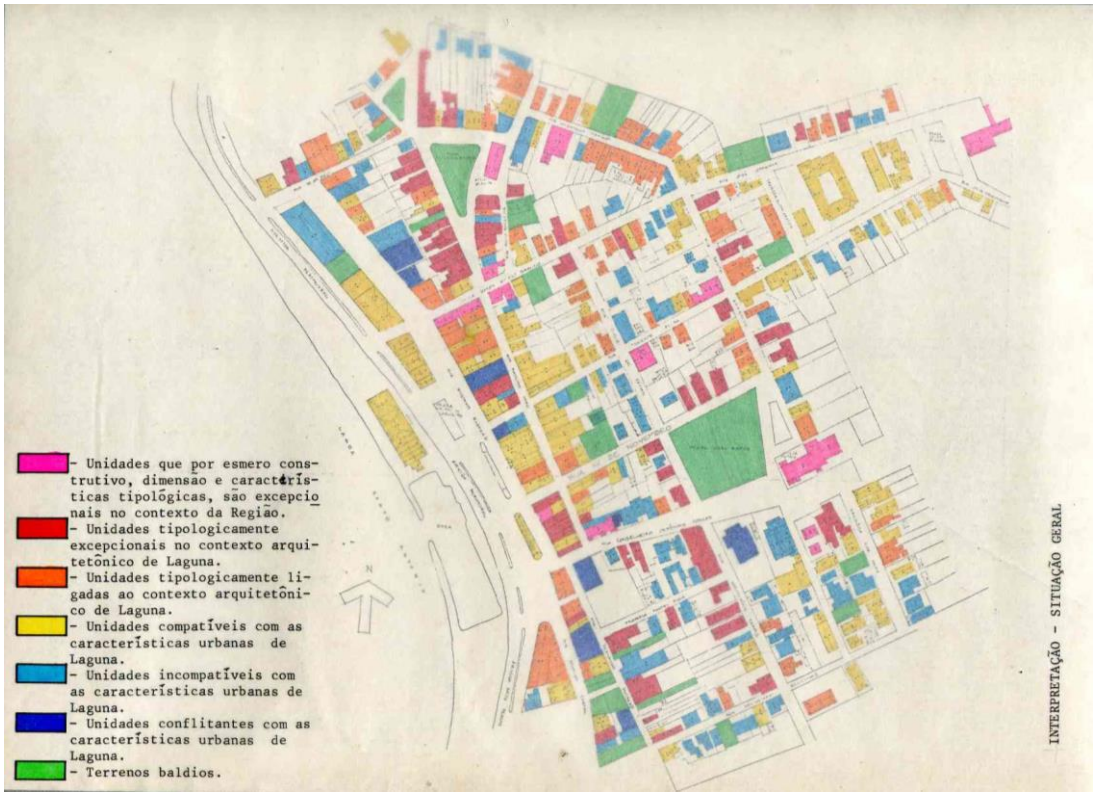


Figura 63: Mapa Interpretação – Situação Geral (PTCHL - Anexo I, 1984, fl. 013).

Esta classificação assinala as edificações que são importantes para o Centro Histórico de Laguna. Chegando a definir quais são incompatíveis e conflitantes com as características urbanas. Na primeira categoria: As unidades que por esmero construtivo, dimensão e características tipológicas, são excepcionais no contexto da região, praticamente só estão inseridas edificações luso-brasileiras, aparentemente só duas ecléticas, o antigo Banco Nacional do Comércio, localizado na rua Conselheiro Jerônimo Coelho e a antiga casa da família Colombo Salles, hoje da CELESC, localizada na rua Duque de Caxias. Já as unidades tipologicamente excepcionais no contexto arquitetônico de Laguna, são em sua maioria ecléticas e o restante das luso-brasileiras.

Pode-se perceber que as edificações com características *Art Déco* estão consideradas compatíveis, mas as Pré-modernistas e Modernistas são consideradas incompatíveis ou conflitantes.

Toda esta análise se reflete no principal item, onde são definidas as Unidades a preservar e a substituir (figura 64).



Figura 64: Interpretação – Unidades a preservar e a substituir (PTCHL - Anexo I, 1984, fl. 016).

As unidades com interesse de preservação correspondem, praticamente, às três primeiras categorias do mapa anterior, as excepcionais a nível regional e local e as tipologicamente ligadas ao contexto. Já as restantes foram consideradas substituíveis desde que mantendo características ou unidades com interesse de substituição. Mas o que seria uma edificação substituível que mantem as características? E qual é a diferença entre esta categoria e as marcadas como interesse de substituição?

Outro fator que se pode constatar é que neste estudo só se teve em conta a parte construída do Centro, os morros não foram considerados, assim como também não se teve em conta a relação com a lagoa.

Posteriormente este trabalho foi empregado como referência para a criação das categorias para a isenção do IPTU e estas mesmas categorias, para a análise dos processos de intervenção.

3.2.2 Novos estudos para a preservação de Laguna: 1997 a 2007

No ano de 1997 foi criada a Lei Complementar Municipal n° 33, de 11 de dezembro, para incentivar os moradores a conservar os imóveis tombados, este mecanismo foi implantado pela Prefeitura Municipal com a colaboração do IPHAN. Esta lei estabelecia variáveis para a

isenção do IPTU que foram baseadas nos estudos realizados pela equipe do IPHAN/SC, que nesse momento estava implantando este sistema em outras cidades como Florianópolis e São Francisco do Sul. Também estabelecia que o Escritório do IPHAN em Laguna faria as avaliações, a partir do estado de conservação, e repassaria à Prefeitura Municipal os devidos percentuais de abatimento. As edificações foram classificadas em 4 categorias, no entanto não foram localizadas em um mapa. No artigo 19 desta lei, item VII, estabelece um incentivo fiscal regulamentando percentuais variáveis de isenção do imposto predial:

> - os imóveis tombados, de acordo com a classificação a ser efetuada pelo IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, anualmente, a pedido do interessado, até 31 de outubro de cada ano:
>
> a) edificações com arquitetura excepcional de grande importância para a caracterização do sito histórico, até 100%,
>
> b) edificações importantes para a configuração da paisagem urbana, até 100%,
>
> c) edificações de acompanhamento, até 50%,
>
> d) edificações passíveis de renovação, até 10%.

Outro trabalho importante a ser mencionado é o INBI-SU: Inventário Nacional de Bens Imóveis e Sítios Urbanos/IPHAN – 2005, composto de um arrolamento feito por quadras. Consta de fichas de levantamento de cada edificação apresentando planta de situação, implantação no lote, planta dos pavimentos com identificação dos cômodos e alturas internas. Também apresenta elementos como a identificação tipológica, características internas e alguns materiais construtivos e de acabamento. Este trabalho tem auxiliado o Escritório Técnico nas fiscalizações de obra e nos processos de intervenção.

Em paralelo também foi realizado o INCEU- Inventário de Configurações e Espaços Urbanos/IPHAN – 2005, que trabalhou o Centro Histórico de Laguna abrangendo a área total da poligonal de tombamento. É composto de 8 (oito) cadernos onde foram realizados análise de percepção, mapas de percurso, macroparcelamento e microparcelamento, análise morfológica da malha urbana, parcelamento, arruamento e espaços públicos, taxa de ocupação, implantação no lote e altimetria entre outros.

No ano de 2007 foi elaborada a Proposta de Normas de Preservação para o Sitio Histórico Urbano de Laguna (PNPSHUL), executado por uma empresa contratada externa, que realizou este trabalho para outros centros históricos e pode-se perceber que utilizaram a mesma metodologia para todos eles. Considerando que, ao final do trabalho, faltavam informações e levantamentos relevantes para o estudo, não se chegou a uma normativa, foram criadas

Diretrizes Gerais de Preservação. Alguns aspectos são interessantes mencionar, como a sua definição e justificativa (PNPSHUL, 2007, p. 01):

> As normas e critérios de preservação estabelecem os parâmetros que orientam o processo de preservação dos sítios históricos urbanos, sua paisagem, edifícios, espaços públicos e demais artefatos que constituem suportes materiais do valor patrimonial legalmente protegido pelo tombamento.
>
> Resguardar a integridade física e transmissão do bem ao futuro, por meio da regulamentação de intervenções que porventura se fizerem necessárias, tendo como fundamentação legal o Decreto-Lei 25/1937.

Em suas Disposições Gerais assinala que todos os projetos de intervenção, inclusive aqueles de modificações internas, estão sujeitos a aprovação do IPHAN e que tais normas indicarão parâmetros urbanísticos como: índice de aproveitamento do terreno, taxa de impermeabilização, taxa de ocupação, recuos e afastamentos das divisas, gabarito, restrição a uso de materiais, etc. Referencia a notável importância deste acervo (PNPSHUL, 2007, p. 02):

> A notabilidade do acervo paisagístico-urbano-arquitetônico de Laguna foi considerada a partir da diversidade e originalidade do seu patrimônio arquitetônico, pela qualidade de conjunto que constitui esse patrimônio cultural, bem como pela beleza e harmonia da paisagem na qual ele se insere, além do significado histórico.

Este trabalho também recomenda a alteração da poligonal de tombamento para complementar o acervo urbano, histórico e da paisagem do sitio histórico.

Define que a unidade de avaliação das intervenções e os setores morfológicos é a "Face da Quadra"[5], justificando esta escolha argumentando que: "A manutenção das características, da unidade e da harmonia dos conjuntos urbanos sobrepõe-se às edificações individualizadas, na definição dos critérios e na avaliação dos projetos" (PNPSHUL, 2007, p. 04). Também apresenta a unidade de referência para o estabelecimento de diretrizes de uniformização das avaliações definindo uma setorização (figura 65) onde são demarcados os diferentes setores morfológicos de acordo com parâmetros comuns definidos para as análises realizadas (PNPSHUL, 2007, p. 37 e 38):

> I - Setor 1: Área compreendida pelas Quadras 9, 14, 18 e 22, localizada próxima à Lagoa de Santo Antônio, entre as ruas Osvaldo Cabral, Fernando Machado, Raulino Horn, Gustavo Richard e Barão do Rio Branco.
> II - Setor 2: Conjunto compreendido por duas áreas:

[5]Face de Quadra - é o segmento contínuo ente duas ruas ou entre duas mudanças de direção do logradouro, podendo ter como referência o boletim de cadastro imobiliário da Prefeitura Municipal. A Face de Quadra contém os lotes que dão frente para o logradouro em referência, além da sua testada. Dentro desse conceito estão os parâmetros: a configuração volumétrica da ocupação, ou seja, número de pavimentos, altura do beiral e da cumeeira, ritmo de cheios e vazios, alinhamento das edificações, existência de afastamentos laterais, existência de porão, formas de ocupação em função da declividade do terreno, existência de áreas verdes e quintais, entre outros (PNPSHUL, 2007, Anexo I, p. 1).

a) área compreendida pelas quadras 2, 4, 5, 6 e 8 entre as ruas Barão do Rio Branco, Engenheiro Colombo M. Salles, 13 de Maio, Jacinto Tasso e Praça República Juliana;
b) área compreendida pelas quadras 21, 26, 27, 28 e 29 entre as ruas Osvaldo Aranha, Colombo M. Salles, Fernando Machado e Osvaldo Cabral.
III - Setor 3: Área compreendida pelas quadras 7, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 19, 20, 23, 24, 25, 30 e 31 entre as ruas José Joahnny, Tenente Bessa, Santo Antônio, Praça Santo Antônio, Travessa Luís Nery, Travessa São Judas Tadeu, Rua Osvaldo Aranha, Rua Raulino Horn e Praça República Juliana.
IV - Setor 4: Conjunto compreendido por duas áreas:
a) áreas localizadas ao pé do Morro da Glória e em ruas internas ao Morro: ruas Voluntário Benevides, Ulyssea e Júlio Nascimento compreendendo as quadras 3, 17, 32, 33, 34 e 35;
b) área localizada no Morro do Rosário, correspondente à quadra 1.
V - Setor 5: Áreas localizadas no Morro da Glória e Orla. São áreas predominantemente não edificáveis, por serem de relevâncias ambientais e designadas, por força das leis vigentes, como APA- Área de Proteção Ambiental e APP – Áreas de Preservação Permanente. As ocupações em APP, com edificações em estado de conservação precário, por falta de recursos financeiros, ocorrem principalmente no topo do Morro da Glória.

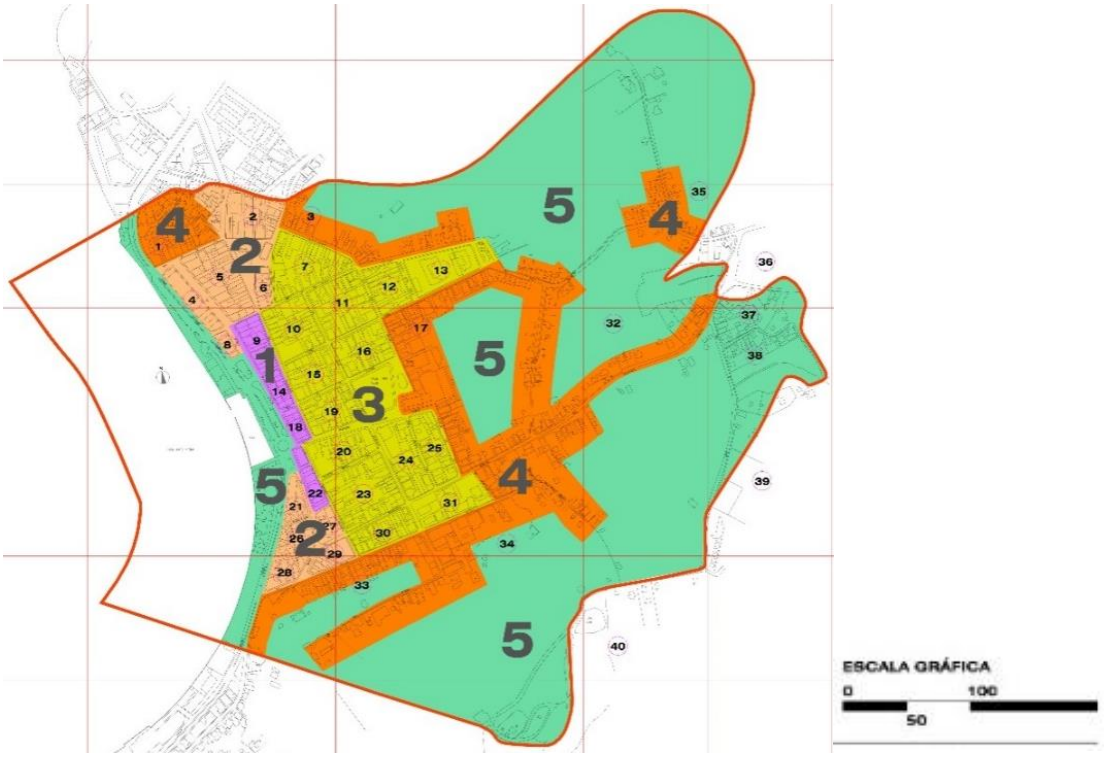


Figura 65: Identificação e caracterização dos setores morfológicos resultantes da leitura do sitio urbano histórico (PNPSHUL, 2007).

Nesta setorização é que se encontram algumas inconsistências, como fica claro na justificativa do estudo, "(...) A notabilidade do acervo paisagístico-urbano-arquitetônico de Laguna foi considerada a partir da diversidade e originalidade do seu patrimônio arquitetônico, (...)", sendo esta diversidade tão importante, quando foram definidos estes setores morfológicos, se agruparam edificações de características de estilo e implantação diferentes na mesma categoria, gerando critérios de intervenção similares, ocasionando que as propostas de

intervenção não sejam coerentes com aspectos específicos de cada uma, como tamanho do terreno, implantação, gabarito do entorno, entre outros.

O mesmo ocorre quando é analisada a Tabela 1-Anexo V: Parâmetros Urbanísticos da Ocupação do Solo (figura 66).

Setores	**Tamanho do lote (X)** (m²)	**Coeficiente de Aproveitamento C.A.**	**Taxa de Ocupação máxima T.O.** (%)	**Afastamentos mínimos** (m)			**Gabarito máximo** (n° de pav.)	**Taxa de Permeabilidade mínima** (%)
				Frontal	**Lateral**	**Fundos**		
Setor 1	200<**X**≤300	1,0	80	0,0	0,0	3,0	3,0	20
Setor 2	200<**X** ≤300	0,8	80	0,0	0,0	3,0	2,0	20
Setor 3	300<**X** ≤600	0,8	60	0,0	1,5	3,0	2,0	2,0
Setor 4	300<**X** ≤600	0,8	40	3,0	1,5	3,0	2,0 (1)	30
Setor 5	-	Áreas de APP e APA - Sujeitas a análise individual						

(1) Em terrenos em declive será permitida a construção de mais pavimentos abaixo do nível da rua.

Figura 66: Parâmetros Urbanísticos da Ocupação do Solo (PNPSHUL, 2007).

No momento em que são unificadas em um mesmo setor edificações com características diferentes, tanto em sua arquitetura como em sua implantação, surgem problemas para aplicar os mesmos índices, isto fica mais evidente quando se fala de taxa de ocupação e gabarito. Voltando à análise, se a unidade de avaliação das intervenções e os setores morfológicos é a "Face da Quadra", como está definida levando em consideração os vários elementos que a compõe, a delimitação dos setores criou uma unidade, definida por características de similitude, que não existe, pelo menos não na abrangência proposta.

A justificativa desta unidade "Face da Quadra" está em que "A manutenção das características, da unidade e da harmonia dos conjuntos urbanos sobrepõe-se às edificações individualizadas, na definição dos critérios e na avaliação dos projetos." (PNPSHUL, 2007, p.04). Mas se não se respeitam as características individuais o que acontece com a variedade

do conjunto? Lembrando que o Tombamento foi feito com base no conceito de Cidade-Documento e como documento esta variedade é de suma importância.

No entanto, apesar de realizar uma leitura unificada das faces de quadra, também reitera a importância das edificações de caráter excepcional (PNPSHUL, 2007, p.04):

> As edificações consideradas de valor excepcional serão tratadas individualmente, podendo não ser aplicados os critérios adotados para o setor onde está inserido, devido às suas especificidades.
>
> A manutenção das principais visadas e perspectivas dos monumentos referenciais e de determinados trechos do conjunto urbano e de eixos visuais constituem critério para análise dos projetos e para a definição das diretrizes de intervenção.

Mas estas edificações de valor excepcional, não se encontram especificadas em nenhum documento, mapa, nem análise. Afinal, quais seriam estas edificações? Aquelas luso-brasileiras do século XIX, as ecléticas com sua ornamentação ou as modernistas do final do século passado?

Nas disposições preliminares apresenta uma relação das características que devem ser preservadas e a forma como isso deveria ocorrer está expressa nas análises realizadas bem como no decorrer das diretrizes propostas (PNPSHUL, 2007, p. 05):

> a) o quadro natural e a paisagem envolvente;
>
> b) a morfologia urbana e o traçado dos logradouros;
>
> c) a unidade dos conjuntos urbanos;
>
> d) a relação entre as áreas edificadas e as não edificadas;
>
> e) as tipologias arquitetônicas;
>
> f) a diversidade e a multiplicidade dos usos;
>
> g) os espaços públicos de reunião e encontro;
>
> h) as manifestações culturais.

Algumas destas análises são importantes de se ressaltar, como se verá abaixo. Vale lembrar que a maioria destas normas também é utilizada na elaboração de planos diretores municipais. Então fica o questionamento de que difere um Plano de Preservação de um Plano Diretor? Qual a função de um e de outro? Mais do que índices urbanísticos não deveriam ser propostas ações no sentido da preservação integral de um sítio histórico que levasse em consideração as suas formas de uso e ocupação, tanto atuais como ao longo da sua formação?

Nas disposições quanto ao uso do solo apresenta os usos danosos ou que apresentam riscos potenciais à preservação da área tombada. Neste item é assinalado (PNPSHUL, 2007, p. 08):

> A diversidade de uso dos imóveis no centro histórico é salutar para a sua preservação e para a sua integração com o restante da cidade. Inverter ou, ao menos minimizar a tendência atual de substituição do uso residencial por outros usos devido principalmente ao esvaziamento que ocorre após o horário comercial.
>
> A importância da permanência de pessoas em todos os períodos do dia justifica a proposta de criação de mecanismos que induzam esta preferência.

Nas disposições quanto ao meio físico natural e paisagismo na malha urbana analisa e propõe diretrizes para drenagem, esgotamento sanitário, permeabilidade do solo, espécies vegetais e fauna nativa, alteração da qualidade ambiental (PNPSHUL, 2007, p. 11), além de questões pertinentes à preservação do valor paisagístico e ambiental do sítio como arqueologia, definição de áreas de interesse para preservação, desenvolvimento de programas e projetos de educação patrimonial.

Nas disposições quanto à configuração da estrutura urbana trata da abertura de novas vias, desmembramento e remembramento de lotes, ocupação do solo, aterros, desaterros e desmontes, Parâmetros de Ocupação.

Nas disposições quanto às Edificações Existentes, assinala que (PNPSHUL, 2007, p. 18 e 19):

> As edificações existentes no arruamento, ou consideradas de valor excepcional, cuja manutenção do volume - fachadas e cobertura - é obrigatória, poderão ter acréscimos condicionados aos demais critérios de ocupação e às seguintes diretrizes:
>
> I - possuir volume final e cumeeira em cota inferior à da edificação existente, em casos de lotes planos ou em declive. Nos lotes em aclive, deverá ser estudada solução arquitetônica que resulte no menor impacto volumétrico possível;
>
> II - caracterizar-se como um acréscimo, buscando soluções arquitetônicas adequadas para a interferência mínima na leitura da edificação existente.

A justificativa deste ponto foi “Preservação da harmonia do conjunto e suas características arquitetônicas e urbanísticas.” Mas se volta a mesma questão, como são definidas essas edificações de valor excepcional?

No item prevenção e combate a incêndios, estas diretrizes recomendam a elaboração de um mapa de riscos e a adotar o Caderno de Encargos nº 5 IPHAN/Programa Monumenta, referente a este assunto.

Nas disposições quanto à configuração e uso dos espaços públicos faz uma série regulamentos para acabamentos urbanísticos, como o uso de paralelepípedos para o calçamento e ladrilho hidráulicos para os passeios. Recomenda implantar dispositivos de acessibilidade por meio da realização de projetos de acessibilidade para todo o Centro Histórico. Assim como também melhorias no trânsito, estacionamento, para o uso da bicicleta e para a circulação de pedestres.

Prossegue com disposições quanto às Pequenas Construções e Instalações Permanentes ou Temporárias, mobiliário urbano, letreiros e placas publicitárias, elementos de sinalização, realização de eventos, e conclui com a normativa para apresentação de projetos na área tombada para análise pelo IPHAN (Anexo IV, PNPSHUL, 2007, p. 32 a 36). A tabela de Parâmetros Urbanísticos da Ocupação do solo, também faz parte deste trabalho (Anexo V, PNPSHUL, 2007, p. 37).

Este documento está acompanhado de uma Minuta da Proposta de Normas de Preservação para o Sítio Histórico Urbano, no entanto não foi dado encaminhamento para transformá-la em portaria do IPHAN, pois se considerou que ainda faltavam documentos e complementações para tanto.

Para este trabalho (2007) foram realizadas entrevistas com alguns técnicos que já foram responsáveis pelas análises de processos de intervenção em Laguna, ao longo do tempo de atuação do IPHAN. Servem como referência para constatar se realmente houve mudanças na aplicação dos critérios de intervenção. Num primeiro item foi indicado apontar as alterações nos critérios de análise das intervenções no sitio histórico de Laguna, ao longo do tempo de atuação do IPHAN.

Dagoberto Martins (PNPSHUL, 2007, anexo s/p), chefe do Escritório Técnico no período de 1985 a 1990, informou que:

> Nunca percebi claramente uma definição de critérios para intervenções. Cada caso era analisado individualmente. Nunca houve um debate que objetivasse a uniformização de critérios. Apesar da carta de Veneza, as vezes, pairar como referência.
>
> Ex. Por volta de 1986 foi autorizado a demolição de um belo conjunto Art-Decô com o argumento (unidade estilística) de que ele "escondia" um conjunto de sobrados. Onde está o critério?

Raphael Py e Pires (PNPSHUL, 2007, anexo s/p), chefe do Escritório Técnico no período de 2004 a 2005:

> É visível a diferença entre os critérios de avaliação de intervenções do passado e os atuais. No início, talvez para impor respeito ou por falta de prática no lidar com a comunidade, os técnicos foram rígidos demais, deixando marcas profundas que até hoje refletem uma falsa imagem do Instituto. Parte da comunidade (os mais humildes) tem medo do IPHAN, outra parte (os com mais poder financeiro) tem desprezo e por último, em menor número (os com mais cultura e conhecimento) apoiam e incentivam as ações em prol do Patrimônio. Nos últimos anos, as ditas "regras do IPHAN", tem acontecido de maneira mais flexível, de certa forma, uma negociação com os proprietários dispostos a intervir nos Bens Tombados, como se houvesse uma medida compensatória decidida in loco, agilizando os procedimentos de aprovação de projetos e facilitando a comunicação comunidade/IPHAN.

Outro comentário interessante nesta entrevista com o arquiteto Pires (PNPSHUL, 2007, anexo s/p) com respeito ao seu trabalho como arquiteto autônomo:

> Muitas vezes sou contratado para intervir em algum Bem Tombado privado, e passo dificuldades em aprovar intervenções contemporâneas, como uma fachada com pele de vidro por exemplo. Parece-me que é "mais seguro" para o IPHAN, aprovar projetos que sigam o "feijão com arroz", o "basicão", mas não estão esquecendo os motivos principais do tombamento de Laguna? - (Laguna foi tombada por conter a EVOLUÇÃO da arquitetura do país - colonial, eclético, art déco, moderno - e não por conter um estilo arquitetônico específico e uniforme como Paraty-RJ por exemplo.) Sendo assim, daqui a 100 anos, o que vamos deixar de exemplos da nossa época construtiva? E a evolução dos sistemas construtivos? E os exemplos que vemos pelo mundo a fora, onde ruínas de 300 anos, aço inox e vidro convivem perfeitamente bem? Não se pode fazer semelhante?

Ana Paula Cittadin (PNPSHUL, 2007, anexo s/p): chefe do Escritório Técnico desde 2006:

> Antigamente os projetos aprovados não deixavam claro se a intervenção era atual ou não, o proprietário era levado a apresentar projetos que imitavam edificações já existentes no entorno. Hoje as intervenções atuais são mais claras.
>
> Só era permitido utilizar telha cerâmica francesa ou colonial, mesmo que o imóvel fosse contemporâneo.
>
> Não era permitida instalação de vidro blindex nas vitrines. Os estudos de cores eram restritos, hoje, busca-se adequar a tonalidade da cor com o desejo do proprietário.

Também foi questionado como conseguir o aprofundamento da coerência e consistência técnica da ação institucional, neste item as respostas foram:

Dagoberto Martins (PNPSHUL, 2007, anexo s/p):

> Para aprofundar a coerência pressupõe-se que de alguma forma ela existe, não é assim que vejo. Quantos técnicos do IPHAN/SC optaram por habitar prédios históricos? Qual o trabalho sério de Educação Patrimonial na Cidade?

Raphael Py e Pires (PNPSHUL, 2007, anexo s/p):

> O Decreto lei nº 25, é a base de todas as autorizações e proibições ocorridas no Centro Histórico, porém, se analisarmos a fundo, eles proíbem tudo e ao mesmo tempo, não proíbe nada, pois deixa as decisões a critério dos técnicos do IPHAN. Está aí o grande problema, cada técnico ou superintendente que se altere, as decisões são mudadas, a metodologia é mudada. Podemos imaginar que confusão seria se assumisse uma superintendência, um técnico daqueles do passado, os ditos "sargentões", e começasse uma nova ditadura. Isso é real, pode acontecer a qualquer substituição de chefia, pois com base no Decreto Lei nº25, quem decide o caminho a ser seguido, são os técnicos

Ana Paula Cittadin (PNPSHUL, 2007, anexo s/p):

> É necessário produzir normas técnicas que proporcionem mais clareza. Classificar os imóveis por nível de preservação, e estabelecer critérios de intervenção para cada nível. O escritório técnico precisa ter uma cartilha de intervenção que seja seguida por todos os arquitetos.

A fim de complementar estes depoimentos e entender o que ocorreu com os processos de aprovação de projetos no Centro Histórico após a elaboração destas Diretrizes foram realizadas, para este trabalho, novas entrevistas com alguns técnicos encarregados da avaliação e emissão dos pareceres:

O Arquiteto Fabiano Teixeira dos Santos[6] (2015), Chefe da Divisão Técnica do IPHAN Santa Catarina no período de 2007 até 2010, atualmente contratado pelo PAC-CH para o Escritório Técnico de Laguna, afirma:

> Os critérios utilizados na análise das propostas de intervenção para o Centro Histórico de Laguna, à época em que respondi pela Divisão Técnica do IPHAN-SC, eram sempre tratados com a chefia do Escritório Técnico de Laguna. Aliás, a Divisão Técnica só participava da análise e emitia um posicionamento quando solicitada pelo Escritório Técnico, geralmente em situações mais complexas e/ou frágeis, onde cabia o parecer externo à unidade local, de forma a resguardá-la, especialmente quando havia alguma possibilidade de conflito ou divergência de posicionamento diante das expectativas do proprietário/proponente do projeto. Nestes casos, os parâmetros eram diversos, utilizando-se a experiência de situações similares, ocorridas em Laguna ou em outros centros históricos, o embasamento da legislação de preservação federal vigente e as recomendações das cartas patrimoniais. Daí se buscava avaliar a proposta, a qual era analisada principalmente sob a perspectiva da inserção harmônica e compatível (sobretudo, quando se tratavam de novas construções ou inserções junto aos edifícios históricos), e sempre que possível, da reversibilidade (principalmente quando se tratavam de projetos de restauração).

Através do tempo não se tem nenhuma norma ou manual que os técnicos utilizem, as edificações são classificadas de acordo com as categorias criadas pela Lei Complementar nº 033, do Município de Laguna. Estas categorias são empregadas até hoje para a análise dos processos de intervenção e para realizar os pareceres das solicitações encaminhadas ao Escritório Técnico. Não foi encontrado nenhum mapa do Centro Histórico com estas categorias, mas é possível que se tenha utilizado a categorização elaborada nos estudos iniciais para a proposta de tombamento em 1983/1984[7]. De todos modos o critério para definí-las acaba por recair nos técnicos do momento. Segundo a arquiteta Ana Paula Cittadin[8] (2015), Chefe do Escritório Técnico de Laguna:

> Naquele momento no ETEC Laguna existia apenas um único técnico, Arquiteto e Urbanista, o qual o substitui e recebi algumas orientações verbais em relação as avaliações e aprovação de projetos arquitetônicos em imóveis inseridos no Centro Histórico de Laguna.
>
> Cada processo era avaliado individualmente, considerava-se o nível de proteção da edificação e seu estado de conservação. O nível de proteção das edificações era classificado da seguinte forma:

[6] Entrevista concedida para Maria Matilde Villegas Jaramillo em 08/10/2015.
[7] Mapa apresentado na figura 64, página 105 deste capítulo.
[8] Entrevista concedida para Maria Matilde Villegas Jaramillo em 10/10/2015.

> P1 - edificações excepcionais, de grande importância para a caracterização do sítio histórico, ou seja, edificações de valor arquitetônico e simbólico para o Centro Histórico de Laguna, por exemplo, igreja, Antiga Casa de Câmara e Cadeia, Casa de Anita etc.
>
> P2 - edificações importantes para a configuração da paisagem urbana, ou seja, todas as edificações com características luso-brasileira, ecléticas e art decô, consideradas como as três principais linguagens arquitetônicas existentes em Laguna.
>
> P3 – edificações de acompanhamento, ou seja, todas as demais edificações, modernistas, neoclássicas, pré-modernistas, contemporâneas que estavam bem inseridas na paisagem tombada.
>
> P4 – edificações passíveis de renovação, ou seja, passíveis de demolição por não apresentar características arquitetônicas ou históricas relevantes, que podem ser substituídas.

Esclareceu ainda que, a partir de 2010, embora não haja nada escrito, os técnicos do Escritório Técnico, questionaram essa classificação, pois se o Centro Histórico foi tombado como cidade-documento, todas as contribuições que representam as mudanças arquitetônicas e socioculturais deveriam ter a mesma importância. Passou-se, então a classificar as edificações da seguinte forma:

P1 – imóveis que tenham uma representação simbólica bastante forte, como por exemplo: a Igreja de Santo Antônio, o Clube Congresso Lagunense, a Clínica Rosa, o Museu Anita Garibaldi, etc..

P2 – imóveis de linguagem arquitetônica luso-brasileiras, ecléticas, *art dèco*, modernista, neocolonial, bangalôs, chalés, etc que possuam estado de preservação íntegro ou pouco alterado;

P3 – imóveis considerados de acompanhamento, com estado de preservação muito alterado ou descaracterizado;

P4 – imóveis sem valor histórico ou arquitetônico que podem ser substituídas.

Com referência à avaliação dos processos a arquiteta Cittadin (2015) afirma que:

> Os pareceres técnicos são avaliados pontualmente, a partir de vistoria na edificação e consulta no Inventário Nacional de Bens Imóveis – INBI-SU realizado em Laguna nos anos de 2004 e 2005. Avalia-se o sistema construtivo, materiais originais, estado de conservação e de preservação. Além, disso considera-se os teóricos, cartas e documentos nacionais e internacionais que estabelecem diretrizes sobre intervenções no patrimônio histórico. Todas as decisões são discutidas com os técnicos da Superintendência Estadual.

A respeito do Plano de Preservação, realizado em 2007, e sua utilização como ferramenta para auxiliar os técnicos na avaliação dos processos de intervenção acrescenta:

> O Plano de Preservação para o Centro Histórico de Laguna estabeleceu diretrizes para esta área. A área tombada foi dividida em setores homogêneos, porém, os técnicos continuaram com as mesmas dificuldades na elaboração dos pareceres, pois ainda há a necessidade de avaliar cada edificação pontualmente, pois, na prática cada setor abrange categorias diferentes de edificações que não podem ter os mesmos parâmetros de intervenção. O Plano de Preservação contribuiu, pois, documentou as diretrizes para intervenções gerais em relação a instalação de letreiros, pintura, toldos, vitrines entre outras que eram consideradas pelos técnicos anteriormente, porém, não estavam estabelecidas ou escritas em lugar algum.

Analisando estes depoimentos, tanto os de 2007 como os de 2015, mesmo considerando os estudos realizados, pode-se afirmar que os critérios de intervenção empregados no Centro Histórico de Laguna foram de caráter subjetivo e sem uma normativa especifica para a análise dos processos de intervenção, cabe ressaltar que durante todo este processo se nota um interesse por parte dos técnicos encarregados de utilizar algumas ferramentas de apoio como são a legislação de preservação federal vigente e as recomendações das cartas patrimoniais, mas não se encontrou nenhum documento especifico.

Em 2010 foi publicada a Portaria nº 420/10 do IPHAN que dispõe sobre os procedimentos para autorização de obras de intervenção no patrimônio cultural edificado tombado e o sistema recursal para os bens tombados no país. A partir disso, para a elaboração de pareceres técnicos, considera-se as orientações estabelecidas nesta portaria em relação as categorias de intervenção (Reforma Simplificada; Reforma e Construção Nova; Restauração; Equipamento Publicitário e de Sinalização e instalações provisórias). Este documento inclui uma relação da documentação necessária que o requerente precisa apresentar para solicitação de aprovação de projeto de intervenção no Centro Histórico. Os critérios adotados pelos técnicos para avaliação dos projetos continuam iguais aos anteriores, porém, a portaria facilita e orienta os procedimentos que o IPHAN e os requerentes precisam seguir para aprovação de um projeto ou intervenções pontuais.

Tendo-se entendido o processo de preservação do Centro Histórico de Laguna a partir da política oficial implementada pelo IPHAN, se faz necessário identificar os elementos e entender a sua estruturação para identificar os processos que definem o lugar como um espaço caracterizado culturalmente. Para tanto, no próximo capítulo, se faz uma leitura do espaço urbano a partir do uso da análise morfológica e tipológica como ferramentas do modelo crítico a estudar a cidade, identificando suas transformações e permanências através do tempo. Utilizou-se o estudo de sequências urbanas, como metodologia de análise que poderia nortear de forma objetiva os critérios para avaliação dos novos projetos e reformas no Centro Histórico de Laguna.

4. TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS: TIPOLOGIA E MORFOLOGIA DO CENTRO HISTÓRICO DE LAGUNA

> Toda cidade resulta da agregação de trabalho humano a um suporte natural. Isto quer dizer que, uma vez fundadas, as cidades vivem se refazendo, jamais estão prontas. Talvez esse enfrentamento do espaço e do tempo através de ações sociais se pudesse chamar com mais prioridade de história - de história urbana pelo menos (SANTOS, 1986, p.59).

As análises morfológica e tipológica são as ferramentas do modelo crítico a estudar a cidade, procurando identificar as linguagens arquitetônicas, os processos que definem o lugar como um espaço caracterizado culturalmente, tendo em conta as categorias como tipo, modelo e estrutura.

Estudar a morfologia dos espaços urbanos proporciona conhecimentos sobre sua forma, organização e sobre a sua transformação no tempo até à atualidade contribuindo com um maior aperfeiçoamento na compreensão deste espaço.

Por outro lado, estes estudos de análise urbana, permitiram apresentar conhecimentos sobre o Centro Histórico de Laguna que contribuem para o bom entendimento da cidade como documento.

A leitura morfológica e tipológica teve como base o aprofundamento de estudos já realizados como o Inventário Brasileiro de Imóveis e Sítios Urbanos – INBI-SU/IPHAN- 2005 e o Inventário de Configurações de Espaços Urbanos - INCEU/IPHAN-2005, trabalhos acadêmicos de Lucena (1998)[1] e Simon (2002)[2], assim como o Estudo para o Plano de Preservação de Laguna realizado em 2007[3]. Além destas fontes foram utilizadas as iconografias e cartografias de Laguna, além dos trabalhos de campo como levantamentos gráficos e fotográficos realizados durante esta pesquisa.

A partir da revisão documental e histórica, foram analisados os elementos que têm configurado a morfologia urbana do Centro Histórico de Laguna, com ênfase na morfologia urbana e tipologia das edificações, principalmente no conjunto conformado pelas edificações

---

[1]LUCENA, Liliane. **Laguna: De ontem a Hoje espaços públicos e vida urbana**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia – UFSC. 1998.

[2]SIMON, Lílian. **Indicativos de diretrizes básicas para a gestão da conservação urbana do sítio histórico de Laguna/SC**. Monografia, Curso de Especialização Gestão de Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano da América Latina – UFPE. 2002.

[3]Realizado pela empresa Grillo e Werneck, contratada pelo IPHAN.

residenciais, como um dos principais fatores de permanência morfológica da estrutura urbana ou da sua transformação. Para fundamentar esta pesquisa foram revisados os conceitos de morfologia urbana e tipologia. Parte-se da premissa de que o estudo tipológico em uma determinada cidade ou centro caracterizam o tecido edificado, sendo um instrumento eficaz para a compreensão da forma urbana e suas transformações.

A forma da cidade não é o resultado de um projeto único, é a resposta de uma reconstrução permanente sobre si mesma ao longo de toda sua história, por superposição, acumulação, desaparição e substituição. A forma urbana de um centro histórico pode ser vista de vários ângulos e perspectivas; neste capítulo foram enfatizados os estudos morfológicos e tipológicos como um dos principais fatores da permanência da estrutura urbana ou da transformação desta. Foram abordados os aspectos da morfologia urbana e tipologias edilícias, que configuram a imagem do Centro Histórico de Laguna, visando a forma urbana em uma perspectiva de espaço - tempo historicamente constituído; e como o momento atual, no qual a análise de suas condições físicas e sociais permite a transformação da realidade, a partir de propostas de intervenção das edificações, como entidades vivas, que será visto no capítulo cinco.

A análise da forma urbana é sem dúvida um dos aspectos básicos para fundamentar as atividades de conservação de um centro histórico. A falta de estudos neste aspecto tem como consequência o esquematismo de soluções, que tem alterado a realidade, produzindo uma ruptura com o que a cidade em sua forma, através do tempo, havia conseguido significar.

Durante as diversas etapas do desenvolvimento dos conjuntos urbanos aparecem nas edificações determinadas organizações espaciais comuns a um grupo considerável de imóveis. Dita reiteração constitui uma resposta aos condicionantes impostos pelo urbanismo preexistente ou em formação, derivado, a sua vez, de fatores físicos naturais - relevo, tipo de solo, clima, acidentes geográficos, etc.– fatores socioeconômicos, restrições institucionais, regulamentos urbanos, desenvolvimento tecnológico, entre outros.

O resultado desta relação dialética entre a arquitetura e o urbanismo, na qual a mesma se insere, é o aparecimento de algumas soluções cuja efetividade, como resposta a circunstâncias concretas do sitio em um dado período, induz a repetição, em seu caráter de modelos ideais.

Precisamente, muitas destas peculiaridades proporcionam legibilidade aos diversos contextos e os caracterizam, formal e funcionalmente, brindando-lhes certo nível de homogeneidade. É por isto que, ao se definir os objetivos de preservação dos conjuntos urbanos históricos que

implicam a conservação de suas características ambientais, se faz fundamental a realização tanto dos estudos morfológicos como dos tipológicos, por meio dos quais se possibilita a determinação daqueles fatores essenciais que lhes proporcionam o caráter que se pretende conservar.

4.1 Marco conceitual

As análises morfológica e tipológica são complementares, sendo que a morfologia trata da forma urbana, a tipologia a complementa identificando os tipos que se encontram inseridos nessa forma, como elementos essenciais da estrutura da cidade. Juntas identificam as transformações e permanências que vão caracterizar culturalmente o lugar (DURAN ROCCA, 2009). A realização desses estudos e o reconhecimento de sua importância – aplicados aos programas de preservação dos centros históricos– são recentes quando aplicados ao urbanismo e a arquitetura, de modo vinculado a teoria da restauração, são sujeitos a diversas interpretações.

É a partir dos anos sessenta, do século XX, que as ações de restauração transcendem a escala do monumento isolado para considerar a dos conjuntos históricos urbanos, começando assim uma experiência estendida na Europa e na América. As instituições culturais de muitas cidades declaram protegidas as suas áreas e setores históricos. Generaliza-se a aplicação dos inventários físicos e outras ações práticas que incentivam o desenvolvimento da base teórica, assim como a consideração de pesquisas e teorias afins elaboradas anteriormente (MENÉNDEZ GARCIA, 2005).

A importância adquirida nos anos sessenta pelos programas de atenção as áreas centrais das cidades históricas levou aos teóricos contemporâneos a voltar a olhar para o início do século XIX, momento no qual dois importantes pesquisadores da época introduziram a ideia de "tipo", sob diferentes óticas, ambos franceses: Quatremère de Quincy (1755-1849) e Jean Nicole L. Durand (1760- 1834).

Nas primeiras décadas do século XIX, quando a continuidade histórica da arquitetura passou a ser questionada em função dos avanços sociais e tecnológicos, Quincy formulou o conceito de "tipo" aplicado à arquitetura. Segundo Menéndez Garcia (2005, p. 4) Quincy partia do princípio de que o "tipo" representava "(...) a relação entre a forma e a natureza do objeto, a lógica com base na razão e ao uso, alcançado por muitas obras de arquitetura ao longo da história". Ressalta que "tipo" e "modelo" não são o mesmo, uma vez que o "tipo" se constitui

em um elemento que servirá de parâmetro, ou regra, e o "modelo" é algo a ser imitado literalmente. "O modelo, entendido na execução prática da arte, é um objeto que deve repetir-se tal qual, o tipo, pelo contrário, é um objeto a partir do qual se pode conceber obras que não se assemelhem entre sim" (QUINCY, 1980, apud MENÉDEZ GARCIA, 2005, p. 4).

Por outro lado Jean Nicole L. Durand, contemporâneo de Quincy, que evitava, em suas obras, realizar cópias dos "velhos modelos da arquitetura", propunha um catálogo de elementos componentes para serem utilizados em qualquer obra arquitetônica e que eram acompanhados de instruções para seu uso, dirigidas a alcançar composições apropriadas e econômicas, como forma de atender os novos programas que surgiam na época (DURAND, 1981).

A diferença fundamental entre as posições de Quincy e Duran está em que, para o primeiro, não se pode desvincular o "tipo" do contexto histórico-cultural não sendo justificadas inserções desvinculadas do contexto urbano preexistente. Já para Durand, os componentes arquitetônicos que compunham o catálogo, poderiam ser utilizados de maneira flexível criando arquiteturas, livres dos modelos tradicionais, que poderiam inserir-se em qualquer contexto (MENÉNDEZ GARCIA, 2005).

Segundo Menéndez Garcia (2005) estas duas teorias foram utilizadas, no início do século XX, em rumos divergentes para diversas aplicações. A mais vinculada a Quincy "(...) utilizará os estudos tipológicos em sua condição de instrumentos a serviço das análises históricas da arquitetura e as pesquisas dirigidas para a defesa dos conjuntos urbanos históricos" (MENÉNDEZ GARCIA, 2005, p. 5). Dessa maneira o "tipo" entendido como "resultado do desenvolvimento histórico" que marca as propriedades essenciais que "caracterizam um grupo de edificações, independentemente dos outros atributos formais que lhe asseguram individualidade" assumindo-o "em sua condição flexível e tendo em conta sua capacidade de transformação para derivar em outro novo" (MENÉNDEZ GARCIA, 2005, p. 6).

A posição de Durand estaria mais vinculada aos pensamentos do Movimento Moderno, com suas tendências funcionalistas, onde as soluções tradicionais não servem como modelo para os novos programas. Segundo a teoria funcionalista cada solução concreta é a resposta a um problema específico e a um contexto determinado (MENÉNDEZ GARCIA, 2005).

Referindo-se as posições de seus defensores, Rafael Moneo (1984, p. 19) assinalava que o Funcionalismo "parecia oferecer, naqueles momentos, a regra para uma arquitetura que não teria por que recorrer aos precedentes, que não teria necessidade de aceitar a contingência histórica que supunha o conceito de tipo".

Os estudos de morfologia urbana surgiram de questionamentos sobre as posições assumidas pelos arquitetos modernistas em relação aos centros históricos. O grande legado urbano existente na Itália justifica o porquê de os italianos serem os pioneiros nessa área da Ciência Urbanística, destacando-se Giulio Carlo Argan (1909 - 1992), Saverio Muratori (1910 - 1973), Carlo Aymonino (1926 - 2010), Aldo Rossi (1931 - 1997), Gian Franco Caniggia (1933 – 1987) e Pier Luigi Cervellati (1936). Estes pesquisadores utilizaram os estudos tipológicos como instrumentos para a análise dos tecidos urbanos antigos das cidades.

Para Pier Luigi Cervellati (1983) a partir do estudo das tipologias arquitetônicas pode-se classificar a estrutura do centro histórico e sua formação, ela representa a essência das formas e a maneira de viver e pensar da sociedade que se reflete em edifícios semelhantes.

Giulio Carlo Argan (2001, p. 62) considera que o "tipo" é a abstração de uma série de edifícios e resulta de suas propriedades estruturais comuns.

> No processo de comparar e formular formas individuais para determinar o tipo, as propriedades específicas do edifício individual ficam eliminadas, enquanto que se conserva única e exclusivamente todos aqueles elementos que compõem a unidade da série. Desta maneira, o tipo pode ser expressado como um diagrama, ao qual se lega(da?) por um processo redutivo, de estilização de todas as variações formais possíveis sobre uma forma básica comum. Se o tipo é o resultado deste processo regressivo, a forma básica representada não pode ser concebida como um marco puramente estrutural, mesmo quase como uma forma-estrutura interna ou como um princípio que leva dentro de si mesmo o potencial de um sem número de variações formais e incluso de ulteriores modificações estruturais do próprio tipo.

Argan (2001, p. 65) destaca, ainda, a sua ligação com a história "(...) é legitimo, portanto, colocar o problema das tipologias, seja no processo histórico da arquitetura, seja no processo ideativo e operativo dos arquitetos individualmente". Diferencia três grandes categorias entre os tipos arquitetônicos: as configurações internas dos edifícios, os elementos construtivos e os elementos decorativos. Ou seja, pode-se afirmar que, segundo Argan (2001) "tipo" é um esquema reduzido de um conjunto de variantes formais a uma forma-base comum, um fundamento constante, histórico, suscetível a modificações, que resultam em um caráter particular; e pode ser identificado por funções práticas – hospitais, escolas, bancos – e configurações – planta central, longitudinal, etc.

Na década de 1960 Argan retomou o conceito de Quincy, defendendo que os estudos de tipologia arquitetônica são, na verdade, formados e transmitidos pela literatura e pela prática como uma analogia formal e funcional da construção histórica e cultural, em resposta a exigências ideológicas, religiosas ou práticas de uma série de exemplares. Para ele a

arquitetura é composta de formas carregadas de simbolismo que se constituíram através dos anos.

Rossi (1982), seguindo na mesma linha de Argan e de Quincy, define a tipologia como elemento próprio de um lugar e de uma cultura, como constante histórica. Afirma que a tipologia construtiva e a morfologia urbana possuem uma relação lógica, onde a forma urbana é interdependente da forma construtiva e trabalhar a forma urbana é determinar tipologias. A cidade é, dentro dessa lógica, o princípio ordenador a partir do qual se desenvolvem e se estruturam os tipos construtivos que integrarão a forma urbana. Portanto, para a compreensão da paisagem urbana, se faz necessário o estudo dos tipos construtivos e da morfologia urbana.

Para Rossi (1982) o tipo vai se constituindo de acordo com as necessidades. É único e variado em diferentes sociedades, está diretamente ligado à forma e ao modo de vida, é algo permanente e complexo, existe antes da forma e a constitui. Rossi (1982) diz ainda que nenhum tipo se reduz à forma, mesmo sendo todas as formas arquitetônicas redutíveis a tipos. O tipo é, para o autor, uma constante que recebe influência da técnica, da função, da estética, do caráter coletivo e do momento individual do fato arquitetônico.

Rossi (1982, p. 79-80) atribui aos "tipos" serem elementos determinantes da configuração da cidade, "O tipo, é, pois, constante e se apresenta com caracteres de necessidade; mas ainda sendo determinados, estes reagem dialeticamente com a técnica, com as funções, com o estilo, com o caráter coletivo e o momento individual do fato arquitetônico". Do mesmo modo reconhece a aplicação positiva do "tipo" nos processos de criação arquitetônica, uma vez que aceita sua capacidade de transformação.

Para abordar a relação entre tipo edificatório e forma urbana se retoma a Muratori (s/d, apud GARCIA ROIG, 1998), que assinala que o tipo não se define a margem de sua aplicação concreta, ou seja, a margem de um tecido construído, o tecido urbano por sua vez, não se define a margem do conjunto da estrutura urbana, só é concebível em sua dimensão histórica.

Esta posição enfatiza a relação dialética entre o "tipo" arquitetônico e a urbanização onde se desenvolve. O urbanismo, condicionado por suas próprias leis, impõe a sua vez requisitos básicos para a arquitetura – recuos, tamanho e proporções dos lotes, alturas permissíveis, etc - com os quais esta terá que enfrentar-se e resolver suas implicações – pátios, alinhamento dos locais, circulações. Para problemas comuns respondem, geralmente, soluções comuns que, uma vez demonstrada sua efetividade, vão convertendo-se em modelos convenientes de imitar.

Aymonino (1981, p 11) a respeito do conceito de tipologia afiram que "não tem uma única definição de tipologia edilícia, senão que cada vez é redefinida em função da investigação que se pretenda realizar. É um instrumento e não uma categoria".

Caniggia e Maffei (1995) estabelecem um método de análise do espaço cultural construído pelo homem, por meio de uma leitura histórica baseada na evolução dos tipos. Partem da definição de consciência espontânea e consciência crítica, sendo a primeira uma adaptação de uma essência herdada, transmissível pela memória, própria dos períodos de continuidade - seria equivalente à variante popular e do senso comum -; por outro lado a consciência crítica seria a reflexão e eleição do que deve ser feito, atitude própria dos momentos de crise cultural – seria equivalente à variante erudita na configuração da cidade.

Para Caniggia e Maffei (1995) o processo tipológico é um processo histórico que apresenta alterações espaciais e temporais, que permanecem expressos nos objetos edificados. A sua proposta metodológica consiste em nortear a consciência crítica para a análise da consciência espontânea, a fim de definir o tipo e conhecer o processo tipológico.

Em relação à configuração dos objetos edificados, definem que cada objeto é integrado por diferentes elementos unidos, que formam um organismo. Este arranjo oscila entre dois tipos de ordem: serial e orgânico (CANIGGIA E MAFFEI, 1995, p. 41):

> Serial é a característica de uma aglomeração composta por elementos repetidos e intercambiáveis assim como a característica de cada objeto de ser intercambiável e suscetível de repetição. (...) orgânico é a característica de uma aglomeração constituída por elementos determinados por posição e forma peculiares, portanto não repetíveis nem intercambiáveis.

Caniggia e Maffei (1995) definem que o espaço cultural está configurado por componentes graduais em escalas consecutivas, quais sejam: elementos (edifícios); estruturas (aglomerações de edifícios); sistemas (núcleos de assentamentos) e organismos (território). Afirmam, ainda, que os assentamentos urbanos são dependentes da natureza do local, dos outros assentamentos urbanos que conformam o território e das relações com as estruturas viárias e produtivas. Por esta ordem gradual "o tipo é para o edifício o que o tecido [malha] é para a aglomeração" (CANIGGIA e MAFFEI, 1995, p.80) podendo haver ou não relação entre a evolução do tipo e do tecido. Segundo Durán Rocca (2009, p. 56)

> Em todo o estudo de Caniggia e Maffei, está implícita a ideia de conformação gradual do espaço urbano, que vai do elemento (o edifício) ao conjunto (o assentamento). O módulo de aglomeração é a parcela; o processo é gerado por trajetos entre pólos, que conformam uma faixa, o que equivale à ocupação de uma quadra e à conformação do quarteirão.

Caniggia e Maffei (1995, p. 121) afirmam que a relação entre os elementos urbanos e os assentamentos adquire identidade em função de sua situação – centrica ou periférica – e da hierarquia dos percursos urbanos que constituem:

> Dependendo de seu posicionamento, cada edifício, rua, espaço livre, adquire sua identidade e sua estruturação especifica é intrinsecamente histórica em quanto está sujeita a mudanças de papel sofridas ao variar o espaço construído no tempo.

Outros pesquisadores contemporâneos têm desenvolvido teorias e contribuído com novos critérios em relação ao tema da tipologia na arquitetura. Destacam-se, entre eles, os argentinos Marina Waissman (1920 – 1997) e Alfonso Corona Martínez (1960), e o espanhol Rafael Moneo (1937).

Os estudos de Waissman sobre o tema enfocam a tipologia como instrumento para a análise histórica da arquitetura. Considera o tipo "(...) como um sistema de relações e como um produto histórico, que pelo mesmo há de aceitar transformações que o mantenham vigente frente às exigências de cada circunstância histórica, e será carregado cada vez de novos significados" (WAISSMAN, 1984, p. 08), faz referência às denominadas "series tipológicas" que incluem as tipologias funcionais e as formais (segundo seu critério, talvez suficientes para a análise urbana), assim como a que chama tipologia estrutural, e a derivada da relação da obra com seu entorno.

> A obra de arquitetura (…) é inseparável de seu entorno, ainda mais que fisicamente, (…) conceitualmente: pois a arquitetura se concebe obrigatoriamente a partir de uma localização em um sítio concreto e este sítio e suas circunstancias constituem os elementos básicos para a conformação do programa e para o desenvolvimento posterior da obra (WAISMAN, 1985, p. 115).

Essas relações se refletem, de acordo com a sua concepção, tanto no aspecto formal como de funcionalidade externa, que se reconhecem igualmente nos percursos como nas relações de escala ou na inserção global no território (WAISMAN, 1985). Por meio de sua análise se poderá identificar significados e implicações ideológicas que não seriam possíveis de descobrir considerando a obra arquitetônica isoladamente.

Se evidencia desta maneira a importância da leitura do traçado urbano e dos espaços externos para compreender não somente os edifícios mas o caráter das culturas existentes. O espaço assume uma conotação de tipo sociocultural e urbano. Assinala-se assim a importância do estudo, não somente das estruturas em seu contexto originário, sempre e quando isto seja possível, mas também das características urbanas e espaciais próprias do sitio, a relação mútua entre os volumes e os espaços abertos.

O caráter da tipologia como instrumento da historiografia arquitetônica oferece possibilidades como pauta para a periodização, sendo objeto de estudo, para o ordenamento do material histórico e como base para as análises críticas. Ao se referir ao "tipo" formal assinala que (WAISSMAN, 1984, p. 9):

> (...) se considera a organização de partes que guardam entre si relações determinadas, sem entrar a ter em conta as diferentes expressões linguísticas de que essa forma pode revestir-se. Precisamente o tipo se caracteriza por sua falta de definição na expressão concreta, por sua disponibilidade, qualquer associação permanente ou imprescindível que pretendera estabelecer-se entre um tipo e uma linguajem determinada destruiria essa possibilidade e o converteria em protótipo.

Sobre os aspectos estéticos da forma, é interessante a posição de Waisman (1984) que os denomina de expressões linguísticas. Outros autores como Roberto Segre (1987) os identifica como o valor ideológico-expressivo, englobando os aspectos expressivos e estéticos das disciplinas arquitetônicas e urbanas que correspondem às diferentes classes de uma sociedade especifica. Acrescenta que estes valores conteriam a simbologia das funções e dos atributos sociais, formais e técnicos, característicos de um sistema urbano ou arquitetônico. Outra referência sobre este valor pode-se encontrar em Gendrop (2001, p.86) que os determina como:

> (…) conjunto de traços característicos que em determinada época, dá a suas obras um artista, uma escola artística, uma cidade, uma região ou um povoado, um ou vários países, etc., ao mesmo tempo das técnicas empregadas nas diferentes artes (...) conjunto de formas e aspectos artísticos de uma comunidade.

Moneo (1984) desenvolve uma análise histórica das diversas formas de pensar os conceitos de "tipo" e de tipologia, e dos fatores que levaram a sua negação por parte dos teóricos do Movimento Moderno, em inícios do século XX. Após mencionar as novas interpretações surgidas nos anos 1960, que validam o "tipo" dentro do propósito de compreender a cidade como estrutura formal continuada ao longo da história, Moneo enriquece a definição de "tipo" ao enfatizar sua capacidade de transformação, sua mobilidade e sua dinâmica, opostas às anteriores interpretações associadas à rigidez. "Os tipos, pois, se transformam, dando lugar à aparição de outros, quando os elementos substanciais de sua estrutura formal mudam" (MONEO, 1984, p.24).

Outro aspecto da abordagem de Moneo (1984) que vale ressaltar, está relacionado com a utilidade da classificação tipológica enquanto a sua condição de instrumento a serviço da avaliação das mudanças que, inevitavelmente, se produzem na arquitetura. Acrescenta, ainda,

que “entender a questão do tipo é entender a natureza da obra de arquitetura hoje” (MONEO, 1984, p. 27), dando uma visão da importância atual do estudo da tipologia.

Argan (1998) localiza também claramente a posição do “tipo” em relação ao passado e ao futuro, em sua relação com o projeto arquitetônico. Está condicionado pela existência de uma série de edificações que possuam uma analogia funcional e formal. O tipo corresponde a um princípio passível de variações definidas como respostas relacionadas a mudanças tecnológicas e socioculturais.

Grande parte destes teóricos reconhecem as vantagens da aplicação do conceito de “tipo” aos processos de projeto da nova arquitetura, muito em especial quando se trata de sua inserção nos contextos preexistentes.

Na atualidade, diversos arquitetos e urbanistas consideram fundamentais os estudos da morfologia urbana como antecedente básico para a criação contemporânea, ainda mais quando se trata da inserção de arquitetura contemporânea em contextos históricos. Esta linha é conhecida como “Contextualismo”, corrente identificada dentro do Pós-modernismo nos trabalhos de arquitetos como James Stirling, Aldo Rossi e Álvaro Siza entre outros. Na América Latina se destaca na utilização de estudos morfológicos vinculados aos trabalhos de preservação de conjuntos urbanos históricos[4].

Segundo Lamas (1994) a morfologia urbana abrange a produção e a modificação da forma urbana no tempo. Dessa maneira o seu estudo analisa o tecido urbano e seus elementos construídos por meio de sua evolução, transformação, inter-relação e dos processos sociais que os geraram. É a análise dos atributos da forma e de suas “partes” constituintes, tanto sob a ótica física quanto ao dinamismo, à estruturação e à origem da forma urbana.

Vários autores como José Lamas, Carlo Aymonino e Aldo Rossi defendem que a arquitetura dá forma às cidades, organizando os espaços que circundam os homens, levando em conta todas as suas necessidades físicas e psíquicas.

> A forma da cidade corresponde à maneira como se organiza e se articula a sua arquitetura. Entendendo por arquitetura da cidade dois aspectos: uma manufatura ou obra de engenharia e de arquitetura maior ou menor, mais ou menos complexa, que cresce no tempo, e igualmente os fatos urbanos caracterizados por uma arquitetura própria e por uma forma própria. Este é também o ponto de vista mais correto para afrontar o problema da forma urbana, porque é através da arquitetura da cidade que melhor se pode definir e caracterizar o espaço urbano (LAMAS, 1994, p.41).

[4]Vicente del Rio (1990), menciona o trabalho realizado no corredor Cultural, área de interesse para a preservação do centro histórico de Rio de Janeiro, como exemplo importante de aplicação dos estudos de Morfologia Urbana.

Aymonino (1981) e Rossi (1982) consideram que o significado da cidade em seu âmbito físico, é a relação entre análise morfológica do conjunto e a classificação tipológica dos seus componentes. Para Rossi (1982, p. 113) há uma intrínseca relação entre morfologia e tipologia, sendo importantes para o conhecimento dos acontecimentos urbanos:

> a) entre estes dois fatos, tipologia dos edifícios e morfologia urbana, existe uma relação binária e esclarecer esta relação pode levar a resultados interessantes; b) estes resultados são extremamente úteis para o conhecimento da estrutura dos fatos urbanos, estrutura que não se identifica com a relação acima mencionada, mas que em boa parte é esclarecida pelo conhecimento desta relação.

Esta relação entre a arquitetura e o urbanismo proporciona a identificação de elementos correlacionáveis entre ambos, permitindo, desta maneira, estabelecer leituras sequenciais que facilitam a percepção formal do "todo". No entanto a cidade é uma totalidade, não como resultado da soma das partes, mas como a relação entre os elementos constituintes desta totalidade no tempo. A sua decomposição em elementos morfológicos pode ser utilizada como forma de facilitar a pesquisa e a avaliação do desempenho formal do espaço

De acordo com Lamas (1994, p. 79) alguns elementos básicos para o estudo da morfologia urbana são:

• **Sítio**: suporte geográfico onde se assentam os outros elementos urbanos. O sítio determina, conforme sua geologia, topografia e dimensão territorial, como se desenha e constrói a cidade. A sua posição frente à acidentes geográficos determina uma hierarquia interna entre os elementos urbanos, proporcionando características específicas ao lugar;

• **Traçado**: elemento morfológico composto por um entrelaçado de ruas que conectam os diversos elementos determinando a sua distribuição e ligando-os às várias partes da cidade. Constitui-se em um dos elementos mais nitidamente identificáveis na forma de uma cidade, define o plano da organização da forma urbana em diferentes dimensões. O traçado é uma das permanências que pode sobreviver sem modificações por muito tempo, atravessando períodos históricos;

• **Rua**: faz parte do traçado urbano, é o caminho que une os pontos importantes do lugar. Adquire o seu caráter a partir de seus atributos morfológicos como largura, proporção, revestimento e textura; pode, ainda, ser um espaço conformado pelas edificações. Assim como o traçado, a rua também é uma permanência que sobrevive a muitos períodos históricos;

• **Quarteirão** – contínuo de lotes, edificados ou não, agrupados entre si em um espaço delimitado pelo cruzamento de três ou mais vias, enquanto a sua forma geométrica podem ser considerados regulares ou irregulares;

• **Lote** – é uma subunidade do quarteirão e é a parcela fundiária. As suas dimensões e geometria são condicionantes da forma do edifício e, por conseguinte da configuração da cidade. O lote é o princípio essencial da relação dos edifícios com o entorno. O lote não é apenas uma porção cadastral, é também a gênese e fundamento do edificado;

• **Edifícios** – é o elemento mínimo, construído. Por meio da sequência dos edifícios se conformam e se organizam os diferentes espaços urbanos: a rua, a praça, o beco, a avenida;

• **Fachada** – a relação do edifício com o espaço urbano se apresenta pela fachada. Exibe as características do edifício – o tipo edificado -, as características e linguagem arquitetônica (estilo, expressão estética, época), conjunto de elementos que molda a imagem da cidade.

• **Praça** – espaço coletivo, elemento de grande permanência na cidade. A definição da praça na cidade tradicional tem intima relação do espaço vazio (espaço de permanência) com as edificações, seus planos marginais e as fachadas. Estas definem os limites da praça e a caracterizam organizando o cenário urbano;

• **Áreas verdes** – áreas de preservação, parques, canteiro, árvores de rua,– estruturas verdes que constituem elementos identificáveis na estrutura urbana. Caracterizam a imagem, tem individualidade própria, desempenham funções precisas. São elementos de composição e desenho urbano, servem para organizar, definir e conter espaços.

A partir do que foi visto anteriormente, se considera que os estudos morfológicos e tipológicos são instrumentos de análise que permitem entender as modificações urbanas no tempo e no espaço, identificando momentos de continuidade e de ruptura da cidade em sua evolução histórica e permite entender sua imagem atual. A compreensão da formação, evolução e transformação dos elementos urbanos e suas inter-relações, possibilitam a identificação de formas mais apropriadas, cultural e socialmente, para a recuperação de áreas antigas e planejamento de novas áreas.

Compartilha-se, por tanto, daquelas posições que reconhecem a tipologia como resultado do desenvolvimento histórico e urbano, tendo em conta que o dito desenvolvimento propicia a incorporação de novas soluções na arquitetura, de acordo com o requerido e as possibilidades das diversas etapas. Não obstante, é certo que as transformações na organização espacial, capazes de conduzir à aparição de um novo "tipo", respondem à dinâmica socioeconômica,

mas não necessariamente esta dinâmica se traduz em transformações notáveis das edificações, que podem alterar as tipologias. Considera-se que as condicionantes morfológicas são o ponto de partida para a geração destas tipologias.

> Um traço característico da arquitetura urbana é a relação que a prende ao tipo de lote em que está implantada. Assim, as casas de frente de rua, do período colonial, cujas raízes remontam às cidades medievo-renascentistas da Europa, ou as casas de porão habitável com jardins do lado, características do século XIX ou, ainda, os edifícios de apartamentos das superquadras de Brasília, são conjuntos tão coerentes, que não é possível descrevê-los completamente sem fazer referência à forma de sua implantação (REIS FILHO, 1983, p. 16).

O conceito de morfologia também é mencionado por Franco (1984, p. 09), quando se refere a evolução urbana de Laguna e a ruptura com o traçado antigo: "Mas a morfologia depende da estrutura celular, isto é, do código intimo que, em cada célula, informa sobre o modo com que elas se associam. Cremos poder identificar a ruptura evolutiva entre os dois organismos (...)". Franco (1984, p. 10) afirma ainda que o conjunto de células forma do núcleo urbano:

> A expressão de que tratamos aqui, é, como vimos, a informação contida na configuração do objeto. Em sentido amplo, é no nível tipológico que está inscrito o código íntimo que comanda as variações no mecanismo de adição das células cuja serie constitui, justamente, nossa tipologia. Dessas variações no modo de se associarem, se origina a forma geral.

Desta maneira para esta pesquisa sobre o Centro Histórico de Laguna, se parte da premissa de que os aspectos morfológicos e as tipologias edilícias devem ser estudados concomitantemente, uma vez que estes dois aspectos são intimamente relacionados com a evolução da cidade, ou seja, o estudo das tipologias, que na cidade caracterizam o tecido edificado, é um instrumento eficaz para a compreensão da forma urbana e, por conseguinte de sua transformação. Como assinala Carsalade (2007, p. 252):

> Partindo da constatação que o mundo está em mutação e que mesmo a nossa compreensão sobre ele também está, seria possível identificar o que é estável dentro da mutação? Certamente não é a matéria ou a imagem, *mas no nosso entendimento, é a forma ou o significado que, a cada geração, uma sociedade transmite à outra tendo como base o objeto*. A identidade se conserva na repetição e no uso diferenciado que se faz do bem patrimonial e não na sua imutabilidade, posto que uma grande imutabilidade pode até fazer o bem patrimonial se distanciar da sociedade que o abriga.

4.2 Os elementos morfológicos e tipológicos do espaço urbano de Laguna

A identificação dos elementos morfológicos pressupõe reconhecer quais são as partes da forma e a maneira como se estruturam os diferentes elementos que compõem um conjunto urbano, elucidação dos elementos morfológicos que permitem a leitura do espaço urbano.

De acordo com Rossi (1982, p.104) "a forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade, e existem muitos tempos na forma da cidade". A partir disso é preciso compreender o processo de constituição urbana e os fatores que determinam a forma atual de uma cidade (substituições, inserções, expansões e estratificações), compreendendo-a como resultado de camadas sucessivas e identificando os diversos estratos superpostos. No entanto, apesar das diferentes fisionomias, a cidade possui um caráter de permanência, de perenidade. Sua essência, embora os elementos da forma sejam continuamente modificados, ultrapassa a nós. Rossi (1982, p 99), citando a "teoria das permanências" de Poète e Lavedan, afirma que:

> As persistências são detectáveis através dos monumentos, dos sinais físicos do passado, mas também através da persistência do traçado e do plano. [...] As cidades permanecem em seus eixos de desenvolvimento, mantêm a posição dos seus traçados, crescem segundo a direção e com o significado de fatos mais antigos, muitas vezes mais remotos, do que os fatos atuais.
>
> [...] A permanência mais significante é dada, pois, pelas ruas e pelo plano; o plano permanece sob níveis diversos, diferencia-se nas atribuições, muitas vezes se deforma, mas, substancialmente, não se desloca.

É importante, aqui mencionar, a ideia de cidade referida no documento Cidades Históricas - Inventário e Pesquisa - Tiradentes (IPHAN 2005, p.15)

> 2. Compreende-se a cidade como uma produção cultural que expressa a capacidade do homem em apropriar-se permanentemente do território e dos espaços nele construídos. Em constante adaptação e transformação, a cidade se revela como patrimônio cultural capaz de alimentar as ações subsequentes da vida urbana, pela preservação e transmissão de valores nele impressos sempre reapropriados no presente.
>
> 3. Compreende-se a cidade como um documento de história urbana para além das características estético-estilísticas de sua arquitetura, cuja leitura deve ser feita por meio das marcas impressas no espaço urbano, que configuram um conjunto de significados a serem permanentemente recodificados e utilizados como referência básica no trabalho de preservação.

Por isso neste trabalho os estudos morfológicos e tipológicos do Centro Histórico de Laguna são os parâmetros de análise para definir um padrão de ocupação e as transformações e permanências que tem acontecido através do tempo. Estas análises foram realizadas a partir dos elementos básicos da morfologia urbana definidos por Lamas (1994) em seu Estudo da Morfologia Urbana e Desenho da Cidade, e por Caniggia e Maffei (1995) que afirmam que o espaço urbano vai do edifício ao conjunto e o módulo de aglomeração é a parcela. Foi utilizado o conceito de tipologia definido pelos autores Aymonino (1981), que afirma que a tipologia não tem uma única acepção, e é definida pelo tipo de estudo, e Waisman (1984) que define as "series tipológicas" que incluem tipologias funcionais, formais e estruturais, como

elementos para a análise urbana. Também é importante a abordagem de Moneo (1984) que assinala a classificação tipológica como um instrumento a serviço da avaliação e a relaciona com as mudanças que se produzem na arquitetura.

Os conceitos utilizados para a classificação estética-estilística vão ao encontro das definições propostas por Waisman (1984) e Gendrop (2001) apresentados anteriormente. Sintetizando foram denominadas como expressões linguísticas, que são o conjunto de traços característicos de uma determinada época - "conjunto de formas e aspectos artísticos de uma comunidade".

É importante mencionar o posicionamento dos autores acima mencionados afirmando que a relação entre a arquitetura e o urbanismo é inseparável na compreensão do fato urbano, também acrescentam que dividindo o todo em elementos morfológicos se podem estabelecer leituras sequenciais facilitando a apreensão da forma como uma totalidade.

Foram analisadas as características formais do Centro Histórico, sendo as tipologias urbanas como o traçado, o parcelamento do solo, a ocupação e as tipologias arquitetônicas, como gabaritos, alturas das edificações, graus de contiguidade e expressões estilísticas. Com ênfase na área central, em suas transformações e permanências através do tempo, que justificaram o seu tombamento. "Os dados sobre as características formais daquele período possibilitaram o estabelecimento de valores a preservar e de parâmetros para as transformações físicas que o conjunto está sujeito, (...)" (IPHAN, 2005, p. 32). No caso de Laguna o período a ser considerado de consolidação da malha urbana é das primeiras décadas do século XX quando se concluíram os aterros na orla da Lagoa de Santo Antônio.

Estas análises são importantes e necessárias em função da grande demanda de pedidos de obras novas, reformas e de acréscimos nas edificações antigas que são encaminhados ao Escritório Técnico na atualidade. Como é assinalado pelo IPHAN (2005, p. 33) no estudo do Centro Histórico de Tiradentes:

> (...) diante os quais o IPHAN tem o dever de encontrar respostas, sempre tendo em vista as "premissas básicas" do trabalho, especialmente explicando e justificando sua motivação técnica, tornando sua atuação clara e coerente, passível de ser assimilada no decorrer do processo social e cultural de adaptação e reapropriação das cidades.
>
> São demandas que apontam para alterações significativas da forma urbana devendo ser respondidas mediante a análise do sitio e do entendimento de seus significados, e de aspectos documentais e paisagísticos.

4.2.1 Elementos tipológicos urbanos

O Traçado

O conjunto urbano arquitetônico que conforma o Centro Histórico de Laguna é o resultado de um processo histórico que se iniciou no século XVII e se prolonga até hoje. O traçado histórico da cidade reúne características singulares que lhe dão um alto valor arquitetônico e urbano; é o traçado que acompanha a geografia, suas edificações imponentes e suas casas de caráter doméstico que se entrelaçam formando quadras, conformando um conjunto variado e harmônico[5] em concordância como traçado da cidade.

A relação harmônica entre a trama urbana, os edifícios, as praças e as ruas com o sítio natural onde se localiza, lhe outorga peculiaridades que se agregam aos valores formais da arquitetura. Esta relação permite a conformação de remates visuais da paisagem e dos conjuntos de edificações.

Os elementos delimitadores do tecido são a Lagoa de Santo Antônio e o complexo dos morros (morro da Glória, da Cruz, do Inhame e Rosário) que permanecem até hoje como limitadores do Centro Histórico (figuras 67 e 68).



Figura 67: Imagem do Centro Histórico com os elementos delimitadores do tecido urbano (adaptado de Google Earth, 2015).

[5] Neste trabalho entende-se harmonia como sendo a disposição bem ordenada entre as partes de um todo, equilíbrio, ordem, proporção, coerência. Indica consonância a nível artístico.



Figura 68: Panorâmica do centro histórico de Laguna, com a Lagoa de Santo Antônio e os morros ao fundo (Acervo Marco Bocão, 2009).

Franco (1984, p. 10) em seu parecer explica a adaptação das quadras aos vínculos do sitio "A adaptação é legível na marca, impressa na forma "T", dos dois eixos segundo os quais se estruturou o organismo (figura 69), respectivamente base e altura do triangulo inscrito no anfiteatro natural". O primeiro eixo paralelo a margem da lagoa, sentido Norte – Sul, denominado por Franco (1984, p. 10 e 11) como "(...) braço horizontal do "T". É, portanto, o eixo portuário, acesso por excelência de um povoado ilhado, até não há muito tempo, na ponta da restinga arenosa que separa do oceano o sistema de lagoas: Santo Antônio, do Maruí e do Mirim".

O segundo eixo da cidade foi descrito pelo autor (p. 11) da seguinte forma:

> Quanto ao segundo eixo, ortogonal à orla, de ocupação tardia mas percorrido desde os primórdios, ele leva à fonte da Carioca na raiz do talvegue entre os morros do Moinho e da Caixa d'Água e que ostenta , desde o inicio do sec. XIX, um vistuoso chafariz. (...) A repartição atual parece fruto de uma disciplina relativamente recente que urbanizou uma ocupação que, no micro-cosmo de Laguna, poder-se-ia qualificar de semi-rural.

As características físico-geográficas do sítio e o objetivo da fundação estão refletidos na forma urbana do assentamento. Elementos importantes na leitura morfológica são as "construções balizadoras da ocupação", como são chamadas no estudo de Tiradentes (IPHAN, 2005). Estes elementos arquitetônicos são fatos urbanos singulares que se destacam por seu posicionamento e significado, em geral são os que persistem no tecido urbano de maneira mais conservada e sua presença é determinante na imagem da cidade. No caso de Laguna o traçado da cidade foi definido inicialmente com a edificação da Capela de Santo Antônio[6] no Campo de Manejo, da Casa de Câmara e Cadeia e da Fonte da Carioca, construções que sobressaem pela sua relevância e significado (figura 69). Um caminho ligava o Campo à fonte no pé do morro da Cruz.

[6] Futura Igreja Matriz

Estas construções balizadoras já estavam incluídas no parecer de Franco (1984, p. 12) quando se refere à formação do núcleo "Em cada um dos dois quadrantes delimitados pelo "T" estrutural, as instituições de então intervém programaticamente – a matriz no quadrante sul e a Casa de Câmara e Cadeia no quadrante norte -, quase a forçar o preenchimento das asas contidas pelo relevo".

A partir destes espaços geradores foi se configurando o assentamento no qual as construções públicas e privadas foram dando a pauta para a criação de espaços abertos como ruas e praças conformados por um conjunto de construções não monumentais e de grande variedade tipológica. A geometria do traçado não segue uma rigorosidade e se adapta às condições físicas e espaciais presentes.

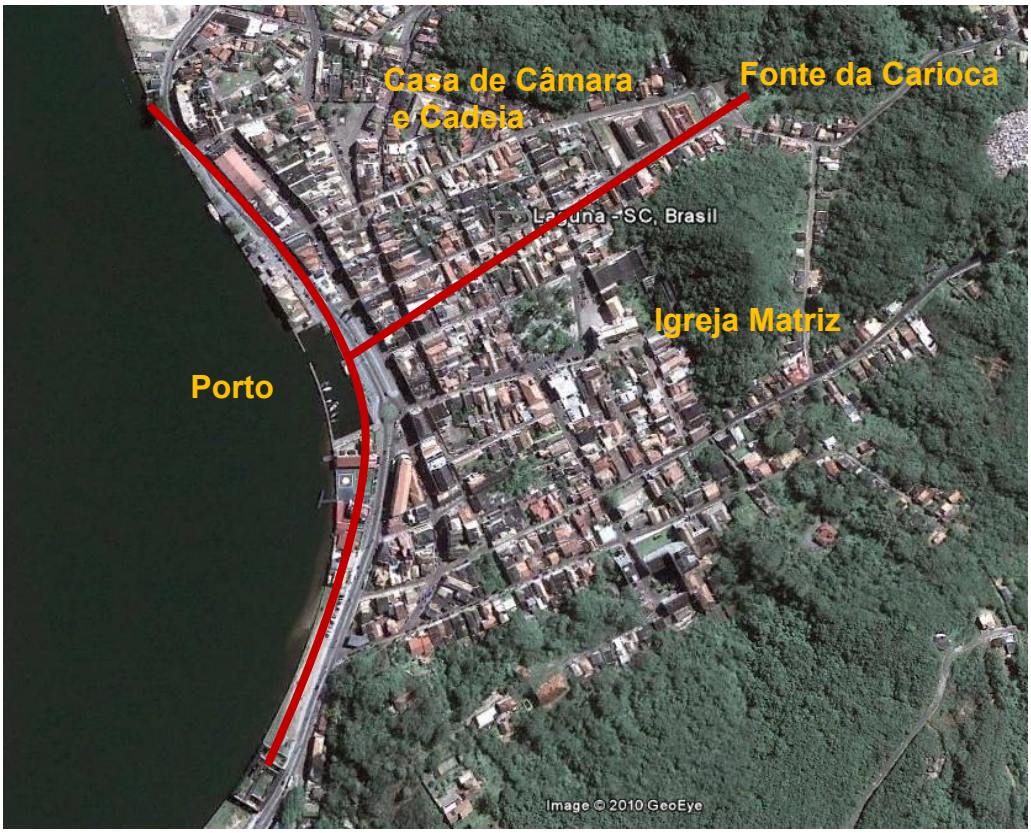


Figura 69: Imagem do Centro Histórico com a localização dos eixos em forma de "T" e dos Pontos Balizadores iniciais (adaptado de Google Earth, 2015).

Outro aspecto que merece destaque, é a escala da estrutura urbana, característica das cidades luso-brasileiras, como herança da tradição urbana portuguesa, principalmente identificada nos espaços abertos (praças e logradouros) e no parcelamento do solo. Com relação às edificações, estas conformam a linha de fachada, configurando-se e enfatizando a continuidade longitudinal do espaço pela estrutura alongada e bem definida dos planos. Esta

disposição dos espaços construídos, também uma tradição da cidade de colonização portuguesa, herdada da Europa e adaptada ao espaço.

A ocupação primitiva tinha uma conformação de arraial como na maioria dos povoados coloniais de origem portuguesa, onde as edificações mais representativas do poder administrativo e do clero se encontravam em destaque nas áreas privilegiadas ao redor do Campo de Manejo, futura Praça da Matriz. A primeira fileira de casas foi precursora da Rua Direita que, no caso de Laguna, se voltava para a praia (figura 70).



Figura 70: Detalhe do Mapa antigo de Laguna século XIX, "*Planta da Villa de Laguna e suas imediações*" (Arquivo histórico do Exército/RJ, In: PESSOA, J. Revista Oceano 41, 2000, p. 75).

A Colônia portuguesa adotava a regularidade, além dos aspectos geométricos e visuais, como princípio regular de adequação e conveniência nos traçados de suas Vilas. Ao promover um povoado à categoria de Vila, o arruamento reticulado era buscado na conformação das quadras. Assim a Rua Direita recebeu vias transversais e se alongavam para formar novas quadras. Os lotes eram definidos com grande profundidade e pequena largura frontal. As casas eram implantadas no alinhamento das ruas e geminadas, ficando a parte posterior destinada aos quintais onde pomares e criação de pequenos animais acontecia junto às áreas de serviços (figura 71).



Figura 71: Detalhe da gravura de Laguna retratada pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, c. 1824-1828 (Debret e o Brasil: obra completa – 1816 – 1831, Capivara, 2008).

A continuidade dos paramentos das edificações define o traçado urbano e os espaços livres privados se localizam nos interiores dos lotes conformando pátios, como predomino de volumes definidos por planos retos, com remarcada horizontalidade, excetuando as edificações públicas e religiosas, onde sua implantação isolada, a verticalidade e as coberturas, rompem com a homogeneidade do tecido, sendo os pontos focais fundamentais da morfologia do Centro Histórico (figura 72).



Figura 72: Panorâmica da cidade em1900 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

De acordo com Lucena (1998) na morfologia do Centro Histórico de Laguna, as praças têm o caráter de organizadoras do espaço, com diversas funções na trama urbana. Até finais do século XIX, todas estas áreas eram simplesmente campos abertos, utilizados como locais de pastagem para os animais (cavalos e gado); e eram denominados - Campo de Manejo (ou praça da Matriz), Campo do Potreiro (área junto ao Morro do Rosário), Campo da Fonte e Praça da Cadeia, a única área que não era designada de “Campo”, mas encontrava-se na mesma situação física que as demais (figura 73).

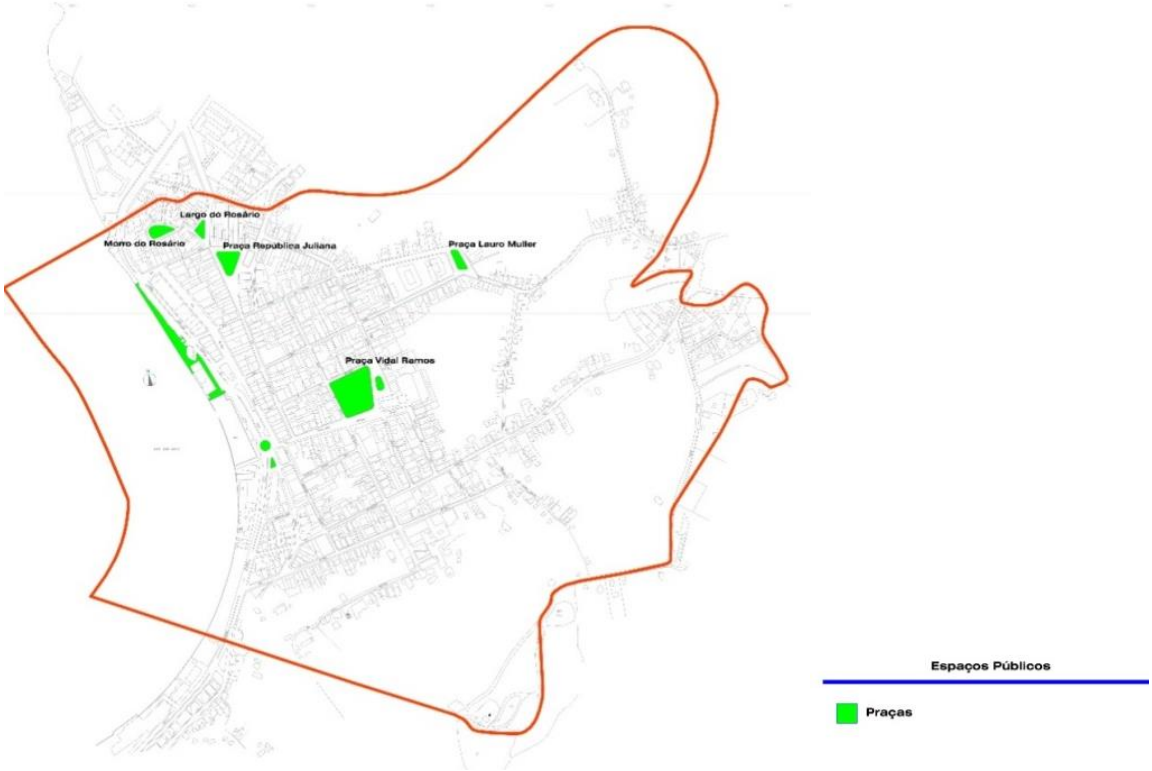


Figura 73: Mapa com Localização dos espaços públicos verdes (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2006).

A **Praça da Matriz**, com suas edificações perimetrais e a Igreja, é a de maior hierarquia urbana do centro. Sobressai como elemento central e até hoje segue assumindo sua função de centro da vida pública. O jardim, como é conhecido, ainda conserva algumas de suas antigas funções (figuras 74 a 77).



Figura 74: Laguna retratada pelo pintor francês Jean-Baptiste Debret, c. 1824-1828. Detalhe da Praça da Matriz (Debret e o Brasil: obra completa – 1816 – 1831, Capivara, 2008).



Figura 75: Evolução da Praça da Matriz, 1880 (LUCENA, 1998).

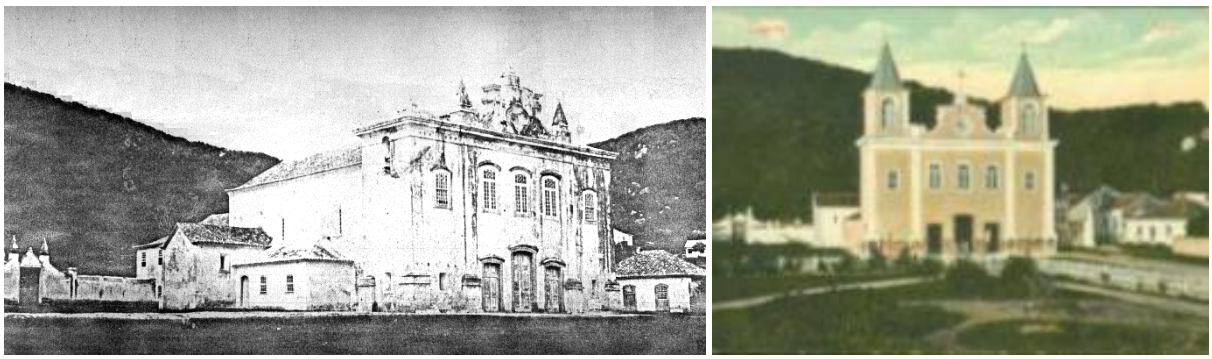


Figura 76: Igreja Matriz em 1890, antes da construção das torres, e em 1900 (ETec Laguna – IPHAN/SC).



Figura 77: Panorâmica do Centro Histórico 1897, Campo de Manejo ao centro (ETec Laguna – IPHAN/SC).

A consolidação urbana desta Praça foi tardia, pois sendo o Campo de Manejo muito grande, as construções foram sendo edificadas aos poucos, na medida em que o tamanho da praça se reduzia. Como se pode apreciar nas figuras 76 e 77, acima, as edificações eram isoladas, só a princípios do século XX que ela vai se consolidar como é conhecida hoje. Era um vazio

urbano, com a preferência do comércio de se instalar junto ao Porto e das instituições governamentais ficarem próximas a Casa de Câmara e Cadeia, a ocupação desta área deu-se, sobretudo, por residências (figuras 78 e 79).



Figura 78: Evolução da Praça da Matriz, 1940 (LUCENA, 1998).



Figura 79: Praça Vidal Ramos, s/d (ETec Laguna – IPHAN/SC).

As construções que delimitam a Praça da Matriz apresentam características das diferentes épocas. Suas tipologias arquitetônicas diferenciadas obedecem ao desenvolvimento econômico e social da cidade, e retratam as características arquitetônicas e funcionais das diferentes épocas. Conformam as quadras com pátios no centro e/ou nas laterais. As edificações, na sua maioria, têm uniformidade em alturas (um ou dois andares), com predomínio da proporção horizontal e equilíbrio entre cheios e vazios (figuras 80 e 82).

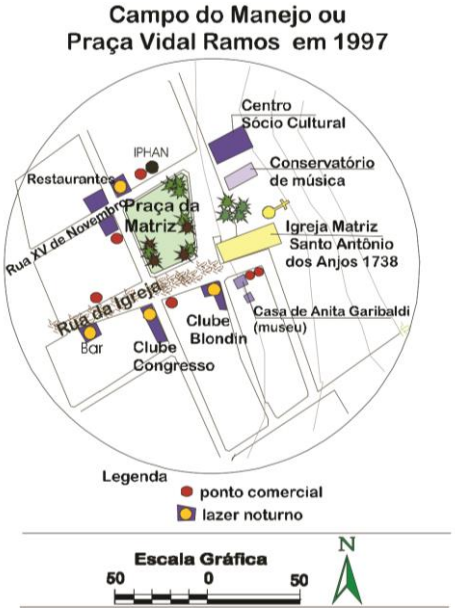


Figura 80: Evolução da Praça da Matriz, 1997 (LUCENA, 1998).



Figura 81: Praça Vidal Ramos, vista aérea atual (Google Earth, 2009).



Figura 82: Praça Vidal Ramos, atual (Pedro Villegas Stello, 2015).

A Praça da República Juliana, conhecida como Praça de Anita, também cumpre com esta função aglutinadora. Chamada de Praça da Cadeia, depois Praça da República, Praça Conselheiro Mafra, Praça da Bandeira, Praça Conde D'Eu e atualmente República Juliana (LUCENA, 1998) (figuras 83 e 84).



Figura 83: Praça da República Juliana, aproximadamente final 1800, princípios de 1900 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

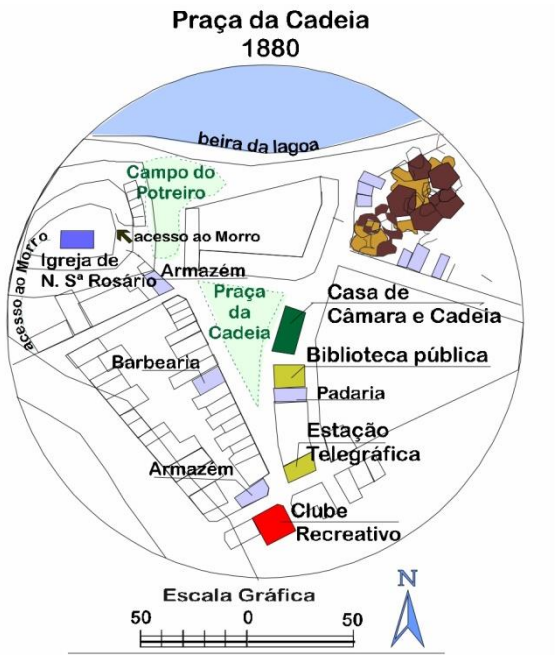


Figura 84: Evolução Praça da República Juliana, 1880 (LUCENA, 1998).

A Praça onde está localizada a Casa de Câmara e Cadeia, atual Museu Anita Garibaldi, possui forma triangular gerada a partir do traçado do antigo caminho da entrada da Vila, que vinha no sentido norte-sul a partir do Campo de Fora, e contornando o Morro do Rosário, junto a orla da Lagoa. Foi o logradouro público com caráter eminentemente civil, onde eram

realizados os eventos públicos, cívicos e culturais. Foi, durante muitos anos, onde se localizou a sede da Prefeitura Municipal, posteriormente transferida para outros locais (figuras 85 e 86).



Figura 85: Praça República Juliana. Evento cívico Inauguração Centenário da República Juliana, 1939 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

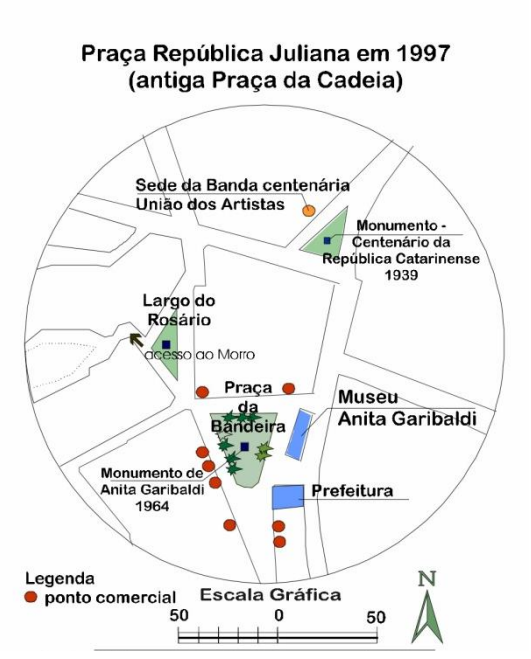


Figura 86: Evolução Praça da República Juliana, 1997 (LUCENA, 1998).

Seu entorno está constituído, em sua maioria, por edificações de um piso, sem recuos e também representativas de distintas épocas, conservando um importante conjunto de edificações do período colonial com características arquitetônicas homogêneas (figura 87 e 88).



Figura 87: Praça Republica Juliana, vista aérea atual (Google Earth, 2009).



Figura 88: Praça Republica Juliana, atual (Pedro Villegas Stello, 2015).

O espaço desta Praça prolonga-se conformando outro pequeno espaço público, o **Largo do Rosário**, também em formato triangular, onde se encontra um dos conjuntos mais homogêneos representativo das edificações luso-brasileiras (figuras 89 a 91).



Figura 89: Largo do Rosário, atual Praça Jerônimo Coelho 1890 (ETec Laguna – IPHAN/SC).



Figura 90: Largo do Rosário, atual Praça Jerônimo Coelho, vista aérea (Google Earth, 2009).



Figura 91: Largo do Rosário, atual Praça Jerônimo Coelho (Pedro Villegas Stello, 2015).

O Largo da Carioca, atual Praça Lauro Müller, foi conformada entre o grupo escolar Jerônimo Coelho, a Fonte da Carioca e Casa Pinto D'Ulyssea. Posteriormente teve parte ocupada pelo atual Posto de Saúde. Esta área estava atravessada por um córrego, que posteriormente foi canalizado levando a água até o Mercado Público para abastecimento da população (figuras 92 a 95).

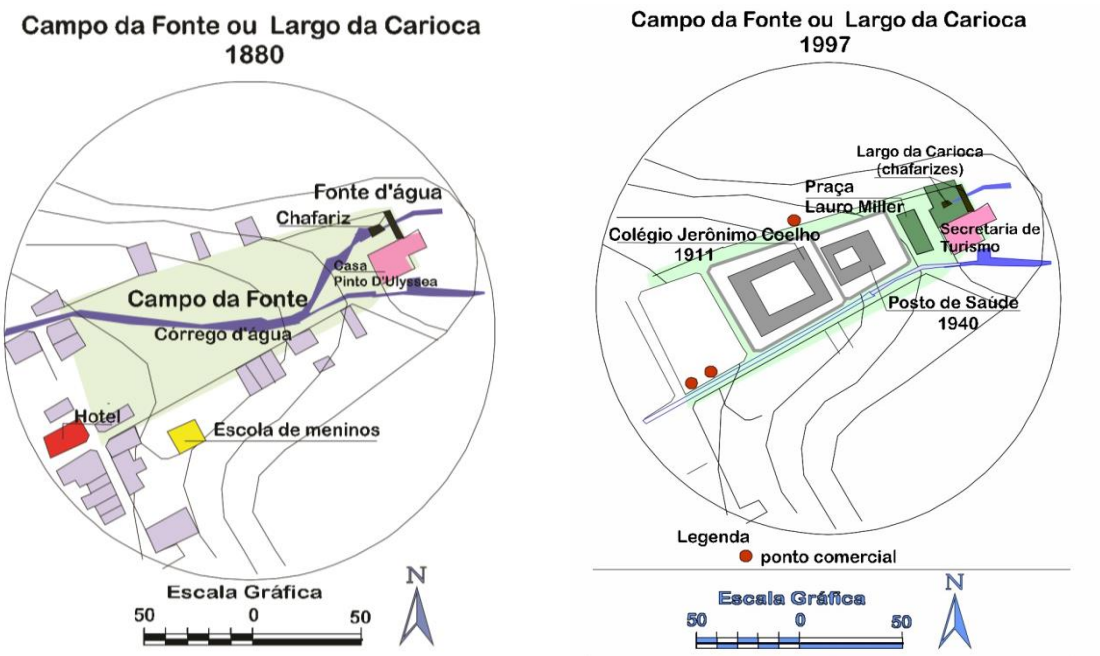


Figura 92: Evolução do Largo da Carioca, 1880 e 1997 (LUCENA, 1998).

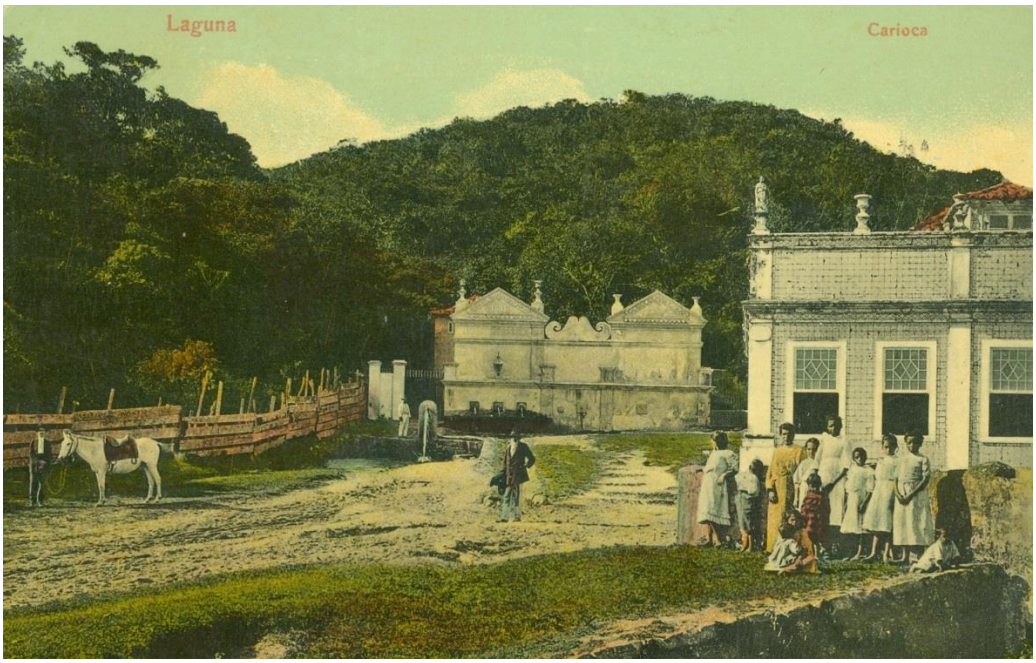


Figura 93: Largo da Carioca, 1900 (Postal Ayres de Ulysséa e Cia, Acervo de Fabiano T. dos Santos).



Figura 94: Largo da Carioca, vista aérea atual (Google Earth, 2009).



Figura 95: Praça Lauro Miller (Mª Matilde Villegas J. 2013).

O Morro do Rosário foi a primeira elevação a ser ocupada em Laguna, com a construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em 1845 e demolida em 1933. Atualmente a área do Morro está totalmente ocupada, com exceção do local onde se encontrava a antiga Igreja, que está desocupado e sem um uso definido (figuras 96 a 98).



Figura 96: Morro do Rosário, vista aérea atual (Google Earth, 2009).



Figura 97: Vista do Porto com o Morro e a Capela de Nossa Senhora do Rosário ao fundo, década de 1920 (ETec Laguna – IPHAN/SC).



Figura 98: Morro do Rosário com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário ao fundo, 1920 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

A **Orla da Lagoa** foi e segue sendo o espaço público principal do Centro Histórico, a partir do qual foi gerado o primeiro assentamento e muitas das mudanças sociais e econômicas. Através dos tempos sofreu várias modificações, tanto espacialmente como em suas funções, inicialmente o Porto foi sua principal função (figura 99), de acordo com Ulyssea (1943, p.16) o movimento do Porto:

> Era de muito agradável o efeito, a parte do mar, devido aos muitos navios atracados nos trapiches e outros fundeados ao largo.
>
> Depois de carregados iam para o canal da barra, aguardar ventos do quadrante sul, para saída.

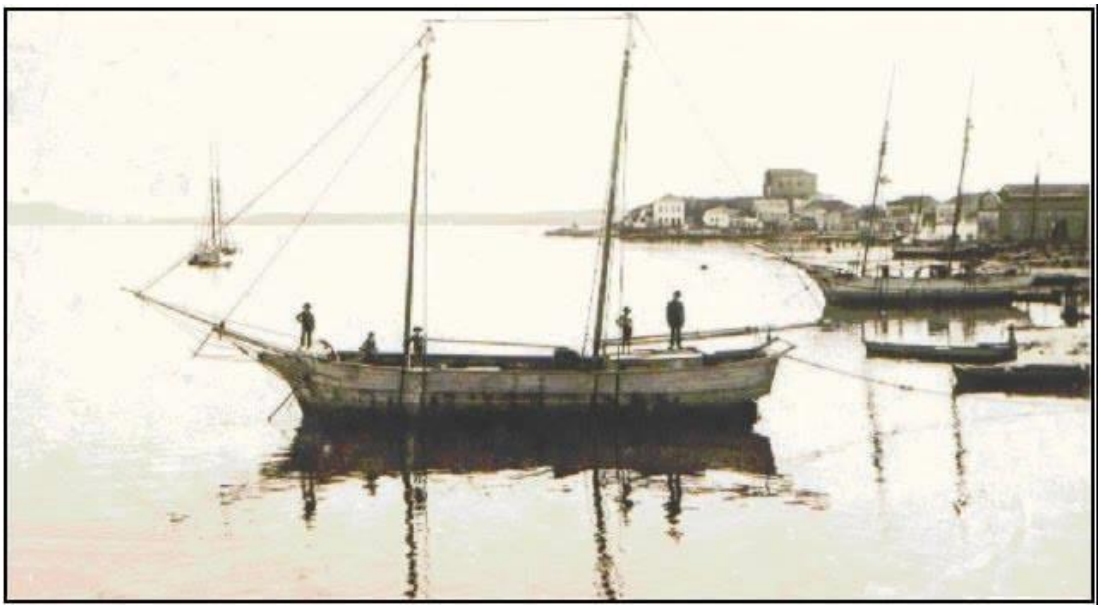


Figura 99: Orla da Lagoa de Santo Antônio, movimento portuário, s/d (ETec Laguna – IPHAN/SC).

Também em Ulyssea (1943, p. 16 e 17) pode-se perceber a vida que tinha este Porto (figura 100):

> No cais dos trapiches viam-se marinheiros, sentados sobre velas de navios estendidas, de repuxo e agulha, palomando-as e cosendo-as, em alegres algaravias. Surgindo por vezes pilhérias obscenas com gestos adequados, muito do gosto daquela gente.
>
> Em frente à Rua Tenente Bessa, no lugar onde está edificado o Mercado Municipal existia a Banca do peixe, assim denominado o local para a venda do pescado.
>
> Constava de um telheiro de cerca de seis metros por quatro, um estrado de madeira no centro (...). Era ali que se realizava toda a venda do peixe para consumo público. Os pescadores quando se aproximavam da cidade com suas canôas contendo peixe, usavam uma buzina formada de chifre curto (...), para anunciar de longe a sua mercadoria, (...).
>
> - Está buzinando, diziam as donas de casa e despachavam para a banca, escravos ou creados a fim de comprarem peixe.



Figura 100: Porto de Laguna, com movimento portuário, s/d (ETec Laguna – IPHAN/SC).

Inicialmente a Orla chegava à Rua da Praia, atual Gustavo Richard, que estava praticamente toda construída, concentrando as atividades comerciais. As maiores transformações urbanas desta área começaram a ocorrer a partir de 1880, com a implantação de aterros e da ferrovia até a área portuária (figuras 101 e 102).



Figura 101: A Orla da Lagoa – 1920 (LUCENA, 1998).



Figura 102: Vista parcial do aterro sul – década de 1920 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

O primeiro edifício público construído no espaço do primeiro aterro foi o Mercado Municipal (1878), incendiado em 1939 (figura 103), reafirmando o uso comercial da área. Recentemente foram encontrados os alicerces desta construção confirmando sua localização.



Figura 103: Vista do Antigo Mercado Público e a banca do peixe, década de 1930 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

Foram-se sucedendo diversos aterros na orla para ampliação da área portuária e construção do cais (concluído em 1920), que foi prolongado até as proximidades do bairro Magalhães. Também houve outras modificações como a transferência da estação férrea (1913) do Campo de Fora para o Centro da Cidade (figuras 104).



Figura 104: Vista da nova estação ferroviária na atual Rua Gustavo Richard, próximo ao Porto, década de 1930 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

Nestas áreas de aterro foram executadas, sucessivamente, várias obras como a Estação Rodoviária (1945), a Avenida Engenheiro Colombo Machado Salles (década de 1950), o Cine-Teatro Mussi (1949) e o novo Mercado Municipal (1956) (figura 105).



Figura 105: Vista aérea do centro de Laguna, década de 1950 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

A área do aterro ao norte do Mercado Municipal, onde estava localizada a estação de trem, foi transformada em quadras, sendo paulatinamente ocupadas por edifícios comerciais privados.

Pode-se observar como a área pública da Orla aos poucos vai sendo privatizada e ocupada (figura 106).



Figura 106: Mapa da Orla da Lagoa em 1950 (LUCENA, 1998).

Neste momento a Orla da Lagoa está quase totalmente ocupada com diversos usos, como estacionamento, o Mercado Público Municipal, o cais de barcos, a Capitania dos Portos, algumas residências e estabelecimentos comerciais. A Orla, juntamente com o Mercado, que está sendo restaurado, e seu entorno é o espaço mais movimentado do Centro, com a justaposição das diversas funções (figura 107 a 109).



Figura 107: Vista atual da Orla da Lagoa (Bruno Mendes Espíndola, 2015).



Figura 108: Mapa Orla da lagoa 1997 (LUCENA, 1998).



Figura 109: Vista aérea do Centro Histórico de Laguna (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2009).

Além das edificações, ruas e espaços abertos públicos e privados, as estruturas verdes constituem também elementos identificáveis na estrutura urbana, caracterizando a imagem do Centro, mais como uma consequência do local de implantação do que como elemento

planejado para conformação do espaço urbano. A vegetação está presente no entorno, nos Morros que o circundam, e em menor escala nos espaços abertos públicos e nos centros das quadras. Se observa uma baixa porcentagem de áreas verdes com relação ao construído na área central (figura 110).

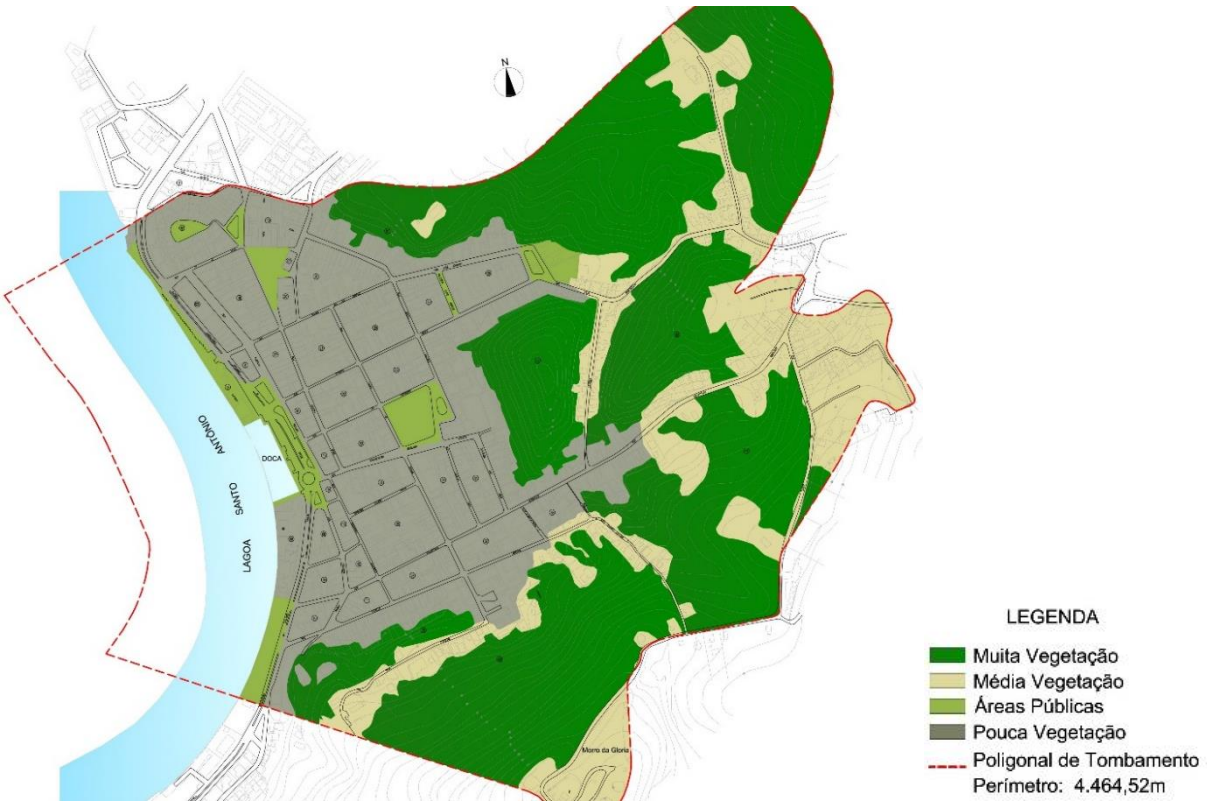


Figura 110: Configuração do espaço Urbano no Centro Histórico de Laguna. Áreas verdes e vegetação (INCEU, ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005).

As Quadras

As quadras da área de estudo se caracterizam pela variedade de sua forma e, sobretudo, de seu tamanho. Enquanto à forma, resulta evidentemente de uma tendência para a ortogonalidade, que resultou de sua vinculação aos traçados iniciais condicionados a sua vez pelos necessários vínculos funcionais da vila com a borda da Lagoa e os limites dos morros da Glória e do Rosário.

Franco (1984, p. 11) no parecer de tombamento assinala que a série de quadras entre as Ruas Raulino Horn e Gustavo Richard: "(...) denota em modo exemplar as relações entre a forma planimétrica da célula – o tipo contendo o mecanismo de adição – e a estrutura intermediaria da quadra". Apresenta as variações entre elas (FRANCO 1984, p. 11):

> A primeira quadra, entre as ruas Cons. Jerônimo Coelho e XV de Novembro, é suficientemente estreita para que não haja divisão longitudinal; as células se justapõem lado a lado, todas estreitas e com dupla exposição frontal. A quadra seguinte insiste no mesmo sistema de adição, mas o crescimento em profundidade exige uma pequena variação na dimensão frontal. As quadras seguintes são nitidamente bipartidas em sentido paralelo ao lado maior. Isso lhe permite crescer a própria largura até abraçar o sopé do Morro do Rosário, incorporado como baluarte no desenho frontal no núcleo na vista para a lagoa.

Deste modo se combinam as quadras com tendência à forma quadrangular com outras, irregulares, dependendo de sua localização. Nas bordas da Lagoa e junto aos morros da Glória e do Rosário, as quadras são mais irregulares com tendência à forma triangular ou orgânica. Estas irregularidades respondem, além do assinalado acidente topográfico, ao encontro da quadrícula viária com os bordes físicos do sítio. Ao longo da faixa leste, o Morro. Ao longo da banda oeste, a borda original da lagoa condicionou a retícula inicial. Mais tarde, na primeira década do século XX, seriam determinantes os aterros e a criação da Avenida Engenheiro Colombo Machado Sales, gerando quadras alongadas e estreitas com parcelamentos diferenciados, modificando o tecido antigo (figura 111).

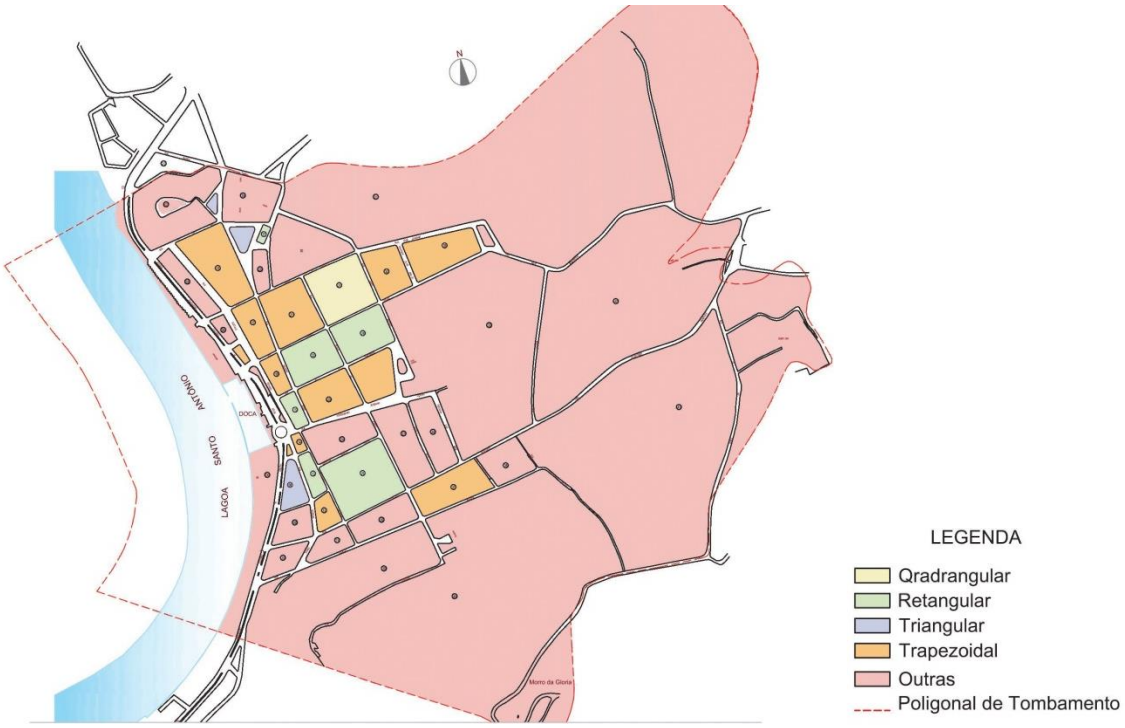


Figura 111: Configurações do Espaço Urbano no Centro Histórico de Laguna Formato das Quadras. (adaptado de INCEU - ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005)

Enquanto ao tamanho das quadras, se observa igualmente uma grande variedade que se expressa em dimensões extremas que vão desde algumas muito pequenas – inferiores aos 2.000 m² - até outras muito maiores - superiores aos 10.000 m2-. Esta variedade resulta

igualmente condicionada pelas direcionais que definiram o traçado viário e pelos aterros produzidos no início do século XX (figuras 112 e 113).



Figura 112: Vista da orla da lagoa com os primeiros aterros, 1920 “Laguna Trecho da Cidade” (ETec Laguna – IPHAN/SC)



Figura 113: Área central, anterior aos aterros, cerca de 1900 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

As quadras localizadas no lado oeste apresentam características bem diferentes das primeiras, elas são alongadas e estreitas e suas edificações em geral ocupam todo o terreno. Enquanto ao seu uso, muitas delas, já na sua formação, foram concebidas para usos eminentemente comerciais (figuras 114 e 115).

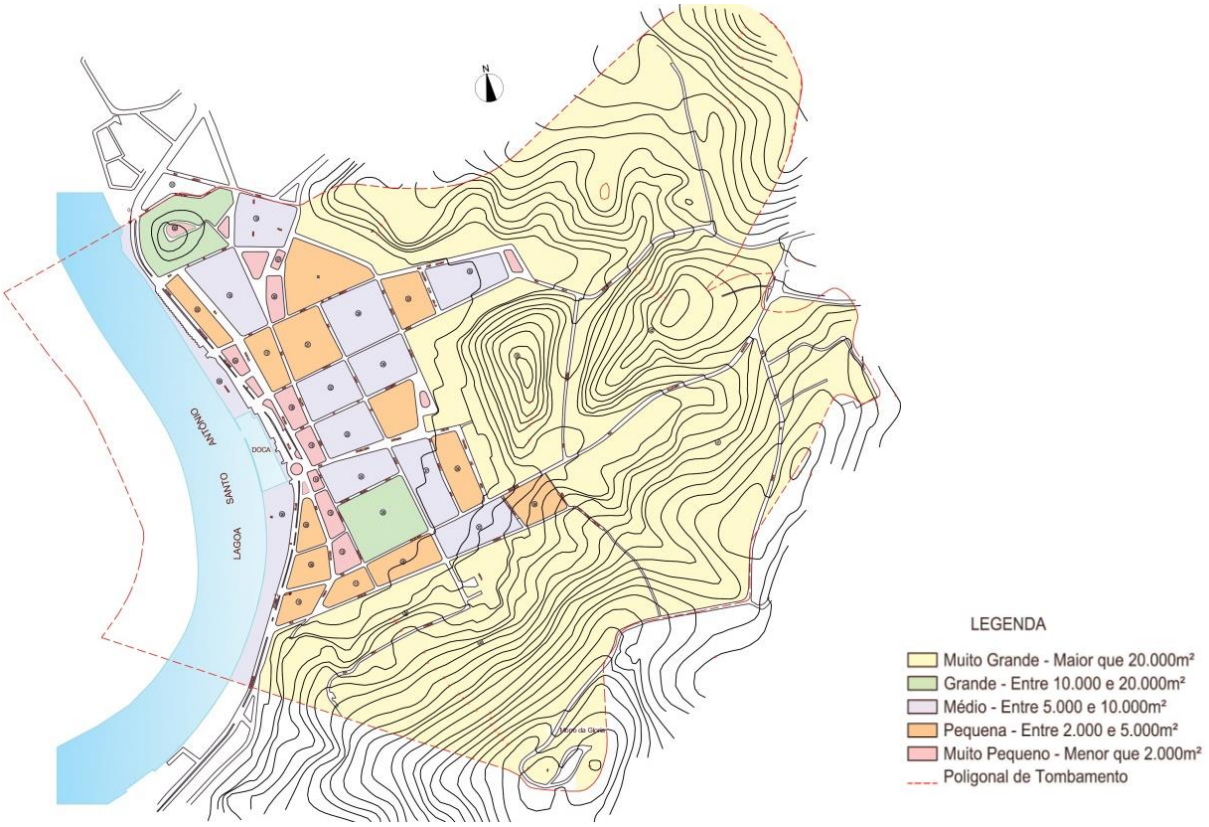


Figura 114: Configurações do Espaço Urbano no Centro Histórico de Laguna Tamanho das Quadras (INCEU - ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005).



Figura 115: Vista aérea do Centro Histórico, já com todos os aterros, 1952 (ETec Laguna – IPHAN/SC)

Formalmente as quadras primitivas se apresentavam edificadas no seu entorno, junto aos logradouros públicos, deixando áreas livres, para criação de animais, hortas e pomares no seu interior. Esta característica vai sendo modificada com as novas ocupações que passaram a ocupar a totalidade da quadra ou, posteriormente, com a constituição de recuos frontais e laterais.

O parcelamento - Lote

A organização do parcelamento do solo observada é o resultado de um contínuo processo de subdivisão e de fusão das primitivas parcelas, durante mais de quatro séculos. Estes contínuos ajustes, dos primeiros lotes, dependeram das possibilidades econômicas, das relações funcionais e das distancias em relação às áreas que ganhavam em centralidade, o relevo e demais condicionantes ambientais do local (figura 116).

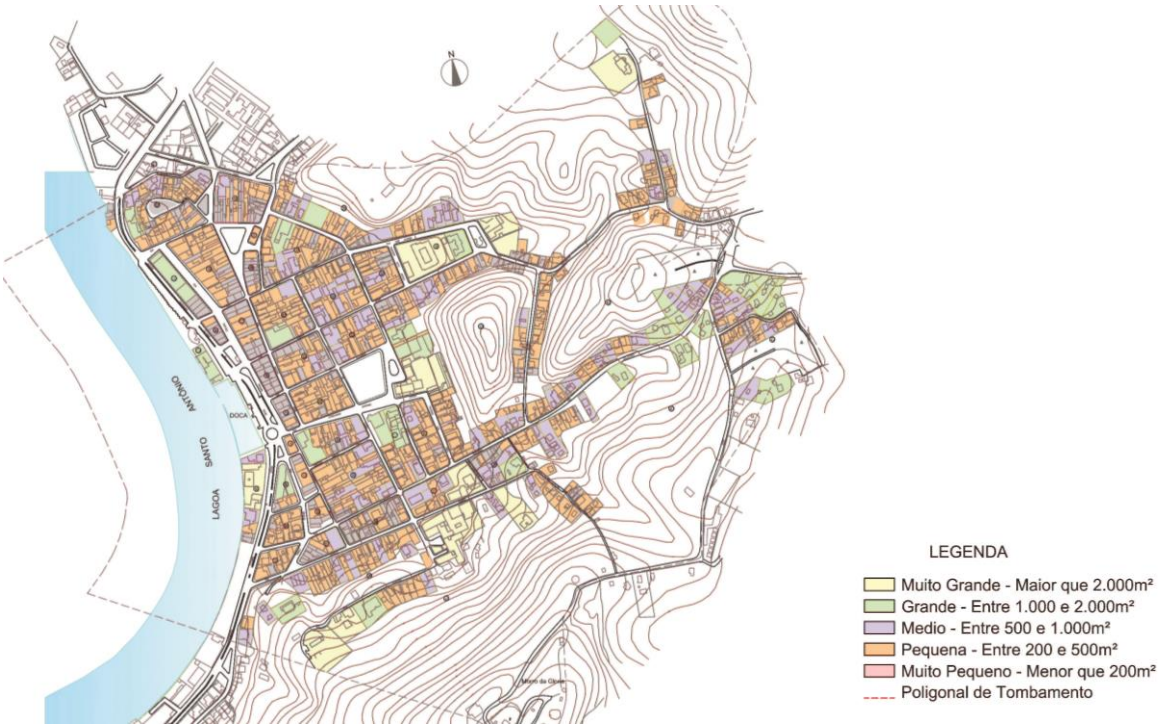


Figura 116: Configuração do Espaço Urbano no Centro Histórico de Laguna. Tamanho dos Lotes (INCEU - ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005).

Ao analisar o parcelamento herdado pelo Centro Histórico de Laguna pode-se apreciar características do traçado português. A forma do lote urbano, formando os quarteirões, acompanhando antigas tradições portuguesas. Conforme Teixeira (2004, p. 29, apud ALMEIDA, 2006, p. 38):

> A estrutura dos quarteirões e a estrutura de loteamento caracterizam igualmente as formas urbanas portuguesas, apresentando três tipos fundamentais que se

> desenvolvem ao longo do tempo, mas ao mesmo tempo coexistindo em várias situações. O primeiro tipo de quarteirão é o quarteirão medieval, estreito e comprido, com lotes que vão de lado a lado do quarteirão, definindo uma alternância de ruas de frente e de traseiras. O segundo, mais tardio, é o quarteirão em que existem lotes dispostos costas-com-costas virados para faces opostas do quarteirão, e tem lotes virados para as suas quatro faces; este último, permitindo uma melhor utilização do espaço urbano, surge a partir do século XVI. Em todos estes tipos de quarteirão, a frente de lote tende a situar-se entre os 25 e 30 palmos. Encontram-se estas dimensões de frente de lote nas cidades medievais planejadas dos séculos XIII e XIV, em Portugal e nas cidades brasileiras dos séculos XVI a XVIII. A tipologia de fachada que daqui resulta, térreos ou sobrados com três fiadas de vãos, encontra-se por todo o território da expansão portuguesa.

Inicialmente grande parte dos lotes era de aspecto uniforme, geralmente estreitos, com grande profundidade, atingindo muitas vezes, as duas ruas opostas da quadra. Tais lotes permitiam o agenciamento de grandes quintais arborizados e espaços, inclusive, para algum tipo de criação doméstica. Estes são característicos nos setores localizados nas áreas dos primeiros assentamentos como em torno da Praça da República Juliana e as ruas que comunicam esta com a Praça da Matriz. Este tipo de parcelamento resultou na constituição de edificações geralmente geminadas, predominantes no conjunto histórico. Isto não impediu, no entanto, o surgimento, nestes setores, de amplos casarões edificados em parcelas maiores que ocuparam, fundamentalmente, as privilegiadas esquinas das quadras ou o entorno de das praças, como a Praça da Matriz (figura 117 e 118).



Figura 117: Ocupação das quadras com as plantas das edificações (Mª Matilde Villegas J., 2015).

Com relação a área correspondente aos aterros dentro dos limites estabelecidos para o Centro Histórico, se detectam duas expressões diferentes relativas ao parcelamento. Uma delas corresponde à parcela tradicional que vinha formando parte do tecido urbano da cidade desde finais do século XVIII provocadas pelo primeiro alargamento de 1818, dirigido a ordenar o crescimento da orla da Lagoa com a finalidade de dar maior espaço para o porto e consequentemente para a execução do mercado público e da estação ferroviária.

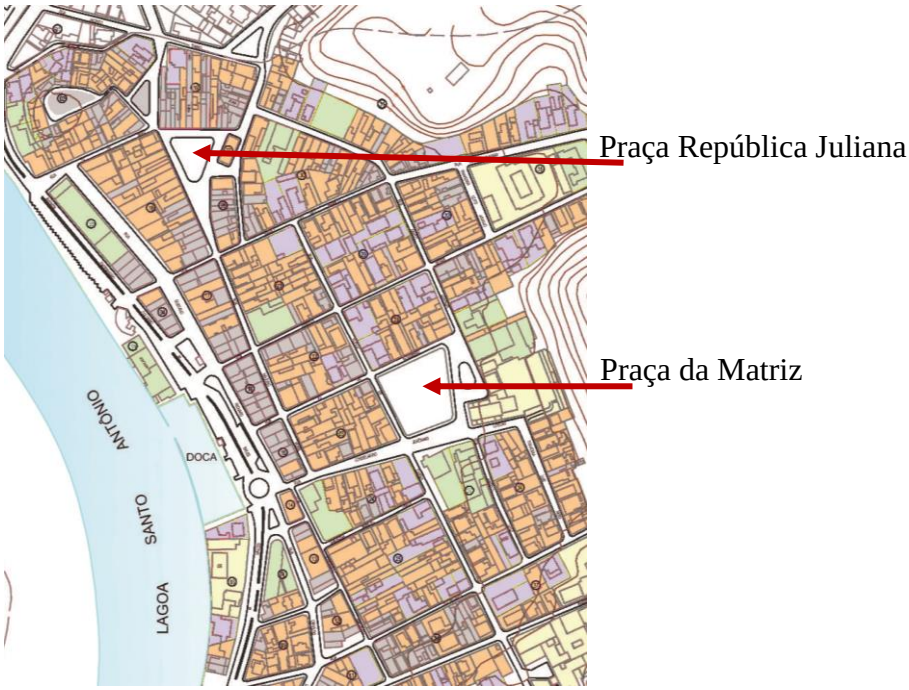


Figura 118: Terrenos localizados em torno da Praça República Juliana e Praça da Matriz, típicos do traçado inicial (INCEU - ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005).

No aterro de 1910 surgiu um tipo de parcelamento diferente, terrenos de proporções maiores que ocuparam as duas testadas da quadra, as quais, em algumas ocasiões, chegaram a coincidir com a totalidade de quadra, elas abrigaram em sua maioria edificações de estilo *Art Déco* de dois andares, principalmente comerciais (figura 119).

Enquanto isso os demais setores ficaram a margem deste processo e conservaram a estrutura de parcelamento inicial e inclusive, de grande parte, de suas edificações originais.

Em termos gerais o parcelamento do solo no Centro Histórico apresenta uma tendência à regularidade, com proporções marcadamente retangulares, tanto nas parcelas maiores como nas menores. Algumas irregularidades surgem, possivelmente, relacionadas com o processo de compra e venda a que está sujeito o solo urbano.



Figura 119: Parcelamento produzido após os aterros (INCEU - ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005).

Isto se pode apreciar em edificações que apresentam alterações no tamanho dos terrenos que passam a criar novas edificações de proporções diferentes. No entanto, a maior parte das irregularidades mostradas pelo parcelamento, vem derivada das próprias irregularidades das quadras em que se inserem. As modificações da estrutura fundiária, principalmente das áreas de aterro, provocaram uma alteração bastante significativa na taxa de ocupação dos lotes, muitas vezes chegando aos 100%, assim como, nos últimos anos, com o acréscimo de construções nos fundos de lote (figura 120).

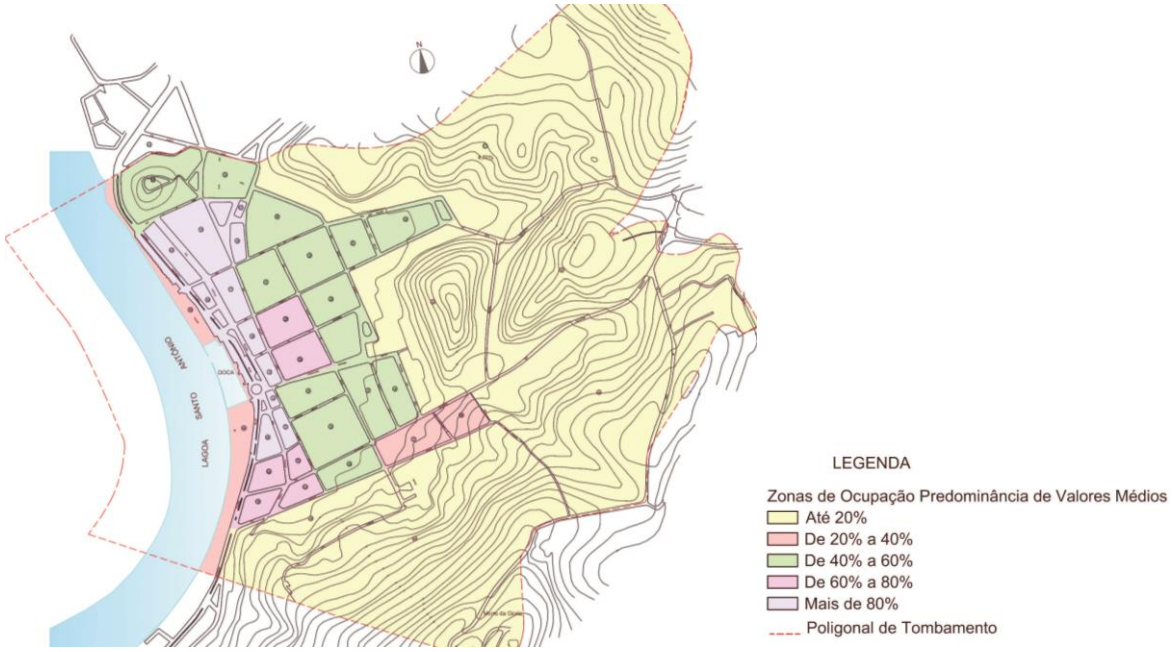


Figura 120: Configuração do Espaço Urbano no Centro Histórico de Laguna. Taxas de Ocupação (INCEU - ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005).

4.2.2 Elementos tipológicos Arquitetônicos

Por se tratar de uma região pouco acidentada um dos elementos mais marcantes da sua paisagem é o conjunto edificado e as relações que cada prédio tem com seu entorno. Esta relação pode ser com o espaço urbano, com as edificações vizinhas ou o próprio lote. Os elementos que definem estas relações intervolumétricas são as alturas das edificações, considerando o número de pavimentos e altura das fachadas, os graus de contiguidade com a via pública e com os vizinhos, assim como também a testada das fachadas, tipos de coberturas e expressões linguísticas.

Altura das edificações

Para a definição da altura das edificações foram considerados itens como o **número de pavimentos** e a **altura das fachadas**, sendo elementos que marcam a silhueta das faces de quadras dando a sensação de continuidade ou ruptura.

Enquanto ao número de pavimentos (figura 121) pode-se dizer que a grande maioria das edificações do Centro Histórico é de um ou dois pavimentos – entorno de 85% - que geralmente correspondem às de linguagem arquitetônica luso brasileira, ecléticas e *art déco*. As edificações de 3 e 4 andares – entorno de 15% - em sua maioria foram construídas na segunda metade do século XX, correspondendo ao período da arquitetura modernista.

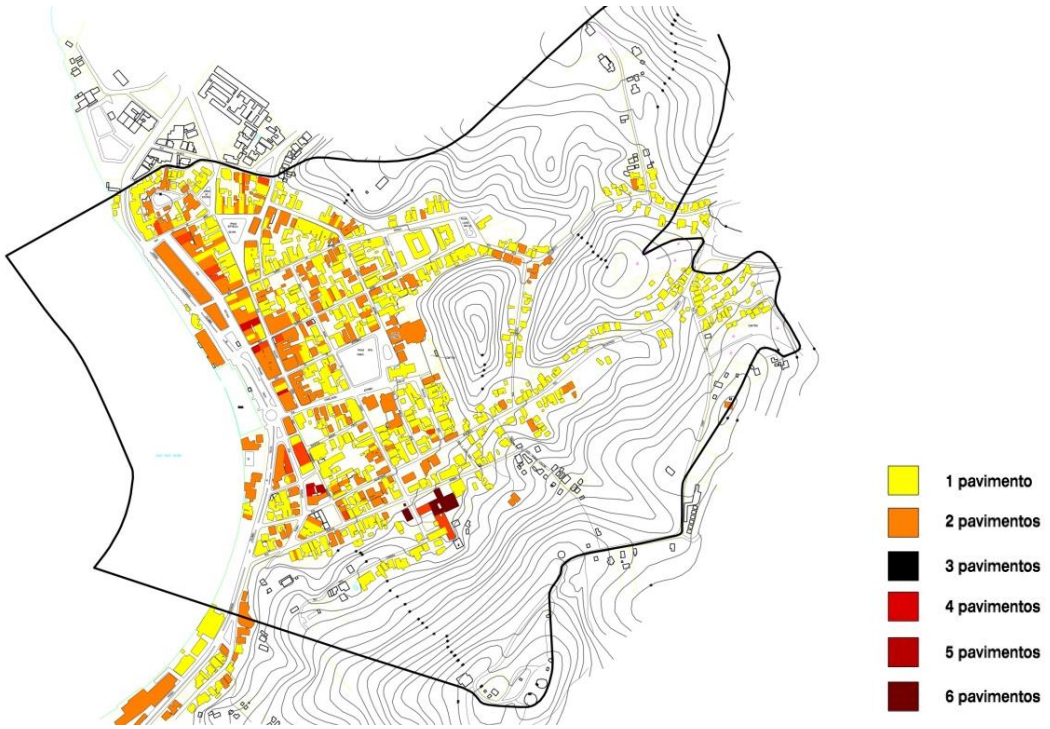


Figura 121: Gabarito das edificações (INCEU - ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005)

Também se pode perceber uma grande variação em quanto à altura das edificações. É importante analisar separadamente do número de pavimentos, pois existem grande diversidade muitas vezes vinculada as expressões linguísticas das edificações. O pé direito é diferente em uma edificação luso-brasilera, eclética ou modernista (figura 122).

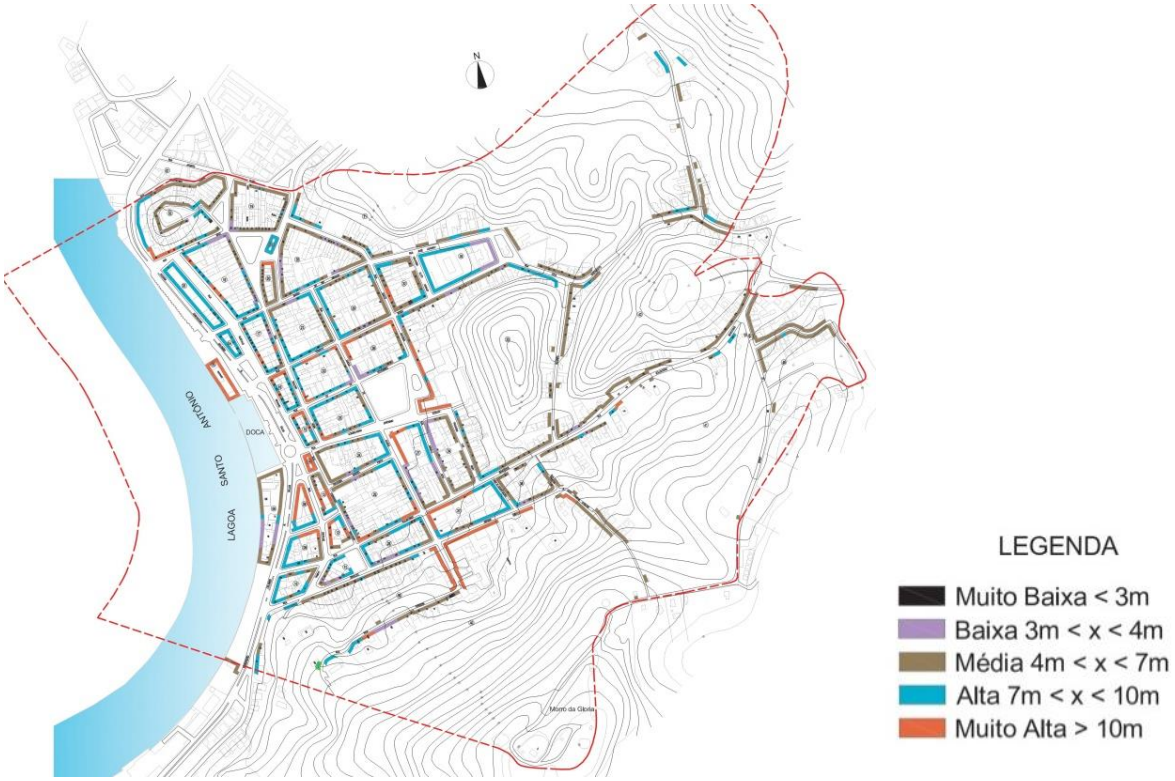


Figura 122: Altura das edificações (INCEU - ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005)

O INCEU (2005) classifica as alturas das edificações em 5 categorias[7], assim definidas: muito baixa - menor que 3m -, que representa 0,5%, baixa - de 3m a 4m -, com 5,5%, media - entre 4m e 7m -, alta - de 7m a 10m -, que correspondem juntas à 87% e a muito alta, acima de 10m, com 7% do total. Pode-se perceber que a maior parte das edificações pertence às categorias média e alta, dominando claramente a paisagem do Centro Histórico.

Testadas das edificações:

Outro item importante de ser analisado é a largura das edificações, pois relacionando-a com a altura pode-se ver mais claramente a relação intervolumétrica existente, de cada uma das edificações ou do conjunto da face de quadra percebendo-se sua verticalidade ou horizontalidade.

[7]As cotas de referencia estão situadas no nível das calçadas

Nesta análise se pode apreender a grande variedade encontrada na largura das fachadas das edificações (figura 123).

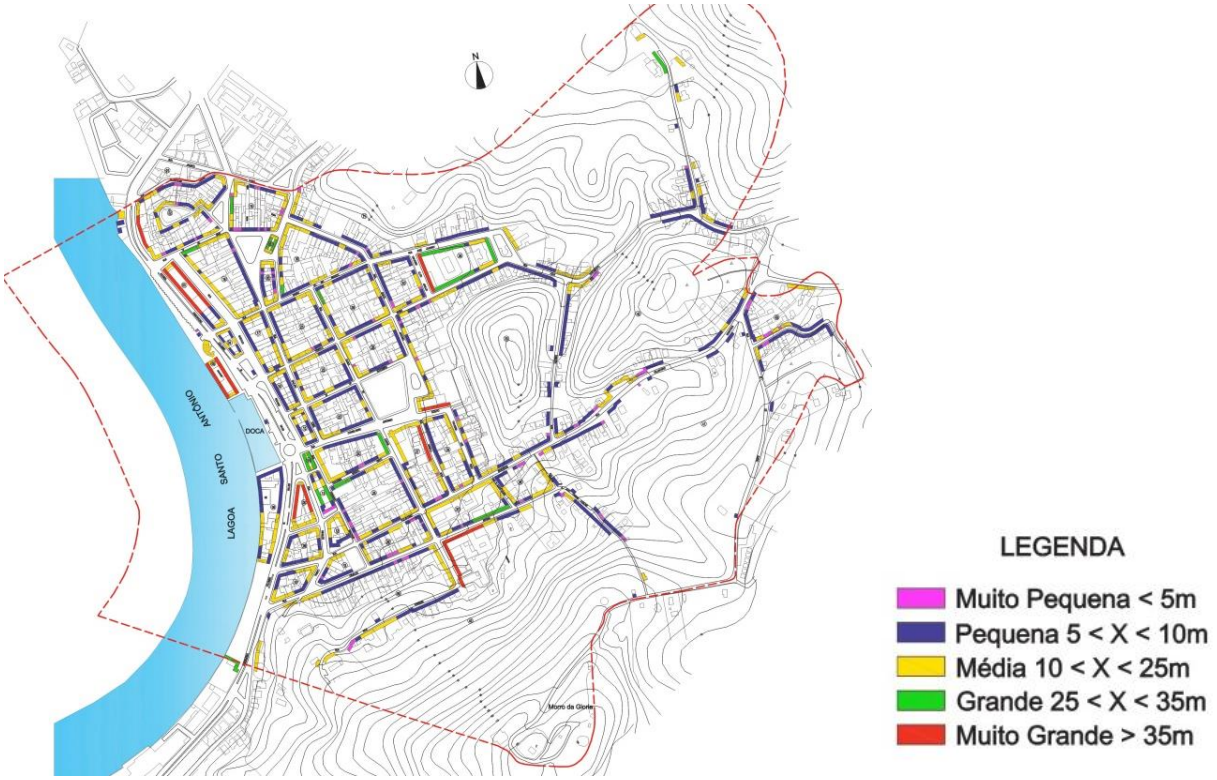


Figura 123: Largura das edificações (INCEU - ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005)

Foram catalogadas (INCEU/IPHAN, 2005) como muito pequenas - menor que 5 m – visível minoria; pequena - de 5m a 10m, média - de 10m a 25m, juntas em maior número; grande, entre 25m e 35 m e muito grande, maior de 35 m, estes últimos em pequena proporção. Pode-se identificar uma maior concentração das categorias pequena e muito pequena no Morro do Rosário, Praça República Juliana, rua Voluntário Fermiano, parte da rua Barão do Rio Branco, parte da Raulino Horn, rua Oswaldo Aranha e rua Voluntário Carpes, correspondendo ao microparcelamento existente de lotes estreitos e compridos.

Na categoria média pode-se destacar a rua Gustavo Richard (próximo ao Morro do Rosário), a região do entorno da Igreja Matriz, parte da rua Voluntário Benevides e rua Rafael Pinto Bandeira.

Nas categorias grande e muito grande pode-se destacar as áreas dos aterros e alguns remenbramentos de lotes onde foram construídas algumas edificações de destaque como o Mercado Público Municipal, Edifício Nossa Senhora do Rosário, o Supermercado Angeloni, o Cine Teatro Mussi, o Clube Congresso Lagunense, o Hotel Rio Branco e o Clube Blondin.

Algumas edificações pertencentes a estas duas categorias foram construídas como elementos de destaque pela sua importância sociocultural, como a Antiga Casa da Câmara e Cadeia, o Hospital Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, a Escola Estadual Jerônimo Coelho e o Posto de Saúde.

Grau de Contiguidade e Relação com áreas Livres Públicas

Este estudo trabalhou conjuntamente os recuos laterais e frontais em um mesmo mapa (figura 124), dando diferentes categorias, dependendo se sua contiguidade é muito alta, alta, média, pequena ou nula e tendo em conta o grau de relação com as áreas livres públicas, se é direta, pouco direta, indireta ou muito indireta.

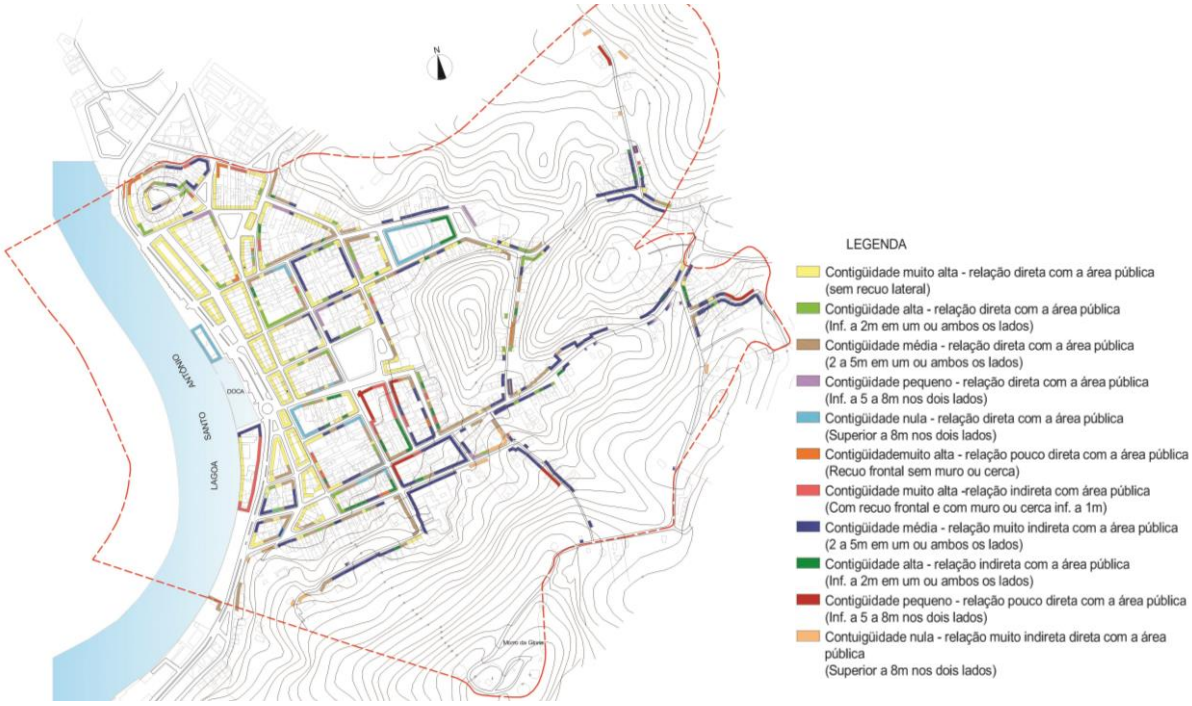


Figura 124: Grau de Contiguidade e relação com as Áreas Livres Públicas (INCEU - ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005).

Recuos Laterais

Foram estabelecidas 5 categorias dependendo do grau de contiguidade existente

- relações laterais de contiguidade muito alta - ocupando toda a frente dos lotes – representando 66%, são ocupações que mantiveram microparcelamento original de lotes compridos e estreitos (frentes inferiores a 8m). Estas edificações se encontram predominantemente na região portuária, num primeiro momento e num segundo momento, no caminho entre está região e a Fonte da Carioca, criando um conjunto considerável de edificações praticamente contínuo.

- relações laterais de contiguidade alta e média, com pequenos afastamentos de um dos lados do lote, para acesso aos prédios por entradas laterais, aparecem como as de frequência intermediaria (17% e 13%, respectivamente). São associados principalmente às edificações ecléticas do início do século XX.

- relações laterais de contiguidade pequena e nula (3%). As edificações desta categoria geralmente são construções localizadas em esquinas de características ecléticas ou modernistas com grande diversidade de contiguidade. Também se encontram nessa categoria ocupações com características rurais, com áreas destinadas a pomares e jardins.

Como se pode analisar o grau de contiguidade lateral no Centro Histórico tem acompanhado as diferentes tendências arquitetônicas e de parcelamento do solo.

Recuos frontais

Foram estabelecidas 4 categorias diferentes para as relações frontais ou recuos frontais com relação as áreas livres públicas;

- relação direta - edificações construídas no alinhamento frontal do lote, classificadas como edificações em relação direta com as áreas livres públicas com um predomínio de 81%;

- relação pouco direta, com recuos frontais sem divisória físicas (2%);

- relação indireta – com recuos frontais e separação física inferior ou igual a 1m de altura (10%);

- relação muito indireta – recuos frontais e separação física superior a1m (7%)

Segundo o INCEU (B4, 2005, p. 1) “(...) a implantação no alinhamento predial frontal não implica necessariamente que as portas de entrada das residências estejam no alinhamento dos passeios, pois é relativamente grande, (34%), as unidades que possuem recuos laterais, e, não raro, ali estão seus acessos, (...)”

Os diferentes recuos das edificações nos lotes, geralmente, são coincidentes com os diferentes estilos arquitetônicos e suas características de implantação. No entanto existem muitas edificações que sofreram mudanças estilísticas, principalmente de fachada, que não mudaram a forma como estão implantadas. Como exemplo pode-se citar algumas edificações da arquitetura luso-brasileira que tiveram suas fachadas alteradas seguindo novas tendências arquitetônicas, principalmente o eclético, a implantação é conservada sem apresentar afastamentos laterais e/ou frontal (situação predominante na área em torno da Praça República Juliana).

Nos trechos onde há predominância do Ecletismo a tipologia de implantação apresenta afastamentos laterais permanecendo ainda sem afastamento frontal com o imóvel sendo construído junto ao alinhamento (região localizada ao Norte e a Sudoeste da Praça da Matriz).

A predominância do afastamento frontal e, também, dos laterais coincide com as tipologias arquitetônicas do modernismo e da arquitetura contemporânea, correspondente, principalmente, aos trechos de expansão da área urbana do sítio histórico tombado.

Outros elementos importantes de mencionar deste estudo são as análises de volumetria dos edifícios, corpo e cobertura.

Volumetria dos Edifícios

Em relação à volumetria edilícia foi definida segundo a forma, determinando categorias de simples, pouco complexa e complexa (figura 125). Na categoria simples pode-se corroborar que pertence o maior porcentual, 61%, o estudo analisa estas como "provenientes da arquitetura Luso-brasileira ou que receberam acréscimos (...)", nas pouco complexas, 22%, assinala que (INCEU B4, 2005, p. 1):

> (...) pelas proporções e homogeneidade de formas, destacam-se a Casa Celesc, a Sede do Sesc, casa Silveira e Casa Mussi, em quanto a sinuosidade e a angulação dos logradouros condicionam a existência na mesma categoria, edificações construídas já no Séc. XX, exemplos são as ruas Heleodoro Cunha, Raul Ferreira e início da rua Oswaldo Cabral.

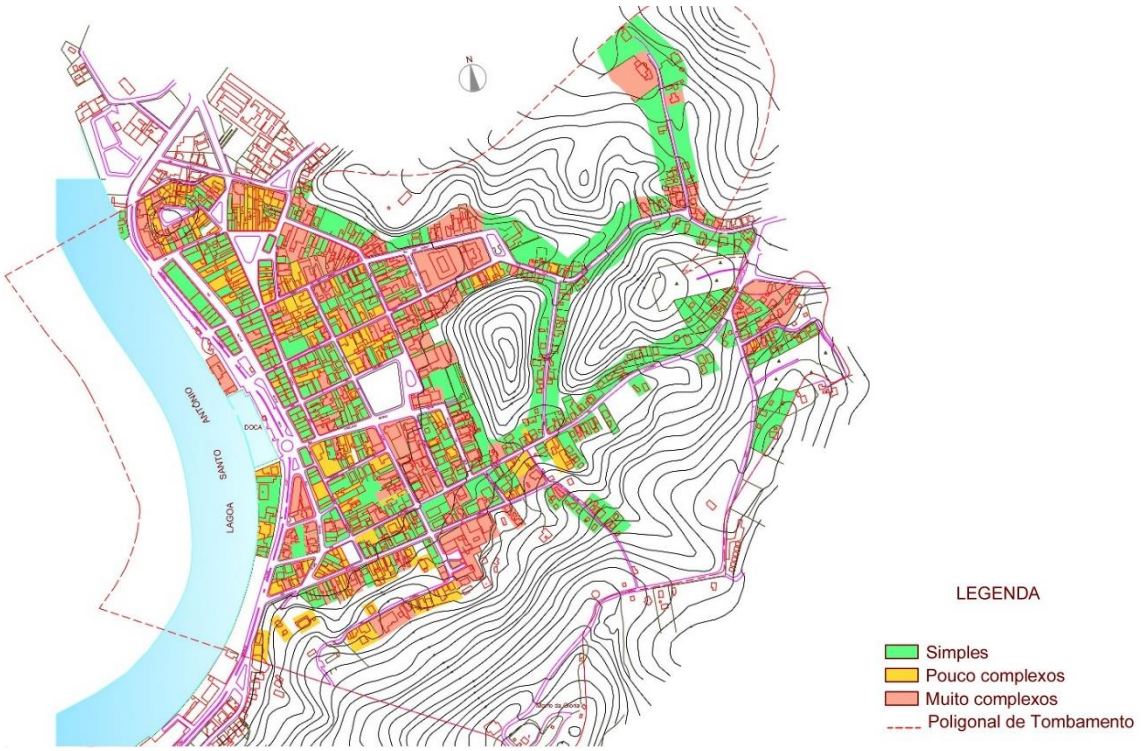


Figura 125: Mapa Corpo dos Edifícios Forma (INCEU - ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005)

Já na categoria “muito complexo” são incluídas edificações de maiores dimensões, independentemente de pertencer a momentos históricos diferentes, como são o Grupo Escolar Jerônimo Coelho, o Posto de Saúde Pública, a Igreja Matriz, o Banco do Brasil, o Cine-Teatro Mussi entre outros.

Tipo de Cobertura

Em quanto à análise do tipo de cobertura, foram catalogadas como “escondidos”, aqueles com Platibandas ou Frontões, muitas vezes reformas, são 65% dos imóveis do Centro Histórico e os “aparentes”, com beirais visíveis, em sua maioria em telhas capa canal, representam 35% do total (figura 126).

> O sistema de coroamento contribui ainda com tipologias especiais e caras às características arquitetônicas da cidade. Tratando-se de marcos significativos de realce nas edificações do centro Histórico, quando não raras vezes, identificam e definem a localização das edificações, tanto quanto o nome de seus proprietários. Contribuindo na formatação de um conjunto de referências populares à memória da cidade (INCEU B4 2005 p. 3).

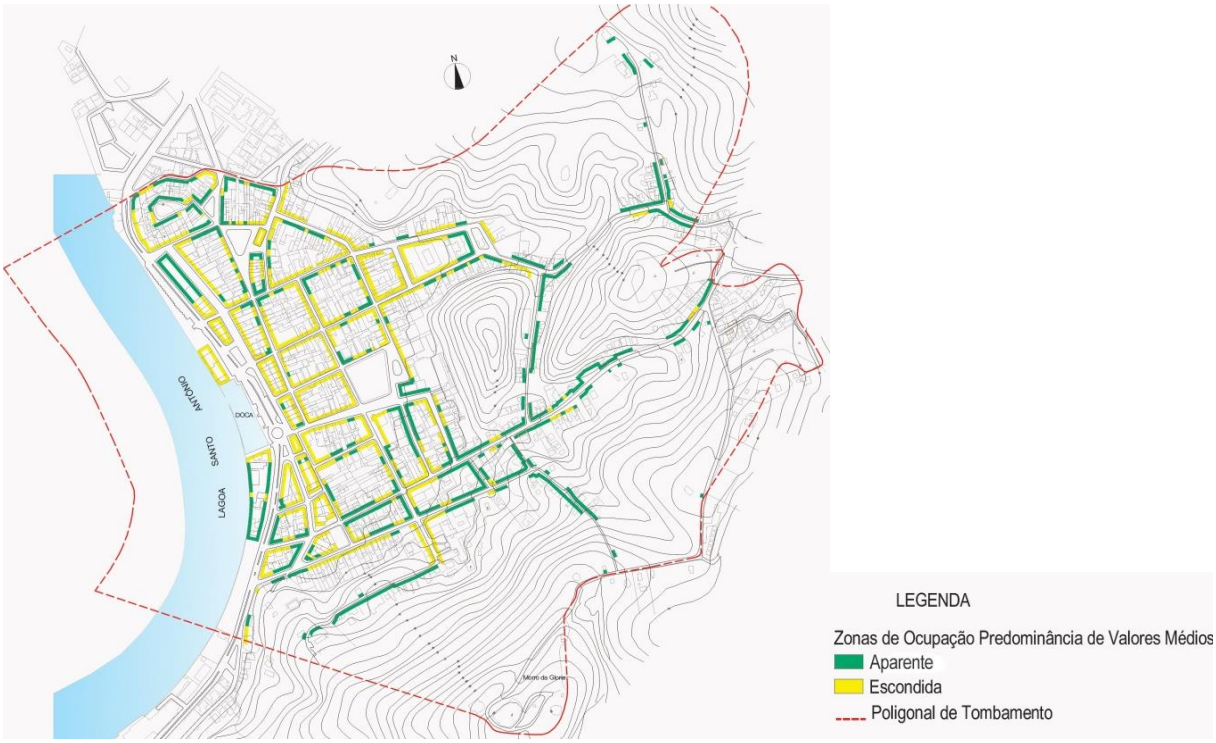


Figura 126: Tipo de Cobertura das edificações - (INCEU - ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005)

Pode-se destacar algumas áreas de concentração destas características como a área comercial compreendida entre as ruas Raulino Horn e Gustavo Richard que apresentam edificações com telhados escondidos com grande diversidade de platibandas, desde as ecléticas ornamentadas até as modernistas lisas e com formas geométricas simples.

Também se destacam os poucos exemplares de beirais "com sistema construtivo de beira sob beira 'beira seveira'" encontrados dispersos como a Casa de Anita, Igreja Matriz, Sindicato dos Trabalhadores de Laguna, Casa do Capitão Donner entre outros. Edificações com beirais ornamentados com frisos ou cimalhas são encontrados em maior quantidade na Praça República Juliana, Praça do Rosário e a rua Voluntário Fermiano (figura 127).

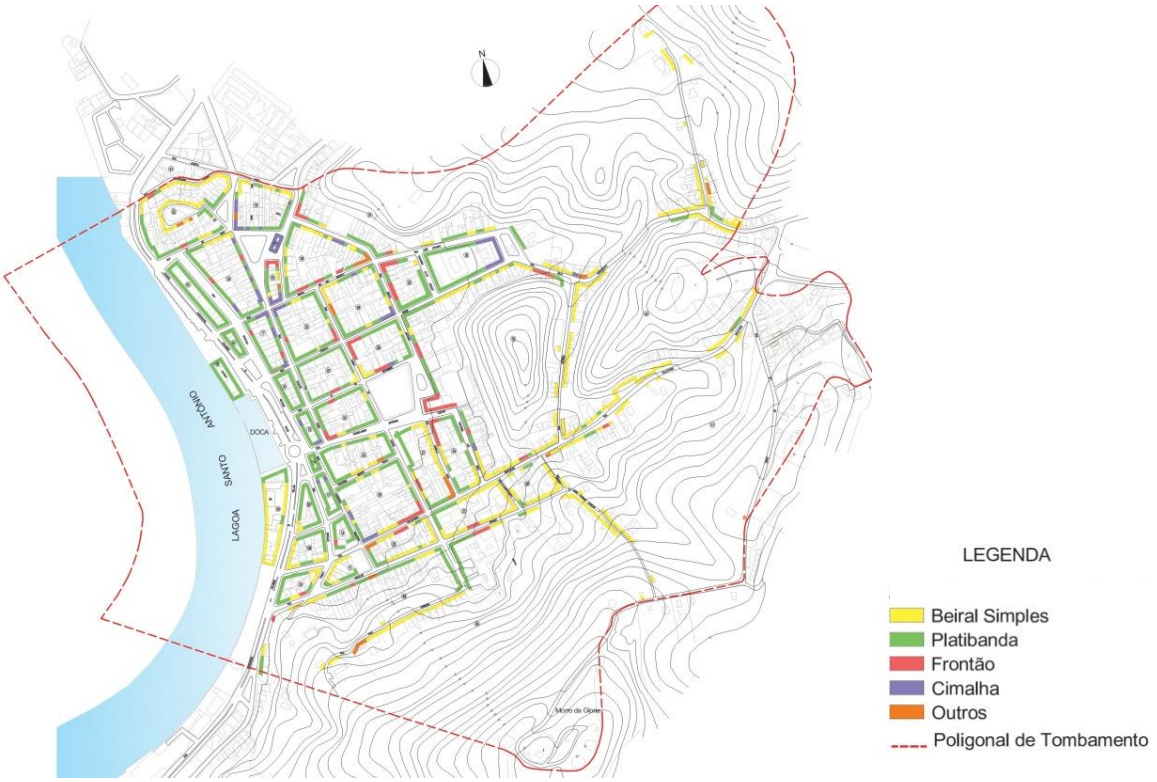


Figura 127: Tipo de Coroamento das edificações (INCEU - ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005)

Expressões linguísticas

A paisagem do Centro Histórico está acompanhada pela arquitetura e pelo traçado urbano que são parte integrante da sua conformação espacial. As tipologias arquitetônicas existentes no Centro Histórico de Laguna são diversificadas e evidenciam as influências ocasionadas pelos vários ciclos econômicos que marcaram as transformações socioeconômicas e culturais da cidade. Embora tenham ocorrido constantes renovações no Centro Histórico, as diferentes expressões linguísticas fazem parte fundamental destas tipologias que têm coexistido no espaço urbano, algumas vezes em conjuntos homogêneos, outras compondo paisagens urbanas diversificadas (figura 128). De acordo com o INCEU (B4, IPHAN, 2005, p. 5) "Esse mosaico histórico estabelece relações positivas de leitura e interpretação de momentos históricos inter-relacionados e presentes na memória coletiva da cidade, (...)".



Figura 128: Panorâmica do centro Histórico. Rua Gustavo Richard (INCEU - ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005)

Neste contexto as expressões linguísticas foram abordadas como um elemento a mais na análise da caracterização morfológica e tipológica do Centro Histórico de Laguna. São um documento de grande valor na configuração urbana desta área.

Neste capítulo não se pretende discutir a terminologia das diferentes etapas ou generalizar a nomenclatura das expressões linguísticas, já que este é um campo bastante discutido e controverso na área da História e Teoria da Arquitetura e não é o objetivo desta pesquisa. A terminologia empregada é usada como instrumento para entender as diferentes representações artísticas existentes no Centro Histórico de Laguna e sua evolução, pois é grande a variedade de elementos que se encontram dentro de cada período. Se utilizou a denominação de "expressões linguísticas", conforme Waissman (1984), pois se pensa que para este trabalho é a forma mais apropriada de denominar as diferentes características estilísticas, uma vez que pode-se observar que no Centro Histórico de Laguna foram muitas as modificações executadas apenas para uma modernização arquitetônica sem caracterizar novas tipologias (figura 129).

Foram considerados os estudos realizados por autores como Reis Filho (1983), Pateta (1984), Weimer (1987), Schlee (1993) e Segawa (1999), entre outros que serviram para sistematizar as principais características que se apresentam nesta arquitetura em Laguna.

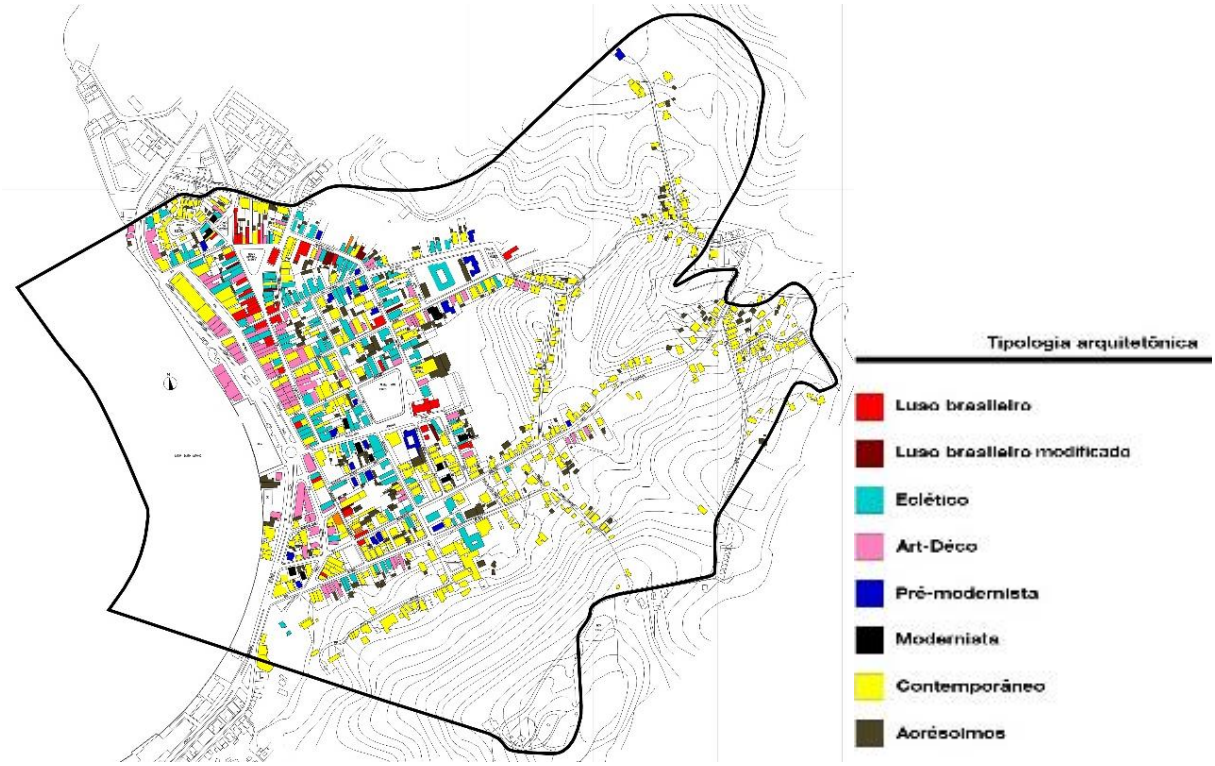


Figura 129: Mapa das Expressões linguísticas (adaptado de INCEU - ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005).

a- Edificações com expressão luso-brasileira



No primeiro período de ocupação, correspondente ao colonial chegando a princípios da República, a arquitetura urbana estava baseada em um tipo de lote com características bastante definidas, como já foi apresentado, baseado nas tradições portuguesas, com as edificações construídas sobre o alinhamento das vias públicas e sobre os limites laterais dos terrenos.

> (...) a partir do século XVII, e ao longo do século XVIII, a regularidade da cidade passa a estar associada não só à regularidade do traçado mas também à adoção de modelos arquitetônicos uniformes aos quais deviam obedecer a construção de ruas, de praças, ou mesmo de toda uma cidade. As Cartas Régias e os Autos de Fundação

> de núcleos urbanos brasileiros deste período testemunham esta relação cada vez mais afirmada entre a formosura da cidade e a regularidade do traçado e da arquitetura (TEIXEIRA, 2004, p. 28, apud ALMEIDA, 2006, p.34).

Estas edificações são casas térreas e sobrados, alguns possuíam pequenas variações com a introdução de água-furtada ou "camarinha". Apresentam características formais semelhantes, como consequência de partidos tipológicos uniformes (figura 130). Segundo Reis Filho (1983, p. 24), essas limitações arquitetônicas ocorreram devido aos regulamentos fixados nas posturas municipais elaboradas no período colonial:

> (...) Dimensões e número de aberturas, altura dos pavimentos e alinhamentos com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século XVIII. Revelam uma preocupação de caráter formal, cuja finalidade era, em grande parte, garantir para as vilas e cidades brasileiras uma aparência portuguesa. As repetições não ficavam porém somente nas fachadas. Pelo contrário, mostrando que os padrões oficiais apenas vinham completar uma tendência espontânea, as plantas, deixadas ao gosto dos proprietários, apresentavam sempre uma surpreendente monotonia.

Além das regras impostas para as edificações, as testadas dos lotes, também condicionavam a tipologia das edificações, principalmente em relação a sua implantação apresentando esquemas, de acordo com a classificação de Santos (2015, p. 163):

> As casas térreas menores se apresentavam em geral sob a forma tradicionalmente conhecida como “meia-morada” (fachada com uma porta e duas janelas), ocorrendo ainda algumas “moradinhas” de “porta-e-janela”, tipo de unidade mínima de habitação, em lotes geminados com pouco mais de três metros de largura (...). As casas maiores eram chamadas de “morada-inteira”, possuindo na fachada uma porta que tinha em cada um dos lados duas ou três janelas.



Figura 130: Pode-se observar a homogeneidade volumétrica do conjunto de edificações, 1897 (ETec Laguna – IPHAN/SC)

As edificações deste período apresentavam uma volumetria simples e pesada, prevalecendo os planos fechados e lisos, quase ausentes de decoração, tinham poucos recursos compositivos, pois os elementos estruturais não foram planejados em função de embelezamento, mas tinham vínculo claro com a lógica construtiva e funcional da edificação. A fachada principal era marcada pela cimalha do beiral e pelos grossos cunhais dos cantos da edificação. Sua proporção é geralmente retangular ou quase quadrada nas construções de esquina. As coberturas, geralmente, em duas águas em telha de barro, tipo capa-canal, voltavam suas águas para o logradouro, obedecendo ao disposto nas normas urbanísticas das Cartas Régias, e para os fundos do lote, onde eram absorvidas pelo terreno. A utilização do galbo[8] como recurso para afastar a água das paredes e o uso de vários tipos de beiral, sendo que o curto, ou com beira-seveira, aparece nas casas mais simples, enquanto o longo, com cimalhas[9] abaixo das telhas, proporciona acabamento mais refinado aos sobrados e às casas mais abastadas (Figura 131).



Figura 131: Procissão na rua Santo Antônio, no início do século XX. Casarões Luso-brasileiros (ETec Laguna – IPHAN/SC)

Esta forma de construir as edificações gerava certa segurança e economia, além de configurar um corredor contínuo que delimitava o espaço urbano. Segundo Reis Filho (1983, p. 26)

[8]Trata-se de uma curvatura das extremidades do telhado, que se obtém pelo uso de uma peça de madeira chamada de contrafeito, que 'amacia' o ângulo formado pelos caibros do telhado. Diz-se então, galbo do contrafeito (LA PASTINA FILHO, 2005)

[9]"Cimalha. Tendo a mesma origem de cimácio, hoje aplica-se com significado mais amplo e complexo, pois se refere, em geral, ao elemento colocado na parte superior que termina, coroa arremata a fachada de um edifício, (...) também designa o conjunto de molduras que subdivide uma superfície de parede, tanto interna como externa...." (CORONA & LEMOS., 1972, p. 120).

> A construção sobre os limites laterais, na expectativa de construções vizinhas de mesma altura, procurava garantir uma relativa estabilidade e a proteção das empenas contra a chuva, o que, quando não era correspondido, se alcançava através do uso de telhas aplicadas verticalmente.

Apresenta grande contiguidade entre edifícios; relação direta com as áreas livres públicas, volumetria pequena ou média com faces voltadas para as ruas; geralmente cobertura a duas águas e visualmente autônomas com beiral, cumeeira paralela à frente dos lotes e telha cerâmica capa-canal; fachadas principais estreitas ou medias, com alturas variáveis de 3 a 7 metros (exceção feita aos sobrados de uso misto). Destacam-se a existência de cimalhas, beirais, cunhais simplificados, janelas e portas com vergas em arco abatido ou retas, suas modenaturas de fachada estão isentas de rebuscamentos ou ornatos.

Os principais elementos das fachadas são as aberturas. As esquadrias, em forma retangular, possuem poucas variações, tendo verga reta ou arco abatido, e apresentam, às vezes, uma pequena saliência em cima da abertura. As janelas feitas de madeira apresentam postigos, ou guilhotina e caixilharia. Nas aberturas das casas de melhor acabamento, encontram-se bandeiras com vitrais coloridos.

As edificações luso-brasileiras compõem conjuntos significativos de casas unidas umas às outras, a exemplo da Praça Jerônimo Coelho e de um trecho da Rua Voluntário Fermiano (figura 132).



Figura 132: Conjunto de edificações luso-brasileiras na Praça Jerônimo Coelho (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2005) (código 02, figura 139)

Dentre as edificações mais representativas podem se destacar as das figuras 133 a 139.



Figura 133: Antiga Casa de Câmara e Cadeia (código 07, figura 139)



Figura 134: Antigo Hotel Rio Branco (código 11, figura 139)



Figura 135: Edificação Rua Gustavo Richard, nº 258. (código 09, figura 139)



Figura 136: Casa Pinto de Ulyséa (código 21, figura 139)



Figura 137: Museu Casa de Anita (código 22, figura 139)



Figura 138: Conjunto da Rua Raulino Horn (código 12, figura 139)



Figura 139: Mapa com as edificações Luso-brasileiras mais representativas (Mª Matilde Villegas J., 2015).

b- Edificações com expressão Eclética



Em uma perspectiva histórica o Ecletismo é um movimento estético-arquitetônico erudito, consequente ao seu tempo, tanto na evolução embasada em cultura precedente, como em resposta às grandes e novas exigências da Revolução Industrial, atendendo às necessidades da produção de massa e da globalização. Em um primeiro enunciado, pode-se afirmar que o Ecletismo combinava diferentes estilos históricos em uma única obra, para obter qualidades arquitetônicas agregadas e condizentes com a época. Em escala urbana poderia ser simplesmente a soma de estilos decorrentes da Revolução Industrial, como muitos “neos” ou

o *art nouveau*. Mas pode, muito bem, designar um movimento mais específico ou a corrente arquitetônica do final do século XIX e início do XX (PATETTA, 1984).

O conceito foi introduzido no século XVIII por Johann Joachim Winckelmann (1717 - 1768) designando o sincretismo artístico pela junção harmônica de elementos de processos arquitetônicos anteriores em uma obra singular. Até a década de 70 do século XX o conceito era entendido com uma conotação de não arte. Posteriormente começou a ser lentamente resgatado, tanto pelas grandes obras remanescentes, como pelo estudo dos sincretismos culturais de diferentes etnias, períodos e lugares. De acordo com Weimer (1987) e Schlee (1993) o ecletismo pode ser entendido como um método de compor a obra arquitetônica.

Para Reis Filho (1983) as primeiras edificações com características do ecletismo aparecem, de forma discreta, já em meados do século XIX, utilizando como base construtiva as edificações luso-brasileiras assim como sua implantação.

> Os primeiros anos do século, anteriores à independência, pertencendo ainda ao período colonial, são facilmente assimiláveis ao século XVIII, uma vez que lhes não corresponderam grandes modificações do processo em estudo, repetindo-se geralmente os esquemas urbanísticos e arquitetônicos coloniais, de origem ibérica, com discretas modificações. (...) As edificações dos começos do século XIX avançavam sobre os limites laterais e sobre o alinhamento das ruas, como as casas coloniais. A essas assemelhavam-se pela simplicidade dos esquemas, com suas paredes grossas, suas alcovas e corredores, telhados elementares e balcões de ferro batido. É sempre difícil, ao observador desprevenido, determinar com clareza a data das construções de então (REIS FILHO, 1983, p. 34).

Reis Filho (1983, p. 36) acrescenta ainda que:

> (...) sob tímidas modificações de fachada, as mesmas casas formando linhas contínuas sobre as vias públicas, de tal modo harmonizadas com suas antecessoras, que não chegavam a quebrar aquela monotonia, que era um de seus traços marcantes. (...) Sua aparência difere apenas em pequenos detalhes das construções coloniais.

Neste primeiro período de implantação do ecletismo, as novas edificações passaram a incorporar algumas modificações sem, contudo, abandonar o velho esquema luso-brasileiro. As edificações seguem no alinhamento frontal junto às vias públicas incorporando o uso do porão "mais ou menos elevados, sendo o desnível em relação a rua vencido por meio de uma pequena escada (...) e abertos óculos ou gateiras para ventilação" (SANTOS, 2015, p. 169-170).

Pode-se dizer que em Laguna este processo teve início tardiamente, por volta de final do século XIX, com pequenas modificações da tipologia luso-brasileiras, principalmente transformando as fachadas das edificações (modernização), conservando a conformação do

lote urbano bem como a planta da edificação. Aparece a substituição dos pequenos beirais por platibandas trabalhadas, a modificação de vãos de portas e janelas com a colocação de bandeiras fixas e de vidros simples ou coloridos (figura 140) bem como as edificações com porões altos (figura 141).



Figura 140: Edificação com modernização da fachada, Rua Jerônimo Coelho, nº 87 (código 30, figura 150)



Figura 141: Casa de Porão Alto, na Rua Jerônimo Coelho, nº 48(código 23, figura 150)

Segundo Reis Filho (1983) a partir de 1850 houve grandes modificações socioeconômicas e tecnológicas na sociedade brasileira e que influenciariam nos modos de morar e construir. O aumento do comércio com a Europa permitiu um maior contato com novos materiais alterando-se o sistema construtivo predominante e, o acesso a conceitos mais modernos de salubridade e conforto, influenciou na distribuição interna dos espaços das residências e também na implantação dos imóveis. A ampliação das aberturas permitindo-se uma melhor iluminação e ventilação interna, o alteamento do pavimento térreo, criando-se os porões com a finalidade de ventilação do piso, e a adoção de afastamentos laterais em relação às divisas dos lotes, permanecendo, no entanto, sobre o alinhamento da via pública, são novidades que alteraram profundamente a produção imobiliária do final do século XIX e início do século XX.

Foi intensa a exploração dos aspectos cênicos e fortemente impressionistas dos elementos justapostos e decorativos – colunatas, vãos de portadas e janelas, escadarias, entre outros. Foi uma arquitetura configurada para enaltecer sua função ou dos seus usuários e moradores. Enquanto nas edificações públicas a sobreposição de estilos foi, normalmente, manejada com maestria, monumentalidade e alta definição na forma-função, nem sempre as obras civis detinham tantas qualidades, conforme resultassem de projetos mais ou menos eruditos ou de reinterpretações vernáculas (ALBERNAZ e LIMA, 2000).

A configuração eclética externa sobre o programa interno evidenciou a resposta do projeto às necessidades da época, já mais sofisticadas que os programas simples das construções coloniais, inclusive em vãos maiores e livres e estruturas correspondentes, dos melhores materiais e técnicas disponíveis e, como já dito, da exigência de constituir-se um símbolo da força econômica ali exercida (ALBERNAZ e LIMA, 2000).

Segundo Reis Filho (1983, p. 48-49) a implantação das edificações nos lotes vai aos poucos se modificando, primeiro são os porões altos, depois os jardins e acessos laterais, modificando o espaço urbano que passa a incorporar vazios entre as edificações:

> Foi, portanto, somente após a supressão do tráfico de escravos e o início da imigração europeia e o desenvolvimento do trabalho remunerado e o sistema ferroviário, que apareceram as primeiras residências urbanas com nova implantação, com o que se poderia chamar de "deslocamento" da construção dos limites do lote e um esforço da conquista e incorporação do espaço externo à arquitetura das residências.

Em Laguna estas novas edificações se localizam principalmente na parte central, como por exemplo o Teatro Sete de Setembro (1858, demolido na década de 1970), a sede do Clube Blondin (1807, hoje sede do IPHAN), a nova sede do Clube do Congresso Lagunense (1934), o Palacete Cabral (demolida em 1982, onde hoje é o Banco do Brasil) (figuras 142 e 143).

	
Figura 142: Sede do IPHAN. Antiga sede do Clube Blondin (código 06, figura 151)	Figura 143: Sede do Clube Congresso Lagunense (código 24, figura 150)

O ecletismo em Laguna foi marcado pelo período da riqueza produzida pelo ciclo do carvão e manifestou-se tanto pelas renovações das fachadas das antigas edificações como pelas novas construções repletas de decorações das mais variadas influências de estilos arquitetônicos, como pinhas, vasos, figuras humanas e de animais. Desataca-se, principalmente, pelo requinte das platibandas ornamentadas, balaustradas no coroamento do telhado e guarda-corpos das sacadas feitas em argamassa, muitas delas pré-moldadas (figuras 144 a 151).



Figura 144: Edificação Rua Raulino Horn, nº 266 (código 09, figura 151)



Figura 145: Edificação Rua Osvaldo Cabral, nº 114 (código 11, figura 151)



Figura 146: Edificação Rua Gustavo Richard, nº 248



Figura 147: Edificação Rua Gustavo Richard nº 180



Figura 148: Edificação Rua Gustavo Richard nº 410(código 15, figura 151)



Figura 149: Edificação Rua Raulino Horn, nº 145 (código 14, figura 151)



Figura 150: Mapa 1 com as edificações Ecléticas mais representativas (Mª Matilde Villegas J., 2015).

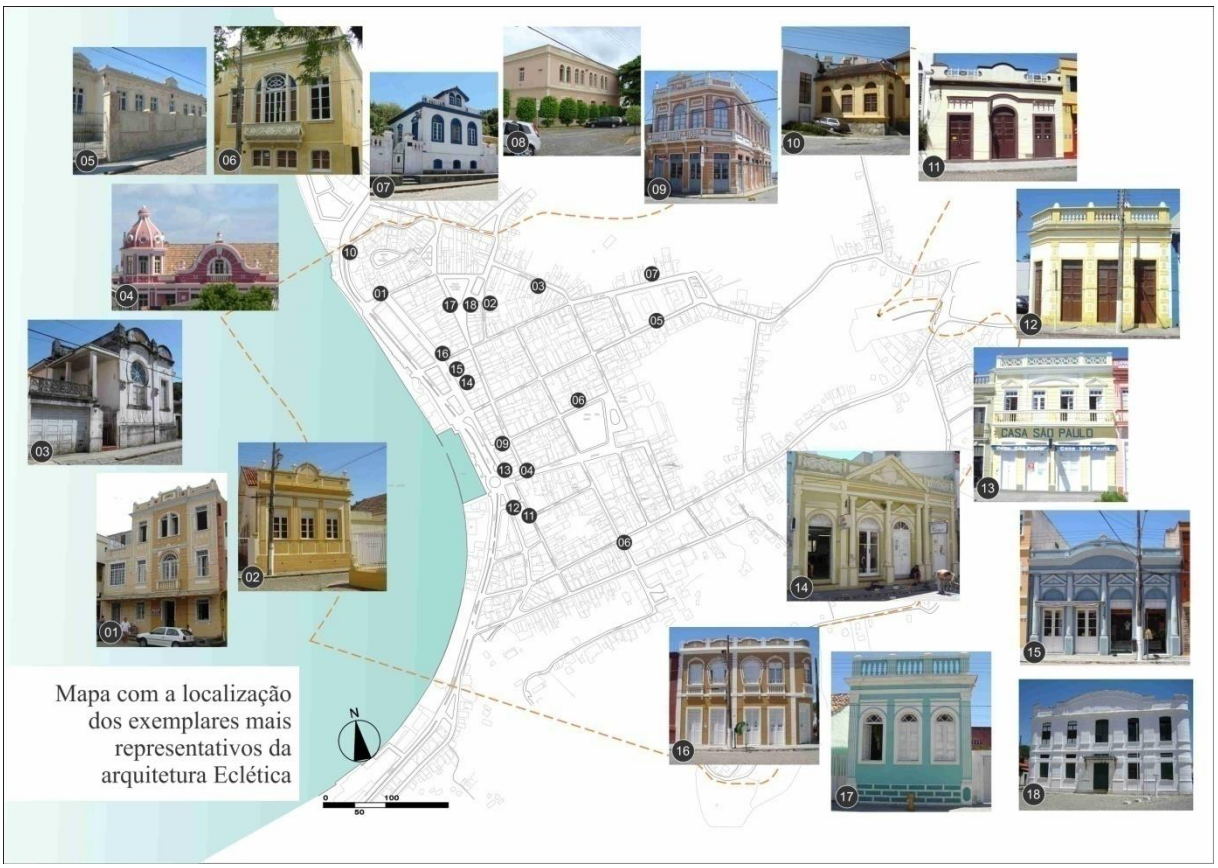


Figura 151: Mapa 2 com as edificações Ecléticas mais representativas (Mª Matilde Villegas J., 2015).

c - Edificações do período Pré-modernista

No período de transição entre a arquitetura eclética e a arquitetura modernista, quando inovações tecnológicas começaram a ser introduzidas nas cidades brasileiras, a expressão formal das edificações foi delineada pela influência de várias correntes estilísticas, mais racionais, de ocorrência concomitante, tais como o *Art Déco*, o Neocolonial e o Prótomoderno, que modificaram as tipologias arquitetônicas.

Em relação ao lote urbano Reis Filho (1983, p. 66) afirma que "De modo geral, os tipos de lotes urbanos herdados do século XIX persistiriam e acompanhariam, quase sem alterações – ressalvadas as dimensões – as mudanças realizadas na arquitetura".

Edificações com expressão *Art Déco*



O *Art Déco* iniciou o processo para a modernização da arquitetura, rompendo com a tendência vigente na produção arquitetônica das primeiras décadas do século XX em função da modernização do cotidiano da população. Influenciado pelo cubismo e por outras correntes artística do começo do século XX, o *Art Déco* surgiu como estilo produzido, principalmente, por designers para adequar seus produtos à indústria.

No período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) proliferaram as construções de edifícios governamentais e de cunho nacionalista, como a empresa dos Correios e Telégrafos, que empregou o *Art Déco* como padrão, isto fez com que a arquitetura civil passasse a utilizá-lo largamente. A região acompanhou este processo que se desenvolvia no país entre as décadas de 1920 e 1950.

Caracterizou-se pelo emprego de materiais construtivos como o concreto armado, as esquadrias metálicas, o ferro, o vidro e a introdução do pó de pedra como material de acabamento para as fachadas em substituição à pintura. Utilizou as formas puras dando um ar de simplicidade e limpeza das ornamentações em linhas geométricas, predomínio da linha reta, platibandas recortadas em formas angulares ou curvas e frisos retilíneos, eliminando

ornamentos de motivos fitomorfos e alegóricos, bastante comuns no ecletismo. Buscava compatibilizar técnicas e formalismos do passado com a industrialização crescente do momento.

Gutiérrez (2002) apresenta a arquitetura *Art Déco* como um movimento que impulsionou a transição entre o passado tradicional e o futuro moderno, tendo um caráter passageiro e basicamente ornamental, que caiu no gosto da população em geral e por isso mesmo esteve mais vinculado à arquitetura residencial, comercial e de serviços.

> A adoção do *Art Déco* expressa uma realidade contraditória enquanto significa por uma parte a incorporação das novas tecnologias do cimento armado, ferro, superfícies envidraçadas, estruturas visíveis e um geometrismo ordenador que as vezes se dilui no ornamental. Mas às vezes, implica em uma inserção como novo estilo, como moda da qual nos apropriamos acriticamente, como mais um elo do repertório eclético (GUTIERREZ, 2002, p. 568).

Pode-se julgar que o *Art Déco* foi a última linguagem arquitetônica que se implantou harmonicamente no tecido urbano tradicional, pois as transformações mais profundas ocorreram no período arquitetônico subsequente, a partir de meados do século XX, influenciado pelo movimento moderno.

Em Laguna este tipo de arquitetura é de grande importância, uma vez que marca um período de grandes mudanças econômicas e socioculturais. Os aterros realizados, junto à Lagoa de Santo Antônio, no início do século XX, foram, em sua maioria, ocupados por construções dessa linguagem arquitetônica. No Centro Histórico o *Art Déco* possui uma característica peculiar com a utilização de marquises bastante simplificadas, que se unem umas às outras, formando calçadas, praticamente, protegidas (figuras 152 a 155).



Figura 152: Edificação Rua Gustavo Richard nº 451 (código 06, figura 162)



Figura 153: Edificação Rua Gustavo Richard nº 405 (código 08, figura 162)

	
Figura 154: Edificação Rua Gustavo Richard nº 411 (código 07, figura 162)	Figura 155: Edificação Rua Gustavo Richard nº 415

Alguns exemplares que merecem destaque são o Cine Teatro Mussi (1950), o atual Mercado Público (1958), a Agência dos Correios (década de 1950) e o conjunto formado pelas edificações da Rua Gustavo Richard e Raulino Horn, constituindo-se em um conjunto harmônico, com escala ainda compatível com o conjunto urbano (figuras 156 a 162).

	
Figura 156: Mercado Público Municipal (código 04, figura 162)	Figura 157: Cine Teatro Mussi. (código 02, figura 162)

	
Figura 158: Agência dos Correios e Telégrafos (código 03, figura 162)	Figura 159: Edificação Rua Osvaldo Cabral, nº 78 (código 05, figura 162)

	
Figura 160: Sede da Capitania dos Portos (código 09, figura 162)	Figura 161: Conjunto de edificações da Rua Raulino Horn (código 12, figura 162)



Figura 162: Mapa com as edificações *Art Déco* mais representativas

Edificações com expressão Neocolonial



O movimento neocolonial na arquitetura, que começou a ser implantado no Brasil nos primeiros anos do século XX, tendo como auge os anos 1920, propunha a reutilização de elementos característicos das construções do período colonial brasileiro e contribuiu para a difusão e valorização dos preceitos da arquitetura luso-brasileira, considerada na época como a linguagem da arquitetura de raízes nacionais, buscando uma identidade brasileira que refletisse a sua continuidade no tempo e no espaço. Caracteriza-se pelo emprego, em geral, de volumes recortados, corpos salientes, balcões, telhas cerâmicas tipo capa-canal e amplos beirais. Introduziu frontões e colunatas sinuosos, aplicações de elementos decorativos de inspiração colonial executados em concreto, azulejos decorados, tijolinhos e pedras aparentes nas partes externas (KESSEL, 2008). Mesclou as vergas retas com vergas em arco pleno e abatido.

Apesar de não ser muito difundido na região, em Laguna existem alguns exemplares significativos como a sede do Clube Blondin (1945), o Posto de Saúde do Campo de Fora (1940) e algumas residências particulares (figuras 163 a 166).

	
Figura 163: Posto de Saúde do Campo de Fora (código 02, figura 168)	Figura 164: Sede do Clube Blondin (código 04, figura 168)



Figura 165: Edificação na Rua Barão de Rio Branco, nº 31 (código 01, figura 168)



Figura 166: Edificação Travessa Manoel Pinho, nº 56 (código 03, figura 168)

Neste período também se encontra um conjunto de edificações que são citados em alguns trabalhos como, o projeto Museu de Percurso elaborado em 2005 e a proposta de Normas de Preservação para o Sitio Histórico Urbano de Laguna/SC, de 2008, dentro de categorias como Californiano, Bangalô, Chalés, entre outros. Exemplares destas tendências foram difundidos por meio de revistas especializadas como a "Sugestões Arquitetura Decoração", da década de 1950 (figura 167), e "Residências Interiores", da Editora Acrópole, onde eram mostrados modelos de residências para variados programas e para diferentes tipos de terreno, tornando-se conhecida, também, por "arquitetura de revista". Este tipo de arquitetura caiu no gosto da classe média (figura 168).

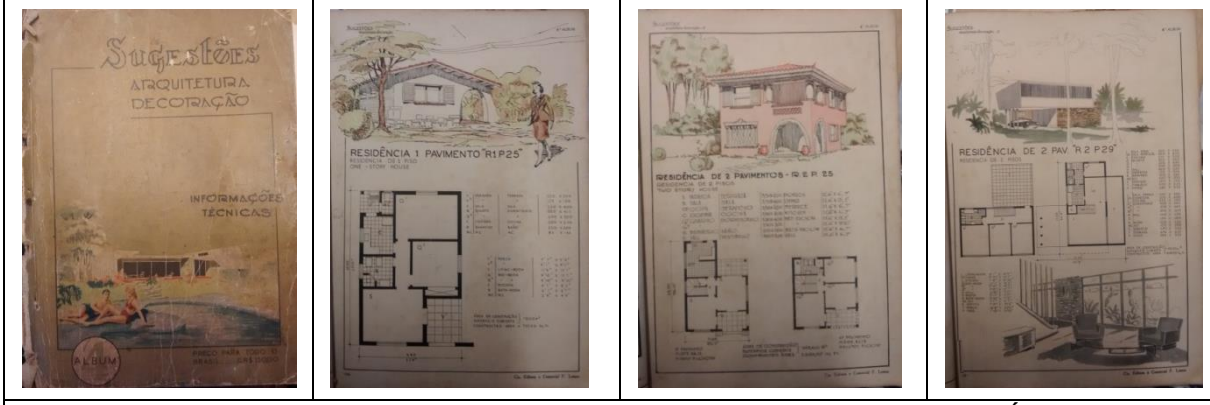


Figura 167: Exemplar de revista Sugestões Arquitetura Decoração, Ano 4 – 1953 – Álbum 4. (Acervo particular de Fabiano Teixeira dos Santos)



Figura 168: Mapa com as edificações Neocoloniais e Pré-modernistas mais representativas

d- Edificações com expressão do modernismo



O modernismo iniciado na década de 1920 no Brasil, mais que um estilo arquitetônico foi um movimento que marcou uma época. Segundo Bahia (2004, 126):

> O Modernismo como fato cultural esteve intimamente ligado a um movimento, a uma estética e a um período, que no Brasil surgiu principalmente pela literatura e pela arte, quando ocorreu a Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo. Esse período caracterizou-se pelas grandes transformações das relações sociais, econômicas e fundamentalmente políticas que acarretaram profundas modificações dos hábitos e costumes dos brasileiros.

Segundo Reis Filho (1983), como arquitetura, o movimento moderno se consolidou a partir de 1938, com a construção do edifício do Ministério da Educação e Saúde - MES, no Rio de Janeiro. A arquitetura modernista se caracterizou pela estrita coerência entre as formas das

fachadas e a organização espacial interna. Adotou a chamada construção funcional, que permitia vislumbrar vigas e estruturas de ferro ou concreto, combinadas com vidro, linhas geométricas e abstratas, precursoras da futura arquitetura racionalista. Utilizou concreto armado desenvolvido em elementos sustentados por tênues apoios, planta livre, grandes vãos envidraçados e interligação harmoniosa com a natureza por meio de jardins, externos ou internos. A prioridade do planejamento urbano e o máximo de economia na utilização do solo na construção são duas de suas premissas fundamentais, assim como a rigorosa racionalidade das formas arquitetônicas. O uso da tecnologia industrial, da padronização e da pré-fabricação.

A arquitetura moderna em Laguna foi bastante desenvolvida a partir da década de 1970. No Centro Histórico foram construídos vários edifícios de quatro e cinco andares que romperam com a escala homogênea do sítio urbano com grande impacto na paisagem local. Também podem ser encontradas várias edificações residenciais de um e dois pavimentos que convivem harmonicamente com o conjunto, tanto pela sua escala como por sua tipologia.

Como características pode-se encontrar o uso de brises, cobogós e emolduramento de esquadrias, platibanda escondendo o telhado, ausência de decoração, revestimento de pedras naturais, recuos, entre outros.

A implantação das edificações, em relação ao terreno, geralmente se encontram recuadas do alinhamento, algumas, com recuo lateral (ou laterais), estabelece rupturas formais e tipológicas. A introdução de recuos constitui uma qualificação dos projetos residenciais, ao ofertar melhores condições de insolação, iluminação e ventilação aos espaços interiores. A presença de recuos também permite a criação de jardins e pavimentação destacando os acessos (figuras 169 a 172).

	
Figura 169: Edificação Rua Ângelo Novi, nº 79 (código 01, figura 173)	Figura 170: Edificação Rua Duque de Caxias nº 37 (código 06, figura 173)

	
Figura 171: Edificação Rua Gustavo Richard, nº 370 (código 14, figura 173)	Figura 172: Edificação Rua Gustavo Richard, nº 334 (código 09, figura 173)

Contudo, observa-se a dificuldade de implantação do Modernismo na estrutura fundiária do sítio tombado de Laguna: predominam os lotes estreitos e profundos, o que dificulta a inserção de construções soltas no terreno, com recuo frontal e simultaneamente em ambas laterais. As obras modernistas situam-se em lotes de testadas mais largas (figura 173).



Figura 173: Mapa com as edificações Modernistas mais representativas

Esclarece-se que as obras modernas foram construídas em lotes antes ocupados por edifícios antigos. Ou seja, a inserção do moderno implicou a demolição e, de algum modo, a fragmentação e o desaparecimento de alguma contribuição passada (figura 174).



Figura 174: Rua Gustavo Richard – quebra da homogeneidade volumétrica do conjunto edificado (ETec Laguna – IPHAN/SC)

e- Edificações com expressão do contemporâneo



Inclui-se neste item a arquitetura produzida nas últimas décadas do século XX, posterior ao movimento modernista. Dentre as várias vertentes que se seguem a este estilo sobressaem o tardo-modernismo, o pós-moderno e o neo-modernismo com seus diversos movimentos (CASTELNOU, 2010). Em Laguna não se poderia falar especificamente de algum destes movimentos, mas pode-se encontrar algumas edificações com características que remetem a este período.

Sobressai uma vertente sem proposta conceitual definida onde é possível ser percebido somente um excesso de funcionalidade, construiu-se, simplesmente pela necessidade de se conseguir um local para a moradia ou para o trabalho (figuras 175 a 177).



Figura 175: Edificação Rua Fernando Machado, nº 98 (código 08, figura 177)



Figura 176: Edificação Rua Osvaldo Cabral, nº 140 (código 09, figura 177)



Figura 177: Mapa com as edificações Contemporâneas mais representativas.

4.3 Sequências Urbanas

De acordo com o Dicionário de Português Online Michaelis o significado da palavra sequência quer dizer: 1. Qualidade de sequente. 2 Ação ou efeito de seguir ou vir uma coisa

após outra em ordem ou sucessão. 3 Fato de seguir-se como consequência lógica ou natural. 4 Cada uma das partes subsequentes a outra, em um todo; continuação.

A partir dessa definição as sequências urbanas podem ser entendidas como segmentos contínuos de partes da estrutura urbana formando uma ordem ou sucessão de elementos que compõem um conjunto, com características morfológicas e tipológicas definidas que lhe dão uma identidade própria[10]. São a conformação das quadras, com o parcelamento, tamanho dos lotes, gabaritos, recuos frontais e laterais, formas de ocupação, existência de áreas verdes, relação da edificação com o espaço público, topografia, as relações intervolumétricase suas transformações que vão servir como elementos condutores deste processo através do tempo.

Nesta parte do trabalho se realizou a leitura de cinco sequências urbanas, como exemplos, tendo em conta aspectos da tipologia urbana e edilícia como lote, gabarito, volume, expressões linguísticas e implantação, lembrando o parecer de Tombamento de Luiz Fernando Franco, onde apresenta a importância de trabalhar para o Centro Histórico de Laguna com "o equilíbrio delicado entre morfologia e tipologia".

Lembrando a Caniggia e Maffei (1995), em relação à configuração dos objetos edificados, definem que cada objeto é integrado por diferentes elementos unidos, que formam um organismo. Este arranjo oscila entre dois tipos de ordem: serial e orgânico (CANIGGIA E MAFFEI, 1995, p. 41):

> Serial é a característica de uma aglomeração composta por elementos repetidos e intercambiáveis assim como a característica de cada objeto de ser intercambiável e suscetível de repetição. (...) orgânico é a característica de uma aglomeração constituída por elementos determinados por posição e forma peculiares, portanto não repetíveis nem intercambiáveis.

Pode-se dizer que no Centro Histórico de Laguna se encontram estes dois tipos de ordem. Também é importante mencionar que em todos os períodos arquitetônicos, pode-se encontrar

[10] Embora este conceito também tenha sido trabalhado na Proposta de Normas de Preservação para o Sitio Histórico de Laguna/SC (2007) como "faces de quadra", optou-se nesta dissertação utilizar o termo "sequência urbana" a fim de diferenciá-lo do que comumente se entende por "face de quadra" nos cadastros imobiliários: lado ou face de quarteirão, testada de lotes contíguos voltados para a mesma via, compreendido entre dois logradouros públicos. Os estudos de faces de quadra, comumente desenvolvidos pelo IPHAN nos anos 1990 e 2000, foram importantes para documentar e auxiliar na leitura dos aspectos plásticos do conjunto de fachadas que compõe centros históricos, mas demonstraram ser insuficientes para a leitura a partir do ponto de vista do usuário que, dificilmente tem uma visão ampla e completa de todo a quadra, e muitas vezes absorve informações paisagísticas de quadras posteriores, por questões topográficas e de gabarito. O presente trabalho amplia essa interpretação, pois trabalhar a sequência implica em adotar uma visão serial que abarca a interpretação do volume do lote e consequentemente da quadra, ampliando a percepção para além das duas dimensões da face de quadra, ou das duas dimensões da planta.

edificações que foram modernizadas de acordo com as novas tendências de cada época, no entanto a estrutura formal em planta segue pertencendo à linguagem precedente.

No entanto cada uma destas tipologias, sejam elas pelo gabarito, pela implantação e mesmo pelas características arquitetônicas, tem uma representatividade no Centro Histórico, conformando sequências que se caracterizam pela sua variedade de tipologias urbanas e arquitetônicas, fator determinante para seu tombamento que não está em cada uma delas como elementos isolados, mas, está em como elas se apresentam e se relacionam, em conjuntos conformados por diversas características que se misturam formando um documento, ou melhor, um palimpsesto que mostra a evolução urbana da cidade. Como assinala Franco (1984, p. 13) no parecer sobre o Centro Histórico de Laguna onde recomenda o tombamento da área delimitada pela poligonal proposta levando em consideração não apenas as edificações, como o arruamento e a natureza envolvente, pois este conjunto de características "(...) expressam a continuidade da evolução histórica do núcleo urbano original (...)".

Portanto a ideia desta analise é utilizar uma metodologia que permita nortear de maneira mais clara e objetiva os critérios de avaliação dos novos projetos e reformas, sendo condizente com o conceito de cidade-documento pelo qual foi tombado o Centro Histórico de Laguna.

De acordo com Kohlsdorf & Kohlsdorf (2005) para análise da morfologia urbana deve-se considerar, além dos dados especificamente arquitetônicos, os elementos como relevo, vegetação e sistemas hídricos; o traçado urbano, em termos de malha, espaços construídos, abertos e semi-abertos, macro e microparcelamento; as silhuetas internas e externas produzidas pelos planos verticais, linhas de coroamento; as relações intervolumétricas entre os edifícios e destes com o espaço público, volumetrias, fachadas; além de elementos complementares como mobiliário urbano e sinalização (turística, de trânsito, publicitária). Ou seja, toda a estrutura do sítio analisando as suas unidades morfológicas, às conexões visuais e físicas que estas mantêm entre si e com o entorno, além da percepção espacial e seus significados para os usuários[11].

[11]As técnicas de análise das configurações urbanas realizados por Kohlsdorf (1996), a partir das experiências de Sitte e dos estudos dos teóricos da Gestalt, identificam categorias de análise no nível da percepção por meio de deslocamentos do usuário pelo espaço e registro das cenas contidas nos campos visuais percebidos no percurso, identificado os efeitos visuais que proporcionam. A partir disso pode-se avaliar à intensidade da identidade que produzem, conduzindo a propostas para sua preservação, reforço ou modificação.

Concluindo, pode-se ressaltar a importância dessas análises para a definição dos critérios e avaliação das intervenções, a fim de manter as características e identidade em sítios urbanos, como o Centro Histórico de Laguna, conforme Sant'Anna (2000, p. 8):

> Em suma, para que se possa estabelecer normas e critérios de intervenção em sítios urbanos protegidos, é preciso ter claro que estes, por serem processos sociais, mudam, mas são capazes de conservar sua identidade em certos atributos perceptíveis que, portanto, devem ser preservados. Assim, o objetivo principal da análise prévia à intervenção física deve ser identificar exaustivamente esses atributos e elaborar as diretrizes que devem guiar e estabelecer os limites da intervenção. Com isso, se supera o impasse entre mimetismo ou ruptura e se estabelece um diálogo saudável com a configuração.

As sequências analisadas estão localizadas de acordo com o mapa abaixo (figura 178), foram escolhidas tendo em conta a sua representatividade em relação às diferentes características que apresentam distintos elementos morfológicos e tipológicos do Centro Histórico, condicionados pelo seu entorno composto pela margem da lagoa, as encostas dos morros e os espaços públicos com os quais estão relacionadas.

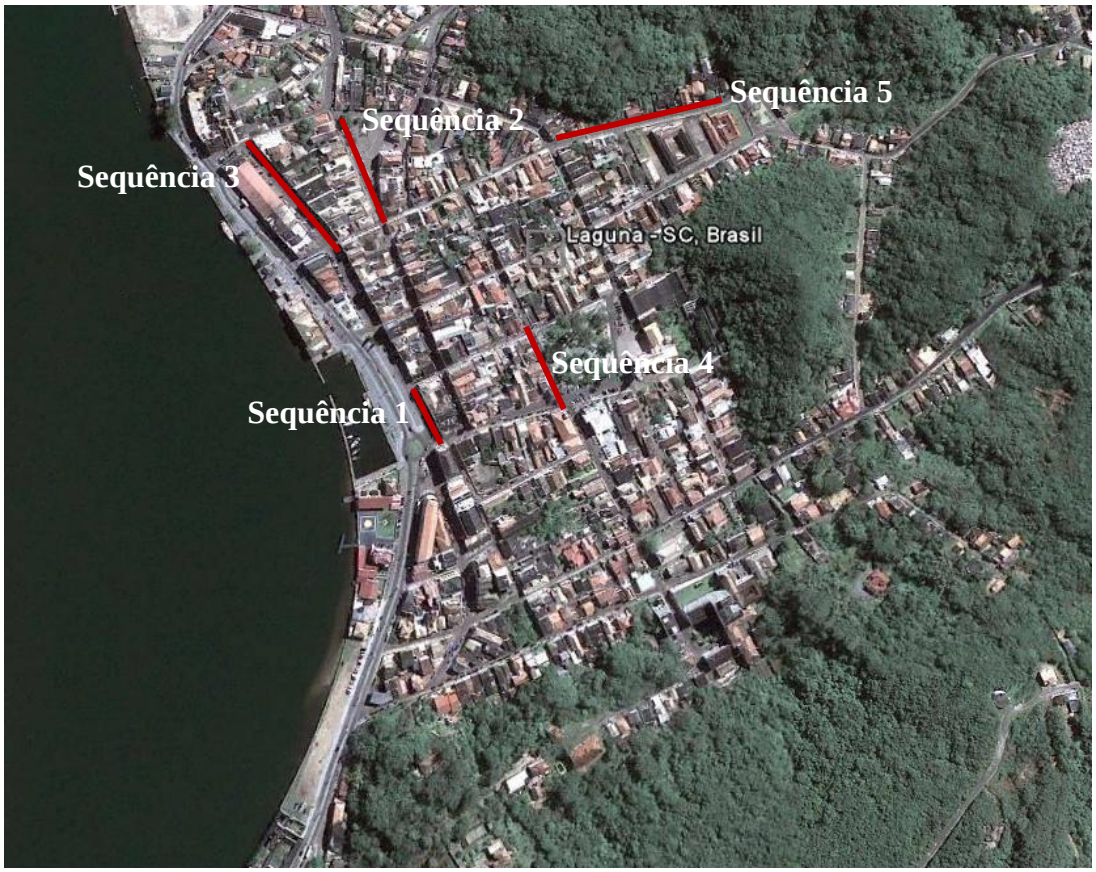


Figura 178: Imagem do Centro Histórico com a localização das sequências Urbanas (adaptado de Google Earth, 2009).

Sequência urbana 1

Esta sequência está localizada na quadra nº 15, na Rua Gustavo Richard entre as Ruas XV de Novembro e Jerônimo Coelho (figuras 178 a 180).



Figura 179: Localização da sequência 1 na Quadra nº 15 (adaptado de Google Earth, 2009)



Figura 180: Implantação da sequência 1 (Mª Matilde Villegas J., 2015).



Figura 181: Vista da sequência 1. Rua Gustavo Richard a partir das Docas (Ronaldo Amboni, 2009).

Sequência inserida em quadra de características urbanas diferenciadas por estar localizada em frente à Lagoa de Santo Antônio, junto ao antigo Porto de Laguna, local de grande representação sociocultural na história do Centro Histórico. Possui forma retangular de tamanho pequeno, com terrenos alongados de dimensões diversos, a maior parte das edificações possui características tipológicas sem recuos laterais nem frontais, os gabaritos são de dois andares com diferentes alturas de pé direito, fachadas e coberturas, que marcam as diversas expressões lingüísticas produzidas nos diferentes períodos. As coberturas em geral são em duas águas escondidas com exceção de uma edificação de expressão luso-brasileira (**A**) que possui cobertura aparente. Sobressai o edifício da esquina (**B**) com a Rua Jerônimo Coelho, que possui uma marquise, elemento que extrapola o lote, mas é típico da arquitetura *Art Decó* produzida no Centro Histórico e tem relação com os diferentes elementos da morfologia e tipologia característicos deste período. A grande maioria destas edificações passaram por transformações que, muitas vezes, só se traduzem em mudanças da linguagem estilística das fachadas.

Sequência urbana 2

Esta sequência se localiza na quadra nº 18, na Rua Raulino Horn em uma das laterais da Praça República Juliana, entre as Ruas 13 de Maio e Barão de Rio Branco (figuras 181 a 183).



Figura 182: localização da sequencia 2 na Quadra nº 18 (adaptado de Google Earth, 2009)



Figura 183: Implantação da sequência 2 (Mª Matilde Villegas J., 2015).



Figura 184: Vista da sequência 2. Rua Raulino Horn (adaptado de Google Earth Street View, 2009).

Sequência inserida em uma quadra de características urbanas retangular de grandes proporções, com terrenos alongados de tamanhos diversos. A maior parte das edificações possui características tipológicas sem recuos laterais nem frontais, os gabaritos são de um andar com diferentes alturas de pé direito, fachadas e coberturas, que marcam as diversas expressões lingüísticas produzidas nos diferentes períodos. As coberturas em geral são em duas águas escondidas com exceção de algumas edificações de expressão luso-brasileira que possuem cobertura aparente. Algumas destes prédios passaram por transformações que muitas vezes só se traduzem em mudanças da linguagem estilística das fachadas.

É importante assinalar a presença de dois edifícios, localizados na face posterior da quadra. Um deles construído antes do tombamento (**A**) e o outro (**B**) após dentro dos parâmetros estabelecidos pelo IPHAN na época, década de 1980. Embora demonstre as transformações ocorridas através do tempo, agregando elementos urbanos diferentes, percebe-se que seus volumes sobressaem e interferem nesta sequência.

Sequência Urbana 3

Esta sequência se localiza na quadra nº 18, na Rua Gustavo Richard entre as Ruas 13 de Maio e Barão de Rio branco (figuras 184 a 186).



Figura 185: Localização da sequência 3 na Quadra nº 18 (adaptado de Google Earth, 2009)



Figura 186: Implantação da sequência 3 (Mª Matilde Villegas J., 2015).

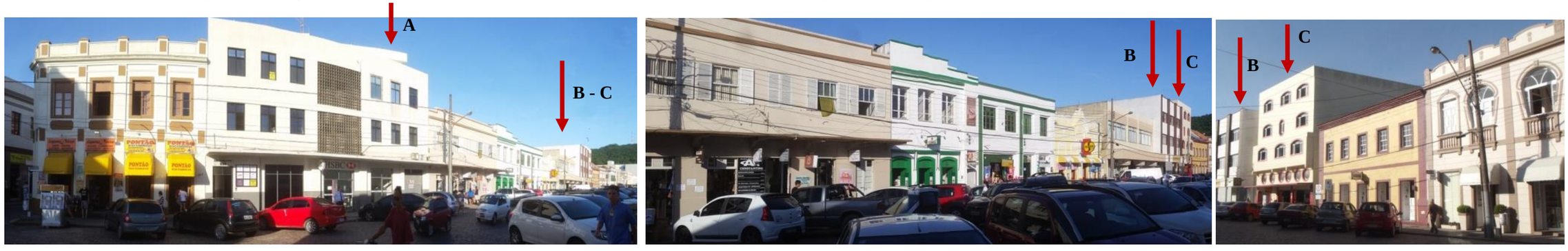


Figura 187**:** Vista da sequência 3. Rua Gustavo Richard (Pedro Villegas Stello 2015).

Sequência inserida em uma quadra de características urbanas retangular de grandes proporções, com terrenos alongados de tamanhos diversos. Todas as edificações possuem características tipológicas sem recuos laterais nem frontais, os gabaritos são variados de dois a quatro andares com diferentes alturas de pé direito, fachadas e coberturas, que marcam as diversas expressões linguísticas produzidas nos diferentes períodos. As coberturas em geral são escondidas com platibandas lisas ou trabalhadas, dependendo da expressão linguística da época em que foram construídas. Estas edificações passaram por transformações que algumas vezes só se traduzem em mudanças da linguagem estilística das fachadas, enquanto outras foram substituídas completamente. Nesta sequência também é importante assinalar a presença de dois prédios construídos após o tombamento dentro dos parâmetros estabelecidos pelo IPHAN na época, 1987, sendo um o do HSBC (**A**) que possui 4 pavimentos, três alinhados e um recuado, e o segundo, a Casa dos Presentes (**B**), com três andares. Um terceiro edifício, da Koerich (**C**), anterior ao tombamento, com 4 andares. Embora demonstrem as transformações ocorridas através do tempo, agregando elementos urbanos diferentes, percebe-se que seus volumes sobressaem e interferem nesta sequência, assim como foi apresentado na sequência 2, onde também causam interferência.

Sequência Urbana 4

Esta sequência se localiza na quadra nº 23, na Rua Duque de Caxias entre as Ruas XV de Novembro e Conselheiro Jeronimo Coelho (figuras 187 a 189).



Figura 188: Localização da sequência 4 na Quadra nº 23 (adaptado de Google Earth, 2009)



Figura 189: Implantação da sequência 4 (Mª Matilde Villegas J., 2015).

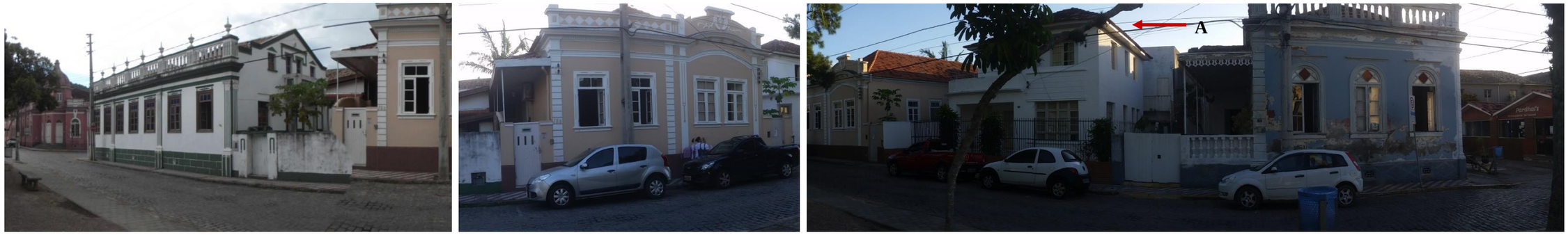


Figura 190: Vista da sequência 4, Rua Duque de Caxias (Pedro Villegas Stello, 2015).

Sequência inserida em uma quadra de características urbanas retangular de grandes proporções, com terrenos alongados de tamanhos diversos. A maior parte das edificações possui características tipológicas variadas, sem recuos frontais, mas todas possuem recuos laterais, os gabaritos são em sua maioria de um andar com homogeneidade de alturas de pé direito, fachadas e coberturas em duas águas escondidas por platibandas trabalhadas, possuem expressão linguística do Ecletismo. Se destaca uma edificação (**A**) no meio da sequência de características diferenciadas, com dois andares, cobertura aparente, recuos lateral e frontal e expressão linguística do *Art Decó*. Esta sequência se apresenta com grande integração.

Sequência Urbana 5

Esta sequência se localiza na quadra 31, Rua José Johanny entre o Largo da Carioca e a Rua Voluntário Fermiano (figuras 190 a 192).



Figura 191: Localização da sequencia 5 na Quadra nº 18 (adaptado de Google Earth, 2009)



Figura 192: Implantação da sequência 5 (Mª Matilde Villegas J., 2015).



Figura 193: Vista da sequência 5, Rua Duque de Caxias (Mª Matilde Villegas J., 2015).

Sequência inserida em uma quadra de características urbanas de grandes proporções, sem forma definida, na encosta do Morro do Inhame, com terrenos alongados de tamanhos diversos com topografia acidentada. A maior parte das edificações possui características tipológicas com recuos laterais e frontais, os gabaritos são de um andar com diferentes alturas de pé direito, fachadas e coberturas, que marcam as diversas expressões linguísticas produzidas nos diferentes períodos. As edificações com características ecléticas possuem porão alto, as mais recentes utilizam o desnível para a construção de garagens. As coberturas em geral são em duas águas, escondidas ou aparentes. Nesta sequência ainda pode se encontrar alguns lotes desocupados. É importante assinalar a presença do Morro como parte fundamental desta sequência que condiciona a forma de implantação e de construção.

É por esta conformação, por esta mistura de elementos físico-geográficos e tipológicos que o Centro Histórico de Laguna adquire importância, para ser considerada cidade-documento (figura 194). No próximo capítulo se propõe uma discussão sobre os diferentes processos de intervenção ocorridos desde o seu tombamento até os dias atuais, para proporcionar um panorama dos critérios de análise e de avaliação utilizados. Foram escolhidos processos de novas construções ou intervenções relevantes que modificaram edificações existentes ou que transformaram a paisagem urbana. Este estudo teve como objetivo identificar em que medida os critérios utilizados estão de acordo com o valor atribuído de cidade-documento.



Figura 194: Centro Histórico de Laguna - cidade-documento (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2013).

5 ANÁLISE DOS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO: 1985 A 2015

> (...) uma cidade se converte em algo onde os elementos e os fragmentos arquitetônicos dialeticamente opostos coexistem uns junto a outros, as vezes contradizendo-se e as vezes completando-se mutuamente, mas sempre enriquecendo o tecido urbano e, portanto, o tecido intelectual da cidade (UNGERS & UNGERS, 1985, p. 20).

Segundo Sant'Anna (2000) o pensamento sobre preservação de sitos urbanos é precedido e condicionado pelo de preservação arquitetônica e teve início, na prática, após a 2ª Mundial. No entanto os sítios urbanos devem ser considerados como elementos autônomos e devem, por isso, ter "(...) instrumentos próprios de análise e critérios de intervenção adequados (...)" (SANT'ANNA, 2000, p. 1):

> Equiparar o sítio histórico urbano a uma obra de arte pronta e concluída num determinado período, transpondo-lhe pura e simplesmente os procedimentos de restauração de edifícios, equivale a ignorar a natureza dinâmica e mutante das áreas urbanas e tratá-las como algo estático.

A autora ainda afirma que as intervenções baseadas nesta concepção acabam por valorizar apenas aspectos arquitetônicos e estéticos, como em um cenário e não como uma cidade viva que está sujeita às transformações socioculturais e econômicas. Afirma ainda que estas intervenções "Têm sido também responsáveis pela reiteração de soluções urbanísticas que tendem a isolar e, de certa forma, marginalizar o sítio histórico da totalidade da cidade e do desenrolar normal da vida urbana" (SANT'ANNA, 2000, p. 1).

Neste mesmo sentido Castriota (2007) lembra que, embora a Carta de Veneza (1964) tenha introduzido a ideia de sítio urbano e da utilização social dos monumentos, a prática institucional dos órgãos de preservação, no Brasil, segue na mesma linha de pensamento onde o monumento arquitetônico é o foco principal e a cidade é vista apenas como o somatório das várias intervenções arquitetônicas. Castriota (2007, p. 16) afirma que a cidade é considerada:

> (...) como objeto estético a se preservar, sem considerar de forma conveniente a questão de seu desenvolvimento sócio-econômico. Assim, ao considerarem, como vimos, a cidade como obra de arte, as políticas de patrimônio aí implementadas nunca puderam incorporar de fato os novos agentes que se colocavam na cena urbana, não conseguindo tampouco elaborar estratégias que lograssem compatibilizar preservação e desenvolvimento.

Motta (1987, p 108) também aborda este aspecto, que historicamente orientou a atuação do IPHAN nos centros históricos protegidos:

> As primeiras ações do Patrimônio nos centros tombados tratavam a cidade como expressão estética, entendida segundo critérios estilísticos, de valores que não levavam em consideração sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural e parte de um todo socialmente construído. Esta abordagem resultou em uma prática de conservação orientada para a manutenção de conjuntos tombados como objetos idealizados, distanciando-se das contingências reais na preservação daquele tipo de bem.

Motta (1987, p. 108) afirma ainda que, até finais da década de 1980, embora tenha havido um grande avanço conceitual na questão do pensar os Centros Históricos, a prática da preservação seguia utilizando os mesmos critérios anteriormente empregados:

> Com o passar do tempo, mesmo diante das reformulações do conceito de centro histórico e das evidências de fracasso dos critérios adotados, assim como das mudanças ocorridas nos conjuntos tombados, o Patrimônio continuou empregando basicamente os mesmos critérios de intervenção. Isso se torna mais notável quando são analisadas as determinações para as obras novas naquelas áreas.

Em relação às novas obras inseridas em centros tombados, Motta (1987) dá destaque para uma carta do arquiteto Lucio Costa ao diretor do então SPHAN, Dr. Rodrigo M. F. de Andrade a respeito da construção do Grande Hotel de Ouro Preto (1944), apoiando o projeto realizado pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Dessa correspondência pode-se destacar o seguinte trecho (1939, apud MOTTA, 1987, p 109):

> (...) é, na verdade, uma obra de arte e, como tal, não deverá estranhar a vizinhança de outras obras de arte, embora diferentes, porque a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a de qualquer período anterior- o que não combina com coisa nenhuma é a falta de arquitetura.

Este acontecimento pode ser considerado como um fato isolado, que não refletiu a forma de atuação nos sítios históricos de uma maneira geral.

Para Sant'Anna (2000) o critério de escolha das áreas urbanas elegidas para serem preservadas, principalmente até os anos 1980, era ser homogênea, eliminando-se quaisquer elementos que destoassem dessa composição e reproduzindo, nas obras novas, as características das edificações selecionadas como representativas. A esse respeito Sant'Anna (2000, p. 6) afirma:

> As lacunas ou vazios no interior dos conjuntos eram preenchidos com intervenções que funcionavam de modo semelhante a retoques numa pintura, através da rígida reprodução das características essenciais das edificações do período colonial

Para Castriota (2007, p. 14) essa prática segue até os dias de hoje, utilizando o exemplo de Ouro Preto, afirma:

> (...) aquele conjunto urbano tem sido objeto de políticas de preservação desde os anos 30, que mostram bem como mesmo quando se protegia um conjunto urbano, o

> conceito dominante continua sendo o da "obra de arte", o que leva a uma abordagem idealizante.

Ainda sobre Ouro Preto, Castriota (2007, p. 15) afirma, baseado em Motta (1987, p. 108), que a cidade é:

> (...) considerada como expressão estética privilegiada, a cidade é abordada segundo critérios puramente estilísticos, ignorando-se completamente "sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural de um todo socialmente construído"

Sant'Anna (2000) acredita que nos anos 80, do século XX, houve uma modificação nesse pensamento, quando surgiram questionamentos a respeito dessa forma de atuar. Para ela (p. 3) "(...) um novo conceito de cidade histórica passa a comandar as operações de seleção de núcleos urbanos para proteção (...)" e a partir disso os núcleos históricos passam a ser definidos como (p. 3):

> (...) um documento que deve informar sobre a ocupação do território, testemunhar os processos históricos de produção do espaço urbano e ser fonte de informação e conhecimento multidisciplinar. Com isso, as contribuições materiais de todos os períodos históricos presentes no espaço passaram a ser consideradas fundamentais, não importando mais se harmonizavam-se ou não entre si.

No entanto esse discurso não passa para a prática e o que se vê são centros históricos, como o de Laguna, tombados com a justificativa de ser uma cidade-documento, mas seguem sendo tratados como cidades-monumento na sua forma de preservação. Para Sant'Anna (2000, p. 4), houve, naquele período, o convívio da prática anterior de preservação com a tentativa de entender esse novo conceito em relação aos centros históricos levando "(...) ao estabelecimento de critérios de intervenção muitas vezes confusos e contraditórios", o que se vê ocorrer até os dias atuais quando se analisa os processos de aprovação de projetos no Centro Histórico de Laguna. Em relação às novas inserções pode-se concordar com Sant'Anna (2000, p. 4) quando afirma que:

> A inserção de novas construções, por exemplo, permaneceu problemática, presa às noções de harmonia e integração tradicionalmente utilizadas ou francamente baseada em rupturas radicais.

Para Castriota (2007, p. 17) o conceito a ser aplicado deveria ser o de "patrimônio ambiental urbano":

> (...) matriz a partir da qual podemos pensar hoje a preservação do patrimônio, sem cair nas limitações da visão tradicional. Pensar na cidade como um "patrimônio ambiental" é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando não apenas monumentos "excepcionais", mas o próprio processo vital que informa a cidade.

Mas, pode-se afirmar que, o maior problema ainda está na forma de atuar quando se pensa em novas inserções nos Centros Históricos. Este problema advém do fato de que falta uma base teórico-conceitual que ajude a solucionar a dificuldade da implantação de novas construções em áreas consolidadas. Este é um tema relativamente pouco discutido e complexo (ANDRADE JUNIOR, 2008), os profissionais da área tratam de abordá-lo com critérios demasiado rigorosos para um tema que se deveria centrar no compromisso com o entorno. Gracia (2001, p. 67) assinala o problema:

> Pouco se há refletido sobre esta questão. Se tem enunciado declarações com pretendido valor universal, quando o certo é que a validade disciplinar de qualquer recomendação sobre como intervir em áreas históricas deve conter o princípio de adaptabilidade, fundamentado em uma interpretação particularizada do contexto.

Este autor também assinala a importância desta interpretação particular do contexto e que por meio dela poderá ser identificado o caminho a seguir (GRACIA, 2001 p. 67):

> (...) Esta ação hermenêutica permitirá a eleição do enfoque metodológico: nos indicará, por exemplo, se o projeto deve conduzir-se por via tipológica – reconhecimento dos tipos como argumento estruturador –, ou se melhor a resposta deve obedecer a uma questão de estilo ou linguagem formal - dado que os recursos figurativos incidem mais diretamente sobre a percepção - ; poderia aconselhar, em outros casos, que a resposta formal deve obedecer à presença superposta de ambos níveis da taxonomia arquitetônica; (...)

Gutierrez (1982, p. 46) também aponta nessa mesma direção quando afirma que:

> A valorização de nossa identidade em arquitetura não é meramente um retorno ao passado. A identidade de nosso futuro se obterá a partir de nossa caótica situação atual. O desafio consiste em trabalhar sobre ela para aperfeiçoar os caminhos de uma paisagem urbana melhor. O outro será optar por somar-nos ao desconcerto geral com a independência das qualidades intrínsecas de cada obra individual.
> Aprender na história, analisar criticamente nossa arquitetura, resgata valores que servem de ponto de apoio a nossa tarefa, parece ser a adequada metodologia para criar uma arquitetura alternativa além dos fogos de artifício do *jet-set* arquitetônico.

Gracia manifesta ainda que o centro histórico pode ser recuperado e melhorado se é reconhecido pela comunidade e a nova arquitetura conseguir resolver o conflito "entre modernidade e continuidade" (GRACIA, 2001, p. 71). Gracia (2001) afirma que tendo em conta uma perspectiva comum, a relação que se tem, entre a arquitetura existente e as novas edificações, varia no tempo de acordo com as mudanças que se dão sobre o já construído, questão observada por Colquhoun (1992, apud GRACIA, 2001, p.72):

> (...) mesmo que a história cultural é em certo sentido acumulativa e o passado está contido no presente, as formas arquitetônicas do passado sobrevivem de uma maneira ambígua. Não trazem consigo seus significados originais – significados que estão intimamente ligados a cultura tecnológica de seu tempo -, senão que se

> propõem no presente a um nível diferente daquelas formas que estão relacionadas casualmente com a cultura tecnológica contemporânea (...)

Enquanto os edifícios antigos têm um significado incorporado estável, devido a que sua construção fica um pouco distante no tempo, as novas edificações têm um caráter evolutivo, elas ainda não se afirmaram como elementos conformadores do espaço urbano construído. Nesse sentido para Purini (1980, apud GRACIA, 2001, p.80)

> Passado e futuro representam duas formas de existência do pensamento projetual que teriam que estar unidas pela técnica, para reconstituir um sistema dotado de um grau aceitável de logicidade.

Nesse mesmo sentido Pessoa (2005, p. 10) questiona a ideia, muito utilizada pelos órgãos de preservação, de que se deve utilizar para as novas intervenções em centros históricos, elementos característicos e simplificados das arquiteturas anteriores:

> A ideia tão cara a diversos setores da área de preservação de produzir uma arquitetura que seria a simplificação das antigas construções gera quase sempre edifícios híbridos e de má arquitetura. Esse era aliás, um dos argumentos sempre presente nos projetos apresentados pelos modernistas: a qualidade arquitetônica da nova edificação. Qualidade que não pode ser entendida sem uma perfeita adequação da nova edificação ao contexto urbano no qual ela vai se inserir.

Para Éolo Maia as intervenções em centros históricos estão muito relacionadas à relação do profissional com o contexto onde ele vai intervir e depende de cada caso (MAIA et al., 1985, p.88):

> Os critérios numa restauração ou intervenção são específicos para cada caso. Não existe uma fórmula para orientar uma solução. Deve prevalecer sempre a sensibilidade e experiência do arquiteto. Por certo, o nível de qualidade e o número de virtudes decorrentes em um edifício ou em um conjunto arquitetônico determinarão o grau de rigor com que é preciso abordar sua solução. Um projeto deste tipo é um desafio permanente. Acreditamos que o respeito pela arquitetura atual e antiga, desde que autêntica, é a atitude primordial para se tentar executar uma restauração ou intervenção. As verdades construtivas de cada metodologia e época devem ser bem caracterizadas, pois fazem parte de uma história dinâmica e viva.

Pessoa (2005, p. 9) afirma que "Na realidade os avanços conceituais no campo da proteção de áreas urbanas se ampliaram e diversificaram o universo de centros históricos tombados, não se traduziram ainda numa correspondente política de conservação".

Com estas reflexões se pode pensar que a nova arquitetura em centros históricos deve estar inserida de tal forma que possa contribuir com a consolidação do espaço urbano e reconhecendo os valores intrínsecos de cada uma das contribuições, sejam elas antigas ou novas. Para Gracia (2001, p. 144) esta ideia de valoração do centro histórico:

> (...) supõe reconhecimento das qualidades de sua arquitetura, uma arquitetura verificada, capaz de opor seu prestígio frente a qualquer forma moderna que não aceite as sugestões formais que entranha o contexto. E isso com independência de que nos assalte a dúvida a cerca de se as condições de gestão, atuais e futuras, permitirão fazer frente ao problema em toda sua extensão.

Vale lembrar que estas intervenções podem ocasionar algumas rupturas quando não são bem inseridas no contexto, como afirma Gutierrez (2002b, p.29):

> Mas tem outras formas de ruptura, da degradação mais cinza, cotidiana, de todos os dias que é a perda do sentido da proposta formal da arquitetura como configuradora da cena urbana. É usual acontecer que se perca a visão do que significa a paisagem urbana, o que significa a cenografia urbana, o que significa a forma de comunicação da arquitetura com a sociedade. É então quando começamos a entender que o problema que temos é da ordem da forma de comunicação social. Que temos perdido a consciência de que as fachadas dos edifícios pertencem ao cenário da cidade, pertencem não somente ao proprietário, mas que afetam ás formas de relação com o cidadão, com a vida cotidiana.

A escolha dos processos, objetos de análise neste capítulo, considerou a distribuição no tempo, desde o tombamento, em 1985, até o ano de 2015, para proporcionar um panorama dos critérios de análise nesse percurso, além de uma distribuição na área do Centro Histórico de forma a representar as intervenções tanto nos bens tombados, como as obras novas inseridas neste contexto[1].

Para avaliar os processos de intervenção foi utilizada a metodologia de análise das sequências urbanas trabalhadas no capítulo 4 desta dissertação, tendo em conta que elas resumem as características morfológicas e tipológicas do sitio urbano.

Os processos foram escolhidos levando em conta as novas construções ou intervenções relevantes que modificaram edificações existentes ou que transformaram a paisagem urbana. Não foram considerados os processos de reformas simplificadas, reformas internas e restaurações que não modificaram as edificações nem alteraram nenhum elemento da configuração morfológica do sitio. Assim como também não foram analisados os processos de autorizações de colocação ou alteração de toldos, informes publicitários e estudos de cores.

Os processos analisados estão localizados conforme o mapa abaixo (figura 195) que retrata, ainda, o tipo de demanda das intervenções, objeto de processos de aprovação abertos no Escritório Técnico do IPHAN em Laguna.

[1] Foram elaboradas 38 fichas de análise de processos de intervenção que compõem o 3ª produto das práticas supervisionadas do Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Destes processos foram selecionados os 30 exemplos mais representativos em termos de intervenção no conjunto tombado.

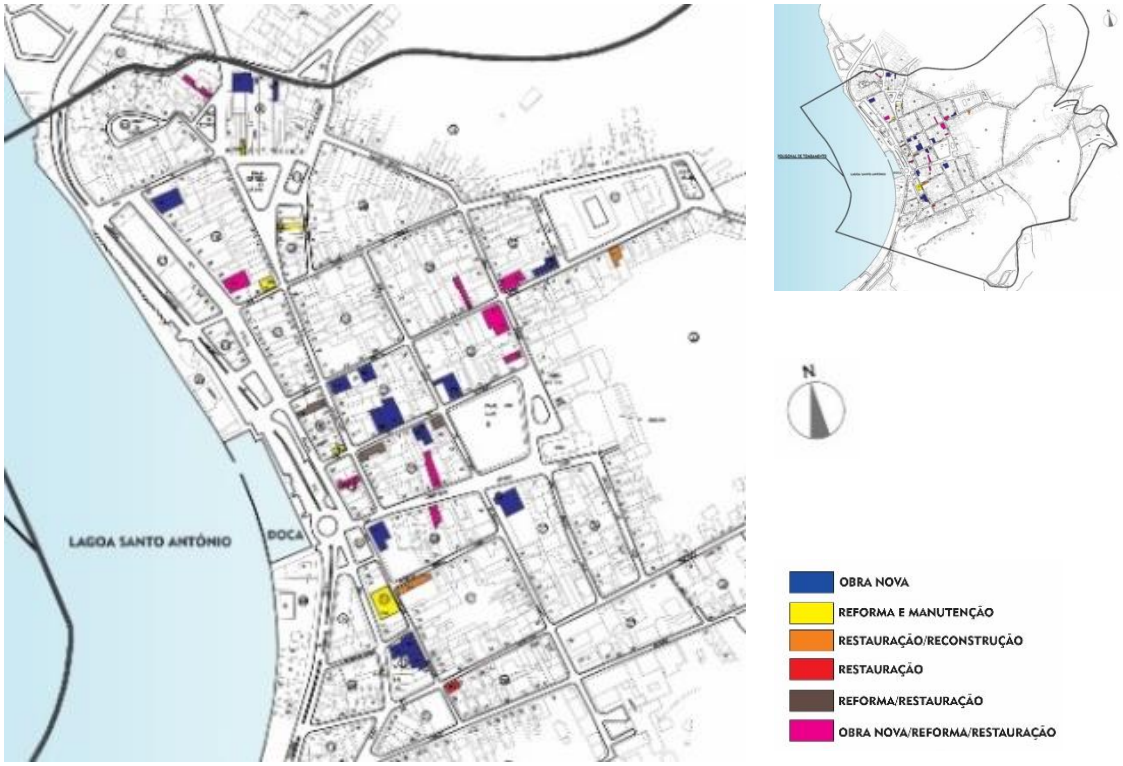


Figura 195: Mapa com a localização dos imóveis com processos de intervenção analisados. (Mª Matilde Villegas J., 2015).

Os dados relevantes de cada processo pesquisado estão organizados em fichas. Delas foram extraídas informações que ilustram os diversos critérios, problemas e soluções para as demandas de aprovação das intervenções requeridas.

A partir das diretrizes contidas nos processos selecionados, identificaram-se os parâmetros conceituais de intervenção utilizados, que são apontados a seguir:

A - resgate e valorização das características originais;

B - reprodução/cópia de características arquitetônicas de estilos;

C - contextualização da intervenção;

D - adequação ao sitio urbano.

Na análise dos critérios adotados pelo IPHAN, constata-se que os itens “A” e “D”, concentram-se nas questões da preservação arquitetônica individual ou de conjuntos por eles conformados. O parâmetro “B” teve uma presença mais marcante desde o tombamento até meados da década de 2000. O item “C” é constantemente utilizado justificando a aprovação de projetos que estão “inseridos adequadamente” no Centro Histórico. Especificamente no parâmetro “D”, induz à repetição da composição estética das fachadas, dissimulada em

expressões como “manutenção do ritmo” ou “proporção entre cheios e vazios”, demonstrando certo receio na inserção da arquitetura contemporânea.

Em geral pode-se apontar que os critérios de análise das intervenções do Centro Histórico de Laguna não são claros, são baseados em uma apreciação individual do técnico encarregado no momento em que tramita o processo.

Os primeiros processos, após o tombamento, eram bastante confusos, muitos deles com falta de documentação e contraditórios, baseados muitas vezes no critério de cópia de elementos das arquiteturas antigas, ou elementos das edificações vizinhas.

Aos poucos estes critérios foram sendo flexibilizados, mas ainda continuaram confusos e de caráter especificamente subjetivo, onde aparecem as arquiteturas “neutras”, como são chamadas nos processos, algumas reconstruções de elementos que já não formam parte das edificações, querendo voltar à reutilizar elementos de expressões linguísticas de períodos anteriores e indicando que as obras novas deveriam ser miméticas, sugerindo muitas vezes imitações de elementos como arcos e coberturas entre outros.

Já nas décadas posteriores pode-se notar um pouco mais de coerência nestes critérios, não de forma generalizada, muitas vezes um processo recebe vários pareceres contraditórios. A Proposta de Normas de Preservação para o Sitio Histórico Urbano de Laguna, elaborada em 2007, que poderia ter sido um divisor de águas nesse assunto, acabou utilizando a mesma base genérica que foi empregada em outros centros históricos, deixando os critérios de intervenção praticamente uniformes, sem levar em consideração os elementos específicos de cada local, como no caso de Laguna onde seu tombamento está justificado como cidade-documento, pela variedade de sua arquitetura e pela sua evolução urbana.

Em todo este estudo se observa que o IPHAN/SC tem dificuldade para aprovar em Laguna intervenções de arquitetura contemporânea, preferindo a arquitetura mimética, chamada de “neutra” que não representa a evolução urbana e arquitetônica preconizada no seu tombamento.

A análise dos 38 processos que foram selecionados, do período de 1985 a 2015, revelou que, ao longo do tempo de atuação institucional, em Laguna, predominou a posição individual do técnico responsável pelas aprovações na cidade, além de falta de critérios claros para os diferentes tipos de intervenções e as diferentes tipologias existentes no Centro Histórico. No entanto há uma evolução na aplicação das regras, que já foram mais confusas e, muitas vezes, exigiam a imitação da tipologia arquitetônica das edificações vizinhas.

Também se pode notar uma evolução na forma como são abordados internamente os processos a partir de 2010, com a portaria IPHAN nº 420/10 que regulamenta os procedimentos para aprovação de intervenções nos bens tombados em nível nacional. Mas esta mudança não é acompanhada de uma modificação de abordagem dos critérios de intervenção.

Para esta análise os processos foram divididos em 3 ciclos que estão de acordo com os períodos dos estudos que foram realizados em Laguna para sua preservação. O primeiro compreende o período entre o tombamento do Centro Histórico até 1997 quando foi promulgada a Lei do IPTU. O segundo, parte desta data até o ano de 2007, quando foi realizada a Proposta de Normas de Preservação para o Sitio Histórico Urbano de Laguna, dando ao Escritório Técnico, de certa maneira, alguns parâmetros urbanísticos para a aprovação dos projetos. O terceiro e último ciclo, parte deste ano até os dias de hoje, não havendo uma separação no ano de 2010, ano da publicação da portaria nº 420, pois não houve nenhuma alteração nos critérios utilizados.

5.1 Do Tombamento até 1997: Os primeiros processos

Esta fase inicial que corresponde ao ano de tombamento até quando foi promulgada a Lei do IPTU, se caracteriza por não ter muitas informações dos processos, muito pouco se encontra no arquivo do Escritório Técnico e da Superintendência Estadual e os que foram localizados estão incompletos. Alguns destes pareceres são feitos nas mesmas pranchas dos projetos, com anotações manuscritas. Neste período pode-se encontrar projetos de obras novas cuja aprovação está baseada na justificativa de que são intervenções de caráter "neutro"[2].

Analisando este período, pode-se perceber que os projetos estudados apresentam características modernistas, poderia dizer-se que suas expressões linguísticas são similares, cumprem com os critérios "mínimos" de altura e de tratamento de fachada. Mas os pareceres diferem bastante, sendo que os localizados na Rua Gustavo Richard, nº 550 (processos s/n de 1987, 01510.000199/99-47 e 01510.000133/2001-88), e da Rua XV de Novembro, nº 50 (processo s/n de 1988), foram aprovados integralmente, já o da Rua Raulino Horn, nº 126 (processo 01510.000196/98-78), apesar de ter características similares aos anteriores, não foi aprovado por não ser compatível, segundo o IPHAN, com os valores urbanísticos e arquitetônicos do Centro Histórico de Laguna.

[2] Termo utilizado nos processos de aprovação de vários projetos de novas construções no Centro Histórico de Laguna para designar edificações que não "interferem na configuração do conjunto".

Cabe ressaltar que a construção da **Rua Gustavo Richard, nº 550 – ficha 01**[3]**-** (processos s/n de 1987, 01510.000199/99-47 e 01510.000133/2001-88) (figura 196 a 198), causa um grande impacto em sua relação com a sequência urbana, sobressaindo do conjunto não só pela face da Rua Gustavo Richard, como também pelo lado dos fundos, na Rua Raulino Horn. Além disso, foi autorizado um quarto pavimento recuado sem relação com os gabaritos vizinhos. Sem ter em consideração os elementos morfológicos e tipológicos característicos das sequências.

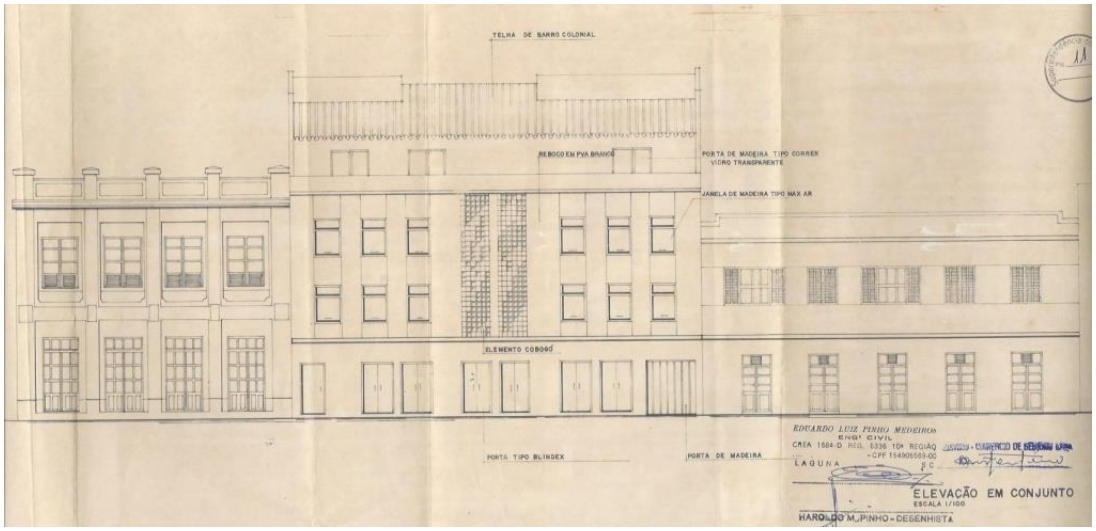


Figura 196: projeto aprovado com quatro andares (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1988)



Figura 197: Terreno Edificação da Rua Gustavo Richard, nº 550 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1988)

[3] Este número corresponde ao número da ficha de análise do processo, do 3ª produto das Práticas Supervisionadas.



Figura 198: Edificação da Rua Gustavo Richard, nº 550 (Pedro Villegas Stello, 2015).

No caso da edificação localizada na **Rua XV de Novembro, nº 50 - ficha 02** (processo s/n de 1988) (Figura 199), foi construída com algumas modificações em detrimento do projeto que apresentava características modernistas, bem claras de acordo com a época em que foi projetado (figura 200). Durante a execução não foram realizados os diferentes planos de fachada propostos. Aparentemente não houve acompanhamento da fiscalização por parte da Prefeitura Municipal, nem do IPHAN (figura 201).



Figura 199: Registro fotográfico do terreno, Rua XV de Novembro, nº 50 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1988)

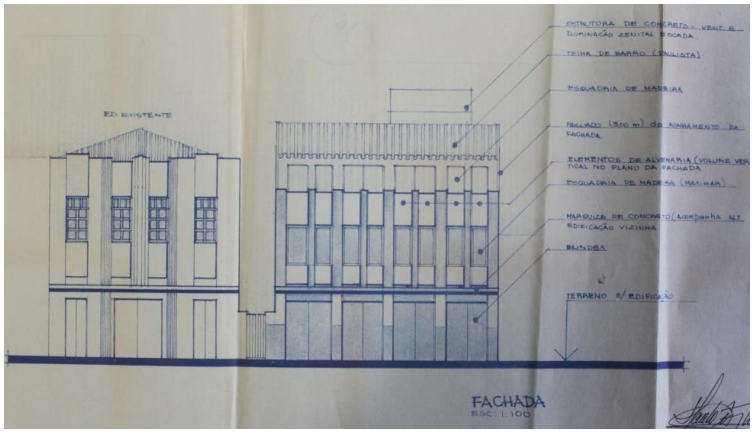


Figura 200: Fachada proposta e edificação do lado, Rua XV de Novembro, nº 50 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1988)



Figura 201: Edificação da Rua XV de Novembro, nº 50 (Mª Matilde Villegas J., 2015)

O projeto da **Rua Raulino Horn, nº 126 - ficha 03** (processo 01510.000196/98-78), apresentado em 1987 e que não foi aprovado. Na justificativa o IPHAN afirma que: "o projeto arquitetônico está em desacordo com as mínimas exigências de qualidade e de técnica construtiva compatíveis com os valores urbanísticos e arquitetônicos de que está dotado o centro histórico de Laguna", também afirma que "o desenho do edifício está em desarmonia com os demais edifícios componentes do centro histórico". Apesar de ter o projeto indeferido, o prédio foi construído, sem haver no processo um novo projeto aprovado (figuras 202 e 203).



Figura 202: Fachada Rua Tenente Bessa, proposta (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1988) e obra executada (Mª Matilde Villegas J., 2015).



Figura 203: Fachada Rua Raulino Horn, proposta (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1988) e obra executada (Mª Matilde Villegas J., 2015).

Este projeto é representativo na medida em que, nessa época, a arquitetura era eminentemente modernista e o projeto é consequente com estas características, ele cumpre com o que poderia dizer-se hoje que seria importante, na medida em que respeita a altura, volumetria e alinhamento das edificações vizinhas e trata seus vãos com elementos verticais. Acompanha a sequência urbana.

É importante salientar que o projeto construído não corresponde em sua totalidade ao projeto que consta no processo. A volumetria não possui o jogo de volume das fachadas. Também é importante mencionar a interferência do IPHAN nos acabamentos, quando é proposto, em 1998, o uso de granilha cor cinza escura para parte da edificação como nas bordas da marquise e meia parede do térreo, além de paredes cor gelo.

O caso da obra nova executada na **Rua Tenente Bessa, nº 130 - ficha 04** (processos nº 01510.000125/87 e 01510.000243/2012-01), foi aprovada sem ter em conta a sequência urbana em que se encontra inserido, com balanço no segundo pavimento sobre a calçada, elemento que não seguia as normas Municipais referentes à ocupação dos terrenos, assim como também interfere na conformação urbana da vizinhança (figuras 204 a 206).

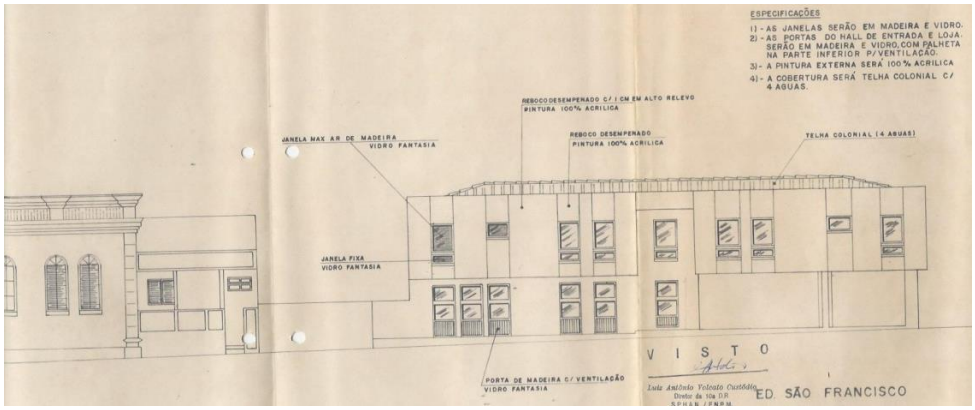


Figura 204: Fachada proposta, Rua Tenente Bessa (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1987)

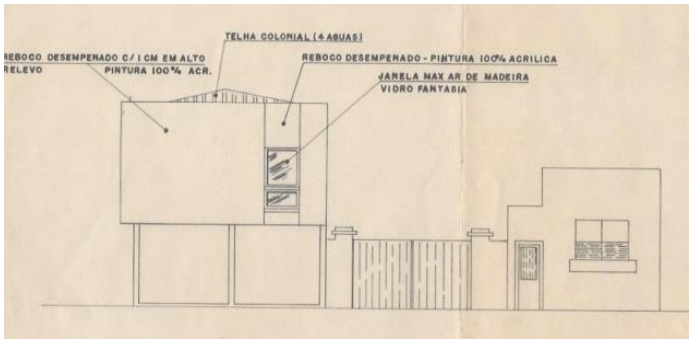


Figura 205: Fachada proposta, Travessa Clito Araújo (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1987).



Figura 206: Obra executada (Pedro Villegas Stello, 2015).

A obra não foi realizada de acordo com o projeto, os detalhamentos da fachada não foram executados, pois o projeto previa tratamentos de fachada com destaque para as linhas verticais, por meio de diferentes panos. O resultado final da edificação não é condizente com o entorno.

O projeto da **Rua Tenente Bessa s/n, ao lado do nº 295 - ficha 05** (processo 01510.000027-93-04) é um exemplo a destacar (figura 207). A ideia que passa é que não se tinha claro quais deveriam ser os critérios a utilizar para as novas construções. Sendo que o primeiro projeto apresentado possuía uma linha modernista, própria da época em que foi proposto, apropriado com o parecer de tombamento (figura 208).



Figura 207: Foto atual Rua Tenente Bessa s/n (Mª Matilde Villegas J., 2015).

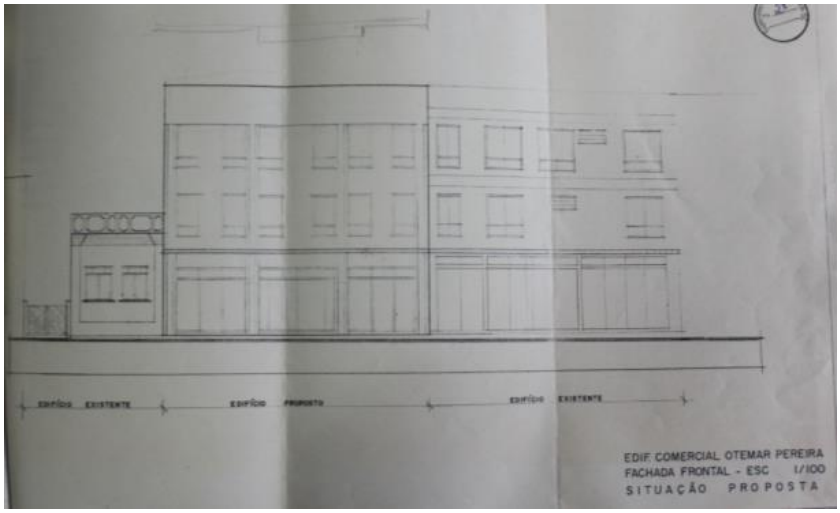


Figura 208: Fachada do projeto apresentado inicialmente (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1993).

Já nas modificações apresentadas, tendo em conta os critérios técnicos do IPHAN e no projeto aprovado se percebe a ideia de querer retomar alguns elementos das arquiteturas anteriores, como é o caso de propor bandeiras e arcos na fachada frontal (figura 209 e 210), assim como também na proposta de fazer a cobertura com telhas cerâmicas, na cor natural.

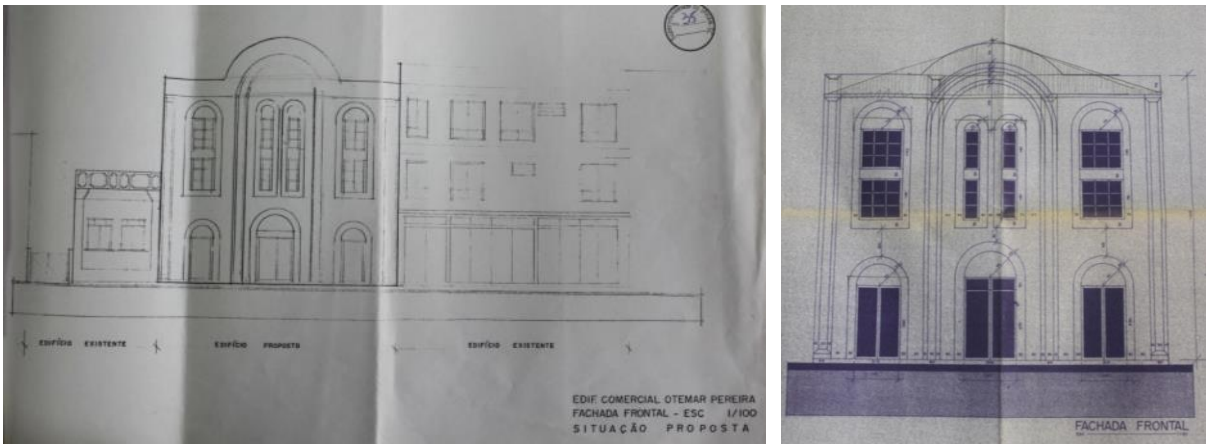


Figura 209: Fachada reelaborada a partir do parecer do IPHAN (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1993).

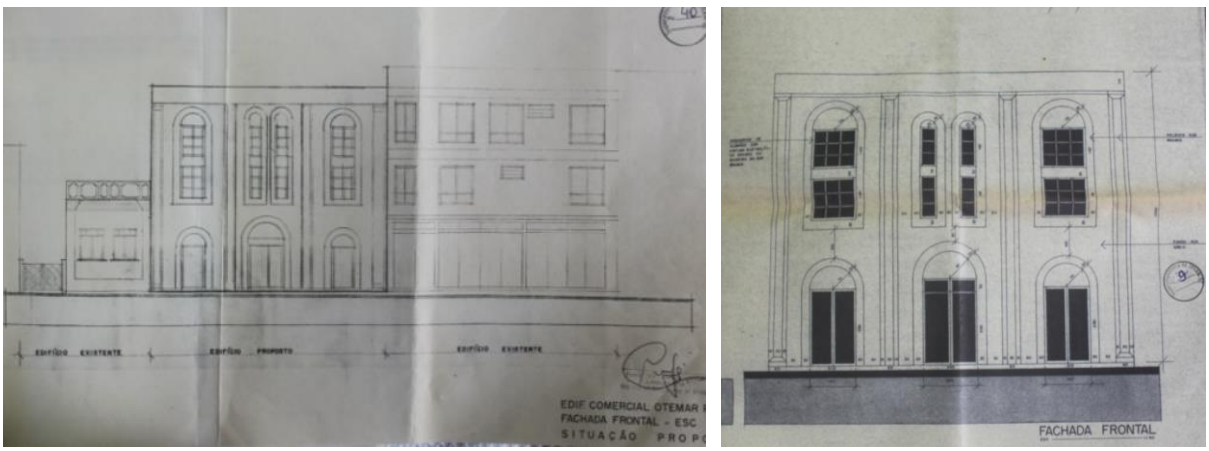


Figura 210: Fachada do projeto aprovado pelo IPHAN (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1993).

Não foi encontrado o projeto executado, mas analisando a fachada construída, praticamente, se volta à ideia inicial com linhas modernistas e sem retomar elementos ornamentais, só tendo em conta alguns elementos como alturas e recuos existentes, característicos dessa sequência. O motivo pelo qual foi executado desta maneira não consta no processo.

Este é um dos projetos onde fica clara a interferência do IPHAN na decisão de oque fazer em cada projeto, principalmente interferindo na composição das fachadas. Em algumas anotações feitas pelos técnicos do IPHAN no projeto apresentado (figura 211) se destaca esta influência (processo 01510.000027-93-04):

- Marquise (toldo sim)
- Esquadrias de alumínio (não) e
- Comunicação visual (prever)
- Esquadrias vidro no térreo (rever) mudar vãos dos pavimentos
- Fachadas vizinhas
- Bandeira no alto da janela
- Recompor desenho fachada
- (...) propor telhado com telha cerâmica
- Redução dos pés direitos para inclusão telhado
- Bandeiras superiores.
- Eixo de volume com esquadrias

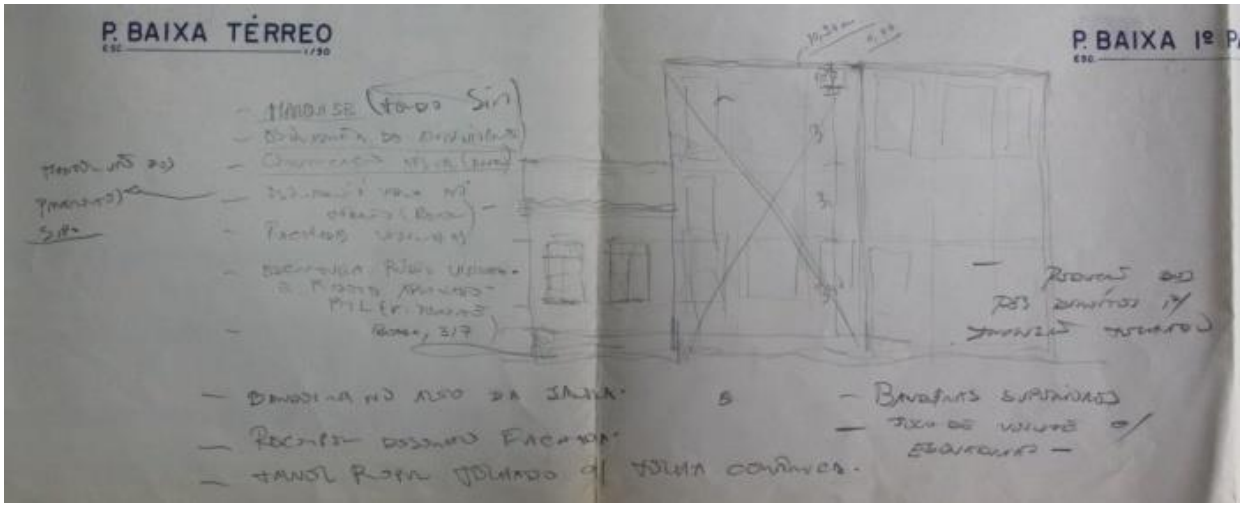


Figura 211: Anotações feitas a lápis, possivelmente por algum técnico da Instituição, em prancha do projeto aprovado (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1993).

Na edificação da **Rua Jacinto Tasso, nº 21 - ficha 06** (processo 01510.000019/93-78), o imóvel de características contemporâneas, impactante na leitura da sequência urbana, devido a sua acentuada verticalidade por ser um lote estreito com um prédio de três pavimentos, altura superior à dos vizinhos (figura 212). Onde o critério de aprovação novamente foi: "Manter harmonia com o conjunto". Nota-se a utilização de bandeiras em arco abatido nas portas-janelas da edificação, denotando uma tentativa de "harmonização" com o conjunto tombado.

Neste parecer, para a aprovação, o projeto deveria atender algumas observações:

> (...) volume caixa d'água não deverá ficar visível sobre o telhado; a altura máxima do edifício deverá limitar-se à altura da edificação vizinha em dois pavimentos, acompanhando o gabarito existente. Deverá ser observada a forma (inclinada) e o afastamento do recuo frontal existentes nos lotes vizinhos; não deverá ser executada laje impermeabilizada, mas telhado.



Figura 212: Edificação da Rua Jacinto Tasso, nº 21 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2007).

Neste processo se percebe a falta de coerência existente por parte dos técnicos na aprovação do projeto, sendo que no parecer fica especificado que o mesmo deveria "limitar-se à altura da edificação vizinha em dois pavimentos, acompanhando o gabarito existente" a obra foi executada com três pavimentos. Isso se deve à uma aprovação que não consta no processo ou à falta de fiscalização das obras realizadas?

Outro tipo de projeto deste período é aquele com características contemporâneas que, supostamente, está em harmonia com a sequência urbana. Um exemplo interessante é a antiga Sede do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC, localizada na **Rua XV de Novembro, nº 36 - ficha 07 (**processo s/n de 1990).

A edificação construída cumpre com os critérios utilizados pelo IPHAN, o projeto tem apenas uma anotação: "Sugestão: dois pavimentos, no alinhamento predial" (figura 213). Percebe-se que tem continuidade volumétrica, os vãos das aberturas são verticais e a platibanda contínua a das edificações existentes. É uma construção que está em sintonia com o período arquitetônico em que foi construído. Mas é uma arquitetura de "acompanhamento" que passa a adquirir o papel de protagonista.



Figura 213: Rua XV de Novembro, nº 36 – BESC Projeto (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1990) e obra executada (Mª Matilde Villegas J., 2015).

É importante assinalar que este projeto está acompanhado de um desenho (croquis) de *skyline* da Rua XV de Novembro, marcando o lote do Besc, e outro da Rua Tenente Bessa. Neste documento também foi realizado uma análise, por parte do IPHAN, das edificações existentes, sendo marcadas duas categorias: Edificações consideradas de importância na malha urbana e Edificações consideradas sem importância no contexto edificado de Laguna (figura 214).

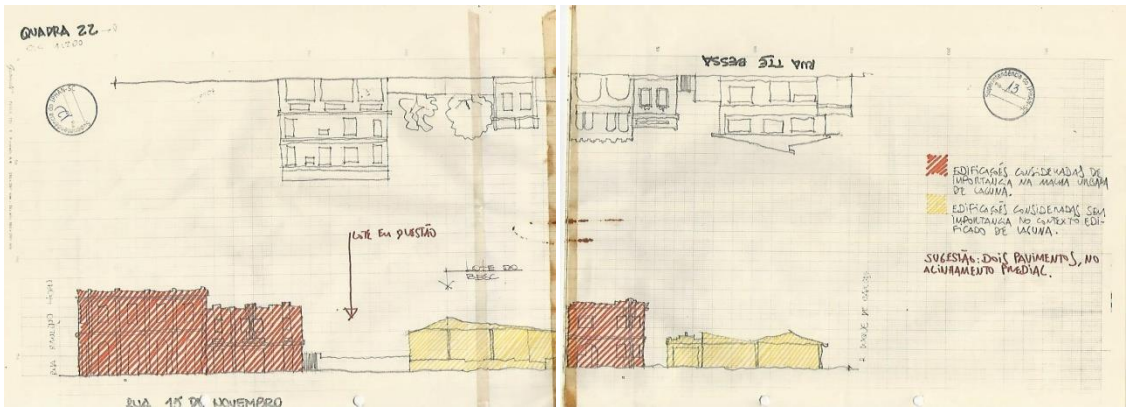


Figura 214: *skyline* da Rua XV de Novembro, marcando o lote do Besc, e outro da Rua Tenente Bessa, elaborado pelo IPHAN (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1990).

Outro tipo de projeto que se apresenta neste período, são aqueles que resgatam características das antigas edificações. Restaurações onde a ideia é a volta ao "original" muitas vezes criando falsos históricos, onde se retomam elementos das arquiteturas antigas ou obras novas que copiam estes elementos.

Neste caso pode-se destacar a modificação realizada no prédio da **Rua Santo Antônio, nº 55 e 41 - ficha 08** (Processo 01510.000007/95-50) (figura 215). É o projeto de modificação de uma pequena construção ao lado de uma edificação eclética, possivelmente luso-brasileira. Esta intervenção foi aprovada, tendo em conta que deveria ser reconstituída a sua "fachada

original", a edificação naquele momento apresentava características modernas, período de 1960-1970, com platibanda. Em seu parecer o IPHAN assinala que "apresenta perfeitas condições de reversão do estado de descaracterização que se encontrava, merecendo restauração". Foi solicitado a retirada da platibanda e a recomposição dos vãos, interpretando-se, assim, que era luso-brasileira, resgatando as características externas, julgadas, relevantes e permitindo alterações internas e nas fachadas laterais.



Figura 215: Edificação da Rua Santo Antônio, nº 55 e 41, anterior (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1995) e posterior à intervenção (Mª Matilde Villegas J., 2015)

Foi executada a reconstituição de fachada "original", mas o volume e a planta foram totalmente modificados. Não foram encontrados documentos que demostrem que esta fachada fosse assim.

Outro exemplo deste modelo de intervenção é a edificação nova construída na **Rua XV de Novembro, nº 15 - ficha 09** (processo 01510.000004/94-81) (figura 216), entre os anos de 1994 e 1996. A primeira etapa do projeto não foi aprovada, mas foi executada. A segunda etapa, de 1996, foi aprovado o projeto de ampliação para dois pavimentos com algumas alterações: "Adequação da fachada visando ritmá-la" (figura 217 e 218). O IPHAN apresentou proposta de configuração da fachada.



Figura 216: Edificação da Rua XV de Novembro, nº 15 anterior à ampliação (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1996) e posterior à intervenção (Mª Matilde Villegas J., 2015).

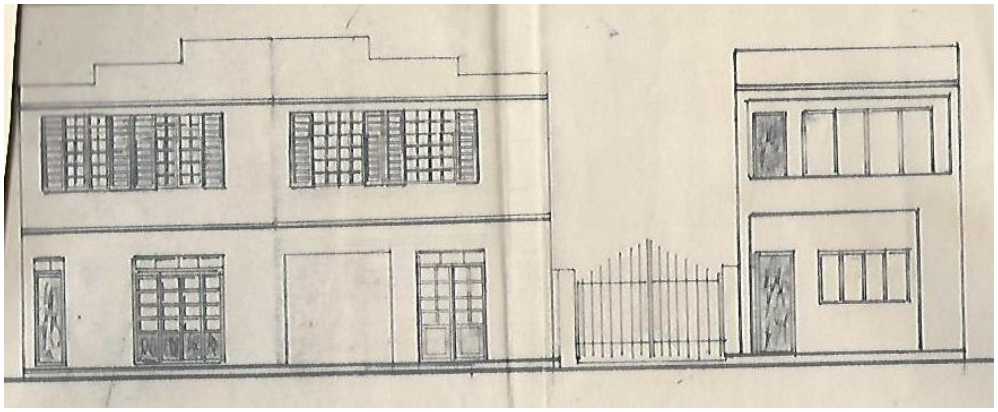


Figura 217: Fachada proposta inicialmente (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1995)

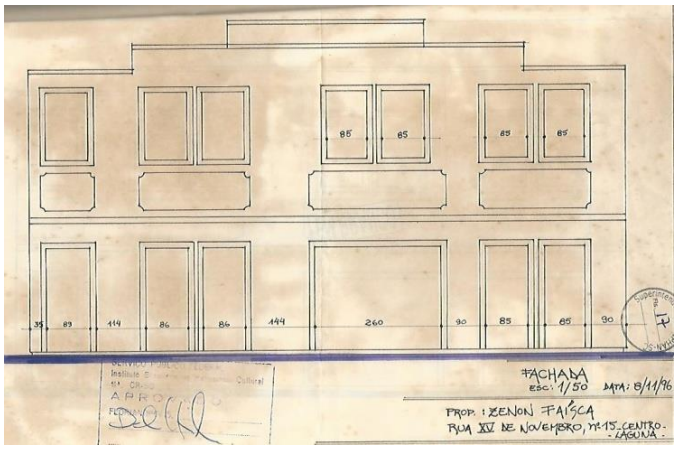


Figura 218: Fachada elaborada a partir das sugestões do IPHAN (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1995)

O objetivo de proporcionar ritmo à fachada da maneira como foi proposto pelo próprio IPHAN é questionável, visto que apresenta características que não deixam clara sua época de construção.

O caso da **Rua Gustavo Richard, nº324, Raulino Horn, nº 117 - ficha 10** (processo 01510 000061-96-87) (figura 219) trata-se de uma edificação inserida no conjunto *Art Déco*, em frente à Lagoa, com grande importância para o Centro Histórico. A edificação possui fachadas para duas ruas, sequências urbanas compostas por edificações de 2 e 3 pavimentos (figuras 220 a 222).

A execução seguiu conforme projeto e justificou-se com a retirada dos azulejos da fachada da Rua Raulino Horn, onde ocorreu um resgate da mesma, e no caso da fachada da Rua Gustavo Richard, optou-se por uma composição ‘‘rítmica’’ de aberturas que não levou em consideração o ritmo criado pelas edificações vizinhas, muitas delas do período modernista.



Figura 219: Edificação da Rua Gustavo Richard, nº 324, antes da intervenção (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1996)



Figura 220: Proposta da fachada da Rua Gustavo Richard, nº 324, depois da intervenção (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1996) e atual (Mª Matilde Villegas J., 2015).

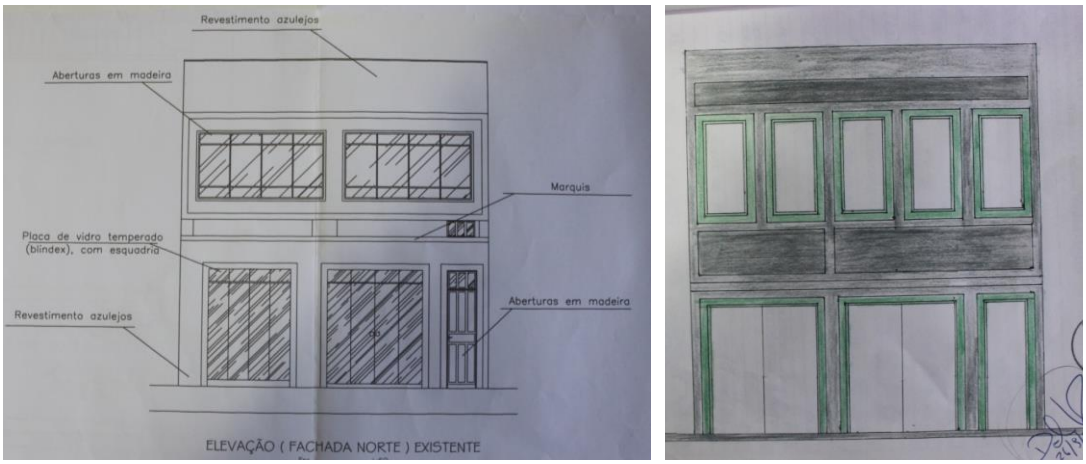


Figura 221: Fachada existente da Rua Raulino Horn, nº 117 e proposta não executada (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1996).



Figura 222: Edificação da Rua Raulino Horn, nº 117, antes da intervenção (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1996) e atual (Pedro Villegas Stello, 2015)

Esta intervenção demonstra a intenção do IPHAN de homogeneizar as fachadas dos conjuntos, de acordo com princípios das arquiteturas passadas. Neste projeto não ficam claros os parâmetros para fazer ou refazer a fachada da Rua Gustavo Richard.

O caso do prédio localizado na **Rua Osvaldo Cabral, s/n ficha 11** (processo 01510.000062/96-40), é interessante de se analisar. O IPHAN aprovou o projeto apresentado com a justificativa de estava "Obedecendo aos critérios elaborados para o Centro Histórico". Mas, quais critérios? Não foi encontrado nenhum documento com estes critérios (figura 223).



Figura 223: Edificação da Rua Osvaldo Cabral, s/n (Mª Matilde Villegas J., 2015)

O prédio encontra-se com a obra paralisada até hoje, por ter construído um andar recuado na cobertura, (alguns outros edifícios construídos e aprovados na mesma época, apresentam este tipo de intervenção) tendo apenas as salas comerciais do térreo em funcionamento. A volumetria do prédio, além da sua localização na esquina, atua como um elemento de grande interferência visual para o conjunto. Analisando a sequência urbana, pode-se constatar a presença de um prédio de 4 pavimentos na lateral, o problema não radica tanto no número de andares mas no volume da escada localizado na esquina e sua diferença de altura com o mesmo prédio.

Como se percebe este período se caracterizou pela falta de congruência nos critérios de aprovação, sobretudo para as obras novas, porque projetos similares não foram analisados com os mesmos critérios, somando a que nenhum deles foi construído de acordo com o projeto aprovado, evidenciando, aparentemente, falta de acompanhamento da fiscalização por parte da Prefeitura Municipal e do IPHAN, em detrimento da qualidade das intervenções no Centro Histórico. Neste período não se tem um tipo de parecer modelo, geralmente eram realizados ofícios que diferiam, na sua forma e conteúdo, de técnico para técnico.

5.2 Entre 1997 e 2007: As primeiras normas

Esta segunda fase se inicia quando foi promulgada a Lei do IPTU, que marcou uma mudança dos proprietários em relação à preservação de seus imóveis, e segue até o ano de 2007, quando foi realizada a Proposta de Normas de Preservação para o Sitio Histórico Urbano de Laguna.

Se caracterizou por critérios de intervenção diversos, que demonstram a falta de clareza e de coerência que se apresentava no órgão encarregado pela definição destes critérios.Foram aprovadas obras novas com características “neutras”, como são chamadas nos processos, outras que vão retornar aos supostos originais e projetos de arquiteturas contemporâneas que supostamente tem uma “relação harmoniosa” com as arquiteturas existentes.

Também é importante mencionar a interferência do IPHAN na decisão de o que fazer em cada projeto. Não só no que corresponde às normas de inserção da edificação, como nas alturas e recuos, mas também fazendo os projetos das fachadas propostas.

No projeto da **Rua XV de Novembro, nº 57-67-71 - ficha 12** (processo 01510.000099-98-11) (figura 224), esquina com a Rua Raulino Horn, pode-se observar a forte tendência do IPHAN em recuperar elementos de ornamentação que remetem a outros períodos arquitetônicos ou que não formavam parte da edificação inicial, como a colocação de elementos decorativos em granito e a utilização de portas com caixilhos. Além da retirada da marquise, que era um elemento marcante da tipologia existente da edificação e do período *Art Déco* em Laguna (figuras 225 a 227).



Figura 224: Edificação da Rua XV de Novembro, nº 57 -67-71, antes (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1998) e após a intervenção (Mª Matilde Villegas J., 2015)

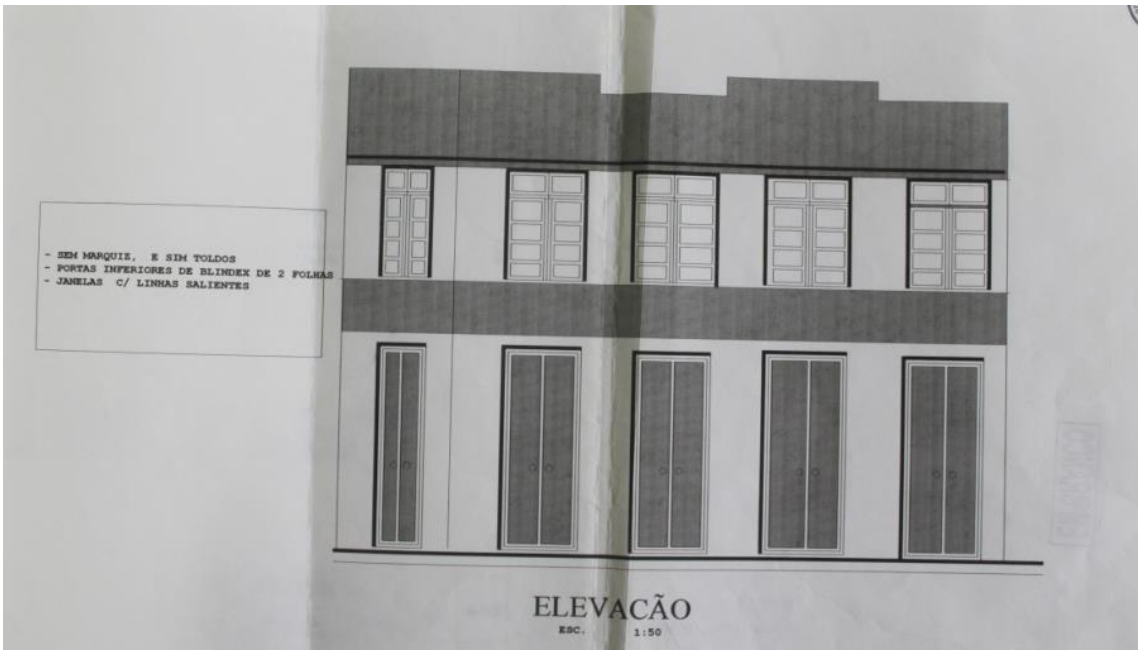


Figura 225: Fachada proposta para a Rua Raulino Horn (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1998).

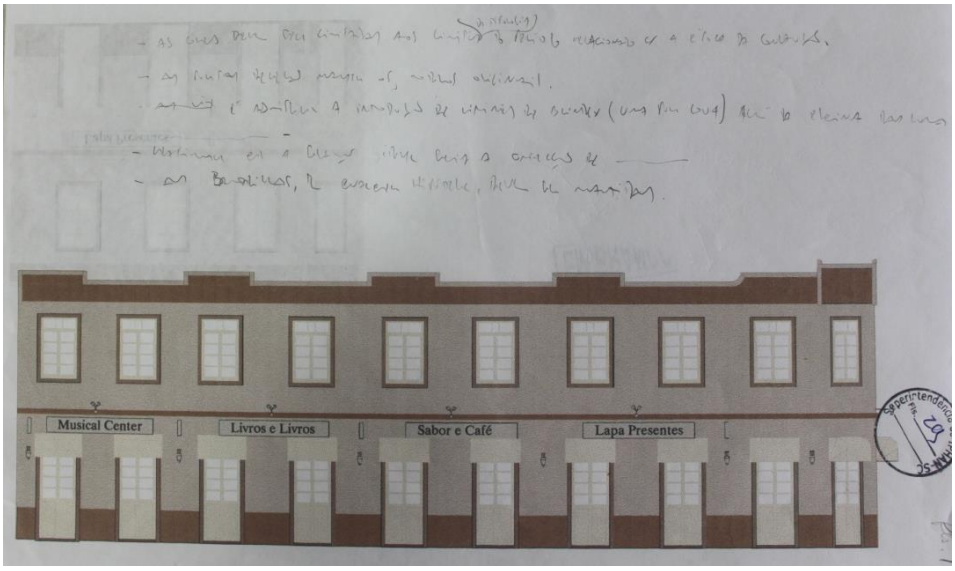


Figura 226: Fachada proposta para a Rua XV de Novembro, com as observações realizadas por técnico do IPHAN manuscritas (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1998).

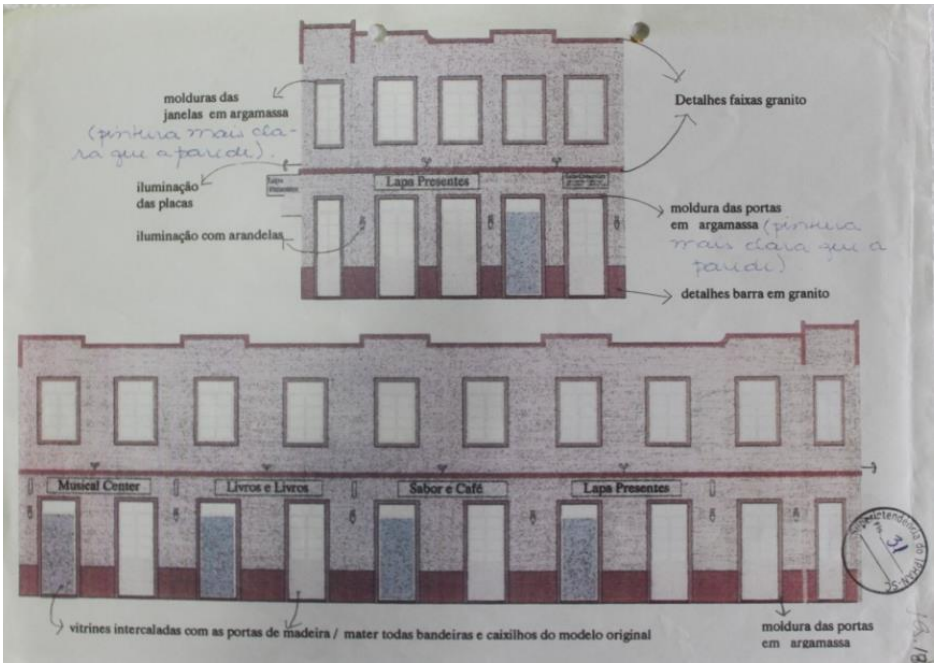


Figura 227: Fachadas proposta com as modificações realizadas a partir das observações do IPHAN (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1998).

Outro elemento importante a se ressaltar, neste processo, é que o IPHAN afirmava que a harmonização da edificação se resumia às esquadrias "quase que únicos elementos de valor", mas que por ser de uso comercial algumas destas aberturas poderiam ser modificadas.

No projeto da edificação da **Praça da República Juliana, nº 50 - ficha 13** (processo 01510.000100/98-07) (figura 228), para alteração de fachada, o IPHAN assinala:

> Intervenção passível de intervenção controlada. As alterações de fachada propostas estão de acordo com as diretrizes da Instituição de que as novas interferências tenham características "neutras" e que se harmonizem com o conjunto adjacente

> principalmente com relação a volumetria, alturas e ritmo das aberturas (portas e janelas)



Figura 228: Edificação da Praça Republica Juliana, nº 50, antes da intervenção (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1998).

Acrescenta ainda que "Com a conclusão da nova fachada constatou-se que a diferença de tipologia entre a casa e o conjunto, não descaracterizou este trecho do sítio histórico". Porém esta proposta não necessitaria imitar elementos arquitetônicos de épocas anteriores, como ocorreu, causando dúvidas sobre sua real identidade (figura 229 e 230).

Também é importante mencionar que posteriormente, no ano de 2010 (processo 510.000187/2006-58), com a apresentação de um novo projeto, o IPHAN tentou amenizar algumas destas intervenções, segundo parecer da época:

> (...) Nada impede a alteração da fachada desde que não haja alteração significativa na volumetria e atenda às observações abaixo, baseadas nos atuais critérios de intervenção e deixem a edificação com características contemporâneas: como a retirada da platibanda, uma vez que a mesma possui leitura da arquitetura *Art Déco*, incompatível com os atuais padrões arquitetônicos e a substituição da cobertura por telha cerâmica, conforme recomendação feita ainda em 1998.

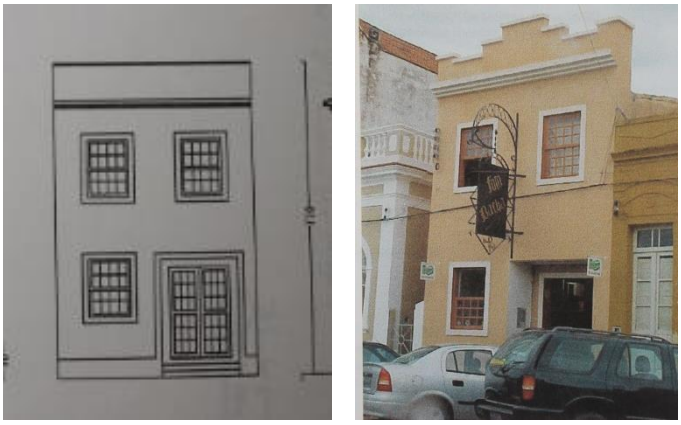


Figura 229: Fachada proposta e edificação após a intervenção (ETec Laguna – IPHAN/SC, 1998 e 2010)



Figura 230: Edificação da Praça Republica Juliana, nº 50, atual (Pedro Villegas Stello, 2015).

Já na intervanção da edificação localizada na **Rua Gustavo Richard, nº 454 - ficha 14** (processo 01510.000108/2000-13), o problema está no fato de que, durante a obra, a casa foi descaracterizada interna e externamente e após o embargo não foram seguidas as orientações repassadas pelo IPHAN, principalmente com respeito à volumetria (recomposição do telhado), perdendo-se muitos dos seus elementos originais, sendo esta uma das poucas edificações luso-brasileiras localizada na Rua Gustavo Richard (figuras 231 e 232). Pode-se anotar a falta de fiscalização e de meios jurídicos para conseguir que sejam realizadas as intervenções de acordo com as normas estabelecidas pelo IPHAN.



Figura 231: Edificação da Rua Gustavo Richard, 454 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2007).



Figura 232: Edificação da Rua Gustavo Richard, 454, atual (Pedro Villegas Stello, 2015).

No projeto de restauração da edificação localizada na **Rua Gustavo Richard, nº 248 e Rua Raulino Horn, nº 33 - ficha 15** (processos 01510 000038-94-01 e 01510 000020-2002-63), trata-se de uma edificação inserida num conjunto representativo pela sua variedade de arquiteturas, em frente à Lagoa de Santo Antônio, com grande importância para o Centro Histórico (figura 233). A edificação possui fachadas para duas ruas; sequências urbanas compostas por edificações de 2 pavimentos.

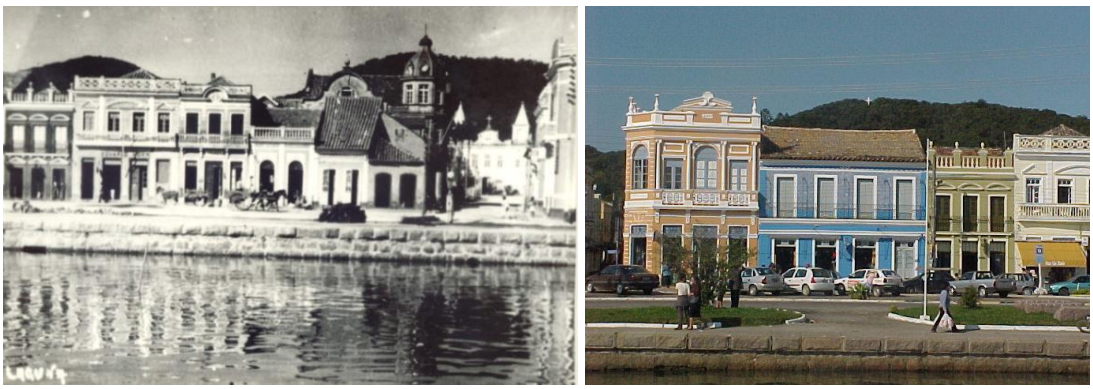


Figura 233: Rua Gustavo Richard, nº 248, no início do século XX (ETec Laguna – IPHAN/SC) e atual (Mª Matilde Villegas J., 2015).

A execução de toda a obra foi realizada conforme o projeto aprovado, inclusive a intervenção na fachada (figura 234 e 235). As modificações propostas, como a retirada da marquise e o resgate da composição da fachada eclética, e a criação da "máscara" na Raulino Horn, foram executadas de acordo com o projeto elaborado pelos técnicos do IPHAN, recompondo o alinhamento com as demais edificações existentes nesta rua (motivo principal desta máscara).

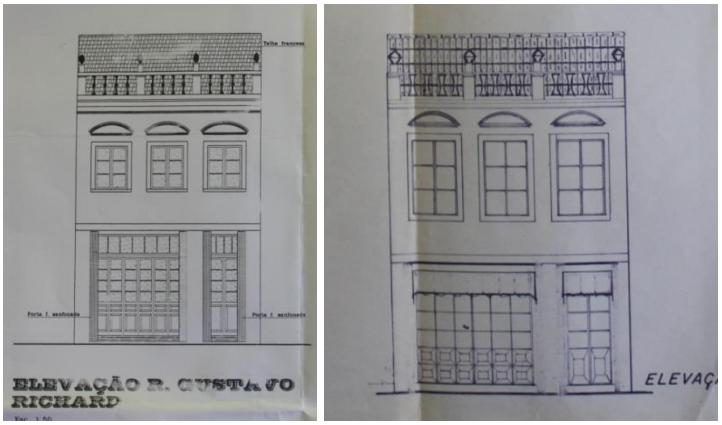


Figura 234: Levantamento da fachada existente e primeira proposta, Rua Gustavo Richard, (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2002)

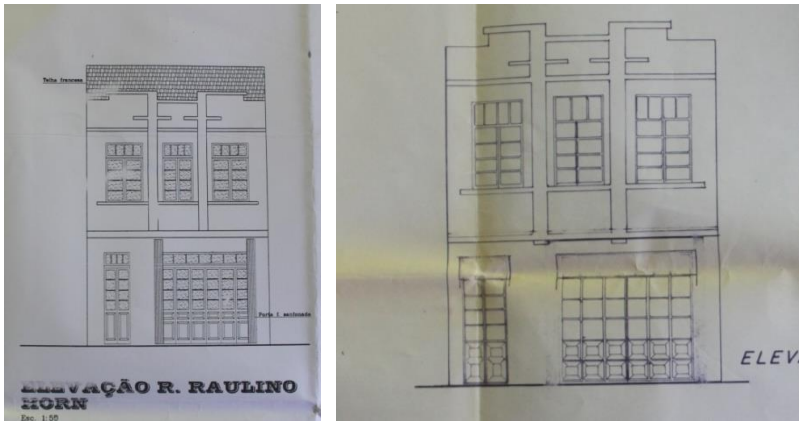


Figura 235: Levantamento da fachada existente e primeira proposta, Rua Raulino Horn, nº 33 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2002)

Mas a postura da Instituição mudou várias vezes. Em 1996 na consulta de viabilidade com referência a alteração da fachada da Raulino Horn o parecer do IPHAN é bem claro em relação a recuperação do alinhamento da rua "A (...) posição é função de visão urbanística de meados do século quando se previa o alargamento da rua. Deve ser mantida assim, como testemunho dessa visão de cidade e de urbanismo, visualização (...) recuo visual".

Já em 2000, o parecer assinala que "É admissível a reconstrução da fachada da Rua Raulino Horn, ampliando a edificação até o alinhamento predial e a construção da laje entre o térreo e o 1º pavimento".

No ano 2001 está posição muda novamente:

> Parte da edificação localizada na Rua Raulino Horn – Passível de ampliação. De acordo com parâmetros internacionais de preservação, a equipe técnica do IPHAN considera inadequada a reconstrução integral da fachada e sugere que seja dado um tratamento contemporâneo à nova proposta. Esta parte da edificação poderá sofrer alterações mais profundas, mas em contrapartida deverão ser preservados os elementos que compõem a edificação localizada na Rua Gustavo Richard.

O IPHAN submeteu aos proprietários uma proposta de intervenção alternativa, que atendia às necessidades básicas do uso proposto e sem interferir na estrutura principal da edificação (figura 236 e 237).

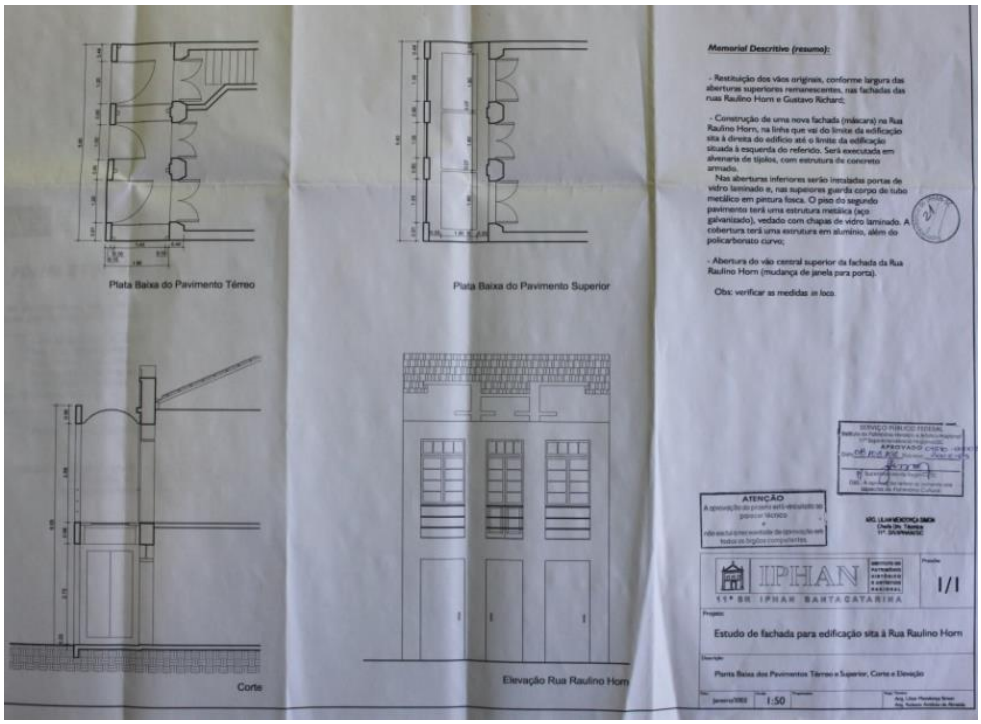


Figura 236: Proposta apresentada pelo IPHAN para a intervenção na fachada da Rua Raulino Horn, nº 33 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2002).

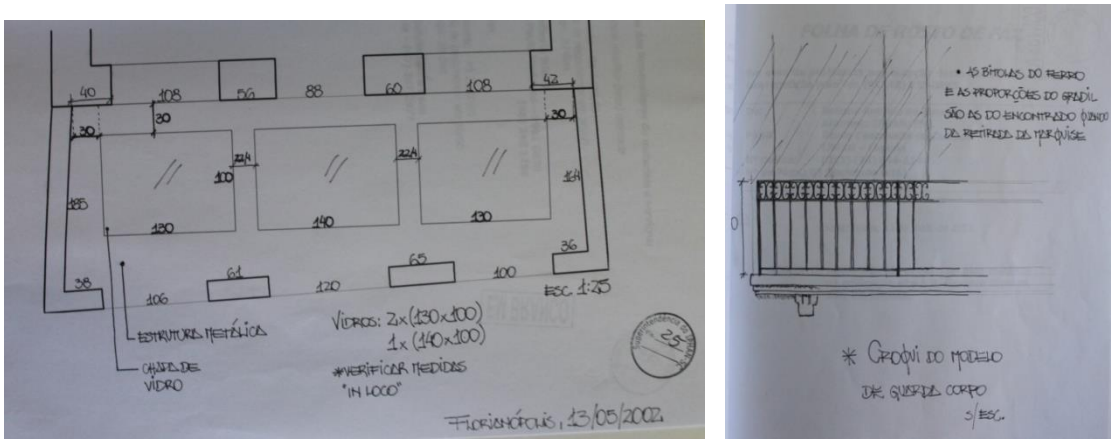


Figura 237: Proposta apresentada pelo IPHAN para a intervenção na fachada da Rua Raulino Horn, nº 33 e detalhe do guarda corpo da fachada (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2002).

A recuperação da fachada eclética (Rua Gustavo Richard) se justificou pelos elementos originais que se encontravam ainda, sob a reforma feita anteriormente (figura 238). Enquanto à obra realizada na Raulino Horn tentou recuperar um alinhamento na rua que já não existia no período do tombamento (figura 239).

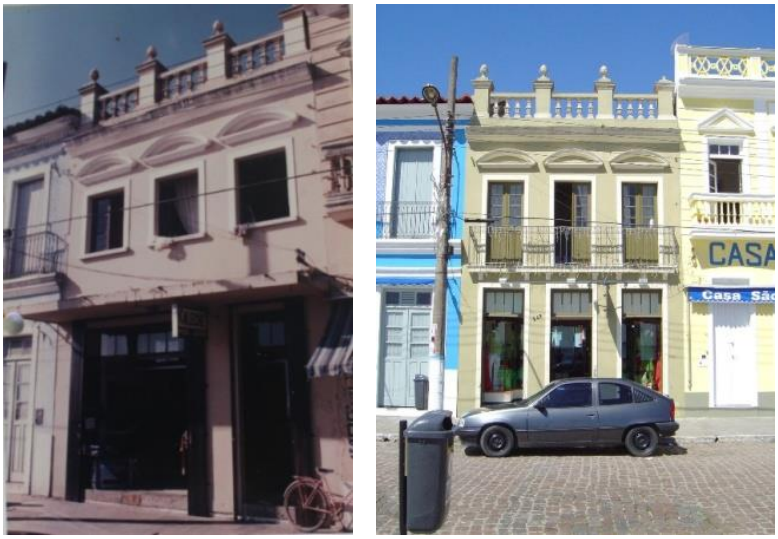


Figura 238: Fachada Rua Gustavo Richard, nº 248, anterior (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2002) e posterior à restauração (Mª Matilde Villegas J., 2015).



Figura 239: Fachada Rua Raulino Horn, nº 33, anterior (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2002) e posterior à restauração (Mª Matilde Villegas J., 2015).

O projeto apresentado para construção de uma residência na **Travessa Clito Araújo, s/ n - ficha 16** (processo 01510.000021-2001-27) foi aprovado, com algumas recomendações como "A fachada frontal deve estar no alinhamento da rua, inclusive no segundo pavimento e marcada por três pilares, mantendo o ritmo; - Os portões podem continuar recuados, como no projeto". Este parecer não teve em conta a análise da sequência, onde as edificações contiguas são de um andar (figura 240).



Figura 240: Terreno localização do projeto na Travessa Clito Araújo, s/ n (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2001).

A fachada aprovada, diferente da apresentada no projeto original, possui gradis de ferro com detalhes geométricos de características que dificultam a leitura da linguagem contemporânea. Não se tem conhecimento se este elemento foi introduzido por sugestão do IPHAN ou do proprietário (figura 241). Este detalhe foi executado de uma forma diferente às propostas apresentadas. Nota-se uma falta de fiscalização por parte da Prefeitura Municipal e do IPHAN para acompanhar as obras aprovadas, assim com a falta de documentação do processo de execução (figura 242).

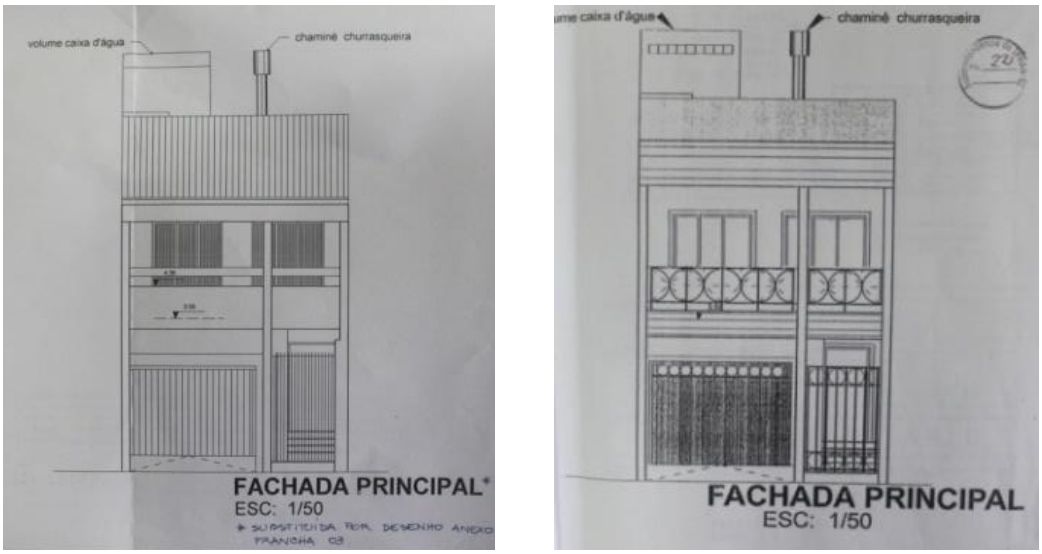


Figura 241: Fachadas proposta, e fachada aprovada (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2001).



Figura 242: Vista atual da edificação (Pedro Villegas Stello, 2015).

No projeto para a **Rua Fernando Machado, esquina Travessa Comendador Rocha, s/nº - ficha 17** (processo 01510.000018-2002-94), houve uma primeira consulta de viabilidade apresentada propondo um prédio de dois andares e na segunda consulta de viabilidade para a construção de um edifício residencial de 6 pavimentos. Foi aprovada a construção de 3 pavimentos, argumentando que "de acordo com a localização, a escala do entorno quebrada por um prédio de 5 pavimentos no alinhamento, a necessidade de atividades comerciais, sugere a ocupação de 100% do terreno com as seguintes recomendações: Três pavimentos (Terceiro residencial) (...)". Um segundo parecer informa:

> Levando em conta a altura dos edifícios existentes no entorno, (...) consideramos que excepcionalmente para este lote, permita-se a altura da cota correspondente ao terceiro (térreo mais três) pavimento do prédio ao lado pela Rua Fernando Machado. Esta exceção leva em conta a situação já existente em altura, única no Centro Histórico de Laguna, e ao fato já ressaltado do caráter residencial do projeto.
>
> Salienta que o edifício deverá ser construído no alinhamento predial, sem recuo frontal e que o projeto das elevações deverá levar em consideração os critérios para novas construções, vindo a incorporar-se ao Centro Histórico.

Já no segundo processo (01510.000073-2002-84), foi apresentado um projeto de uso comercial com 2 pavimentos, não foi encontrado o parecer, mas de acordo com as mudanças realizadas no projeto, as alterações solicitadas pelo IPHAN foram referentes às fachadas, tais como: a utilização de portas, janelas e basculantes em madeira e vidro. Alinhamentos diferenciados em reboco. Foram apresentadas algumas sugestões de modificação de fachada por parte dos técnicos do IPHAN. O parecer conclui afirmando que "(...) estas alterações, por ser uma construção com elementos arquitetônicos contemporâneos, não interfere no conjunto edificado".

O resultado final da edificação tem uma adequada inserção na área, levando em consideração que é um local que apresenta grande variedade de edificações, desde térreas, até edifícios de

cinco pavimentos (figura 243). O único fator a ser observado é a grande interferência no projeto por parte dos técnicos do IPHAN, não só na questão de critérios de intervenção como no próprio projeto.



Figura 243: Rua Fernando Machado, esquina Travessa Comendador Rocha, (Mª Matilde Villegas J., 2015).

Neste processo se volta a encontrar a falta de congruência e critérios claros para a aprovação de projetos, pois foram aprovadas várias alternativas diferentes, mas nenhuma delas levou em consideração as sequências urbanas, onde se pode notar a presença de edificações mais altas contiguas ao terreno do projeto proposto.

O projeto da edificação localizada na **Rua Voluntário Benevides, nº 439, esquina Rua Fernando Machado - ficha 18** (processo 01510.000087/2013-51) trata da restauração do prédio do Sindicato dos Empregados no Comércio de Laguna, edificação com características luso-brasileiras (figura 244). Este projeto foi elaborado e financiado pelo IPHAN.



Figura 244: Rua Voluntário Benevides, 439, esquina Rua Fernando Machado (Mª Matilde Villegas J., 2015).

Nesta obra pode-se destacar o critério geral de intervenção, onde a ideia era voltar a conformação da edificação inicial, luso-brasileira. O problema está, em primeiro lugar, na

falta de um projeto arquitetônico detalhado, com os respectivos estudos históricos, levantamento documental, levantamento gráfico e fotográfico, diagnóstico e proposta. A falta destes elementos levou a definir uma edificação que não corresponde nem ao inicial, nem mesmo respeita as modificações estilísticas pelas quais passou. O que se apresenta, após a intervenção, é um hibrido entre o que supostamente foi construído e o que se encontrava na época da intervenção.

Foram reconstruídas algumas partes como os beirais com beira seveira, utilizando telhas cerâmicas, este elemento, que se bem poderia ter existido, era construído em argamassa de cal e poderia ter sido utilizado nas fachadas lateral e posterior, de acordo com a fotografia de 1920. Nesta mesma imagem pode-se perceber que nas fachadas voltadas para as ruas o acabamento superior das paredes era de cimalhas (figuras 245 e 246). Também pode-se analisar as janelas de forma retangular e sem molduras, que foram modificadas acrescentando molduras e retirando os peitoris, sendo que nos registros fotográficos parecem ser com arcos abatidos. Também foram demolidas partes do edifício tentando recompor o volume luso-brasileiro.



Figura 245: Edificação Rua Voluntário Benevides, 439 em 1920 (ETec Laguna – IPHAN/SC).



Figura 246: Edificação Rua Voluntário Benevides, 439, antes da intervenção e detalhe da execução do beiral em 2008 (ETec Laguna – IPHAN/SC).

No caso do prédio localizado na **Rua XV de Novembro s/nº - ficha 19** (processo01510.000218-2006-71), o projeto para uma nova edificação foi aprovado com alguns condicionantes: "a construção deve seguir o alinhamento das edificações vizinhas e deve respeitar o gabarito da edificação ao lado (Sr. Adib Abraão Massih); as aberturas devem ser de madeira e os vidros lisos e incolores; as telhas devem ser cerâmicas na cor natural; a fachada deve seguir as orientações do IPHAN" (figura 247).



Figura 247: Desenho da fachada apresentada pelo proprietário (**A**), Desenho da fachada apresentada pelo IPHAN (**B**) (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2008).

O parecer ressalta que "tal intervenção não trará problemas do ponto de vista do Patrimônio Cultural e terá uma adequada inserção no Centro Histórico protegido". Este tipo de edificação corresponde a aplicação do critério de criar uma arquitetura "neutra", de acompanhamento, que muitas vezes não reflete a sua identidade. Assim como também, novamente, demonstra a interferência do IPHAN nos projetos das fachadas (figura 248).



Figura 248: Rua XV de Novembro s/n (Mª Matilde Villegas J., 2015).

O projeto de intervenção da edificação na **Rua Conselheiro Jerônimo Coelho, nº32 - ficha 20** (processos 01510.000039/94-66 e 01510.000153/2006-63) foi aprovado considerando que

a intervenção "(...) não trará problemas do ponto de vista do Patrimônio Cultural e terá uma adequada inserção no Centro Histórico protegido. (...) Salientamos que tal intervenção é viável, desde que seja executada a proposta para reconstituição da fachada original" (figura 249).



Figura 249: Fachada existente em 2006 (ETec Laguan – IPHAN/SC) e fachada atual (Mª Matilde Villegas J., 2015).

Apesar de ter os vãos emparedados que foram evidenciados durante a obra, as informações não eram suficientes para a reconstrução total da fachada. A falta de elementos levou a definir uma edificação que não corresponde ao inicial. O que se apresenta, após a intervenção, é um hibrido entre o que supostamente foi encontrado nas prospecções arquitetônicas e o que se podia identificar nas fotografias antigas.

Entre as propostas apresentadas a que foi aprovada foi a chamada fachada em estudo e não se tem certeza de que seja a original (figuras 250 e 251).

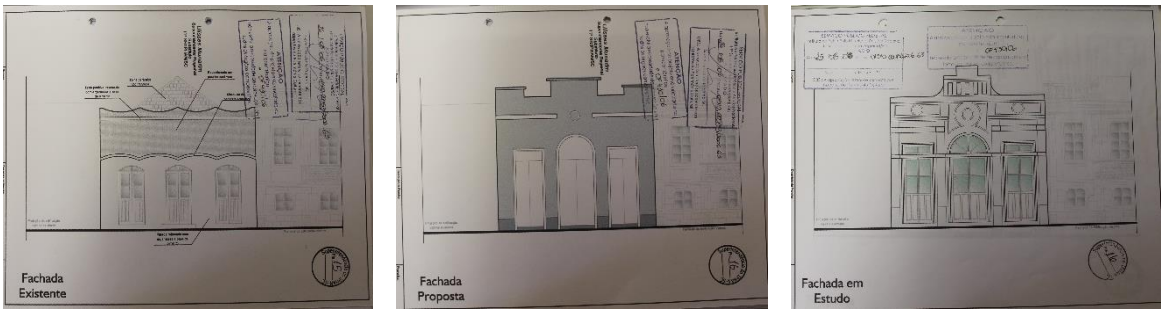


Figura 250: Rua Conselheiro Jeronimo Coelho, 32. Fachada existente, fachada em estudo e fachada proposta (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2008).



Figura 251: Estudo da fachada com fotografia antiga (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2008).

5.3 Entre 2007 e 2015: Plano de Preservação

Este último período foi considerado entre o ano de 2007, quando foi realizada a Proposta de Normas de Preservação para o Sitio Histórico Urbano de Laguna, até o ano de 2015.

Se caracteriza por ser uma etapa em que o Escritório Técnico, de certa maneira, passou a utilizar alguns parâmetros urbanísticos indicados pela proposta das normas de 2007. Não se fez uma separação de períodos a partir do ano de 2010, quando foi publicada a portaria nº 420 do IPHAN, pois não houve nenhuma alteração nos critérios utilizados, ela só instrumentalizou os procedimentos para análise e aprovação de projetos.

Este período também se caracterizou pela utilização de critérios de intervenção diversos, que demonstram a falta de clareza e de congruência que se apresentava no órgão encarregado.

Neste caso também foram aprovadas obras novas com características "neutras", como são designadas nos pareceres, outras em uma tentativa de retorno aos supostos originais e projetos de arquiteturas contemporâneas que tratam de ter uma "harmonia" com as arquiteturas existentes.

Também é importante mencionar que continua sendo forte a interferência do IPHAN na decisão do que fazer em cada projeto. Não só no que corresponde às normas de inserção da edificação, como alturas e recuos, mas fazendo sugestões de alteração das fachadas propostas.

Edificação do **Largo do Rosario, nº 65 - ficha 21** (processos 01510.000019/2003-10 e 01510.000099/2007-37), localizada em uma sequência urbana próxima à um conjunto com características arquitetônicas e expressões linguísticas variadas, desde as luso-brasileiras até as contemporâneas.

A edificação existente era de um andar, sem características tipológicas definidas, foi apresentado um projeto de reforma e posteriormente foi feito o pedido de ampliação do pavimento superior. Este projeto foi aprovado pelo IPHAN que solicitou: “Manter harmonia c/ o gabarito do conjunto urbano, (...) esquadrias de madeira; estudo de cores; cobertura em 3 águas, 1 p/ frente; não alterar altura platibanda; telhas cerâmicas, cor natural não esmaltadas; desenho fachada c/ edificações vizinhas”.

Trata-se de uma edificação recente e, segundo o IPHAN, ela “possui características neutras, não interferindo no contexto das edificações antigas”. O problema está na definição de o que é ser neutro? Uma edificação com algumas características que lembram a arquitetura de outra época pode ser neutra? (figuras 252 e 253).

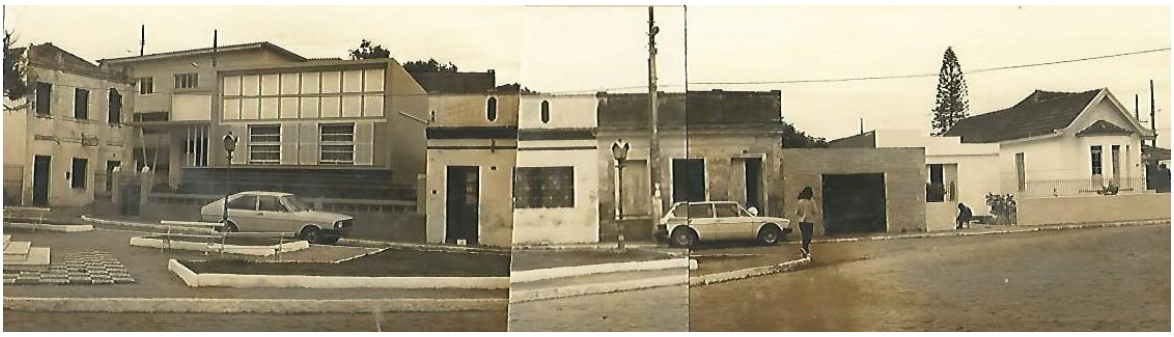


Figura 252: Largo do Rosário, 65 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2007).



Figura 253: Largo do Rosário, 65 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2010) e atual (Mª Matilde Villegas J., 2015).

Se esta edificação se encontra em uma sequência urbana que se caracteriza pela variedade arquitetônica, será que ela deveria ser neutra ou refletir o período de sua construção, sobre tudo se a antiga edificação aqui localizada era uma construção térrea sem nenhuma característica definida, possivelmente uma garagem.

O projeto de restauração realizado na **Rua Conselheiro Jerônimo Coelho, nº 41 - ficha 22** (processos 01510.000103/2007-67, 01510.000887/2008-12 e 01510.000058/2013-99), foi

motivado pelo fato da casa ser destruída pelo proprietário, retirando as telhas e colocando uma lona plástica o que intensificou a deterioração da mesma com grandes prejuízos.

Foi restaurada conforme os critérios do IPHAN, sendo refeita toda a cobertura com telhas cerâmicas capa e canal; reabriram-se as gateiras, executou-se o anexo desejado pelo proprietário, mas afastado do corpo principal da edificação tombada; foram reconstruídas todas as paredes internas de pau-a-pique, com este mesmo sistema construtivo pois, segundo o IPHAN, tinham sido destruídas pelo proprietário. Porém, quase no final da obra houve irregularidades na execução dos rebocos (feitos à base de cimento e não de cal). A obra foi embargada e posteriormente concluída. A ideia inicial do proprietário, segundo o IPHAN, era deixar cair para fazer uma obra nova (figura 254).



Figura 254: Rua Conselheiro Jerônimo Coelho, 41 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2007).

Neste caso o problema está precisamente no descaso por parte dos moradores a respeito do patrimônio. Este exemplo só é apresentado como modelo de muitos outros que tem passado por este mesmo procedimento.

No projeto de reforma e ampliação do imóvel localizado na **Rua Santo Antônio, nº 13 - ficha 23** (processo 01510.000039/98-90), o último projeto (aprovado, mas não executado), foram autorizados dois pavimentos em um novo volume anexo à edificação, argumentando que os imóveis vizinhos caracterizam-se por possuir dois pavimentos ou com “volumetria protuberante” (figuras 255 e 256).



Figura 255: Rua Santo Antônio, 13 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2007).



Figura 256: Desenho da fachada existente e desenho da fachada proposta acrescido do volume posterior (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2007).

O problema está em que, em uma análise morfológica da sequência urbana, percebe-se que há uma quebra na relação volumétrica. A construção inicial ficaria modificada acrescentando um volume de fundos, isto reforçado pela ocupação do solo que originalmente era com área verde no centro da quadra e neste momento já está quase toda ocupada.

No projeto de restauração e reconstrução da edificação da **Rua Tenente Bessa, nº 55 - ficha 24** (processos 01510.000676-2008-71, 01510.000230-2009-28 e 01510.000757-2010-96), deve-se ressaltar que na sua reconstrução, muitas partes foram realizadas com base na documentação existente, tanto *in loco* como em documentação anterior. Após estar concluída a obra, aprovada pelo IPHAN, o proprietário revestiu a parede lateral, ao lado do acesso principal, com cerâmica, sem previa autorização (figuras 257 e 258).



Figura 257: Rua Tenente Bessa, 55 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2007).



Figura 258: Edificação Rua Tenente Bessa, 55, estado atual (Pedro Villegas Stello, 2015).

A edificação localizada na **Rua Tenente Bessa, nº 200 - ficha 25** (processos 01510.000015-99-02 e 01510.001067-2011-35), com projeto de alteração de fachada foi aprovado pelo IPHAN, que em seu parecer conclui:

> Ser possível a colocação de vitrine e porta de vidro no referido imóvel desde que seja recomposto o ritmo de vãos na fachada, voltando a ser composta por uma porta e duas janelas, e desde que a proporção destas destaque a verticalidade dos vãos. Condicionada a esta possibilidade está a recomposição do beiral no telhado, retirando a platibanda, que não está devidamente inserida neste tipo de arquitetura.

Este processo demonstra uma tentativa de retomada de uma tipologia "luso-brasileira" que já se perdeu. Neste caso tentando recuperar o beiral e outros elementos. A proposta não apresenta a base documental necessária para esta recomposição. Urbanisticamente essa proposta de beiral causa uma maior interferência dentro do conjunto.

Foi indicada a viabilidade da proposta assinalando que: "A fachada da edificação não apresenta características arquitetônicas relevantes (...)". Foi executado parcialmente, pois foi recomposto o beiral mas as aberturas permaneceram iguais (figuras 259 e 260).



Figura 259: Edificação da Rua Tenente Bessa, 200. Projeto proposto e edificação existente na época (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2007).



Figura 260: Edificação da Rua Tenente Bessa, 200. Estado atual (Pedro Villegas Stello, 2015).

É importante mencionar o prédio da Policia Militar Ambiental (processo nº 01510. 001184/2009-84), construído na **Avenida Engenheiro Colombo Machado Salles, s/n - ficha 26,** na área de entorno do Centro Histórico (figura 261 e 262).



Figura 261: Prédio da Polícia Militar Ambiental, vista norte (Mª Matilde Villegas J., 2015).



Figura 262: Prédio da Polícia Militar Ambiental, vista sul (Mª Matilde Villegas J., 2015).

O projeto arquitetônico foi desenvolvido para ser implantando em um terreno baldio localizado entre dois galpões abandonados na orla da lagoa Santo Antônio. O terreno não está inserido na poligonal de tombamento do Centro Histórico de Laguna, porém, situa-se em local considerado entorno imediato à área tombada.

De acordo com o parecer técnico 362-2009 "Por se tratar de um conjunto histórico edificado e paisagístico seu entorno imediato também é motivo de preocupação, planejamento e preservação. Entende-se por entorno imediato a área de amortecimento destinada a preservar a ambiência e as visuais do e para o Centro Histórico".

Segundo este parecer foi analisado a "(...) inserção à paisagem do Centro Histórico, o gabarito e volumetria das edificações vizinhas ao terreno, e principalmente, a interação que a nova edificação estabelece entre a população e a Lagoa Santo Antônio, (...)". Foi estudada a história da ocupação do terreno que possuía uma construção que desabou em meados de 2005. Também foi levada em consideração a importância da presença do Quartel do 3º Pelotão da Polícia Militar Ambiental nas proximidades do Centro Histórico de Laguna.

Este projeto foi aprovado e executado com algumas modificações solicitadas pelo IPHAN neste parecer com a justificativa de "(...) garantir e preservar a ambiência do entorno da área tombada e a relação existente entre o núcleo urbano e a lagoa Santo Antônio, solicitamos algumas adequações no projeto arquitetônico"

1. **Para evitar a obstrução da visibilidade da Lagoa Santo Antônio para as pessoas que transitam no passeio e via pública em frente ao Quartel;**

   Utilizar para o fechamento frontal um material vazado ou translúcido, de preferência implantá-lo no mesmo alinhamento da edificação;

Transferir os dois containers propostos em frente à garagem para os fundos da edificação;

Diminuir o tamanho da garagem que no projeto possui 9 (nove) metros de largura para 6 (seis) metros e manter as paredes laterais sem fechamento ou transferi-la para os fundos da edificação;

Implantar a edificação o mais próximo possível do galpão vizinho existente na lateral oeste do lote, projetando o segundo pavimento neste local para poder criar um escalonamento de alturas;

Modificar a implantação de forma a liberar área e ampliar o contato com a Lagoa.

2. **Não utilizar telha de fibrocimento nas coberturas, dar preferência ao uso de telha cerâmica na cor natural ou cobertura verde, com a possibilidade de utilização do mesmo como um mirante;**
3. **Nas esquadrias utilizar vidros translúcidos na cor natural;**
4. **A comunicação visual deve seguir as normas de fixação de placas utilizadas no Centro Histórico de Laguna e entorno;**
5. **Quanto ao paisagismo, antes de sua implantação, aprovar projeto específico junto ao IPHAN.**

O fator primordial neste processo é que, com esta construção, houve mais um caso de interrupção da relação existente entre a área urbanizada do Centro Histórico e a Lagoa de Santo Antônio, um dos motivos da implantação da cidade neste local e que é ressaltado no parecer de tombamento (figura 263).



Figura 263: Localização do prédio da Policia Militar Ambiental (adaptado de Google Earth, 2009).

Para a edificação construída na **Praça Vidal Ramos esquina Rua Duque de Caxias nº 179 - ficha 27** (processo 01510.001076/2011-26), durante vários anos foram apresentados diferentes projetos para a reformulação da fachada do anexo construído em 1974 (figura 264).

Os projetos realizados vão desde imitações da fachada eclética da casa que forma parte do conjunto, até intervenções contemporâneas.



Figura 264: Edificação da Rua Duque de Caxias, nº 179, (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2014).

Nos pareceres pode-se assinalar alguns elementos, no de 2001:

> Abertura de portas respeitando a altura, ritmo e dimensão das originais. Eliminação da pequena sacada construída em balanço, além do limite da fachada. Adequação do 2º pavimento respeitando o alinhamento e altura da platibanda. A solução arquitetônica deverá contemplar uma continuidade de desenho entre a fachada original e a nova proposta.

Já em 2011 estes criterios vão ser bem mais especificos:

> - Será permitida a abertura de porta junto ao passeio. A mesma deverá ter verga reta e a inclusão de escada de acesso poderá ser feita na área interna da edificação;
>
> - Deverão ser utilizadas, na cobertura, telhas cerâmicas francesas, similares ao modelo original;
>
> - A sacada frontal deverá ser recuada até o nível da fachada da edificação de influência eclética;
>
> - A ornamentação existente no embasamento, bem como no cunhal deverão ser retirados a fim de não confundir com a edificação de influência eclética;
>
> - A parte interna, de uma forma geral, poderá ser remodelada conforme as novas necessidades de uso, incluindo divisórias, sanitários, instalações elétrica, hidráulica e de rede lógica;
>
> Em relação às obras na edificação com características do Ecletismo, a mesma deverá ser objeto de uma solicitação específica, mas de uma maneira geral ela deve ser preservada e restaurada dentro das normas e técnicas adequadas ao bem Patrimônio Nacional. Algumas ações são urgentes como a recomposição de elementos de composição da fachada: frisos, cimalhas, cunhais e lambrequins da varanda entre outros.

No projeto de 2012 o parecer indica que "A proposta de remodelação da fachada desconsidera as edificações vizinhas principalmente em relação aos cheios e vazios, não apresentando adequada inserção ao Centro Histórico tombado". Acrescenta ainda que "A solução arquitetônica deverá contemplar uma continuidade de desenho entre a fachada original e a nova proposta".

Os projetos apresentados não foram aprovados, pois os proprietários não apresentaram nenhuma proposta coerente e a equipe técnica não consegue chegar a uma conclusão sobre o que fazer.

A partir de setembro de 2015 os proprietários, após, notificação do IPHAN em função do mau estado de conservação iniciaram obras de intervenção nas fachadas recompondo os ornamentos da fachada eclética e retirando a sacada construída na lateral, na Rua XV de Novembro. Não foi apresentado projeto de restauração, mas a obra está seguindo as orientações anteriores apresentadas pelo IPHAN (figura 265).



Figura 265: Edificação da Rua Duque de Caxias, 179, em obras (Pedro Villegas Stello, 2015).

Neste processo é importante ressaltar que, por primeira vez, se faz referência ao parecer de tombamento do Centro Histórico de Laguna, no parecer de 2012 se encontra como justificativa para indeferir o processo: "Justificativa de tombamento está fundamentada na informação nº 107/84, de 19/09/1984, (...) Recomenda-se assim, o tombamento (...) e pelo conjunto de edificações em sua volumetria, em sua ocupação do solo e em suas características arquitetônicas, que expressam a continuidade da evolução histórica do núcleo original".

O caso do imóvel localizado na **Rua Jacinto Tasso, nº 45 - ficha 28** (processo 01510.000271/2012-10), trata da demolição da casa existente e construção de obra nova. Dentre as recomendações feitas pelo IPHAN no parecer referente à consulta de viabilidade de 2009, pode-se assinalar que o novo projeto deveria:

> Respeitar a volumetria, taxa de ocupação e recuos existentes. Passível de renovação diante de projeto arquitetônico aprovado. Cobertura com telha cerâmica na cor natural. Aberturas de madeira ou alumínio pintado. Reboco na fachada liso sem revestimento cerâmico.

Em 2012 foi aprovada a demolição da edificação existente, mediante a apresentação do projeto da nova edificação que foi aprovado por cumprir com as normas e critérios de intervenção enquanto ao número de pavimentos e taxa de ocupação. A nova obra, mesmo cumprindo com os parâmetros estabelecidos pelo IPHAN, não se insere no contexto das sequências urbanas, formada por terrenos estreitos de características do período colonial e edificações, muitas delas, térreas luso-brasileiras. Outro fator que faz que esta edificação não se integre na paisagem é o uso de revestimentos cerâmicos na fachada (figuras 266 e 267).



Figura 266: Edificação existente na Rua Jacinto Tasso, 45 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2012).



Figura 267: Edificação da Rua Jacinto Tasso, 45, atual (Pedro Villegas Stello, 2015).

O exemplo da **Praça República Juliana, nº 147 - ficha 29** (processos 01510.000062-94-88, 01510.000035-96-77 e 01510.000087-2014-31) trata de um projeto de reforma da edificação desocupada que foi modificada em várias oportunidades. Conforme documentação fotográfica pode-se perceber que em um dado momento existia no local uma edificação luso-brasileira térrea, posteriormente foi substituída por uma com características do *Art Déco* de dois pavimentos e na década de 1980, pela atual conformação (figura 268).



Figura 268: Imagem da edificação com características do *Art Déco* (ETec Laguna – IPHAN/SC, s/d) e edificação no estado atual (Mª Matilde Villegas J., 2015).

O novo projeto apresentou uma proposta contemporânea tanto na sua planta como na sua fachada. Após muitas reuniões e discussões sobre os critérios de intervenção e a forma de aplicá-los, a posição de alguns técnicos do IPHAN, foi pela reformulação da fachada baseada na premissa de que o segundo pavimento deveria se mimetizar com os telhados das construções adjacentes. O projeto aprovado foi o proposto pelos arquitetos com algumas adequações, sem a tentativa de mimetizar a obra, respeitando seu caráter contemporâneo e sua volumetria existente desde o tombamento.

De acordo com o parecer técnico:

> Trata-se de uma intervenção em imóvel abandonado sem características arquitetônicas ou históricas a serem preservadas. A proposta apresentada mantém a volumetria existente, com alteração da fachada e das divisões internas. Os elementos propostos como a marcação horizontal acima do primeiro pavimento fazem uma transição entre as cimalhas das duas edificações vizinhas, o acesso dividido em três vãos permite a continuidade visual do alinhamento da edificação em relação a face da quadra.

O parecer conclui que:

> As intervenções propostas estão de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo IPHAN-SC para o Centro Histórico de Laguna. Propõe o uso misto comercial/residencial, incentivando o uso habitacional no Centro Histórico, fator que promove a sua dinamização e conservação.

Este projeto foi bastante polêmico, sobre tudo porque os técnicos se encontravam divididos entre as propostas, fazendo mais notória a interferência no processo projetual por parte da instituição (figura 269).



Proposta IPHAN Proposta Proprietário

Figura 269: Edificação da Praça Republica Juliana, 147 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2014).

O último processo analisado é o localizado na **Rua XV de Novembro nº 140, esquina Praça Vidal Ramos - ficha 30** (processo nº 01510.001562/2013-14), onde neste momento se encontra uma edificação térrea de esquina, com recuos frontal e lateral, que não apresenta elementos arquitetônicos de linguagem relevante para o conjunto tombado. Anteriormente existia no local uma edificação eclética de dois pavimentos onde funcionava uma sala de

cinema (figura 270). Esta edificação ruiu em meados de 1980, sendo construído o atual prédio (figura 271).



Figura 270: Foto com a antiga edificação na esquina da Praça Vidal Ramos, primeiras décadas do século XX (ETec Laguna – IPHAN/SC).



Figura 271: Lote e edificação existente (Mª Matilde Villegas J., 2015).

O processo foi aberto no ano de 2013 com uma consulta de viabilidade, onde foram definidos os coeficientes a serem utilizados. Nesta oportunidade o IPHAN assinala a importância de:

> Além dos coeficientes acima descritos a nova edificação deverá ter linguagem arquitetônica contemporânea, evitando a construção de imitações estilísticas o que resultaria em um falso histórico, utilizar materiais contemporâneos, assim como estar em harmonia com os prédios tombados do seu entorno, a partir da utilização de elementos como ritmo, proporção, eixos de composição, etc. Não será permitido a utilização dos afastamentos como área de estacionamento.

Já em 2014 foi solicitada a aprovação do projeto (figura 272), que foi indeferido por não cumprir com todas as diretrizes solicitadas:

> A proposta não segue tais orientações, não considerando as proporções e eixo de composição das edificações vizinhas. A nova edificação deve ser implantada no mesmo nível das edificações vizinhas, o que resultaria em uma composição mais adequada ao local. Ainda faz-se necessário a especificação de materiais de acabamento, local para fixação de aparelhos de ar condicionados, detalhamentos, estudo de cores, planta indicando o que será demolido, planta de cobertura e localização. Na lista abaixo estão indicados o que deve ser complementado nas pranchas apresentadas



Figura 272: Volume apresentada pelo proprietário, proposta 1 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2014).

Nesta oportunidade foi anexado um croqui de volume proposto pelo IPHAN (figura 273). No transcurso de 2014 e 2015, foram feitas várias reuniões entre técnicos e proprietário para poder definir os parâmetros construtivos do projeto, neste tempo foram questionados alguns pontos como o tratamento das fachadas (figura 274), a utilização de mezanino que se encontrava caracterizado como um segundo pavimento, deixando a edificação com três pavimentos, o que não seria permitido pela legislação vigente e o uso de materiais como vidros reflexivos, proibidos no Centro Histórico.

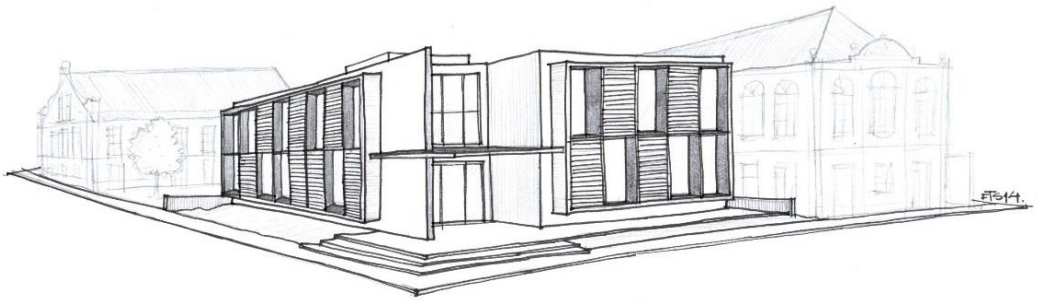


Figura 273: Volume proposto pelo IPHAN (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2014).



Figura 274: Volume apresentado pelo proprietário, proposta 2 não aprovada (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2015).

Foram incentivados o uso de alguns materiais e elementos construtivos como: as paredes verdes, os brises em madeira cor natural e a definição de cores. Este parecer finaliza com sua aprovação e assinalando a importância do tombamento de Laguna:

> - o tombamento do Centro Histórico de Laguna se deu como uma cidade documento, onde as diversas intervenções arquitetônicas que marcam as mudanças socioculturais, econômicas e tecnológicas e contribuem harmoniosamente com o conjunto devem conviver;
>
> - o projeto está dentro dos padrões urbanísticos estabelecidos no Plano de Preservação do Centro Histórico de Laguna, elaborado pelo IPHAN;

Este projeto foi aprovado pelo Escritório Técnico de Laguna (figura 275), mas foi indeferido pela Superintendência Regional, que foi acompanhado por um despacho para a Divisão Técnica da Superintendência para nova análise:

> (...) encaminhar o processo supracitado, instruído por parecer técnico emitido pelo ETEC Laguna, com o qual não concordo e portanto não aprovaria, especialmente no que tange a fachada de fundos da edificação, visto que o impacto visual que ora causa é bastante considerável. Desta forma, solicito nova análise e manifestação sobre o projeto, solicitando as adequações necessárias.



Figura 275: Volume apresentada pelo proprietário, proposta 3 (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2015).

A divisão técnica encaminhou um parecer apresentando uma proposta para tratamento de fachadas e reorganização das plantas (figura 276), e assinalou:

> Também anexamos a este parecer a reorganização interna das plantas do térreo e do ático (restaurante). Mas salientamos que, desde que mantido o volume do elevador com o recuo de dois metros e o tratamento de fachada acima descrito, o layout interno poderá ser modificado (...).

Paralelo com este parecer, surgiram novas discussões internas a respeito deste projeto, voltam a ser discutidos os recuos que originalmente foram definidos tendo em conta a situação atual do terreno, a ideia dos técnicos do Escritório do IPHAN em Laguna era a de conservar os recuos existentes e em carta enviada para a Superintendente assinalam:

> (...) acreditamos que seja conceitualmente dúbio, pois como falamos na quinta-feira, o Centro Histórico de Laguna tem sua formação urbana a partir de várias contribuições de distintas épocas, morfologias urbanas e tipologias arquitetônicas.

> Os recuos variam de acordo com as diferentes épocas e isto está representado em várias edificações existentes no Centro Histórico. Iniciado no período do ecletismo, primeiramente nas laterais e depois das vias públicas, os recuos de jardim são mais fruto das novas tipologias (urbanas e arquitetônicas) do que o pensamento de alargamento de ruas. Este fator ocorre, principalmente a partir das décadas de 1960/1970, quando o número de automóveis cresce bastante em todo o país e passa a influenciar no (re)planejamento urbano das cidades, prevendo espaço específico e não se considera a utilização dos recuos de jardim par tanto (carta 12-09-2015).



Figura 276: Novo volume proposto pelo IPHAN/SC (ETec Laguna – IPHAN/SC, 2015).

Neste mesmo documento fazem referência ao parecer de tombamento citando parte do texto de Franco onde assinala que recomenda o tombamento do Centro Histórico de Laguna:

> (...) em seu acervo paisagístico constituído pelo sistema natural que o envolve, pelo conjunto de logradouros em seu traçado e dimensão, pelo cais junto à lagoa de Santo Antônio e pelo conjunto de edificações em sua volumetria, em sua ocupação do solo e em suas características arquitetônicas, que expressam a continuidade da evolução histórica do núcleo urbano original, acervo delimitado pelo perímetro apresentado.

Outro fator que foi importante nesta definição foi a relação deste novo volume com o prédio vizinho:

> Além do mais ao se implantar a edificação junto ao passeio público, o prédio vizinho ficará prejudicado pois passará a ter um paredão de dois pavimentos a poucos metros, anulando a sua visibilidade e insolação, principalmente do acesso, que neste caso é lateral e bastante hierarquizado.

Finaliza este documento ressaltando a importância de que sempre foram atendidas as mudanças solicitadas e que esta atitude fragilizará a Instituição e transparecerá a falta de coerência nos conceitos que norteiam as ações.

Novamente se percebem duas atitudes que estão presentes no decorrer dos pareceres, por um lado a falta de coerência e clareza nos critérios de intervenção e por outro a interferência por parte dos técnicos nos processos projetuais.

No final deste período nota-se uma mudança na forma de pensar por parte dos profissionais que atuam no Escritório Técnico de Laguna, demonstrando uma maior preocupação com a forma de abordar os critérios de intervenção principalmente para obras novas no Centro

Histórico. Em um processo (nº 01510.001076/2011-26) referente a edificação localizada na Praça Vidal Ramos esquina Rua Duque de Caxias nº 179, pode-se ressaltar parte de um texto que apresenta alguns dos conceitos que se vem utilizando:

> De uma maneira geral a preservação de edificações patrimoniais:
>
> Ela pressupõe não apenas a manutenção de sua aparência, mas também das técnicas construtivas utilizadas. As mesmas retratam os modos de fazer e viver da época em que o imóvel foi construído e fazem parte da nossa memória coletiva;
>
> Algumas intervenções de modernização são admitidas, desde que não altere a essência do bem protegido, uma vez que as necessidades atuais são diferentes das de épocas anteriores e a preservação do patrimônio deve ser compatível com os anseios dos seus usuários e da comunidade;
>
> Toda a ação de modernização ou adequação de edificações históricas, bem como possíveis ampliações, deve ter a marca do tempo em que é executada e em harmonia com o prédio protegido.

Concluindo esta análise dos processos de avaliação dos projetos de intervenções do Centro Histórico de Laguna, pode-se perceber que se continua trabalhando e normatizando as novas edificações ou ampliações como se elas se encontrassem inseridas dentro de conjuntos homogêneos, representativos de um tipo de arquitetura, e não em sequências urbanas que se caracterizam por apresentar grande variedade de edificações de diferentes tipologias urbanas e arquitetônicas, um dos elementos pelos quais foi tombada como cidade-documento.

Durante a trajetória da preservação de Laguna, se observa que o IPHAN/SC tem dificuldade para aprovar inserções de arquitetura contemporânea, algumas vezes preferindo a arquitetura mimética, chamada de "neutra" que não representa a evolução urbana e arquitetônica preconizada no seu tombamento. E é precisamente pela falta da compreensão dos elementos acima enunciados que essa dificuldade se faz mais evidente. Também, por esta razão, pode-se observar que os processos de aprovação de projetos de obras novas e acréscimos são difíceis de resolver, tanto internamente na Instituição, como com relação aos proprietários e aos profissionais que atuam na elaboração dos projetos, fragilizando a ação institucional do IPHAN.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Histórico de Laguna, tratado nesta dissertação, conforma um conjunto valorizado em função de suas características urbanas - implantado em uma área protegida por um sistema natural formado pelo complexo de morros e a Lagoa de Santo Antônio -, e arquitetônicas de diferentes períodos, que marcaram a sua trajetória de ocupação e sua paisagem. Características que, somadas a sua historia de conquista do território sul brasileiro, justificaram o seu tombamento como Patrimônio Nacional em 1985, quando lhe foi atribuído o valor de cidade-documento.

Conforme exposto na introdução deste trabalho, o objetivo principal foi desenvolver uma reflexão sobre o Centro Histórico de Laguna como cidade-documento, apresentando suas diferentes leituras, analisando suas transformações e permanências, tendo em conta as diretrizes e mecanismos de preservação dos centros históricos. Com esta finalidade foram analisados vários aspectos como a formação e desenvolvimento de Laguna; a sua preservação contextualizada no cenário Nacional; uma reflexão sobre a evolução do conceito de cidade-monumento para o de cidade-documento. Tendo em conta esta base foi elaborado um estudo do processo oficial de proteção do patrimônio cultual da cidade, apresentando uma visão geral da preservação do Centro Histórico de Laguna. Realizou-se uma análise morfológica e tipológica do conjunto, chegando a definir a sequência urbana como elemento metodológico para a avaliação dos projetos de intervenção e sua adequação ao conceito de cidade-documento pelo qual foi tombado pelo IPHAN. Os processos de intervenções nos imóveis do Centro Histórico, encaminhados ao IPHAN para aprovação, foram fontes fundamentais para a avaliação do uso do conceito cidade-documento atribuído no tombamento.

Cabe anotar em primeiro lugar que os aspectos morfológicos e tipológicos são elementos significativos e legíveis do Centro Histórico de Laguna - cidade-documento - que podem orientar os procedimentos de preservação e os critérios de intervenção. Como foi analisado, no capítulo quatro, o traçado urbano, com suas diferentes configurações, é o elemento mais estável e permanente, que define os dois componentes essenciais do espaço urbano: o público e o privado. Este determina as características dos demais elementos urbanos como ruas, quadras, lotes e praças, bem como os elementos arquitetônicos como as tipologias em sua implantação e gabaritos. Esta malha se adapta aos condicionantes locais e as transformações das diferentes épocas, na proporção das

quadras e principalmente nos terrenos com a implantação das edificações dos diferentes períodos, onde se pode encontrar os padrões morfológicos e tipológicos que deveriam nortear as novas intervenções. No caso de Laguna, como foi analisado neste mesmo capítulo, o Centro Histórico é caracterizado pela diversidade de traçados de acordo com os diferentes períodos de formação, são quadras, praças, ruas e lotes de vários tamanhos. Em síntese, são sequências urbanas que condizem com as diferentes arquiteturas que foram construídas através do tempo, e que ainda permanecem em uma convivência harmônica.

Como foi avaliado no capítulo quinto, no Centro Histórico de Laguna, se tem trabalhado com grandes setores morfológicos homogêneos e normatizando as novas edificações ou ampliações como se elas se encontrassem inseridas dentro de conjuntos homogêneos, representativos de um tipo de arquitetura, e não em sequências urbanas que se caracterizam por apresentar grande variedade de edificações de diferentes tipos, um dos elementos pelos quais foi tombada como cidade-documento.

Na área tombada permanecem poucos lotes livres para serem construídos e são relativamente escassos os espaços que permitem acréscimos volumétricos, o que torna viável a realização de análises específicas das sequências urbanas onde estão inseridos, determinando as características tipológicas e morfológicas que podem definir os critérios que nortearão as intervenções tanto em seus elementos edilícios, como de implantação no lote. O conjunto de informações sobre a cidade de Laguna já é bastante generoso e elaborado, desde as primeiras iniciativas de tombamento pelo IPHAN, conforme foi visto ao longo do texto, o que oferece as condições para uma leitura de sua forma urbana e definição de critérios morfológicos e tipológicos, a partir dos quais a arquitetura se desenvolveria de acordo com a Laguna contemporânea.

Durante a trajetória da preservação de Laguna, se observa que o IPHAN/SC tem dificuldade para aprovar inserções de arquitetura contemporânea, algumas vezes preferindo a arquitetura mimética, chamada de “neutra”, que não representa a evolução urbana e arquitetônica preconizada no seu tombamento. E é precisamente pela falta da compreensão dos elementos acima enunciados que essa dificuldade se faz mais evidente. Também, por esta razão, pode-se observar que os processos de aprovação de projetos de obras novas e acréscimos são difíceis de resolver, tanto internamente na Instituição, como com relação aos proprietários e aos profissionais que atuam na elaboração dos projetos, fragilizando a ação institucional do IPHAN.

Ainda cabe responder o que é a cidade-documento na prática da gestão e em que medida este conceito vem orientado as ações de gestão do IPHAN em Laguna.

Como foi desenvolvido no segundo capitulo, os processos de tombamento do patrimônio cultural da cidade marcam dois momentos importantes da história da preservação do patrimônio cultural brasileiro. O primeiro, na década de 1950, da Casa da Câmara e Cadeia, com a proteção de um bem pelo seu valor individual, se deu dentro da denominada “fase heroica” do IPHAN (entre 1938 e 1968), caracterizada por processos mais sucintos e com uma visão de proteção justificada a partir do conceito de monumento histórico, são bens consagrados como testemunhas do passado, construindo uma narrativa de uma determinada história do Brasil. O período foi marcado, sobretudo, pelo tombamento de monumentos isolados considerados "documentos de identidade da nação brasileira" (conforme Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1961 apud Rubino, 1992, f. 11).

Observa-se aqui o fato de que o município, também valorizou edificações na cidade pelo seu valor individual, selecionando para tombamento, em 1978, sete casas, em 1981, duas mais. Pode-se dizer que eram alguns dos principais imóveis, com características arquitetônicas ou históricas mais relevantes no contexto urbano. Também neste período foram tombadas algumas fachadas localizadas na Praça República Juliana e no Largo do Rosário.

O segundo momento, do tombamento do Centro Histórico, em 1985, reflete a mudança de foco da preservação cultural no Brasil, dentro de novos conceitos, que levam em consideração não apenas o monumento isolado, mas seu contexto sociocultural e ambiental, pois a importância não está somente em monumentos destacados da paisagem da cidade, incidindo a proteção sobre a paisagem urbana como um todo, incluindo todos os períodos que a formaram.

Na análise dos documentos que compõem os processos de tombamento se pode observar os diferentes discursos que orientaram a ação do IPHAN num espaço de três décadas, ocorrido entre os dois Tombamentos, acompanhando a trajetória das transformações no conceito de patrimônio cultural, bem como sua relação com as cidades e o quadro sócio-político atuante. Demonstram também que, embora tenha ocorrido uma aproximação com a sociedade, a partir dos movimentos sociais que ocorreram nos anos de 1970 e 1980, o tombamento ainda é centrado na percepção

técnica do IPHAN. Evidenciam ainda as diferentes formas de entender as questões da relação dos bens tombados com seu contexto físico e histórico. Enquanto no tombamento da Casa de Câmara e Cadeia há a preocupação da pureza estilística e com o "original", não importando as suas modificações no tempo, como foi explicitado no capítulo dois, no processo do Centro Histórico quer-se valorizar todas as contribuições que "(...) expressam a continuidade da evolução histórica do núcleo urbano original" (FRANCO, 1984, p. 13).

Pode-se considerar que o parecer de tombamento do Centro Histórico de Laguna modificou os padrões de conceituação dos centros históricos, que passam de cidade-monumento - que parafraseando Sant'Anna (1995, p. 215), são uma "relíquia e paradigma da civilização material" - para a cidade-documento onde os processos sociais e econômicos estão presentes no seu espaço construído formando um conjunto e não como o somatório de edificações de valor patrimonial e estilisticamente uniformes.

Com seu parecer de tombamento para o Centro Histórico de Laguna, Franco (1984) demonstra que nem todas as marcas importantes e características de um local estão impressas nas cartografias ou nos seus elementos arquitetônicos e urbanos, mas sim em uma gama de vestígios - de todo o processo de ocupação do espaço -, que muitas vezes não estão evidenciados no tecido urbano. É preciso desenvolver modos de leitura dessa gama de vestígios, para sua apropriação como valores que vão além do "controle estético, estilístico e principalmente fachadista" (MOTTA, 1987, p. 122). Este tipo de controle na perspectiva da cidade-documento deve ser ampliado "pelo registro não só dos vários elementos integrantes do conjunto histórico, mas do seu todo, garantindo-se a leitura de seu processo de formação e de sua trajetória" (MOTTA, 1987, p. 122).

O conceito de cidade-documento que é tratado no tombamento de Laguna permeia as narrativas de valoração e deveria orientar os procedimentos de preservação, no entanto a prática da preservação não vem se apoiando nesse conceito. As intervenções ocorridas no Centro Histórico de Laguna, promovidas ou aprovadas pelo IPHAN, desde o seu tombamento, seguiram manejando os conceitos tradicionais, aplicados à cidade-monumento, onde a preocupação maior é com as características estilísticas. O documento elaborado por Franco (1984) pretendia incorporar um conceito mais amplo para entender a cidade como patrimônio. Desta forma na cidade-documento, como conceitualmente é estudada, as novas edificações deveriam ser o reflexo das

características socioculturais, urbanas e arquitetônicas do momento histórico em que são implantadas.

A forma como Franco (1984) propõe entender os centros históricos, possibilita a proteção do patrimônio como uma conformação que pode ser lida na perspectiva de incluir o conjunto de aspectos de sua forma, como resultado da ação de seus produtores (os grupos sociais que participaram de sua formação e desenvolvimento). O que importa são os significados contidos na materialidade da cidade, que devem ser compreendidos e apropriados pelas comunidades que nela vivem, onde o tangível e o intangível formam a cidade-documento.

No caso de Laguna, cidade-documento, como foi visto no capítulo cinco, tanto as aprovações para novas edificações, como as diretrizes utilizadas, estão baseadas em parâmetros que condizem com os tradicionais enunciados da cidade-monumento. O que se vê ocorrer até os dias atuais, quando se analisa os processos de aprovação de projetos no perímetro tombado, em relação às novas inserções, é que as normativas são contraditórias, com relação ao conceito de cidade-documento, pois são baseadas em noções de harmonia, mimetismo e neutralidade. O problema também está na definição de o que é ser harmônico, mimético, ou neutro. Uma edificação com algumas características que lembram a arquitetura de outra época pode ter estas qualidades? Seria isso o mais pertinente?

Por estes motivos pode-se afirmar que o conceito de cidade-documento não vem orientando as novas intervenções no Centro Histórico de Laguna. O conceito foi utilizado no discurso do tombamento, mas não na prática da preservação.

Também é importante assinalar que as transformações que vêm acontecendo demonstram, muitas vezes, as contradições e as incertezas do trabalho cotidiano dos técnicos do Escritório do IPHAN em Laguna, refletindo na falta de entendimento das suas ações por parte da comunidade.

Pode-se observar, no capítulo dois, que o conceito de proteção de áreas urbanas tem se ampliado, no entanto está ampliação não se reflete nas políticas e práticas de preservação de centros históricos. Neste momento é importante pensar em uma base teórico-conceitual que possibilite solucionar a questão da implantação de novas construções em áreas consolidadas, tentando resolver o conflito entre modernidade e continuidade, recuperando e melhorando os centros históricos e sua relação com a

sociedade, tendo uma postura crítica diante das transformações geradas pelo mundo moderno. Isto envolveria não apenas aspectos formais, conforme se buscou analisar nesta dissertação, mas os usos dos sítios e seus imóveis, além do estabelecimento de procedimentos de interação e de decisão mais participativas com a comunidade.

Como se viu no capítulo cinco, nos últimos anos nota-se uma mudança na forma de pensar, por parte dos profissionais que atuam no Escritório Técnico de Laguna, demonstrando uma maior preocupação com a forma de abordar os critérios de intervenção, principalmente para obras novas e ampliações no Centro Histórico. Têm surgido grandes discussões a respeito de como tratar este patrimônio cultural e como ser o mais objetivo possível nas decisões, chegando a entender que este patrimônio deve ser tratado como um todo, formado por um conjunto heterogêneo e dinâmico, não só em seu tratamento como também em seu uso. O processo deve considerar as questões de habitação, comércio, serviços e da permanência dos moradores.

É importante também pensar na questão ambiental. A implantação de Laguna foi determinada justamente pelas condições naturais e geográficas que o sítio apresenta, e este foi um dos motivos mais representativos para seu tombamento. Atualmente apresenta fortes sinais de fragilidade ambiental, pois depende de muitos fatores para a sua sustentabilidade. A Lagoa Santo Antônio, que banha uma grande parcela do seu território, é parte integrante do maior complexo lagunar do sul do Brasil e vem sofrendo sérias agressões ambientais, principalmente oriundas da poluição gerada por vários fatores. Os morros que o circundam estão protegidos tanto pelas leis ambientais, quanto pelo tombamento e se encontram, em termos gerais, em bom estado de preservação, uma vez que são poucas as edificações existentes nessas áreas de preservação.

Outro fator que merece atenção, ainda dentro dessa questão ambiental, é a relação da malha urbana com a Lagoa de Santo Antônio, tanto dentro da poligonal de tombamento como no seu entorno, que sempre foi uma característica marcante da sua implantação e da vida social e cultural da comunidade. Com o crescimento urbano dos últimos anos esta relação vem se perdendo, pois novas construções estão ocupando a margem da lagoa. O IPHAN vem trabalhando na recuperação deste espaço por meio de projetos como a requalificação da orla (2006-2007) e do Mercado Público Municipal (a partir de 2014).

Neste momento é importante repensar um pouco sobre a preservação do patrimônio e especificamente sobre o que representa a cidade-documento como possibilidade de

compreender e desenvolver trabalhos nos sítios urbanos, sendo, segundo Motta (2000 p. 135), uma alternativa de:

> (...) construir um patrimônio urbano à altura do discurso da diversidade e da inclusão democrática empregando esse conceito. Os sítios urbanos e seus imóveis nessa perspectiva são considerados como referência de uma população heterogênea e capaz de reconhecer neles elementos de sua história e identidade, seja como parte da nação, da cidade, seja como lugar de sua vivência, que dá às pessoas um sentido de pertencimento a um território — as cidades constituem referenciais que vinculam o cidadão ao lugar e criam identidades.

Ante este panorama, é importante lembrar que uma das mais complexas ações para a arquitetura e o urbanismo são as intervenções contemporâneas em Centros Históricos, pois, se por um lado, as teorias de restauração recomendam que as novas inserções sejam condicionadas pelos parâmetros de entorno como harmonia, ritmo, proporção e alinhamentos, por outro lado afirmam a necessidade de fazer uma obra condizente com o momento da intervenção.

Finalizando pode-se trazer um escrito de Leonardo Da Vinci (apud OSTROWER, F. 1998, p. 1, in: Dourado 2003, p.09), em relação às ressonâncias que um elemento novo ao ser colocado em um espaço pode causar no seu entorno:

> Assim como uma pedra jogada na água torna-se centro e causa de muitos círculos, e o som se difunde no ar em círculos crescentes, assim também qualquer objeto que for colocado na atmosfera luminosa propaga-se em círculos e preenche os espaços em sua volta com infinitas imagens de si, reaparecendo em todas e em cada uma de suas múltiplas partes.

Num centro histórico que se tornou especial em função do tombamento, já tendo sido objeto de tantos estudos, tensões e intervenções, o que se pode é observar os "círculos", e nesta dissertação a proposta é oferecer mais um procedimento de observação, com a intensão de contribuir com um olhar técnico sobre as "infinitas imagens", sejam as que já existiam no tombamento, seja as que vão se conformando. Imagens que informam sobre a história e sobre os produtores da história. Oferecer uma contribuição para decisões sempre complexas diante do permanente processo de transformações urbanas e o delicado equilíbrio ente seus diferentes tempos e potencial documental.

REFERÊNCIAS

FONTES (Documentos administrativos)

ARQUIVO NORONHA SANTOS. **Processo de Tombamento Casa de Câmara e Cadeia**, Rio de Janeiro, 1954.

_____. **Processo de Tombamento do Centro Histórico de Laguna**, Rio de Janeiro, 1984.

ESCRITORIO TECNICO DE LAGUNA/IPHAN. **Proposta de Normas de Preservação para o Sitio Histórico de Laguna,** Laguna, 2007.

_____. **INBI-Inventário Nacional de Bens e Imóveis**, Laguna 2005.

_____. **INCEU- Inventário de Configurações de Espaços Urbanos**, Laguna, 2006.

_____. **Documentos arquivados**, Processos de aprovação de projetos de intervenção de 1985 à 2015. Laguna 1985-2015.

FRANCO, Luís Fernando. P. **Informação nº 107/84**, Arquivo Noronha Santos/IPHAN, Rio de Janeiro, 1984.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ e LIMA, 2000 **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. São Paulo: Pró-Editores, 2000.

ALMEIDA, Mirian de Lourdes. **A Cidade de Pirenópolis e o Impacto do Tombamento**. Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Brasília, 2006.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. "Arquitetura contemporânea e patrimônio edificado: Uma análise das intervenções projetuais em preexistências a partir da forma arquitetônica". In: **Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado**, 2008, Salvador. Anais. Salvador, CD-ROM.

ARANTES, Antônio A. O Patrimônio cultural e seus usos: a dimensão urbana. In: **Habitus**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 425-435, jan./jun. 2006.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Projeto é destino**. São Paulo: Ática, 2001.

ARNS, A.B. **Laguna, uma esquecida epopeia de franciscanos e bandeirantes, e a história de uma velha igreja**. Curitiba: Imprimax, 1975.

Arquivo Histórico do Exército/RJ, In: PESSOA, J. Em Tudo Semelhante, em Nada Parecido. Modelos e Modos de Urbanização na América Portuguesa. **Revista Oceanos**, nº 41, Jan/Mar Lisboa: Maiadouro, 2000, pp. 70 a 81.

AYMONINO, Carlo. **El significado de las ciudades**. Madrid: Herman Blume Ediciones, 1981.

BAHIA, Cláudio Listher Marques. JK – Política, Arte e Arquitetura – Uma Experiência Moderna. In: **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**. Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 119-137, dez/2004.

BITTENCOURT, João Batista. **Estado Novo, Cidade Velha O Governo Ditatorial de Getúlio Vargas desde Laguna**. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

_____. Decreto-lei nº 25/37

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.

_____. **Laguna e outros ensaios**. IHG, 1939.

CALVINO, Ítalo. **Las Ciudades Invisibles**. Barcelona: Minotauro 1998.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. **Tipologia de la edificación: estructura del espacio antrópico**. Madrid: Celeste, 1995.

CARSALADE, Flavio de Lemos **Desenho contextual: Uma abordagem fenomenológico-existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

CARVALHO, J. S. Tombamento. In: **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1997. pp 434-447

CASTELNOU, Antônio. **Arquitetura & Cidade Contemporâneas**. Curitiba: Apostila, Universidade Federal do Paraná, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Curitiba, 2010.

CASTRIOTA, Leonardo Barcci. Intervenções sobre o patrimônio urbano: modelos e perspectivas. In: **Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável**, b. 1, n. 1, set/dez. 2007. Disponível em www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/.../54 Acessado em 15/01/2015.

CASTRO, Sônia Rabello de. **O estado na preservação de bens culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CERVELLATI, Pier Liugi. "El Projecto de la Conservación", In: **Los Centros Hitoricos, Politica Urbanistica y Programas de Actuación**, Barcelona: Editorial Gili, 1983.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Edart, 1972,

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais** (Caderno de Documentos nº 3). Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

DALL'ALBA, J. L. **Laguna antes de 1880. Documentário.** Florianópolis: Lunardelli/UDESC, 1979.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

Dicionário de Português Online. Michaelis. Disponível em http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=sequ%EAncia , acessado em 20/09/2015.

DOURADO, Odete. Por um Restauro Urbano: Novas Edificações que Restauram Cidades Monumentais. In **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, v.6, n.1. 2003 pp 8 – 13 Disponível em: http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3225/2342 acessado em 15/08/2015

DURÁN ROCCA, Luisa. **Açorianos no Rio Grande do Sul. Antecedentes e Formação do Espaço Urbano do Século XVIII**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

DURAND, J. N. L. **Compendio de Lecciones de Arquitectura**, com Prólogo de Rafael Moneo. Madrid: Xarait, 1981.

ELÍBIO, Soraya Vieira. **Trajetórias de Desenvolvimento: Porto de Laguna e Porto de Imbituba. Florianópolis**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005. Disponível em: http://www.tcc.bu.ufsc.br/economia295623 acessado em: 28/10/2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: O dicionário da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.

GALVÃO, Manoel N. Fonseca. **Notas Geográficas e Históricas sobre Laguna**. Desterro: Desterro, 1884.

GARCIA ROIG, José Manuel. **Elementos de análisis arquitectónico**. Valladolid, Universidade de Valladolid, 1998.

GASPAR, Madu. **Sambaqui: arqueologia do litoral brasileiro**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.

GENDROP, Paul, **Diccionario de Arquitectura Mesoamericana**, 2ª. ed., México: Trillas, 2001.

GRACIA, Francisco de. **Construir em lo construído: La arquitectura como modificación**. 3ª ed. Madrid: NEREA, 2001.

GUTIERREZ, Ramón. Arquitectura e Identidad, In: **Seminário Arquitectura e Identidad**. Centro de Arte y Comunicación de la Escuela de Altos Estudios, Buenos Aires - Argentina, 1982.

_____. **Arquitectura y urbanismo en Iberoamérica**. Madrid: Cátedra, 2002.

_____. La Situación del Patrimonio Cultural Argentino y Latinoamericano, In: **Jornadas Nacionales Año de las Naciones Unidas del Patrimonio Cultural**. Centro Cultural Borges Buenos Aires – Argentina, 2002b.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro – 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HUK, Soeli Regina. A História de Laguna. **Oficinas Culturais IPHAN**. Laguna, 2009. Apostila. Fotocopiado.

IPHAN. **Cidades Históricas - Inventário e Pesquisa – Tiradentes**, 2005.

_____. **Inventário nacional de bens imóveis: sítios urbanos tombados: Manual de Preenchimento**. Brasília: IPHAN / DID. 2002.

_____**. Portaria nº 420/10**.

KESSEL, Carlos. **Arquitetura neocolonial no Brasil: entre o pastiche e a modernidade**. Rio de Janeiro: Jauá Editora, 2008.

KOHLSDORF, Maria Elaine. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

KOHLSDORF, Maria Elaine; KOHLSDORF, Gunter. **Dimensões morfológicas dos lugares – dimensão Topoceptiva**. Brasilia, março/2005. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/89266369/texto-Maria Elaine acessado em: 28/10/2015.

LA PASTINA FILHO, José. **Conservação de telhados: manual**. Brasília: IPHAN, 2005.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

LE GOFF, Jaques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp. 1990.

LOMBARDI, Giorgio. A Cidade Histórica como suporte da Memória. In: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento de Patrimônio Histórico. **Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992. pp 81-87.

LUCENA, Liliane M. F. **Laguna: de ontem a hoje espaços públicos e vida urbana**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

MAIA, Éolo et al. **3 arquitetos, 1980-1985**. Belo Horizonte, 1985.

MENÉNDEZ GARCIA, Madeline. Tipologia de la Arquitectura Doméstica del Centro Historico La Habana Vieja. Su aplicación a los programas de rehabilitación. Tese De Doutorado em Ciências Técnicas. Instituto Superior Politécnico José Antonio Echeverría. Facultad de Arquitectura. Habana, 2005.

MONEO, Rafael: "De la Tipología ", in **Colección Summarios,** nº 79, Buenos Aires, 1984. pp.15 a 26

MONNET, Jérôme. O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 24, pp.220-228, Brasília: IPHAN, 1996.

MOTTA, Lia O patrimônio cultural urbano à luz do diálogo entre história e arquitetura. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34. Rio de Janeiro: Iphan. 2011. pp. 249 – 279.

_____. A apropriação do Patrimônio Urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTE, Antônio A. (org). **O Espaço da Diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000. pp. 256-287.

_____. A SPHAN em Ouro Preto. Uma História de Conceitos e Critérios. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 22. Rio de Janeiro: IPHAN. 1987. pp. 108-122.

PATETTA, Luciano. **Historia de la arquitectura. Antología Crítica**. Madrid: Hermann Blume Ed., 1984.

PESAVENTO, Sandra J, História, Literatura e Cidades. In: **Diferentes Narrativas para o Campo do Patrimônio – Revista do Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, nº 34, 2011. pp 397-409.

_____. Com os Olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: **Revista Esboços**, nº 11. Florianópolis: UFSC, 2004. pp. 25-30.

PESSÔA, José Simões de Belmont. Os Vazios nos Centros Históricos Brasileiros. In: **Anais do XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional** – ANPUR, Salvador, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1992.

PRATA, Juliana Mendes. **Patrimônio Cultural e Cidade: Práticas de Preservação em São Paulo.** Tese apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2009.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1983.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **La arquitectura de la ciudad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.

RUBINO, Silvana. **As Fachadas da História: Os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968**. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

SAINT'HILAIRE, Auguste. **Viagem à Curitiba e Província de Santa Catarina** (1820). Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

SANT'ANNA, Márcia. Critérios de intervenção em sítios urbanos históricos: uma análise crítica. Palestra proferida no **IV ENCONTRO SIRCHAL**, Salvador - Bahia, de 29/05 a 02/06/2000. http://www2.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/frameRapport.htm acesso em 25/01/2015.

_____. **Da cidade-monumento à cidade-documento. A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990)**. Dissertação (mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. "Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo". In: **Projeto**, nº 86. São Paulo, abr/1986, pp. 59-63.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. **A Casa do Planalto Catarinense: Arquitetura rural e urbana de Lages, séculos XVIII e XIX**. Lages: Super Nova, 2015.

SANTOS, Silvio Coelho. **Nova História de Santa Catarina**. 2ª ed. São Paulo: Símbolos, 1991.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. **O Ecletismo na Arquitetura Pelotense até as décadas de 30 e 40**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. Porto Alegre, 1993.

SEGAWA, Hugo. **Arquitetura no Brasil 1900 – 1990**. 2ª ed, São Paulo: EDUSP, 1999.

SEGRE, Roberto; CARDENA SANCHEZ, Eliana. **Arquitectura e urbanismo: de los orígenes al siglo XIX.** La Habana, Pueblo, 1987.

SIMON, Lílian M. **Documentação e monitoramento de sítios urbanos históricos com apoio do cadastro técnico multifinalitário e da fotogrametria digital. Estudo de caso: Laguna**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil – PPGEC, Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

_____. **Indicativos de diretrizes básicas para a gestão e conservação urbana do sítio histórico de Laguna/Santa Catarina**. Monografia (Especialização em Gestão do Patrimônio Cultural Integrado ao Planejamento Urbano da América Latina), Programa ITUC/AL do Centro de Conservação Integrada Urbana e Territorial/CECI- ITUC/AL, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SILVA Fº. Olavo Pereira da. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão.** Belo Horizonte: Projeto Documenta – Formato, 1998.

STELLO, Vladimir Fernando. **Além das Reduções: A Paisagem Cultural da Região Missioneira**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e

Regional, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

UFSC, **Valorização do Sitio Histórico de Laguna**, 1983.

ULYSSÉA. Saul. **A Laguna de 1880.** Edição do autor, 1943.

UNGERS, Liselotte; UNGERS, Oswald Mathias. La ciudad humanista. In: **AV Monografías**, nº 1, Berlín, 1985, pp. 20-25.

WAISMAN, Marina. **El interior de la historia.** Bogotá, Colombia: Escala, 1990.

_____. **La estructura histórica del entorno**, 3ª ed., Buenos Aires: Nueva Visión SAIC, 1985.

_____. "La tipologia como instrumento de análisis histórico". In: **Colección Summarios,** nº 79. Buenos Aires, 1984. pp. 02-15

WEIMER. Günter. A Arquitetura rural da imigração alemã. In: WEIMER, G. (org.) **A Arquitetura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. **Síntese Rio-grandense: A Arquitetura**. Porto Alegre: UFRGS, 1999

_____. **Arquitetura Popular Brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Programa de Especialização do Patrimônio
Dissertação de mestrado Entre os Morros e a Lagoa: Laguna Cidade-Documento.
Entrevista/História Oral

Dados do Entrevistador e do projeto:
Nome: Maria Matilde Vilegas Jaramillo Data: 11/09/2015 Nome do Projeto: **Entre os Morros e a Lagoa: Laguna Cidade-Documento**
Dados do Depoente:
1) Nome completo: Dalmo Viera Filho
2) Cidade: Florianópolis Estado: Santa Catarina
3) Telefone: 048 32230883.
4) Profissão atual: Arquiteto e Urbanista – Superintendência do IPHAN em Santa Catarina
Ficha técnica:
Temas: Laguna e sua preservação

Transcrição de Entrevista

PRESERVAÇÃO DE LAGUNA

Ficha Técnica
Tipo de entrevista: história de Laguna/SC
Entrevistador(es): Maria Matilde Villegas Jaramillo, Vladimir Fernando Stello
Levantamento de dados: Maria Matilde Villegas Jaramillo
Pesquisa e elaboração do roteiro: Maria Matilde Villegas Jaramillo
Técnico da Transcrição: Cristiano Hordejuk de Souza
Conferência da transcrição: Maria Matilde Villegas Jaramillo, Vladimir Fernando Stello
Técnico de gravação: Maria Matilde Villegas Jaramillo
Local: Florianópolis -SC – Brasil
Data: 11/09/2015
Duração: 52: 47 min
Páginas: 11

Entrevista realizada no contexto da pesquisa "Laguna e sua preservação", parte integrante da dissertação de mestrado apresentada ao PEP
Temas: Preservação de Laguna, Tombamento, Intervenções, Iphan,

M.V. – Eu queria saber como foi o início desse tombamento, ou seja, o que gerou, quais foram os motivos principais que levaram o tombamento de Laguna?
D.V. – Matilde eu te diria uma coisa assim, essa questão de trabalhar com o Iphan de vir abrir o escritório do Iphan, ela é o resultado, assim, de uma série de fatores o principal deles é que, eu tinha feito arquitetura. Estava fazendo arquitetura lá em Curitiba, e lá pelas tantas, no trabalho do Ciro a gente fez um levantamento, um cadastramento aqui da Armação da Piedade, com um grupo de colegas. Foi um trabalho que por muito tempo as pessoas comentaram. O Ciro me convidou para trabalhar com ele, em função desse projeto, e a partir disso comecei a trabalhar com preservação. A minha ideia era sempre trabalhar com planejamento, mas começou assim, no fundo a gente começou a refletir sobre Santa Catarina, as diferenças e tudo mais.
E quando depois que eu me formei que estava um ano e fiz o CECRE lá em Salvador, ai veio o convite, na verdade foi uma coisa estruturada entre o Armando Gonzaga e o Ciro. Que ai Curtis aceitou da gente abrir um escritório aqui em Santa Catarina.

Bem, então, mas acho que isso, o fato de ter uma criação que foi assim amadurecendo, fez com que a gente tenha tocado o trabalho de uma maneira que talvez não tenha paralelo no Brasil. Por uma questão simples, não tinha mapeamentos, não se sabia o que realmente tinha valor, tudo praticamente do ponto de vista geral estava por fazer. A Fundação Catarinense tinha recém criado o mutua (1:40 +/-) aqui, em Florianópolis por exemplo é o Canã (1:40 +/-), mas ainda não tinha uma dimensão assim, estadual, não tinha conseguido dar um olhar pra este estado muito multifacetado que é Santa Catarina.

M.V. – Estamos falando de que ano mais ou menos?

D.V. – 83, mais ou menos. Então o que, que a gente fez. Nós propusemos um inventário, que era uma ideia de reconhecer o patrimônio existente no estado e a partir dele tomar algumas medidas.

Então a gente dividiu esse, assim a grosso modo, além de várias viagens informais de ir aos lugares, ir às cidades intencionalmente pra conhecer melhor, nós desdobramos essa ideia de inventariar em três lugares. No litoral, que basicamente entra Laguna e São Francisco do Sul, na região de migração alemã pegando Vale, São Bento e Joinville, esse quadrilátero. Naquela época a gente nem sabia, por exemplo, eu tinha feito uma viagem, 81, 82, pra Pomerode, Timbó, fotografado aquelas casas enxaimel e levado para Salvador, ninguém conhecia aquilo. O Silva Telles queria que eu fizesse o CECRE na casa de imigração. Então dividindo, litoral, norte do estado, e a região do sul de imigrantes italianos, a gente sabia que tinha outros lugares, mas na verdade isso até está na origem, porque que nos desdobramentos, décadas depois a gente não estudou suficientemente, por exemplo São Pedro Alcântara. Porque naquele momento não tinha pernas, a gente, assim, tentou ter um olhar sobre o estado através dessas áreas que por várias razões, a gente foi selecionando.

Bem, no litoral, nós aproveitamos esse trabalho da Armação, fomos a, corremos aquelas capelas, fizemos uma primeira listagem das imagens sacras, dos núcleos das cidades como Itajaí, como Tubarão, mas ficou evidente que os dois núcleos assim, bem mais, estavam em um rápido processo de descaracterização, principalmente ruim, eram os dois centros de São Francisco e de Laguna. E ai, eu te confesso que eu não lembro dos detalhes, provavelmente, eu devo ter conversado antes com o Custódio, com os colegas que a gente já tinha (não entendi 03:50-55+/-) e tivemos uma reunião que eu acredito que tenha sido em Porto Alegre, mas que pode ter sido aqui. Uma ocasião que o Curtis veio visitar as fortalezas, que ele praticamente não conhecia. Aquela coisa do Curtis, quando começou o Saia, o Ciro tava presente, ele se achava, ai ele não, o trabalho já tava a anos correndo e o Curtis não (não entendi 04:12+/-) Eu não tenho certeza, acho que foi em Santa Catarina, talvez o Custódio também possa saber. Mas apresentamos os resultados preliminares do trabalho. E no litoral nós tínhamos uma indicação, nós achávamos que Laguna e São Francisco deveriam que ser tombadas, e um pouco pra nossa, o conselho (não entendi 04:31+/-) um pouco pra nossa surpresa ele respondeu afirmativamente. Ele conhecia tudo, conhecia muito o patrimônio das duas cidades, e disse assim taxativamente, se vocês, se o pedido for feito pelos prefeitos eu toco pra frente, a gente vai tocar.

Imediatamente a gente foi, São Francisco do Sul, encontramos lá uma figura emblemática da cidade, o maior prefeito que a cidade já teve, (não entendi 04:57+/-) campo de visão, que foi o José Schmitz, né, aliado do patrimônio, infelizmente já falecido, que só faltava pegar no colo, ele viu aquilo ele teve a exata dimensão de que um tombamento poderia significar para São Francisco do Sul.

E em Laguna, eu atribuo a muito mais achar que não aconteceria do que por outra coisa, o prefeito que era até uma, digamos, um líder mental, mas era uma pessoas muito simples. Parece que começou a carreira política sendo chofer de ambulância, o João, o Joãozinho que chamam, João, me esqueço agora, João Gualberto, exatamente. Ele viu aquilo e se prontificou a assinar, nós redigimos o estudo, e ele fez o pedido formal, o prefeito.

M.V. – Sim, no processo consta o pedido formal.
D.V. –Tudo isso, bem ai o que aconteceu na sequência, nesse meio tempo, nós tivemos também, um dos melhores, eu acho até que o melhor momento da pró-reitoria de extensão cultural da Universidade Federal com o Milton Sales (não entendi 06 min. +/-) exatamente. Ele bancou praticamente o trabalho da Gianini, do Cícero.
M.V. – Isto é aquele inventário que esta lá. Inclusive eu digo que de todos os trabalhos que eu vi no escritório, acho que é um dos melhores.
D.V. – Ele foi um trabalho por formandos que se entusiasmaram assim ao máximo, fizeram aquilo todo, ele tem alguns defeitos que a gente percebeu no momento do tombamento. Por exemplo ele destaca muitas coisas que eram ruins também, ele destaca digamos muita coisa da heterogeneidade, por que hoje parece que pra gente que em sítios que não seja Jaguarão, Laguna, São Francisco e outros que a gente tombou nestas últimas décadas, Santa Teresa, parece razoáveis, parece óbvio, que a gente deveria ter tombado. Mas aos olhos lá de 80, quando vigoravam a ideia da cidade barroca, da homogeneidade e tal, isso era uma, quase uma aventura. Foi assim uma ousadia do Curtis topado e o Silva Telles desde o começo ser receptivo, uma influência, sempre a nossa ponte lá.
Bem, então usando aquele trabalho, complementando com a visão que nós tínhamos, a gente estudou, aprofundou a ideia e ai entrou, o Curtis fez, então pedido, ai isso foi aprovado pra DTC, desde o primeiro momento contou assim com o olhar do Silva Telles, ai entra o Franco, o Luiz Fernando. Eu me lembro que nós nos encontramos lá em, aqui tem uma coisa engraçada não sei se cabe aqui, mas eu me lembro perfeitamente. No dia em que nós estávamos em Laguna, que foi inclusive no mesmo dia em que surgiu a ideia do Museu do Mar, nós conversamos sobre, o Luiz Fernando que tinha andado embarcado, tinha ficado uns anos, ou uns meses numa escuna lendária lá na região do Rio de Janeiro, se não me engano a escuna Vendaval, e por alguma razão nossa conversa foi nesse lado.
M.V. – Por alguma razão não, a ração é evidente.
D.V. – Eu já gostava de barco e já tinha morado na Armação Itapocoroy e a gente comentou aquele negócio, poxa o Brasil bem que podia ter um espaço e tal, porque outros países do mundo tem, olha a variedade de barcos, que maravilha, falamos da Baleeira. Na semana seguinte, nessa mesma sequência de trabalho, chegamos em São Francisco e tava lá fechado aqueles galpões do (não entendi 08:13 +/-) quer dizer estava ali materializada a ideia. Mas nessa noite quando chegou o Curtis, desculpe, quando chegou o Custódio, eu não me lembro se ele veio mas acho que estava o Custódio sozinho, e ai, ele chegou com aquele jeito bem do Custódio, olha, o Curtis disse que é favorável, ele já mandou tombar tudo e tal. Aí o Luiz Fernando deu uma dura enorme nele, porque uma tentativa de (não entendi 08:37 +/-) , porque na verdade o Custódio estava sendo correto e era aquilo mesmo, mas a DTC tinha aquele olhar digamos assim científico sobre a questão, ela queria ter a prerrogativa de dizer se era ou não e queria que o superintende tivesse, foi um choque de visão, uma visão centrificada, que era uma visão de centro que eles estavam procurando naquele momento, foi esse momento em que entrou uma nova geração, eu acho que, não sei se a Jurema Arnout, mas acho que sim ela, a Lia Motta tinha entrado a pouco tempo, a Silvia, engenheira, Puccioni, é, o Ciro tinha ido pra lá. Silva Telles deu uma super forçada na DTC, foi um momento importante de antiga DTC. Bem, e teve esse enfrentamento interessante o Luiz Fernando disse que não era só o diretor querer, foi alguma coisa desse tipo, mas depois os dois se deram bem e continuou a conversa, mas na realidade assim o trabalho, a decisão de tombar, ela estava estruturada, o Luiz Fernando entrou com a ideia do tombamento do sítio, eu já não recordo, se entrou com essa ideia ou se a gente tinha desenvolvido isso, o lugar, aquele espaço cercado por elevações, que se adaptava tanto a São Francisco com a Laguna.
M.V. – Pelo que eu vi nos processos essa ideia de vocês era a parte edificada, em que momento se apresenta já com a paisagem (não entendi 10:00 +/-).

D.V. – Pode
M.V. – Não, inclusive porque acho que fiz cópia.
D.V. – Talvez em quase como entorno.
M.V. – por isto a marcação, e tem o mapa que mostra exatamente, e de repente vocês incluíam isso no entorno.
D.V. – Sim, pode ter sido, isso pode ter sido uma sugestão do Luiz Fernando, pode ter, isso não foi assim, completamente unânime, até hoje, por exemplo, quando a, a ideia era uma coisa mais voltada a conjuntos mais homogêneos e tal (não entendi 10: 35 +/-) por exemplo (...) estava dentro, algumas áreas do Magalhães se imaginava ou fazer mesmo que dissociadas, mesma coisa aconteceu em São Francisco, por exemplo o grupo acho que é Felipe Schmitz, o grupo escolar eclético que fica a 200 metros da área tombada, o edifício onde hoje fica o Museu Municipal, museu histórico do município, eles ficaram fora da área tombada.
M.V. – Sim Polidoro Santigo.
D.V. – Exatamente porque prevaleceu essa ideia de vocês, eu acho provável que esta sugestão tenha vindo do Luiz Fernando, eu não tenho certeza, ou se veio dos debates dos prolongamentos.
M.V. – Eu acho que isso também pode ter sido uma questão dos debates das questões quando apresentaram todos aqueles mapas.
D.V – Sim, porque teve um momento sabe, o Matilde, eu acho que semanas antes ou meses antes, agora realmente não tenho como precisar, mas partiu algum alerta lá que eu não sei se veio do Luiz Fernando Franco ou do Silva Telles ou de alguém do ponto de vista mais, e falo isso se referiu muito ao trabalho do pessoal, tem muita coisa ali chamando a atenção para heterogeneidade
M.V. – Sim e tudo isso é evidente.
D.V. – Exatamente, ai a gente, isso deve estar no processo, não sei se chegou a ser incluído ou ficou como um documento interno na DTC, nós fomos lá e levamos, mas eu acho que levamos um fotografo cedido pelo Amilto Sales, ficamos 2 ou 3 dias fotografando paisagens homogenias construídas dentro de Laguna pra quebrar um pouco, aquela, porque havia uma resistência sabe, essa discussão mesmo lá dentro da DTC e no geral não era consensual, e não sei, assim, em regra gerais esse foi o que aconteceu. Nós fizemos esses primeiros tombamentos, particularmente o caso de Laguna foi muito difícil, porque na hora em que estourou a ideia, a coisa enorme, todo mundo pressionou o prefeito, ele se sentiu pressionado, não se sentiu amparado e tentou roer a corda, tanto que depois ele foi ao Presidente da República
M.V. – Sim, ou seja, não ele, através da câmara de vereadores se (não entendi 12:36) para revogar.
D.V. – E ai foi feito uma moção assinada por todos os vereadores menos um né o (Narzil ??? 12:41) Bento Junior e todos os outros assinaram e mais o promotor (não entendi 12:48+/-) do tribunal de contas, de uma família ilustre ali do sul a, já vou me lembrar, que foi quem abriu a porta pro Presidente da República que era o Sarney, mas ai segundo todas as versões o Sarney disse na lata que não desautorizaria uma decisão do, e pediu, ai já era o Ângelo Osvaldo e não o Silva Telles, que respondesse em nome dele, foi quando foi criado inclusive o escritório.
Ai acho que eu fui até lá a gente conversou com o Ângelo Osvaldo e tal. Bem que logo depois veio aqui, vieram Silva Telles, Ângelo Osvaldo, Briane Bica, ai veio o Curtis e a gente fez para o desdobramento desse trabalho, calculo que em 97 por ai, o encontro sobre as regiões de imigração quando foi lançado a ideia dos roteiros culturais .
Logo depois que se conseguiu vencer esta batalha de Laguna, aonde tiveram pessoas como Salun Nassif, o Munir que era o secretario de turismo.
M.V. – de turismo e cultura.

D.V. – Isso é, foi desde o momento, teve núcleo de pessoas, basicamente o Seu Salum, que já morreu, mas o Seu Munir, Dona Salete e o Márcio, foram assim os mais combatidos e ai teve uma, um pessoal jovem, chegaram a fazer uma pequena manifestação, os filhos do Munir estavam em isso (não entendi 14:07) , que deu assim uma equilibrada legal, porque.
M.V. - Mas, minha pergunta é, a maioria da população estava em contra?
D.V. – Provavelmente, agora a gente fez um coisa, Matilde, muito importante. Nós fomos pra Laguna no dia seguinte, nós ficamos lá por 15 dias, nos 15 dias que daria direito a fazer impugnações, nós ficamos provavelmente num espaço cedido pelo Munir, lá na secretaria, atendemos dezenas e dezenas de pessoas e desmistificamos muito essa ideia, a tal ponto que não houve, só houve uma contestação, que foi a do Mauro Candemil, que morava aqui.
M.V. – Sim mas, era só uma casa especificamente.
D.V – Exatamente. Muito pontual, mas assim foi um trabalho, ai Lilian Mendonça foi junto e mais alguém da Fundação, provavelmente, não sei, se a Isabel foi mais.
M.V. – É bem provável, porque Isabel também é citada.
D.V. – Exatamente, eu acho que a Lilian eu me lembro, que teve uma dedicação grande com Laguna, tenho quase certeza de que a Isabel foi e quem mais poderia, é possível que teria vindo alguém de Porto Alegre, teria que ver com o Custódio, mas é bem provável, pelo menos nos últimos dias, que ai a medida que os dias forma andando, nós começamos a por aquilo na cabeça, vamos tentar fazer com que não haja nenhuma impugnação, então a gente conversava com o pessoal a noite, atendia, ia lá, assim hipoteticamente dizia oh, se o senhor quisesse fazer, não sei, uma garagem x, um acréscimo, eu me lembro que a gente tentou levar a discussão pro lado concreto, isso foi realmente bem significativo.
M.V. – Bom mas, ou seja eles na maioria eram contra, mas lá no Iphan também tinha, pensavam que ela não podia ser tombada porque era muito heterogênea. Onde vai surgir a discussão de que ela não é monumento, que não pode estar no Livro de Belas Artes, e onde surgiu toda aquela história da cidade-documento.
D.V. – Tem duas coisa na verdade, havia sempre, primeiro o mais importante, que as vezes não é dito, parece que o tombamento desabou assim, sabe, na verdade, na realidade, tanto em Laguna como São Francisco nós fizemos pelos menos duas reuniões abertas, dizendo que o tema, mas na realidade não (não entendi 16:16 +/-) mas particularmente em Laguna as pessoas não acreditavam, então ninguém achava que aquilo iria acontecer, e ha, tombamento nacional, não é e assim, no clube, se não me engano no Clube Progresso alguma coisa como quarenta pessoas, seguramente o Munir pode também se lembrar disso, porque ele também foi protagonistas em todos estes momentos, a Lilian Mendonça também, sabe, e a Isabel Kanan também, o fato é que a gente fez reuniões abertas, isso deve ter alguma coisa até pré impressa em jornais assim alguns meses antes noticiando essas reuniões ou falando delas. Bem, tinha uma visão, no fundo sempre houve uma disputa interna de visões e tal, que a gente poderia abrir de uma maneira simplista (não entendi 17: 01) dividir na visão do Silva Telles e da Dora Alcântara sabe, a Dora muito mais ortodoxa, muito mais, e o Silva Telles eu acho que mais estrategista com, eu acho, com uma visão mais ampla, mas o Franco, a Jurema, todos estavam sempre do lado da Dora.
M.V. – Pelo lado de?
D.V. – Da Dora. Logo depois que a gente fez os dois tombamentos, nós fizemos um encontro, deve existir por aqui inclusive os cartazes, encontro que deu muito o que falar deve ter sido em 86, 87, em São Francisco do Sul, veio Dora Alcântara, Jurema Arno, não sei se Lia Motta, o Franco deve ter vindo, o Teles veio também e tudo mais. É eu me lembro de um cartaz, um cartaz colorido, a Isabel vai se lembrar, a Lilian também, toda essa turma vai lembrar, fizemos lá, eu acho que o encontro foi no Zibamba, sabe? Em São Francisco, e eu to lembrando disso Matilde, porque ali teve uma explicitação do digamos assim, dos passos a seguir em relação ao tombamento, da visão que no fundo eram duas visões diferentes.

M.V. - E se tem algum documento?
D.V. – Eu vou tentar ver, mas acho que sim. Deve ter até alguma coisa escrita, não, do encontro certamente tem, dos cartazes até a relação de quem veio e tudo mais, eu me lembro perfeitamente do cartaz, por muito anos ele ficou numa porta aqui.
V.S. – No Iphan ?
D.V. - Lá no arquivo, deve existir. Nós tínhamos uma visão e na verdade, foi esta visão eu acho, que fez com que a gente conseguisse apaziguar as coisas com a população sabe, uma visão muito flexível do tombamento, e essas diferentes visões elas se refletiam numa pergunta, que fez parte de nossas discussões e que eu acabei fazendo para Dora Alcântara, no meio do encontro, a pergunta foi dirigida ao. Foi assim Dona Dora, na visão que a Sra. está explicitando se, a Marcia Chuva também estava, ela também é capaz de lembrar disso, se amanhã, o Bradesco tinha recém.
M.V. – Sim havia derrubado aquela casa.
D.V. – Mas a mesma coisa aconteceu em São Francisco, só que lá não teve a repercussão que teve em Laguna, como a gente estava em São Francisco, nós tínhamos percorrido a cidade, onde eu fui ir ao Bradesco de São Francisco, que era um prédio que tinha talvez uns cinco anos naquele momento, igual a todos eles, uma agência, Se amanhã o Bradesco pedir a demolição a Sra. acha que nós devemos autorizar ou não, na nossa cabeça tava claríssimo que sim, as razões.
M.V. – A demolição de que?
D.V. – Do Bradesco !
M.V. - Do novo Bradesco?
D.V. – Do novo Bradesco! A pergunta era conceitual, porque no fundo estava assim, nós vamos engessar tudo, o que tá tombado tá, ou não, como nós vamos tratar isso, a Dora pensou um pouco e sabe o que ela respondeu? eu não autorizarei.
M.V. –De acordo com o conceito do que eu tenho lido em Laguna não se autorizaria também.
D.V. – Mas nós sim autorizamos, essa natureza, pois essa visão de que nós não tínhamos realmente engessado aquele momento histórico, sabe, que nós estávamos tomando uma área maior, por isso que eu acho que tivemos aqui muito da reflexão com relação a, digamos entranhas, porque na verdade isso foi a coisa mais explorada contra nós.
M.V. – Com certeza isso é muito complexo.
D.V. – Eu me lembro que quando na rádio, eu não sei quem, provavelmente aquele advogado que era muito contra nós, como é o nome dele? É, daqui a pouco eu vou me lembrar. Uma vez eu estava até anos depois com o Silva Telles lá em Laguna, ele chegou a abrir um restaurante, na época o Dagoberto tinha ajudado, com (não entendi 20:33), apesar dele ser rico, mas era uma daquelas casas da frente da casa de Câmara, que acho que até hoje é dele, um restaurante que até tinha ali pelo meio, era um advogado, ele era meio maluco, e nessa época ele falava um pouco com a gente e tal, ele me viu lá atravessou a rua, eu e o Silva Telles, ele tinha aberto o restaurante, assim gastou uma nota, e abriu, funcionou um ou dois meses, pratos sofisticados, não era uma coisa pra ali, ele talvez tivesse com aquilo entalado na garganta, ele atravessou a rua e disse assim: - Sabe porque que eu abri, sabe porque que eu fechei aquele restaurante? Nesse meio tempo eu já tinha várias vezes conversado com ele, e ele já estava mais, porque no começo ele era (não entendi 21:09) ele disse assim: -por ódio que eu tenho de vocês, vocês vem aqui e tal, então eu quis mostrar que podia fazer e depois eu fechei porque aquilo tava parecendo que era o discurso de vocês. Eu acho que foi o mesmo sujeito que uma vez, logo depois o (não entendi 21: 25), a não isso foi num encontro, ele usou também uma coisa que eu acho muito emblemática em relação ao centro. Ele falou assim: - O meu filho estuda na universidade aqui em Florianópolis, não sei que curso que ele faz, quando ele traz os amigos dele aqui eu tenho vergonha de mostrar essa cidade, isso aqui é um atraso, não, não é isso. É uma visão entende (não entendi 21:46) eu ia até assim, não que eu tenha respeitado

eu achava aquilo um absurdo, mas eu percebi claramente que ele tinha uma visão da cidade dele, oposta a nossa. E (não entendi 21:56) pra ele tinha que por tudo aquilo abaixo tudo o que nós priorizamos, pra ele era (não entendi 21:58), ele queria ser Tubarão, ele queria ser uma coisa assim.
M.V. – Bom, mas isso reflete um pouco o que se via nessa época, na década de 80 e não só aqui, mas em mais países e toda América Latina se estava vivendo.
D.V. – Eles diziam na rádio assim, tombaram até a rua nova, que era a rua da zona, a zona de meretrício. Era uma coisa que eles usavam, porque também na cabeça deles, o que deveria ser tombado era pontualmente e ai questionaria a igreja.
M.V. – Não e deixam claro, Igreja, Casa de Câmara e Cadeia.
D.V. – Agora isso, eu acho que foi essencial, a gente não teria conseguido sustentar, nós teríamos sido varridos de lá se depois dessa decisão de fazer um tombamento amplo baseado no sítio geográfico a gente quisesse ter engessado a cidade.
Ou a gente se apoiava no tombamento pra alguma não sei, noção de qualidade, mas uma noção de flexibilidade, desenvolvimento. Tanto que aqui depois teve uma coisa que acho que vale a pena frisar. Tanto quanto agora tinha uma ideia de trabalhar com entorno com áreas de entorno, alias, isso teve dois momentos em Laguna, e o Custódio foi protagonista dos dois , tanto Custódio como talvez a Lilian, mas o Custódio seguramente, no primeiro a gente ainda trabalhou com coisas pontuais, por exemplo no caso de Laguna era Casa de Câmara e Cadeia, definimos um entorno lá, aquela casa atrás da casa de Câmara é resultado desse andamento, até o Curtis participou do projeto, era o antigo dono do Nice, já soube o nome dele, agora não vou lembrar, mas aquela casa, olhando para a casa de Câmara que fica diretamente atrás, na rua.
M.V. –. Mas nesse momento lá é um centro de artesanato, eu acho que não naquela, ou na do lado.
V.S – Na do lado, artesanato é uma antiga.
D.V. – Na do lado, Godin, Godin ,a casa do Godin.
V.S. – É uma casa moderna
D.V. – Exatamente, o próprio Curtis participou daquilo. E num segundo momento já com o núcleo tombado, nos também fizemos, mas aquilo não chegou a ser formalizado, mas nós chegamos a fazer um estudo geral do sítio, isto nós defendemos, porque, no próprio, aliás, agora fazendo uma relação, nos mapas que foram mandados, tinha aquele mapa de edificações mais importantes, relevantes.
M.V. – Eu trouce eles.
D.V. - E nós dizíamos assim, aquelas, acho que as amarelas havia também, nós dizíamos essas aqui podem ser substituídas, sempre disse isso sabe, sempre foi o nosso discurso. Ai tinham os gabaritos e funções.
M.V. – Aqui está, unidades incompatíveis, aqui, compatíveis e unidades conflitantes.
D.V. – Eu acho que a gente dizia que as conflitantes nós até queremos que saia apesar do tombamento, as que são só compatíveis podem ser substituídas por outras unidades igualmente compatíveis,
M.V. – Isto é o resumo de tudo.
D.V. – É, sabe por que que é interessante isso, porque logo depois nós vimos que a nossa visão, também era muito limitada, isso aqui é um equívoco porque.
M.V – Mas eu pergunto uma coisa, isto foi feito antes do tombamento ou depois, porque isso forma parte como anexo do processo, isto é anterior ou posterior?
D.V. – É eu acho que esta aqui, - dados suscetíveis que entendo características- é
M.V. – Isto tudo é uma coisa que é o anexo 1 do processo.
D.V. – Isto está no processo hoje Matilde?
M.V. – Esta no processo. E eu fiquei com uma dúvida, isto esta assim, esta é a capa deste

trabalho. Bom é de antes?
D.V. – Bom se está no processo foi antes, assim na memória eu não conseguiria te dizer se foi um pouco antes ou um pouco depois. Não então é antes (não entendi, 36:23) eu nunca vi.
M.V. – Ele está, mas se tu queres eu posso te mandar ele pelo, mas o que temos podemos copiar, e aqui está, todo, eu trouxe ele.
D.V. – Bom isso aqui foi junto.
M.V. – Então, tu, Custódio, Lilian (não entendi 26:42), tomaram as decisões.
D.V. – E depois entendemos que nesse sentido de demolir essas casas e tal, mesmo sendo arquitetonicamente muito simples,
M.V. – (não entendi 26:50), O *art déco* podia demolir.
D.V. – Não era uma ideia nossa.
V.S. – (não entendi 27:02)
D.V. – Em um dado momento quando estava-se ainda bastante acirrado com o município eu acho que a prefeitura recebeu o recurso, tinha uma coisa qualquer e esse dois prédios, ai aquela coisa de sempre, tinha uma condenação do corpo de bombeiros.
V.S. – Mas ai foi antes do tombamento.
D.V – Acho que já foi depois, acho que foi, mas não saberia garantir, mas foi em algum momento que a gente já opinou, eu não sei se um pouco antes do tombamento ou um pouco depois, sabe, como ideia assim.
V.S. – Sempre tive curiosidade de saber (não entendi 27: 33) essa história, não tem muita coisa escrita sobre isso.
M.V. – Não, não tem nada escrito sobre isso.
D.V. – Olha eles estavam, a rodoviária não era mais rodoviária eu acho que o posto (não entendi 27:40) também não funcionava, estava em um estado sofrido de conservação e veio uma pressão local, e tipo assim, então isso aqui pelo menos, sabe, e foi alguma coisa nesse sentido, eu me lembro que a gente consultou o Curtis nesse momento, por que tava ligado a superintendência do Rio Grande do Sul.
M.V. – E não, essa época realmente o *art déco* era uma coisa descartável, ou seja, isso era dessa época.
D.V. – E aquilo ali hoje já seria muito interessante, já era um pré-moderno né, era moderno, tinha uns pilares,
M.V. – Ou seja era a transição *do art déco* e o modernismo.
V.S. – Bem aquela coisa mais arredondado
D.V. – Exatamente.
V.S. – Tem as fotos
M.V. – Acontece que o *art déco* de Laguna, cada vez me convenço mais, que é um *art déco*, por um lado simplificado, ele é muito simples e por outro lado ele tem características muito próprias de Laguna, ou seja, analisando-o em outras partes só aqui no Brasil, nunca se vê a quantidade de marquises, é um elemento típico de Laguna.
D.V. – É verdade
M.V, - Isto é muito interessante. Bom então, isto foi feito por vocês, para complementar isso. Isto teve alguma parte escrita?
D.V. – Provavelmente.
M.V. – Não, mas no processo não tem nada.
D.V. – Talvez não tenha anexado, isso aqui foi muito usado eu acho, é quase que o documento básico nosso no contato com a administração e com as pessoas.
M.V. – Com as pessoas de Laguna.
D.V. - É. Essa ideia hoje, evidente (não entendi 29:11) a gente já tinha um pouco na cabeça, porque tinha várias situações principalmente dos cinemas, eu me lembro por exemplo de Blumenau...(não entendi 29:19) quer dizer nós fazemos o trabalho pesado ou a gente deixa o

trabalho para o outro governador que era o Paulo Afonso(??? 30:00), tombaram e ainda eu perguntei o Sr. Acha que seu sucessor vai fazer esse tombamento. Ai o Antônio Carlos com todo aquele jeito dele falou, perguntou assim, qual é a sua opinião. Eu achava que o Senhor, que nós devíamos fazer. Ai ele autorizou as modificações. Bem, no ano seguinte realmente entrou e o pessoal tratou aquilo como uma (não entendi 30:22), eu fui na presidente da Fundação e fiz uma sugestão, se a senhora acha que tem maneira, chame uma comissão de pessoas que são e analise um por um das ligações (não entendi 30:33) foi acho que 89, 90, por ai, sabe qual foi conclusão, eles tiraram todos os *décos*.
M.V. – era a época.
D.V. – Então, pode ter sido (não entendi 30:46), na minha cabeça aquele elemento modernista, pré-modernista, naquela época a gente, realmente não valorizava, é *déco*, nos percebemos ai.
M.V. – *Déco* ainda muito recente.
D.V. – Ainda muito recente.
M.V. – Isto tinha algum documento, onde se pode procurar isto?
D.V. – É que num dado momento, a Isabel me disse que logo que começou a coisa de (não entendi 31:18) estagiário, que alguém tinha digitalizado, no computador, todos aqueles monte de documentos batidos a máquina.
M.V. – Sim, na época era o que faziam.
D.V. – Coisa que não se tornavam documentos e tal, ela me disse, mas nunca (não entendi 31:32), inclusive eu me lembro que tinha um defendendo aqui a (não entendi 31:34), logo que a gente foi trabalhar (não entendi 31:37), a tese de que a (não entendi 31:41), era mais importante que o Banco do Brasil, era um pouco isso. Eu até aqui (não entendi 31:45), acho que a Isabel pode saber isso, Célia também pode saber isso, e tem essa menina agora a.
M.V. – Quem é Célia?
V.S. – A Célia
D.V. – Trabalha com nós
M.V. – Eu vou ver se encontro. E te falo, eu acho que este é um assunto que esta fazendo falta, e daí eu chego no seguinte ponto. Se é tombado, que critérios tinha, ou tinha algo escrito de critério ?
D.V. – Eu acho que (não entendi 32: 28) a gente tomava as decisões nem sempre acertadas, tinha dúvidas, eu agora não me lembro se sempre ou só quando tinha, a gente sempre, eu ia a Porto Alegre por exemplo levávamos (não entendi 32:41), alguma emergência, alguma coisa que tava caindo (não entendi 32: 45) o Custódio que principalmente, que de vez em quando (não entendi 32: 51), isso, também tem isso,
V.S. – É eu entrei em 87, e o Custódio já estava, final de (não entendi 33:01)
D.V. – Mas então foi isso, eu acho que a gente levava os processos e realmente não havia essa prática de justificar com parecer específico, só em casos mais complexos.
M.V. – E nos processos que eu encontrei de vez em quando (não entendi 33:24), e eu tento que decifrar, com rascunhos, não mas é bem interessante. Mas quero saber se tinha escrito quais eram os critérios que vocês teriam? Quais eram (não entendi 33:35)
D.V. – Bom, eu acho que aconteceu o seguinte, se elaborou, essa que é a dúvida com relação a esse ano, mas nesse momento na minha cabeça nós fizemos, realmente um material que estava anexado no processo, possivelmente foi esse, começou a dar, nós revimos isso (não entendi 33:50) por isso que até hoje eu me pergunto, eu to falando especificamente da minha experiência profissional, assim, porque, por duas razões, leio tem urgência aquilo, e ele abre mão (não entendi 34:09), bem o risco e o problema é a gente cair naquele fato de cada caso, e ai não tem lei, o que é realmente muito ruim, mas a nossa experiências é que nós temos que normatizar, um ou dois anos depois nós já estávamos arrependidos. Aquela (...) que tínhamos feito, respondia a uma demanda (não entendi 34:25) a nossa regra, (...) ou por uma

liberalidade excessiva ou pelo contrário, no processo em específico a gente não conseguiu seguir essas regras por muito.
M.V. – Ou seja, neste momento é a mesma coisa, em Laguna, se tem uma norma, se tem uma norma escrita, tem um escritório, mas, (não entendi 34: 48), inclusive eu uso muito as normas com os estudantes, eu sou professora de uma disciplina, Novas Edificações em Centros Consolidados, em Laguna, inclusive no Banco do Brasil, (não entendi 35:09) fazemos esse exercício e geralmente eu não consigo aplica-las. São critérios que terminam sendo subjetivos (não entendi 36: 14),
D.V. – Eu estava tentando me lembrar aqui dos sucessivos chefes do escritórios, que começou com Dagoberto, que foi uma indicação meio política que o Curtis (não entendi 36:46), e era até o Collor, (não entendi 36: 53) teve aquela menina Liliane, que agora trabalha no Paraná, teve umas pessoas lá de Laguna.
M.V. – Era, Liliane, Robson, Rafa e Ana depois do Robson.
V.S. – Ana Paula, teve mais alguém.
D.V. – Teve mais alguém, estou me esquecendo de alguém aqui,
M. V. – Roberto Tonera.
D.V. – Roberto era muito metódico (não entendi 37:18, esta parte está com muita falha até o 39 difícil de entender o contexto)
D.V. – Vladimir, considera uma coisa, a decisão tomada, (...) e não era assim o Curtis sozinho o Silva Telles também achava, tanto que eu me lembro da frase do Silva Telles quando ele veio nesse encontro de São Francisco, esse encontro é bem interessante,
M.V. – Isso eu quero buscar.
D.V. - Eu vou me lembrar de pelo menos umas 15 a 20 pessoas que participaram, o Ciro também estava, eu acho que a Briane Bica também estava, eu tenho certeza que a Márcia Chuva também estava, Jurema Arno estava, a Dora Alcântara também estava.
M.V. – Sim, mas seria bom se tivéssemos um documento sobre isso.
D.V. – Eu acho bem provável que exista,
M.V. – Aqui na Superintendência ?
D.V. – Acho que sim.
M.V. Vou ter que buscar, encontro em São Francisco (não entendi 0:44), isso é oitenta e ...
D.V. – Eu estou interpretando um pouco assim, por isso eu queria ver bem o documento, eu acho que, tinha uma decisão política estratégica até de ter tombamentos no Sul, de saber. Eu acho que o Silva Telles tinha na cabeça dele que a heterogeneidade não deveria ser uma barreira para o tombamento. O Luiz Fernando fez um parecer (não entendi 01:01), depois ele se afastou um pouco houve uma cisão muito drástica entre esses dois grupos. Eu acho que no fim o Luiz Fernando não falava com o Ciro e o Silva Telles, eles não se falavam, criou assim, uma, uma. Ele chegou a trabalhar comigo quando fui pro DEPHAM, mas ai ele já não estava bem de saúde, ele já tinha uma coisa, o Luiz Fernando, faleceu, eu estava lá em Brasília. E bem, mas até esse momento eu acho que ele fez um parecer que ou era um misto entre essas duas áreas, que pensava os dois, ou era realmente uma coisa mais avançada, mas ele não correspondia, acho que desde o início eu pensei nisso, ele não correspondia a uma visão mais, mais, engessada, sabe, do patrimônio, ele, não era a cabeça dele, ele era um sujeito muito aberto, não faria um negócio tolhido (1:49), então essa questão que tu colocas em ser uma mescla de (não entendi 1: 55).
M.V. – Ser uma paisagem cultural, o que fala Franco da cidade-documento é uma descrição de uma paisagem cultural. Inclusive porque a ideia é um último ponto que eu queria voltar a tratar contigo que é qual a diferença entre cidade-documento e cidade-monumento?
D.V. - Eu vou te responder assim, sabe da nossa reflexão que a gente fez (não entendi 2: 19), nós criamos um terceiro conceito, vamos ver o que, que ele se adapta. Que a gente refletiu assim, o que, que se justificaria, nós defendemos que o assunto patrimônio fosse muito mais

presente na sociedade brasileira do que ele é hoje, defendíamos então a presença do patrimônio em todos os estados, quando nós saímos de lá tínhamos conseguido pelo menos uma meta mínima de tombar, todos os estados passaram a ter um bem tombado, que vários não tinham em 2006. Bem, e claro não era mais a monumentalidade, não era mais a riqueza e tal. Nós estruturamos o conceito do fator de compreensão. Porque o fator de compreensão não precisa da excepcionalidade, da monumentalidade, ele justifica desde um pequeno sambaqui, desde um pequeno testemunho, porque ele é um fator, nós preservamos aquilo pra que a gente tenha sinalizações ali,

M.V. – Para guardar a memória.

D.V. – Exatamente. E assim, pra tomar decisões futuras, pra que a gente tenha uma base e que essa possa nos lançar. Bem, então isso defendia essa visão de que a gente tem um país continental, não é razoável que as pessoas lá do Acre, pra conhecer um patrimônio tombado tivessem que vir, não sei, a Minas Gerais né. O regionalismo faz parte disso, isso nos levava a defender as chamadas redes do patrimônio. A rede de patrimônio seria uma tentativa de inverter profundamente a política de preservação. A rede de patrimônio seria feita por sítios arqueológicos, pelo patrimônio material, pelo imaterial, pelos bens tombados, pela União, pelos Estados, e nós tentaríamos dar àquilo uma coesão, pra ser usufruído pela sociedade. Mais do que tudo, pelo contingente da sociedade que era, que são, quem está em formação, os escolares. Isso dava, eu acho que da uma grande função social ou digamos contextualiza pontua a função social do patrimônio. É claro que ela pode servir pro laser, para o turismo, para simples fruição de lugares bonitos, mas a função precípua, que justifica digamos os investimentos, a força da lei, seria essa questão de nós termos referência.

Então eu vejo entre esses dois, eu teria que refletir mais para opinar melhor entre a cidade-documento e a cidade-monumento. O monumento valeria talvez para algumas de nossas cidades, Ouro Preto é um monumento em Si, talvez Laguna seja.

M.V. – Bom, mas ai vou eu, depois derrepente tu me responde isso. Que diferença tem em intervir em uma cidade-monumento e uma cidade-documento?

D.V. – Ai realmente tu colocou uma questão interessante eu acho que, a documento ela teria que, a intervenção seria mínima, talvez nem precisasse haver. Aliás, acho que não há espaço urbano que não pode, não tenha que haver em algum momento uma intervenção, mas ai realmente as intervenções deveriam ser mínimas eu acho.

M.V. – E na documento não?

D.V. – Pois é, talvez sim.

V.S. – Na monumento mínima (não entendi 5: 28)

D.V. – Talvez na documento ainda menos, mas ai vai muito do recorte, se a gente entende que o documento, tem um recorte, isso poderia levar a um engessamento, mas se for uma visão dinâmica, ai talvez, ai o contrário levaria uma grande flexibilização.

M.V. – Tá porque, é isso. Depois podemos voltar a tocar, porque na realidade eu não vejo diferença, como se maneja uma cidade-monumento e uma cidade-documento.

D.V. – É possível que não mesmo, talvez na ênfase.

M.V. – Ou seja, eu estou falando de minha experiência e nas experiências que tive não só aqui, eu digo na prática minha eu não vejo diferença, sobre como se maneja.

D.V. - Necessariamente não talvez (não entendi 6:12)

M.V. – Deveria, mas eu não saberia como, ou seja, qual seria, 6:10

D.V. – Talvez o monumento a cidade-monumento é que depende mais da sociedade ao monumento (não entendi 6: 22), porque tem uma diferença, se o monumento fosse São Miguel (Não entendi 6: 28)

M.V. – Não, estamos falando de cidade. (não entendi 6:34)

D.V. – Pudesse ser uma graduação, Monte São Michel, aquele conjunto ali, ele tem uma coisa monumental e tem elementos que são parte, não sei Carlos Fernando, falava em moldura.

M.V. – É mas, por exemplo, vamos a Ouro Preto, cidade-monumento. Mais importante no Brasil que Ouro Preto, não tem. As intervenções de Ouro Preto, são iguais as que se fazem em Laguna, os critérios que se utilizam em Ouro Preto

D.V. – Aqui tem uma coisa interessante, o, como é que eu vou expressar isso, mas há uma espécie (não entendi 7: 16), há uma conjunção em que ao longo do tempo a preservação do patrimônio foi se (não entendi 7:24) a qualidade. Essa qualidade não é só por ser antigo o por ter um potencial econômico x, mas a qualidade ambiental mesmo, tipo assim, a gente vai lá e se extasia com a paisagem de Ouro Preto, ou até (não entendi 7: 35) com Laguna e tudo mais, mas a gente não se extasia com uma paisagem de um Santa Mônica aqui do bairro.

M.V. – Tubarão.

D.V. – Tubarão, exatamente. É poderia não ser assim, né Vladimir, muitas ações, talvez até a própria arqueologia, digamos o aprofundamento não tem levado a essa, digamos a essa conjunção de valores, poderia ser que a gente hoje com todos os meios que dispõe com as nossas universidades e tal, nós fabricássemos espaços urbanos muito mais (não entendi 8:01), do que aqueles feitos por analfabetos, e a tendência teria sido isso mas não, mas não aconteceu. Então eu acho que esse fator de aliar a qualidade, ele de alguma maneira fez com que as nossas intervenções, buscassem destacar esse fator, o que confere e talvez ai, Parati seja um exemplo típico.

M.V. – Eu não falo em Parati, porque eu não conheço.

D.V. É assim, talvez o pior exemplo do ponto de vista da arquitetura, porque se fez, se fez (não entendi 8:30), ou se escondeu a arquitetura (não entendi 8:32), e se criou um cenário deslumbrante

M.V. – Mas Ouro Preto também,

D.V. – Também é um (não entendi 8:39) Talvez não haja lugar.

M.V. - Talvez Laguna tenha essa vantagem, por isso documento, porque lá nunca foi escondido o que aconteceu com Ela.

V.S. – É que (não entendi 8:47) é que nenhuma cidade pode ser tratada como cenário, porque cenário é uma coisa que está ali..

M.V– O que acontece é que esses cenários foram criados em uma época muito específica, mas isso tudo me leva, a mais ou menos o que eu queria conversar contigo, o que tu pensas, pra mim as duas são a mesma coisa.

D.V. – Eu acho que sim, eu não vejo diferença.

M.V. – A forma de tratar que é o que interessa a mim, elas são iguais.

V.S. – Nas formas dos valores, (não entendi 9: 24)

M.V. – Sim a uma dizem, que é esteticamente com maior valor, é mais representativa vai para o Livro das Artes, vai para o Livro de História, por suas razões, isso não quer dizer ser mais importante ou não. Mas na maneira de tratar e nos critérios de intervenção que se usa para restaurar, para construções novas, para reformas, são todos os mesmo.

V.S. – Ou talvez nós estejamos enganados, está faltando um debate maior para a gente chegar a essa conclusão.

D.V. –Isso aqui é uma conversa nossa, da gente de provocar esse debate, debate nesse momento que é importante que ele saia das pontas, é muito interessante, ele não está tendo e ele não tem no Brasil,

V.S. – Ontem nós falamos com o (não entendi 10:05), aquela vez dos 25 anos lá em Laguna com todo o Iphan, (não entendi 10:05),

M.V. – E tem uma coisa, que já vai estar pronta em minha dissertação, onde todos esses processos, que isso é uma coisa, e a ideia é, que eu estou tentando não ser arquiteta, ou seja, eu não estou julgando se eu acho o projeto bom ou não, eu estou julgando se ele cumpre o parecer, ou cumpre com os critérios que se usavam na época, se está nesses termos.

D.V. – Quando é que tu terminas?

M.V. – Daqui a dois meses.
D.V. – A gente poderia marcar um encontro em função disso, porque a Matilde apresentaria,
M.V. – Eu em dezembro tenho que apresentar minha dissertação.
D.V. – Então Matilde, vamos propor para Liliane para a gente fazer em novembro esse encontro, final de novembro,
M.V. – Final de novembro, perfeito,
D.V. – Última semana de novembro,
M.V. – Porque ai eu já vou ter todos os processos analisados, e os processos, se ele está de acordo ou se ele não está de acordo, se está cumprindo ou não está cumprindo.
D.V. – Matilde o que tu acha, o que que tu acharias, de a gente centralizar este estudo em três ou quatro questões específicas, a gente vai ter a tese da Matilde.
M.V. – Dissertação
D.V. – A dissertação, nós vamos ter a dissertação da Regina que vai, apresentou agora (não entendi 11:31) e vai agora assimilar o que a banca sugeriu e vai, me parece que até o mês que vem ela tem que entregar.
M.V. – Qual é o tema, qual o assunto dela?
D.V. – Eu acho que é alguma coisa de inserção da arquitetura, do modo geral é isso. Acho que tem bem haver, é um estudo genérico mesmo, não estudou nenhum sítio, mas estudou o conceito, e a Marina também, talvez até mais, a gente poderia fazer, por exemplo se for em três dias cada uma de vocês apresentaria em um dia, isso pontua e o debate serve para referência, serve pra, seria uma maneira bem, bem interessante.
M.V. – Sim porque eu acho que se tem que discutir isso, ou seja, eu não sou quem pra falar.
D.V. – Justo, já está falando.
M.V. – Mas eu acho que não são normas que devem ter, mas tem que ter umas diretrizes, e se deveria ter um conselho. Eu acho que esse julgamento desses projetos, sobretudo de obras novas, deveria ser através de um conselho técnico, não político, nem nada, técnico. (não entendi 12:34)
V.S. – E não um dar o parecer, e ficar submetendo a um ou outro.
M.V. – Aqueles conselhos técnicos, que são poucos, mas que funcionam.
D.V. – Tu acha que funciona?
M.V. – Tem uns que funcionam, tem uns técnicos que funcionam.
D.V. – Eu não sei. Na minha experiência por exemplo, o que eu conheci de Salvador, a minha visão é que não funciona.
M.V. – Bom o que acontece é que tem que ver quem são os representantes,
V.S. – (não entendi 12:56) membros do IPHAN, técnicos do IPHAN.
D.V. – Sim
V.S. - (não entendi 13: 02)
M.V. – Eu inclusive ampliaria um pouquinho, técnicos do IPHAN, mas tem que ter um representante da prefeitura, a prefeitura tem que estar ai, seja para apoiar ou não, mas tem que estar ai, tem que estar consciente, eu acho que ai é outra coisa que tem que fazer, acho que tem que trabalhar com a prefeitura, por mais que seja horrível.
V.S. - A gente até tenta né, o problema é se a prefeitura quer trabalhar.

Fonte: http://www.ufvjm.edu.br/cursos/component/docman/doc_view/14-oficina-como-realizar-entrevistahistoria-oral.html

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MEC 19 SPHAN

INFORMAÇÃO Nº 107/84

Assunto: Tombamento do Centro Histórico de Laguna/SC

Senhora Coordenadora do Setor de Tombamento:

Em sua dimensão estritamente arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não aparenta as características de excepcionalidade normalmente adotadas como critério para decidir sobre a oportunidade do tombamento. Não saberíamos eleger, sob este ponto de vista, outra edificação que atenda individualmente aquele critério além da Casa de Câmara e Cadeia, tombada em 1953 pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cremos, não obstante, tratar-se de documento precioso da história urbana do país, menos como sede de acontecimentos notáveis - embora estes também tenham sido alí assinalados -, do que pela escolha criteriosa do sítio, pelo papel que o povoado pode desempenhar, em virtude de sua localização, no processo de expansão das fronteiras meridionais e, sobretudo pela forma urbana assumida afinal como precipitação espacial dos dois processos precedentes.

Não se trata só, portanto, de documento para uma história entendida na sua antiga versão factual (1), no sentido de cenário neutro que lembra acontecimentos importantes por tê-los acolhido. Esse é ainda o sentido dado por Carlos Drummond de Andrade ao justificar, por exemplo, o tombamento da Casa de Câmara e Cadeia de Laguna (2). Nem talvez pudesse ser diversamente. Embora defina inicialmente como históricas todas as manifestações "que de alguma

---

(1) Nessa perspectiva, o bem, enquanto documento, tem seu sentido acrescentado a posteriori, ao invés de ser buscado no processo de sua produção, uso e transformação.

(2) "Do ponto de vista histórico, a edificação se faz notar pelo fato de nela haver sido proclamada, em 1839, a chamada "República Juliana", C. Drummond de Andrade, parecer de 17.11.53. Processo nº 492-T-53.

M E C
20
SPHAN

forma refletem, contam, comemoram o Brasil e sua evolução nacional", ao explicitar a noção de documento, Mário de Andrade se atém a enfatizar o caráter explícito e episódico da informação de que o documento seria portador: "tanto um espadim de Caxias, como um lenço celebrando o 13 de Maio" (3). Parece-nos lícito, contudo, concluir que a dificuldade fosse de ordem terminológica. Faltava ainda, na época, destreza no manuseio de instrumentos conceituais de confecção relativamente recente. Com efeito, se a lei (Decreto-Lei nº 25) parece confirmar essa abordagem vinculando o enquadramento dos bens sob sua tutela à existência de liames com "fatos memoráveis da história do Brasil", ela mesma se encarrega de extender o sentido do atributo "memorável" ao contemplar, como sugerido pelo próprio Mário de Andrade, o interesse etnográfico (4). Este, associado à dimensão diacrônica da história, completa o quadro de que necessitamos.

A noção de sincronia absoluta e momentânea - "explosiva", segundo Braudel - que permitia ainda a Croce imaginar que o acontecimento notável (e, para a história da arte, o monumento) condensava a totalidade de processos até aquele momento subterrâneos (5), em si inacessíveis, além de não garantir o rigor da reconstrução dos segundos a partir dos dados contidos no primeiro, tendia, inexoravelmente, à visão determinista em que o presente é reduzido a resultado absolutamente necessário, fim da sucessão mecânica de fatos isolados que se comunicam através do deserto de períodos em que, a

---

(3) M. de Andrade, Anteprojeto, in "Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil: uma trajetória", p. 93. Nos dois exemplos, os acontecimentos independem dos dados imanentes ao material.

(4) "Disciplina que tem por fim o estudo e a descrição dos povos (...) e manifestações materiais de sua atividade". Verbete "Etnografia", Dicionário Aurélio.

(5) F. Braudel, "La Longue durée" in "Écrits sur l'histoire", p. 45. Paris, Flammarion, 1969.

MEC
21
SPHAN

parentemente, os homens não fizeram história (6). A nosso ver, o próprio conceito de documento excepcional ainda porta, apesar de passos decisivos em sentido contrário - Petrópolis, Praça XV, Morro da Conceição -, alguns estigmas dessa noção de produto único de espíritos geniais e a-históricos, enfatizada pelo termo monumento, tal como nas concepções acariciadas pelo individualismo romântico. As razões que se podem aduzir a essa restrição da noção de valor documental, seriam os limites dos instrumentos de análise tradicionais, diante dos quais boa parte dos documentos disponíveis restam mudos. São as mesmas que favoreceram a identificação de vestígios excepcionais da história no âmbito quase exclusivo das áreas onde aconteceram os grandes ciclos econômicos e limitaram, àquelas áreas, a iniciativa de extender a noção de monumento aos contextos menores em que surgiam os edifícios excepcionais.

Não se trata, aqui, de renegar a emergência de grandes personalidades - nem dos monumentos notáveis, nem das áreas ligadas à produção para exportação - ou a incidência destas sobre a história do país. Trata-se, isto sim, de valorizar o sentido estrutural com que a historiografia contemporânea pretende à sua específica cientificidade bem distinta, tanto do arbítrio com que nossa ideologia dominante tende a selecionar do passado aquilo que permita justificá-la, perpetuá-la ou condená-la - mas em termos éticos, não científicos -, quanto da operação meramente taxionômica importada das ciências naturais pelo positivismo (7). Seu método deve ser, ao contrário, o da conjugação dos rítmos múl

---

(6) "Em nossa inevitável subordinação ao passado, condenados a conhecê-lo através de seus vestígios, nos libertamos todavia desse jugo, quando menos pelo fato de conseguirmos saber sobre ele muito mais do que ele mesmo achou sensato trazer a nosso conhecimento. É uma boa revanche da inteligência sobre o dado". M. Bloch, "Apologie pour l'histoire ou métier d'historien". A. Colin, Paris 67.

(7) ..."O passado não foi empregado tão ativamente para explicar o presente senão com o objetivo de melhor justificá-lo ou condená-lo". M. Bloch, op. cit. p. 7.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MEC 22 SPHAN

tiplos com que se desenvolveram, se superpuseram e obtiveram ressonância os processos de consolidação da vida material de comunidades que se isolaram ou interagiram segundo tempos diversos, os mesmos com que essas comunidades expandem ou retraem o intercâmbio com a natureza, no sentido de alargar ou restringir o domínio sobre seus próprios territórios ou, eventualmente, sobre território alheio.

Como os desertos sem história a que a historiografia factual - mediante a hipervalorização do acontecimento - relega intervalos de tempo astronômico - justamente por tomá-lo como medida única e objetiva de fenômenos que se manifestam segundo velocidades diversas -, do mesmo modo, o método tende a transformar em desertos processos culturais longínquos no espaço econômico, social ou geográfico. Mas não queremos só estabelecer um "continuum" temporal ou espacial, nem tampouco escamotear as rupturas ou desníveis sociais efetivos legíveis no grau de elaboração de cada documento: foram os desníveis, ao contrário, os motores da história a ser feita. A região sul, por exemplo, talvez não desempenhasse o papel que hoje tem na vida do país se não tivesse vivido, senão à margem, na ante-sala dos acontecimentos coloniais.

À operação de nivelamento se dedica, em sentido não idealista, a abordagem positivista. Mas esta tenta preencher os intervalos deixados pelo historicismo com outros tantos "acontecimentos" microscópicos justapostos, dando a ilusão que a ordem e o rítmo dos fatos coincida com à dos minutos e segundos (8). Como certa literatura, ela promete uma fotografia da realidade passada (9). Essa

---

(8) "Seria erro grave o de crer que a ordem adotada pelos historiadores deva se modelar naquela dos acontecimentos. Desde que restituam à história seu movimento real, eles têm o maior interesse em lê-la da frente para trás". M. Bloch, ibid, p. 14.

(9) "E a monumentalidade de um Zola se resolve num "raptus" monótono diante de ramificações múltiplas e, no entanto, discerníveis, de um sistema sociológico de categorias que pretende apreender integralmente a vida de sua época". G. Lukacs, "A Teoria do Romance", p. 41, ed. franc., Ed. Gonthier, Genebra, 63.

MEC 23 SPHAN

abordagem é contraditória com a idéia de preservação. Pressupondo atingida a objetividade perfeita dos dados, ela não só exclui as noções de valor diferencial e de seleção, como também ela não depende da sobrevivência do documento (10). A idéia de preservação, ao contrário, pretende um uso atual do material passado que informe e modifique as condições presentes de vida. O valor de uso que a preservação atribui a um documento "menor" não é aquele que permite equipará-lo à obra notável, enquanto testemunho e medida de um mesmo tempo físico e, contudo, abstrato (11). Mantidas as devidas proporções, seria tão descabido avaliar segundo os mesmos parâmetros fenômenos com gêneses históricas diferentes, quanto usar a mesma escala para medir mutações geológicas e biológicas.

Isto no que diz respeito à tentação de cientismo a que está sujeita a preservação. Mas o terreno desta está a meio caminho entre um uso científico e um uso estético (12) do material que seleciona. A ciência tende a reduzir o documento a mero instrumento do conhecimento necessário à construção de seu sistema. O uso estético depende, ao contrário, da perpetuação de seu objeto para se reproduzir enquanto experiência sensível que, sozinha, restaria , contudo, limitada à subjetividade. Entre as duas formas de uso, a preservação percebe que a fruição de qualquer manifestação cultural, sua real apropriação, depende de uma troca permanente entre a informação fornecida pela observação de tipo científico e a capacidade da experiência sensível, alargada por aquela informação, de suscitar novas investigações. É o modo pelo qual a preser

---

(10) "Assim, os períodos mais afeiçoados à tradição foram também aqueles que tomaram maiores liberdades com sua herança (...) como se o fato de venerar o passado os levasse irresistivelmente a inventá-lo". ibid, p. 44.

(11) "O tempo é o modo pelo qual a vida puramente orgânica resiste ao sentido presente". G. Lukacs, op. cit., p. 121.

(12) Aqui, em sentido amplo de percepção sensível e imediata.

MEC 24 SPHAN

vação assume a contingência histórica de seus critérios de avaliação e reconhece que o valor atribuído a um objeto, ou até mesmo o sinal desse valor, podem ser trocados em decorrência de um resgate inesperado de movimentos que pareciam perdidos num espaço histórico que o tempo físico custava a atravessar (13). Este é o sentido "menor" do documento representado por Laguna, cuja preservação se legitima pela especifidade do processo de ocupação dos territórios meridionais e pelas exigências de seu estudo.

Quanto à especifidade do centro histórico, o exame do organismo urbano visto como fosse um fenômeno da natureza permitiu progressos significativos às análises de tipo formal. Tais progressos não são suficientes para obnubliar o dado empírico: trata-se, em verdade, de fenômeno histórico e, como tal, passível de mudança de rumo. Faz sentido, pois, a fórmula "política de preservação". Esta tem, na história passada, material para uso crítico sobre o presente. Apresenta seus resultados ou projetos, não na perspectiva de um retorno a formações passadas, mas como vacina contra a aceitação da cidade presente naquilo em que esta se apresenta como fatalidade, como evolução de um organismo cujo código genético tende a não se submeter senão a modificações "naturais", isto é, independentes da vontade política de seus habitantes (14).

Essa vontade estava legível em Laguna já na escolha do sítio. Antes mesmo que a metrópole dispusesse de recursos para instalar o primeiro povoado, seus batedores já tinham, com toda a probabili

---

(13) "O historicismo se contenta em estabelecer um nexo causal entre momentos diversos da história. Mas nenhum fato, porque causa, é já histórico. Tornar-se-á só depois, postumamente, depois de fatos que podem estar separados por milênios". W. Benjamim, "Angelus Novus", trad. it., p. 86. Turim, 62.

(14) "O mítico respeito científico dos povos pelo dado que eles mesmos continuamente produzem, acaba por se tornar ele mesmo, por sua vez, um dado de fato, a fortaleza diante da qual até a fantasia revolucionária se envergonha de si como utopia e degenera em passiva confiança na tendência objetiva da história". M. Horkheimer, T. W. Adorno, "Dialética do Iluminismo", trad., it. p. 50. Turim, 66.

MEC 25 SPHAN

dade, assinalado a excepcionalidade do sítio. Os acidentes de relevo que permeiam as planícies de aluvião ao longo da costa catarinense desaparecem quando da última inflexão - de N-S para NE-SO - da orla oceânica, a partir do cabo de Santa Marta. Esses acidentes são a promessa de anfractuosidades que podem constituir abrigo à navegação. Rumo ao sul, deixada a proteção da Ilha de Santa Catarina, as cartas nºs 1900 e 1911 (Diretoria de Hidrografia e Navegação da Marinha, ver anexos 1 e 2) nos permitem seguir essa navegação, sem esquecer que o pioneiro não dispunha de cartas. A atenção do cartógrafo de bordo, não pode não ter se fixado nos acidentes que marcam a entrada da Lagoa de Sto. Antônio. Desde Imbituba que ele vê a silhueta azulada da Serra do Mar afastar-se da orla, diminuindo a probabilidade de abrigo. Dobrado o Cabo de Sta. Marta, a mudança de rumo contraria suas expectativas.

Até o ponto onde hoje surge Rio Grande, são cerca de duzentas e cinquenta milhas (463 km) de uma costa baixa, com raros acidentes (Torres), que não oferece condições mínimas de fundeio. Em se tratando de embarcações ainda medíocres no contravento, navegando numa região conhecida até hoje pela força dos ventos dominantes do quadrante sul, essa progressão ao longo de uma costa inapetente e sobretudo inóspita, pode ter se prolongado por muitos dias até a Lagoa dos Patos, cujo acesso desprovido de qualquer balizamento natural mal se definia na costa rasa e arenosa. Mais abaixo, na costa uruguaia a monotonia prossegue até o estuário do Prata. Nessas condições não parece arriscado imaginar que o perfil da costa em Laguna já estivesse rabiscado nas anotações para um primeiro portulano, nem, talvez, que fossem consultadas logo em seguida, à procura do anfiteatro natural e silencioso (v. anexos) de suas colinas, de volta de uma etapa que se demonstrara excessiva para ser completada sem maior preparo ...

Nos termos da analogia genética a que acenamos, ninguém haverá de negar que a expansão recente de Laguna, aquela, por exemplo, voltada para o oceano e para o turismo sasonal (Mar Grosso, ver planta anexo 4), seja a forma final do processo evolutivo de um organismo cujo material genético é o mesmo do centro histórico. Mas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MEC 26 SPHAN 8.

as pressões seletivas se fizeram, não no sentido de um aperfeiçoamento ou especialização paulatina, mas sim com a força de uma ruptura do código genético, dando origem a uma espécie diversa. Benevolo ve na estrutura surgida nas capitais européias do século XIX, a manifestação dessa ruptura a cujo resultado dá o nome de cidade neo-conservadora (15). O estabelecimento de um marco cronológico não parece ser o problema maior, na medida em que o surgimento de uma estrutura nova não determina, necessariamente, o desaparecimento simultâneo daquela que lhe deu origem. Vale só assinalar que a imcompatibilidade da nova estrutura em relação à preexistente, manifesta na destruição de tantos centros históricos, confirma o surto de uma estrutura inédita, fruto de uma descontinuidade, não de uma passagem, do mesmo modo, por exemplo que a cidade antiga não foi, historicamente, fruto de um crescimento exagerado da aldeia neolítica (16). Em Laguna, é ainda à peculiaridade do sítio que se deve, em grande parte, a contenção da hostilidade com que a nova cidade se contrapõe ao centro histórico. O mesmo sistema formado pelos morros do Rosário, da Caixa d'Água, do Moinho e da Glória, que os povoadores viram como abrigo acolhedor e derradeiro de uma costa inóspita, deixou documentada em modo excepcional a separação entre o centro histórico e os dois organismos novos que se lhe contrapõem morfologicamente: ao norte, os bairros de pequena indústria, serviços e habitação degradada - Campo de Fora, Portinho e Progresso - e, em sequência cronológica, a partir do começo do século com a expansão do embarque do carvão, os bairros em torno do morro da Glória - Ponta das Pedras, Magalhães, Navegantes até o desenvolvimento turístico recente de Mar Grosso.

---

(15) Por exemplo, in "I modelli di Progettazione della città moderna", p. 11, L. Benevolo, T. Giura Longo, C. Melograni. Veneza, 69

(16) "Assim, a transformação da aldeia não é meramente uma mudança de tamanho ou escala", L. Mumford, "The city in History", p. 72, Middlessex, 66.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MEC 27 SPHAN

Mas a morfologia depende da estrutura celular, isto é, do código íntimo que, em cada célula, informa sobre o modo com que elas se associam. Cremos poder identificar a ruptura evolutiva entre os dois organismos na organização produtiva que levou, como em outros setores, à oferta de edificações e, em particular, da habitação como mercadoria, ou seja, como produto para um mercado. Isso não exclui que, sob esse modo de produção, subsista durante algum tempo, um espaço para a expressão. Esse espaço figurativo coincidia com a distância entre o uso e os recursos - tecnológicos, econômicos, sociais - disponíveis para atendê-lo, era o hiato capaz de emprenhar o objeto de significados que, por não serem imediatamente explícitos, exigiam uma experiência sensível do usuário e seu esforço de conhecimento (17). Ao restringir-se, esse espaço continua a dar testemunho de si nas formas que opõem resistência à pressão produtiva. São geralmente aquelas que, embora reflitam sua influência, mais distantes se encontram de um destino de mercado: a habitação unifamiliar e as reformas adaptando velhos edifícios a um gosto efêmero. São manifestações tanto nos - tálgicas - ecléticas -, quanto "progressistas" - a vulgarização do movimento moderno esvaziado de conteúdo doutrinário e reduzido a novo repertório. Dela temos uma série significativa que passa a ocupar a partir do séc. XIX, em modo quase vegetativo (à margem da forma dominante de produção), o tecido rarefeito da parte interior do centro histórico.

Por outro lado, o novo modo de produzir o edifício permitiu o acúmulo de recursos, por exemplo, tecnológicos, que são nosso patrimônio definitivo pois constituem o fundamento de uma liberdade inédita no modo de construirmos nosso "habitat". Mas, ao predominar e construir a sua cidade, o novo modo de produzir dobra a tecnologia às suas exigências. Da restrição consequente do espaço expressivo, resulta um ambiente tão empobrecido a ponto de assemelhar-se sem respeito por latitude ou longitude, clima ou cultura.

---

(17) Aqui, experiência estética já no sentido mais restrito que remete, em geral, à obra de arte e é mediada por uma cultura.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

M E C
28
SPHAN

É verdade que a demanda parece orientada para esse tipo de produto. Mas isso não faz senão confirmar que o valor de uso, ele que transpirava expressão, tende, sob a forma de mercadoria, a tornar-se mero resultado de persuasão associada à falta de opção, inclusive em termos de imaginário. O uso tende a tornar-se pretexto necessário a justificar o valor de troca que é o objetivo primeiro da produção de mercadorias. Esse parece ser o único significado que as expansões recentes são capazes de expressar.

A expressão de que tratamos aqui, é, como vimos, a informação contida na configuração do objeto (18). Em sentido amplo, é no nível tipológico que está inscrito o código íntimo que comanda as variações no mecanismo de adição das células cuja série constitui, justamente, nossa tipologia. Dessas variações no modo de se associarem, se origina a forma geral. No centro histórico de Laguna, um exame superficial nos permite caracterizar a tipologia por uma taxa de ocupação variável em razão inversa da distância da orla e por uma volumetria que só raramente superou os dois andares (v. anexo 5). Ao dar origem à estrutura intermediária das quadras, os tipos sofrem pequenas variações que permitem modificar a forma das quadras e adaptá-las aos vínculos do sítio. A adaptação é legível na marca, impressa na forma "T", dos dois eixos segundo os quais se estruturou o organismo, respectivamente base e altura do triângulo inscrito no anfiteatro natural.

Em sentido N-S aproximadamente, corre paralelo à margem da lagoa o braço horizontal do "T". É, portanto, o eixo portuário, acesso por excelência de um povoado ilhado, até não há muito tempo, na ponta da restinga arenosa que separa do oceano o sistema de la

---

(18) O objeto é visto como documento que conta mais história do que as expressas pelas vontades individuais daqueles que o elaboraram. Ver, por exemplo, Erwim Panofsky, "O Conceito de Kunstwollen" in "A Perspectiva Como Forma Simbólica", p. 197, trad. franc., Paris, 75.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MEC 29 SPHAN

goas: Santo Antônio, do Maruí e do Mirim (anexo 6). A série de quatro quadras que descrevem o eixo entre as ruas Raulino Horn e Gustavo Richard, denota em modo exemplar as relações entre a forma planimétrica da célula - o tipo contendo o mecanismo de adição - e a estrutura intermediária da quadra. Na planta de cobertura (anexo 7) são legíveis as variações exigidas na primeira para adaptar a segunda aos vínculos do sítio. A primeira quadra, entre as ruas Cons. Jerônimo Coelho e XV de Novembro, é suficientemente estreita para que não haja divisão longitudinal; as células se justapõem lado a lado, todas estreitas e com dupla exposição frontal. A quadra seguinte insiste no mesmo sistema de adição, mas o crescimento em profundidade exige uma pequena variação na dimensão frontal. As quadras seguintes são nitidamente bipartidas em sentido paralelo ao lado maior. Isso lhes permite crescer a própria largura até abraçar o sopé do Morro do Rosário, incorporado como um baluarte no desenho frontal no núcleo na vista para a lagoa.

Quanto ao segundo eixo, ortogonal à orla, de ocupação tardia mas percorrido desde os primórdios, ele leva à fonte da Carioca na raiz do talvegue entre os morros do Moinho e da Caixa d'Água e que ostenta, desde o início do séc. XIX, um vistuoso chafariz (19). Durante muito tempo, essa diretriz não deve ter se materializado senão pelos caminhos trilhados pelo transporte de água. A repartição atual parece fruto de uma disciplina relativamente recente que urbanizou uma ocupação que, no micro-cosmo de Laguna, poder-se-ia qualificar de semi-rural. A dimensão das quadras então obtidas tende a diminuir em sentido transversal ao eixo, à medida que as ruas Rio Branco e Tenente Bessa convergem para a fonte da Carioca espremidas pelos sopés dos morros da Caixa d'Água e do Moinho.

---

(19) "A água que se bebe na cidade é muito boa, vinda do morro e chegando até um chafariz através de um aqueduto feito de pedra". A. de Saint Hillaire, "Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina", p. 197. São Paulo, 78.

MEC 30 SPHAN

É sobre essa estrutura "natural" que o colonizador se esforçou para fixar uma população escassa e periodicamente drenada pelos conflitos com a metrópole rival. Mas o núcleo está pré-formado. Em cada um dos dois quadrantes delimitados pelo "T" estrutural, as instituições de então intervêm programaticamente - a matriz no quadrante sul e a Casa de Câmara e Cadeia no quadrante norte -, quase a forçar o preenchimento das asas contidas pelo relevo.

É esse o documento de natureza tanto histórica quanto etnográfica e paisagística cuja integridade deve ser preservada. A proteção natural dos morros já não a garante. Para que seja reapropriado por seus habitantes e se torne objeto de experiência sensível - entendida também como qualidade de vida -, é preciso partir do documento em seu estado atual, não permitindo, mediante o tombamento, senão as intervenções capazes de enriquecer suas leituras. Os critérios para definir quais são essas intervenções não poderão surgir senão de uma análise que leve em conta o equilíbrio delicado entre tipologia e morfologia. Não cremos, contudo, seja um preconceito contra a altura afirmar, desde já, o desinteresse pelos imóveis recentes de quatro, cinco ou seis andares. Representam uma ruptura e comprometem irremediavelmente a continuidade de leitura acima esboçada. São manifestações da hostilidade do novo organismo pela espécie que lhe deu origem. Por outro lado, enquanto as formas precedentes são documentos em sí, objetos de curiosidade e de investigação científica, os da nova espécie são produtos imediatos da ciência aplicada e subordinada a uma organização produtiva. Essa organização pressupõe que seus produtos sejam fungíveis. A parte de expressão porventura neles contida é prevista para atender a essa exigência. Que sejam as técnicas de projeto aplicadas aos interesse imobiliários ou a merceologia, a ciência que as informa deve tornar a expressão imediata, objeto de consumo que exclui a troca permanente entre conhecimento e experiência estética. Justamente aquilo que, no resto, justifica a preservação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MEC 31 SPHAN

13.

Recomenda-se, asism, o tombamento do centro histórico de Laguna em seu acervo paisagístico constituído pelo sistema natural que o envolve, pelo conjunto de logradouros em seu traçado e dimensão, pelo cais junto à lagoa de Santo Antônio e pelo conjunto de edificações em sua volumetria, em sua ocupação do solo e em suas características arquitetônicas que expressam a continuidade da evolução histórica do núcleo urbano original, acervo delimitado pelo seguinte perímetro (Anexo 8): do topo do morro da Glória (ponto nº 1), representado pela parte do perímetro da base do monumento a Nossa Senhora da Glória que o inclui, pela linha que divide as águas entre as vertentes oceânicas e as vertentes que confluem para a Lagoa de Santo Antônio, incluindo os dois cemitérios assinalados na carta nº 1901 da DHN da Marinha do Brasil, até (nº 2) atingir a curva de nível 130 metros que envolve o topo do Morro do Mar Grosso; do topo do Mar Grosso (nº 3), representado pela curva de nível 130 metros que o envolve e o inclui, ao longoda linha que divide as águas entre as vertentes norte e sul e que o uniria com o topo do morro do Rosário, chamado também de Nossa Senhora ou Potreiro, até encontrar (nº 4) o eixo da rua Jacinto Tasso ou seu prolongamento ; deste ponto, pelo eixo da rua Jacinto Tasso, até o ponto (nº 5) de encontro com o eixo da rua que comunica esta última com a Avenida Perimetral, junto ao sopé do morro do Rosário; pelo eixo desta rua, até o encontro (nº 6) com o eixo da Avenida Perimetral; deste ponto, pela linha reta em direção oeste, até o ponto (nº 7) cuja mínima distância de qualquer ponto da linha da orla, nível da baixa-mar média de sizígia, é de duzentos metros; deste ponto, em direção à saída do porto de Laguna, ao longo da linha que é lugar geométrico dos pontos cuja distância mínima de qualquer ponto da orla como definida acima, é de duzentos metros, até encontrar (nº 8) a linha reta que é prolongamento, em direção à lagoa, da projeção horizontal da fachada nordeste do armazém mais setentrional ao longo da orla que consta da carta nº 1901 e que, na planta da Prefeitura de Laguna datada de 1983,

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

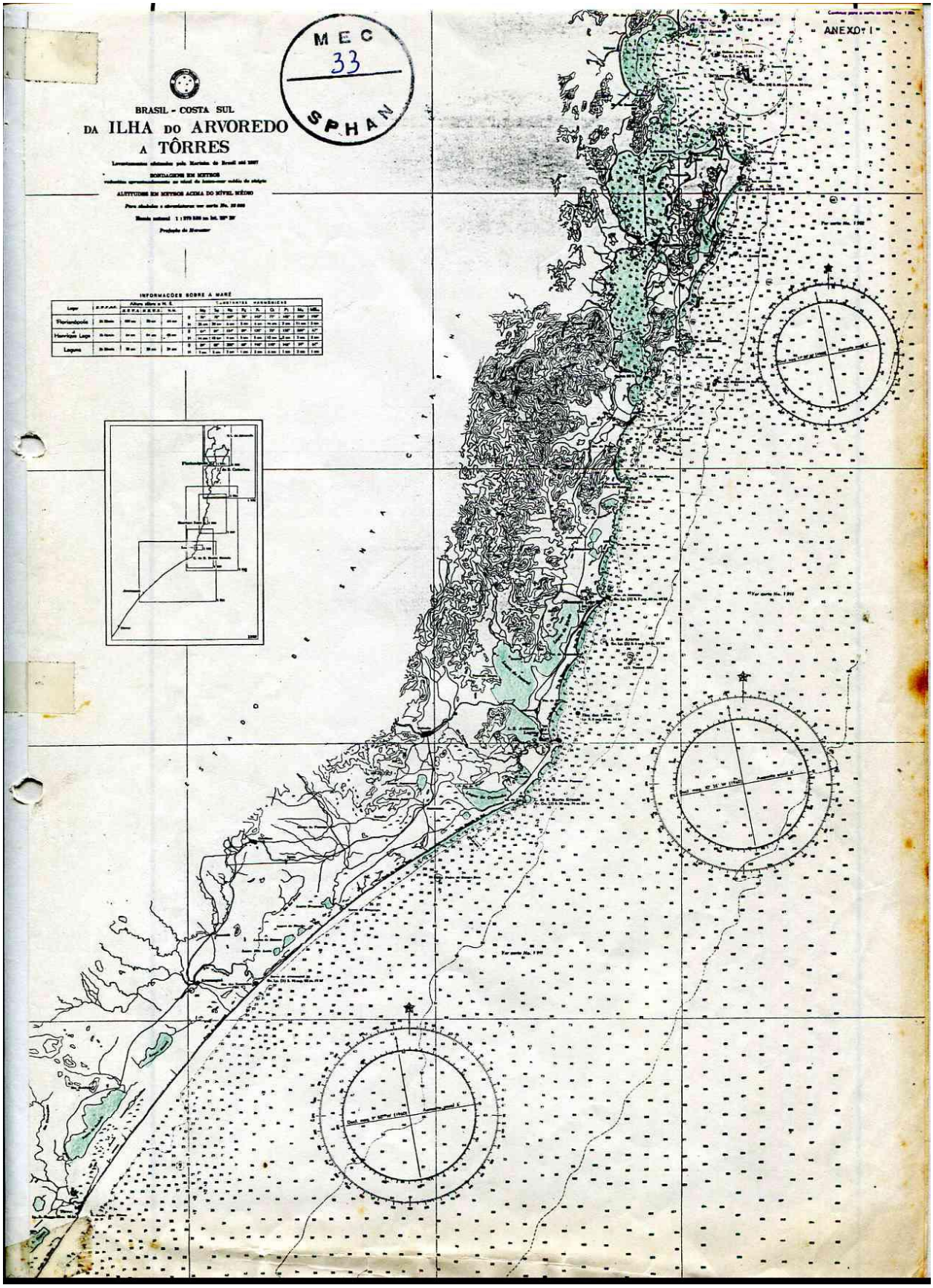
MEC
32
SPHAN

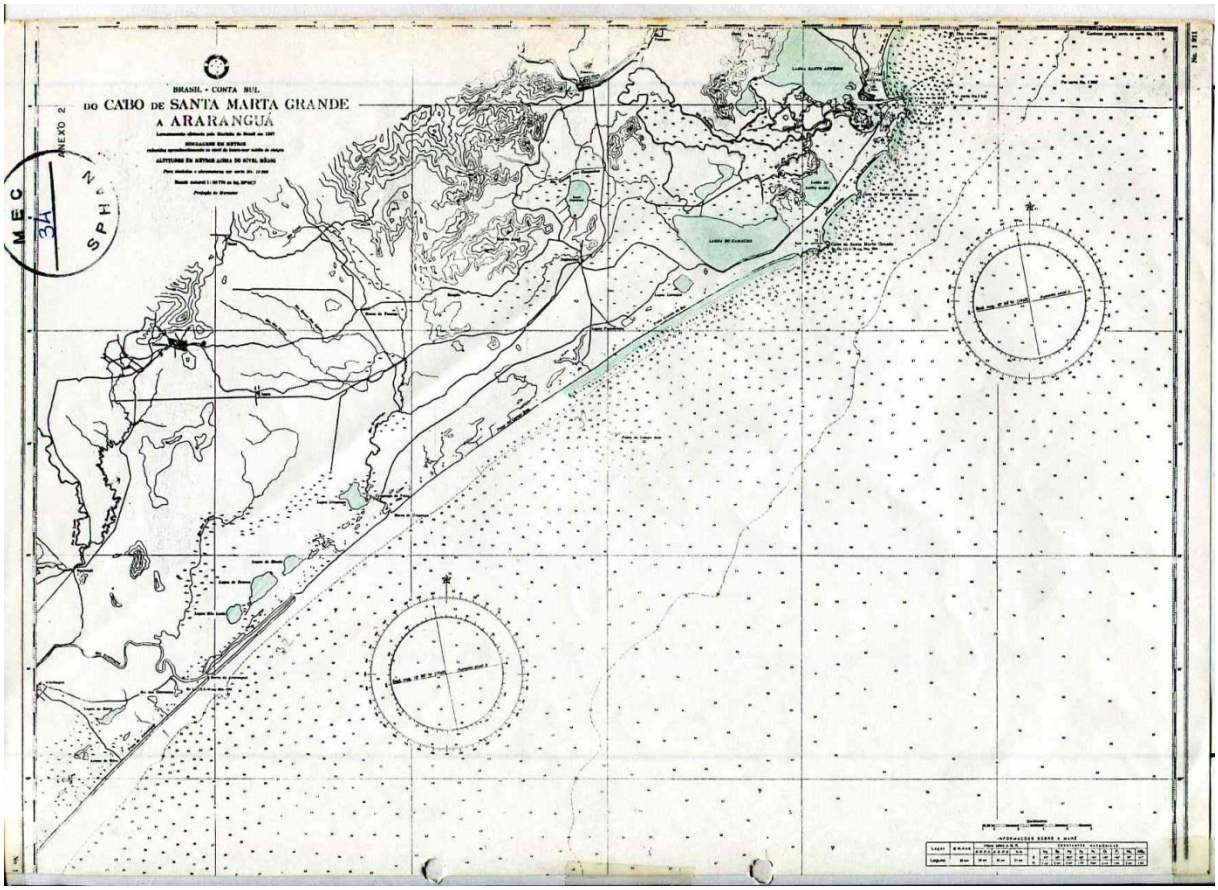
14.

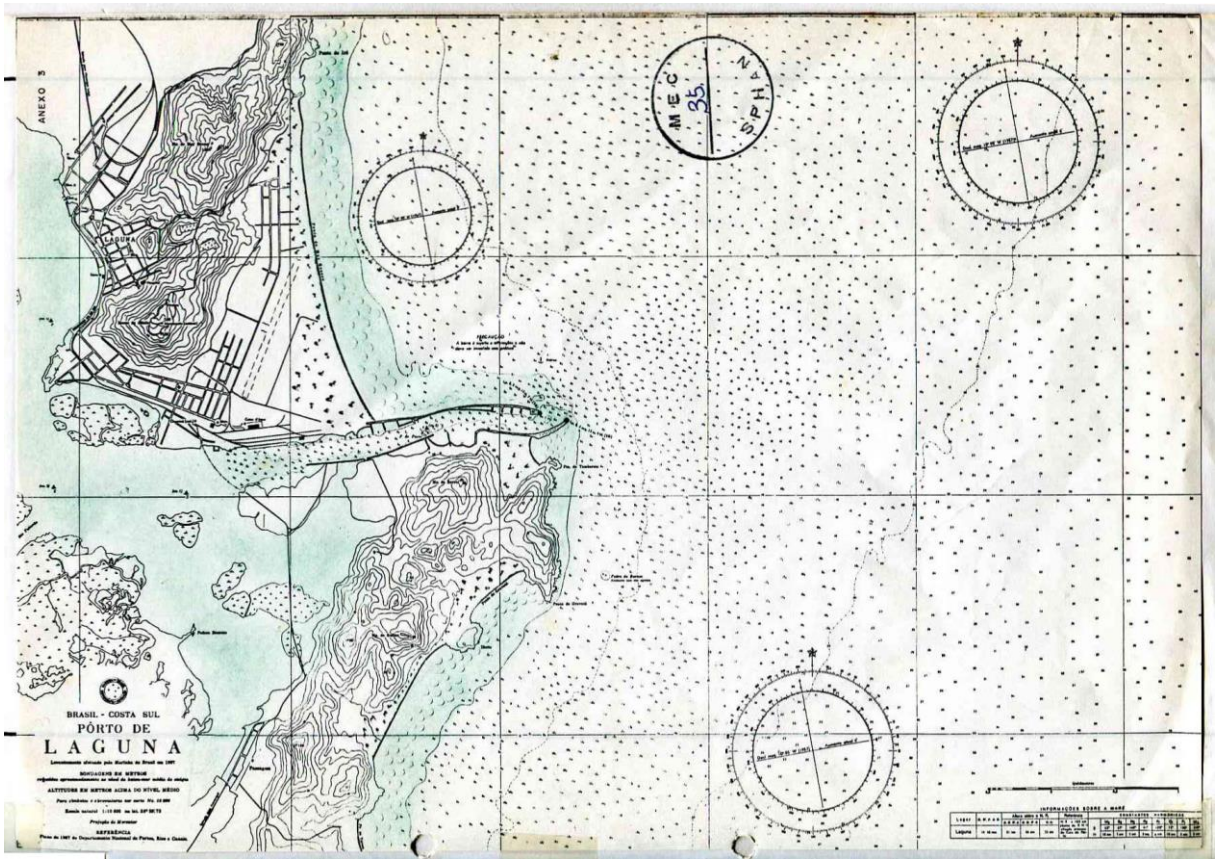
está assinalada sob o nome "Zilmar Arroz"; deste ponto, ao longo da reta acima determinada, até o ponto (nº9) em que esta encon - tra a aresta formada pelas fachadas nordeste e sudeste do mesmo armazém; deste ponto, ao longo da linha que é projeção sobre o terreno da reta que o une ao centro geométrico da base do monu mento a Nossa Senhora da Glória, até encontrar (nº 1) seu períme tro.

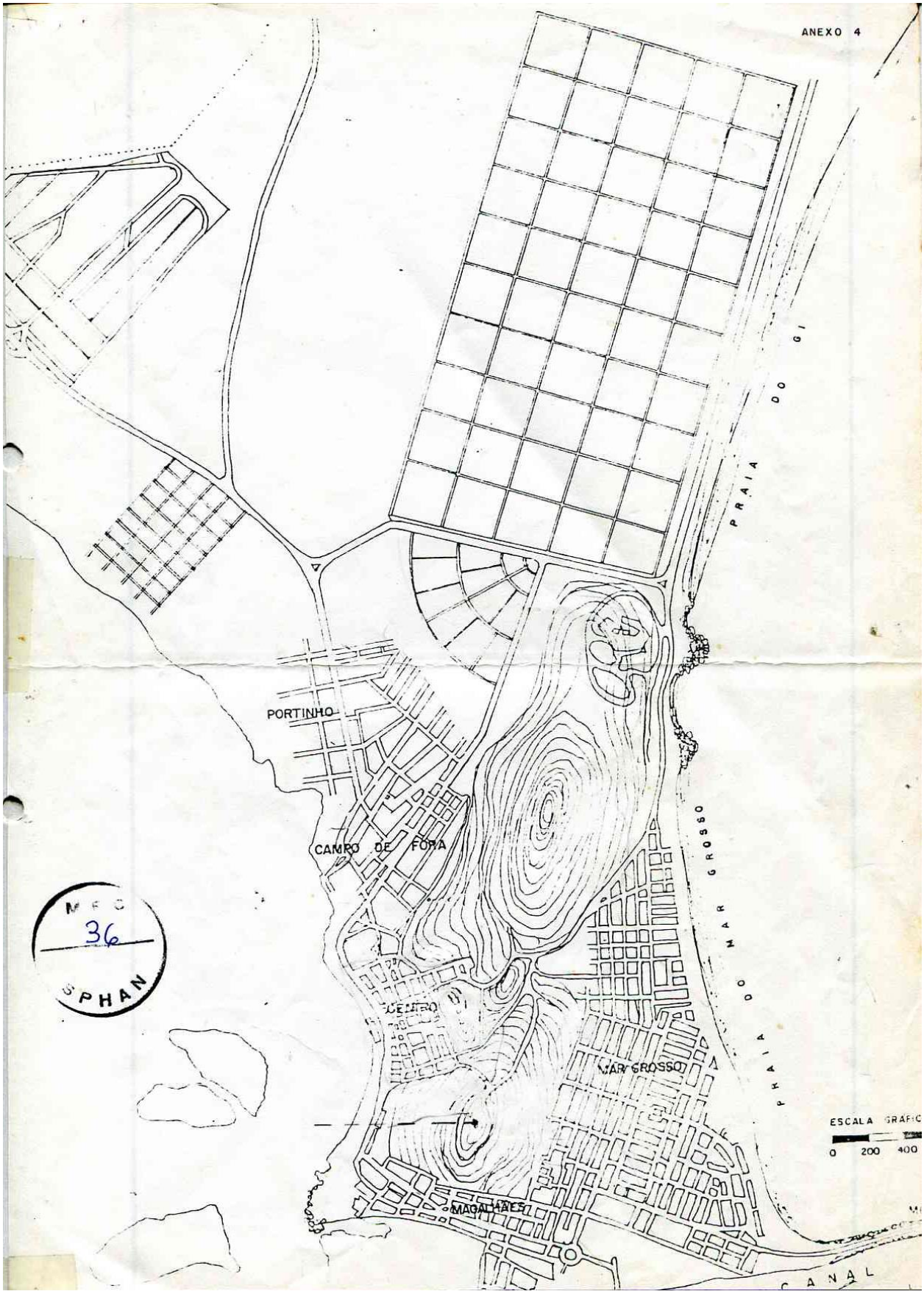
Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1984

LUIZ FERNADO P. N. FRANCO
Arquiteto da DTC/SPHAN

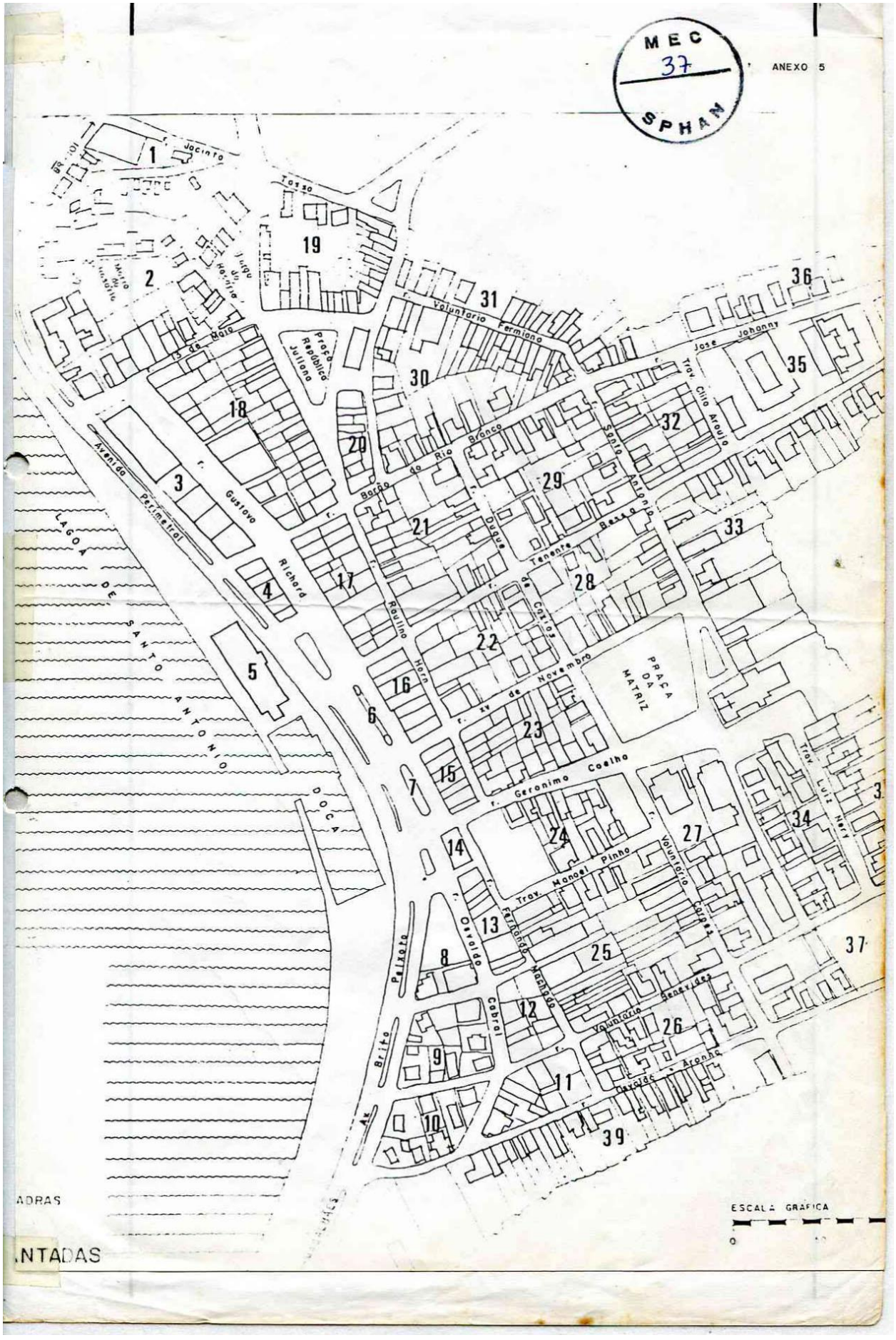

ANEXO I
MEC
33
SPHAN
BRASIL - COSTA SUL
DA ILHA DO ARVOREDO
A TÔRRES
INFORMAÇÕES SOBRE A MARÉ

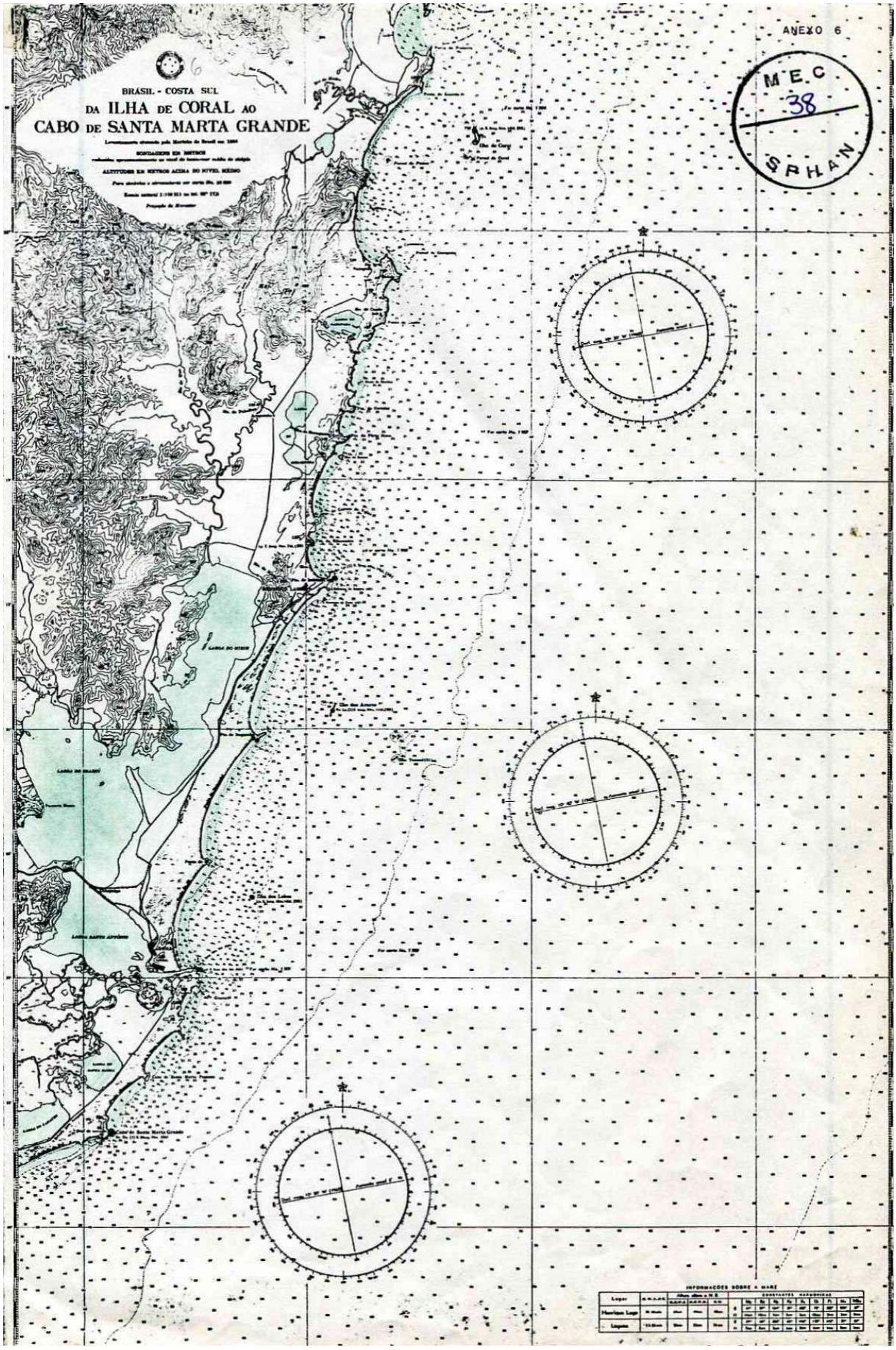

BRASIL - COSTA SUL
DO CABO DE SANTA MARTA GRANDE
A ARARANGUÁ
ANEXO 2
MEC
SPHAN
34


ANEXO 3
MEC
SPHAN
35
BRASIL - COSTA SUL
PÔRTO DE
LAGUNA


ANEXO 4
PRAIA DO G
PORTINHO
CAMPO DE FORA
MAR GROSSO
PRAIA DO MAR GROSSO
MAGALHÃES
ESCALA GRÁFIC
0 200 400
CANAL

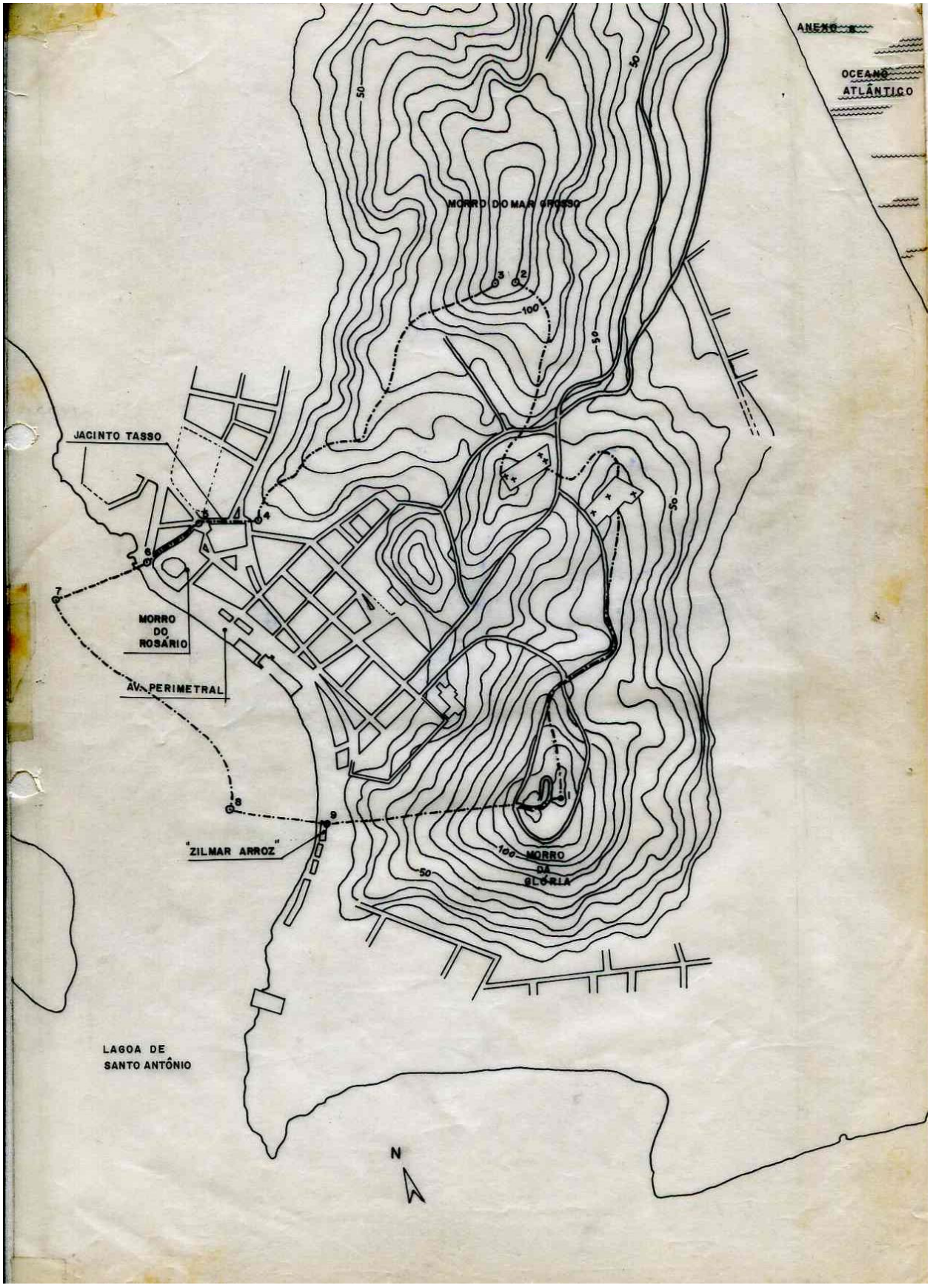
M F C
36
S PHAN


MEC
37
SPHAN
ANEXO 5
LAGOA DE SANTO ANTONIO
DOCA
PRAÇA DA MATRIZ
Av. Beira Mar
Jacinto
Tosto
Jogo Horizonte
Mario Monteiro
15 de Maio
Profª República Juliana
Avenida Perimetral
Gustavo Richard
Barão do Rio Branco
Duque de Caxias
Tenente Regino
Hora
Sete de Novembro
Voluntário Fermiano
Jose Johanny
Trav. Clito Araujo
Sargento Antonio Bezerra
Geronimo Coelho
Trav. Luiz Henry
Trav. Manoel Pinho
Voluntário Coelho
Oswaldo Fernandes Machado
Cabral
Pelágio Brito
Av.
Generoso Aranha
ESCALA GRAFICA
0
ADRAS
NTADAS


ANEXO 6
M.E.C
38
SPHAN
BRÁSIL - COSTA SUL
DA ILHA DE CORAL AO
CABO DE SANTA MARTA GRANDE



MEC
39
SPHAN


ANEXO
OCEANO ATLÂNTICO
MORRO DO MAR PRESO
JACINTO TASSO
MORRO DO ROSÁRIO
AV. PERIMETRAL
"ZILMAR ARROZ"
MORRO DA GLÓRIA
LAGOA DE SANTO ANTÔNIO
N